

VANDA DO CARMO LUCAS DOS SANTOS

**NARRATIVAS OBLITERADAS: DAS MEMÓRIAS DOS OPERÁRIOS,
TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO *CAMPUS* DA ESAV
E UREMG, NO PERÍODO DE 1922 A 1969**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Angelo Adriano Faria de Assis

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S237n Santos, Vanda do Carmo Lucas dos, 1974-
2022 Narrativas obliteradas: das memórias dos operários,
trabalhadores da construção e manutenção do campus da ESAV
e UREMG, no período de 1922 a 1969 / Vanda do Carmo Lucas
dos Santos. – Viçosa, MG, 2022.

1 dissertação eletrônica (247 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Angelo Adriano Faria de Assis.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de História, 2022.

Referências bibliográficas: f. 222-230.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.250>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Universidade Federal de Viçosa - História.
2. Universidade Federal de Viçosa - Empregados. I. Assis,
Angelo Adriano Faria de, 1971-. II. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação
em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 378.8151


VANDA DO CARMO LUCAS DOS SANTOS

**NARRATIVAS OBLITERADAS: DAS MEMÓRIAS DOS OPERÁRIOS,
TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO *CAMPUS* DA ESAV
E UREMG, NO PERÍODO DE 1922 A 1969**


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 06 de dezembro de 2022.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 VANDA DO CARMO LUCAS DOS SANTOS
Data: 08/05/2023 11:39:16-0300
Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

Vanda do Carmo Lucas dos Santos
Autora

Documento assinado digitalmente
 ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS
Data: 08/05/2023 12:08:25-0300
Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

Angelo Adriano Faria de Assis
Orientador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha ascendência, minhas origens e a espiritualidade, que me inspiraram a desenvolver este projeto, meu pai, antigo operário, minha mãe, lavadeira de roupas que junto com minha avó Sinhá moldou meu caráter e a partir da história dessas grandes mulheres fui motivada a escrever a minha.

Agradeço a velha guarda e novos sindicalistas, com os quais pude aprender sobre a importância da luta pela educação nacional. Essas formações me fizeram avançar e por meio deste texto, tornar visível a luta daqueles que muitas vezes são apenas coadjuvantes.

Agradeço à minha família, pela compreensão e suporte físico e emocional, que me motivaram a crescer. Estendo o agradecimento, *in memoriam* a aqueles que já se foram, mas tiveram participação importante na minha formação pessoal e profissional.

Agradeço aos meus amigos e colegas, aos quais facilitaram este processo educativo, seja pelo incentivo ao embarque nesta jornada, seja pelas dicas, facilitações ou presença em minha vida nesta jornada.

A meu orientador, professor Angelo Adriano Faria de Assis pelas valiosas lições de pesquisa, que com sabedoria, compreensão e respeito me direcionou assertivamente na condução e execução da pesquisa.

Aos membros da banca, professores, André Luiz Lopes de Faria, Ernane Correa Rabelo e Thiago Henrique Mota Silva, pela disponibilidade e pelo enriquecimento gerado a partir das nossas discussões.

Aos técnico-administrativos, professores e colegas de turma do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania por toda parceria e troca de conhecimento.

Às Diretorias do Centro de Ciências Humanas - CCH e da Associação dos Servidores Administrativos da UFV - ASAV que ajudaram no custeio da execução do produto da pesquisa, a Exposição de fotografias: *Canteiros de Obras: O Protagonismo Operário na Construção da UFV*. Da mesma forma às equipes da DAC, DEX, Vale da Agronomia e Marcenaria da UFV que contribuíram para organização e execução da exposição.

A todos que proveram suporte em minhas pesquisas, como os funcionários da ESAV/UREMG/UFV, ativos, aposentados, terceirizados e aos familiares de antigos operários da universidade, estes são os grandes protagonistas deste estudo.

À Universidade Federal de Viçosa (UFV) por todo o suporte técnico e material para minha pesquisa, em especial às equipes do Arquivo Central Histórico, Museu Histórico e demais setores que precisei recorrer para fundamentar este estudo. Agradeço a vocês por serem a base estrutural da educação brasileira.

Por fim estendo meu agradecimento a todos que de alguma forma ajudaram a executar este trabalho, incluindo a sociedade brasileira.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?
Nos livros estão nomes de reis; os reis carregaram pedras?/E Babilônia, tantas vezes destruída, quem a reconstruía sempre?/Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a edificaram?
No dia em que a Muralha da China ficou pronta,
Para onde foram os pedreiros? /A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo: quem os erigiu? Quem eram aqueles que foram vencidos pelos césares?
Bizâncio, tão famosa, tinha somente palácios para seus moradores? Na legendária Atlântida, quando o mar a engoliu, os afogados continuaram a dar ordens a seus escravos. /O jovem Alexandre conquistou a Índia. / Sozinho? /César ocupou a Gália. /Não estava com ele nem mesmo um cozinheiro? Felipe da Espanha chorou quando sua frota naufragou. Foi o único a chorar? / Frederico Segundo venceu a guerra dos sete anos. Quem partilhou da vitória? /A cada página uma vitória. / Quem preparava os banquetes comemorativos? A cada dez anos um grande homem. / Quem pagava as despesas? /Tantas informações. / Tantas questões.

Perguntas de um operário que lê - Bertolt Brecht

RESUMO

SANTOS, Vanda do Carmo Lucas dos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2022. **Narrativas obliteradas: Das memórias dos operários, trabalhadores da construção e manutenção do *campus* da ESAV e UREMG no período de 1922-1969.** Orientador: Angelo Adriano Faria de Assis.

A Universidade Federal de Viçosa completou no ano de 2022, noventa e seis anos de existência. Os registros dessa trajetória se apresentam como produções bibliográficas memorialistas e acadêmicas, narrando os meandros de sua história e promovendo a difusão institucional. Desta feita buscamos com nossa pesquisa, problematizar a ausência de parte da comunidade acadêmica, invisibilizada nessas ações de promoção da memória institucional. Os sujeitos pesquisados compõem a categoria de trabalhadores de atividade-meio da universidade, especificamente os operários, segmento da categoria dos técnico-administrativos em educação e pela nomenclatura mais utilizada, ao longo do período analisado, utilizaremos o termo operário para nos referirmos aos trabalhadores da construção e manutenção do campus no período de 1922 a 1969. A pesquisa se deu por análise documental e da história oral a partir da história de vida desses trabalhadores, narradas por eles próprios ou seus descendentes. Encontramos informações sobre a relação de trabalho e seus modos de vida, identificamos características das políticas internas para o grupo, como as classes de alfabetização, cursos profissionalizantes e adoção de medidas higienistas de cuidados de saúde e vícios. Percebemos ações de controle disciplinar rígido, do operário e seus familiares, dentro e fora do canteiro de obras. Constatamos ainda, uma prática de apadrinhamento, espécie de política de favorecimento a uma parte restrita do grupo em detrimento do coletivo, resquícios de práticas colonialistas e instrumento de segregação social e racial. Apuramos que o acesso tardio do grupo à educação formal dificultou a reflexão sobre a própria condição, o que foi alterado somente a partir da organização política do grupo, quando onde houve ascensão interna, conferindo algum protagonismo do grupo no arranjo político institucional. Concluímos que, a presença e atuação desses personagens são percebidas em vestígios físicos ou imateriais, onde propomos, a partir dos resultados da pesquisa e do produto, garantir o registro e a difusão das narrativas garantindo a diversidade dos grupos que compõem a memória coletiva da comunidade universitária.

Palavras-chave: Memória. Identidade. Trabalho. Universidade.

ABSTRACT

SANTOS, Vanda do Carmo Lucas dos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December 2022. **Obliterated narratives: Of the memory of workers, construction workers and campus maintenance and ESAV e UREMG in the period of 1922-1969.** Adviser: Angelo Adriano Faria de Assis.

In 2022, the Federal University of Viçosa completed ninety-six years of existence. The records of this trajectory are presented as memoirist and academic bibliographical productions, narrating the intricacies of its history and promoting institutional diffusion. This time we sought, with our research, to problematize the absence of part of the academic community, made invisible in these actions to promote institutional memory. The researched subjects make up the category of middle-activity workers at the university, specifically the workers, a segment of the technical-administrative category in education and by the most used nomenclature, throughout the analyzed period, we will use the term worker to refer to the workers of the university. construction and maintenance of the campus from 1922 to 1969. The research was carried out through document analysis and oral history based on the life history of these workers, narrated by themselves or their descendants. We found information about the work relationship and their ways of life, we identified characteristics of the internal policies for the group, such as literacy classes, professional courses and the adoption of hygienist measures for health care and addictions. We noticed actions of strict disciplinary control, by the worker and his family, inside and outside the construction site. We also found a practice of sponsorship, a kind of policy favoring a restricted part of the group to the detriment of the collective, remnants of colonialist practices and an instrument of social and racial segregation. We found that the group's late access to formal education made it difficult to reflect on their own condition, which was changed only from the group's political organization, when there was internal ascension, giving the group some protagonism in the institutional political arrangement. We conclude that the presence and performance of these characters are perceived in physical or immaterial traces, where we propose, based on the results of the research and the product, to guarantee the registration and dissemination of the narratives, guaranteeing the diversity of the groups that make up the collective memory of the community. university.

Keywords: Memory. Identity. Work. University.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Operários da ESAV-UREMG - Grupo 1	25
Quadro 2 - Descendentes de Operários da ESAV-UREMG - Grupo 2.....	26
Quadro 3 - Lideranças políticas - Grupo 3	27
Quadro 4 - Gestores institucionais da memória e de pessoal - Grupo 4.....	28

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Balancete da Caixa Beneficente do Pessoal da ESAV - 1923	43
Figura 2 - Quadro: Divisão de Saúde	44
Figura 3 - Materiais fabricados por trabalhadores da ESAV. 1924	54
Figura 4 - Materiais agrícolas da ESAV – S/d.....	54
Figura 5 - Exposição de móveis fabricados pelos operários - Década de 1930.....	55
Figura 6 - Balaustres da Reitoria – Agosto 2022.....	55
Figura 7 - Operários trabalhando no areal - ESAV.....	56
Figura 8 - Construção dos bueiros - Década de 1920	57
Figura 9 - Construção da Barragem para captação de água. S/d	57
Figura 10 - Obras de saneamento	58
Figura 11 - No detalhe, o operário observa sua obra. 1925	60
Figura 12 - Preparação para instalação dos silos	60
Figura 13 - Instalação dos Silos no Vale da Agronomia - UREMG	61
Figura 14 - Restauração do quadro de formatura de 1957	63
Figura 15 - Visita de Arthur Bernardes à Liga - Década de 1930.....	66
Figura 16 - Igreja do Rosário - 1921	83
Figura 17 - Instalação de energia na Vila Giannetti - Década 1950.....	100
Figura 18 - Ofício da Junta Administrativa da ESAV -Tabela de contratação - 1934.	108
Figura 19 - Crianças usando um triângulo de nivelamento do solo - Década de 1920.....	109
Figura 20 - Criança embalando muda na ESAV – S/d.....	109
Figura 21 - Relatório de Escolaridade década de 1940.....	116
Figura 22 - Diário de classe justificativas das faltas	117
Figura 23 - Aula noturna para operários da ESAV - 1928.....	118
Figura 24 - Bello Lisboa e grupo de operários da ESAV - Década de 1920.....	122

Figura 25 - Trabalhadores da construção da ESAV com o diretor - Década de 1920.....	123
Figura 26 - Grupo de servidores da ESAV - 1934.....	124
Figura 27 - Diretor Bello Lisboa e alguns docentes da ESAV - Década de 1920.....	124
Figura 28 - Clarissa Rolfs ao lado do fogão à lenha em sua Residência.	128
Figura 29 - Clarissa Rolfs ao lado de tanques de concreto em sua Residência.	128
Figura 30 - Grupo de servidoras dentro de uma sala no Edifício Principal - S/d.....	129
Figura 31 - Mulheres carregando lenha para queima no fogão doméstico - 1922.....	130
Figura 32 - Dona Germana e outros funcionários administrativos - S/d.....	131
Figura 33 - Construtores da ESAV - Década de 1920.....	134
Figura 34 - Prédio Principal em construção - Década de 1920.....	144
Figura 35 - Vista interna do galpão das oficinas - 1925.....	145
Figura 36 - Barracão das Oficinas da ESAV - Década de 1920.....	145
Figura 37 - Réplica do sinalizador em detalhes.....	148
Figura 38 - Monumento aos ex-alunos, ou: Sino da Capela.....	149
Figura 39 - Moradias na parte central do campus da ESAV - Década de 1920.....	152
Figura 40 - Criança ao lado de porcos em fazenda nas imediações da ESAV - 1924.....	153
Figura 41 - Casa de taipã e visitantes às famílias.....	153
Figura 42 - Residência de operários com crianças à porta.....	154
Figura 43 - Vila Sete Casas - Década de 1930.....	155
Figura 44 - Vila Secundino - 2021.....	157
Figura 45 - A placa de identificação local ainda resiste.....	158
Figura 46 - Recordações da Vila Secundino S/d.....	159
Figura 47 - Cruz abandonada na Vila Secundino.....	160
Figura 48 - Cruz enfeitada da Vila Secundino.....	161
Figura 49 - Casa demolida Vila Secundino.....	162
Figura 50 - Processo de demolição - Vila Secundino.....	162

Figura 51 - Pedreira dos Araújo - Década de 1960	165
Figura 52 - Operários na Pedreira da ESAV - Década de 1920	166
Figura 53 - Helvécio Julio e colega - Década de 1950	169
Figura 54 - Comemoração do 13 de maio - S/d	173
Figura 55 - Festividades de operários S/d.....	175
Figura 56 - Equipe do Centro social (Refeitório) - 1960	178
Figura 57 - Trabalhadores da ESAV - Década de 1920.....	191
Figura 58 - Operário da construção da ESAV- Década de 1920.....	192
Figura 59 - Turma do jardim de infância - ESAV	193
Figura 60 - Crianças das classes anexas - Década de 1940.....	194
Figura 61 - O operário anônimo em três versões	195
Figura 62 - Cartaz da Exposição	200
Figura 63 - Banner de apresentação	201
Figura 64 - Texto de entrada da exposição	202
Figura 65 - Operários da ESAV - 1922 a 1948.....	203
Figura 66 - Operários da UREMG - 1948 a 1969.....	204
Figura 67 - Texto contextualização inicial	205
Figura 68 - Cotidiano Operário	205
Figura 69 - Texto de contextualização: vida cotidiana	206
Figura 70 - Lazer e tradição	206
Figura 71 - Festividade com operários - S/d.....	207
Figura 72 - Banda de Música da UREMG.....	207
Figura 73 - Texto sobre a demolição da Vila Secundino	208
Figura 74 - Restos de demolição da Vila Secundino	208
Figura 75 - A fé em Santa Cruz.....	209
Figura 76 - Cruz retirada de casa demolida da Vila Secundino	209

Figura 77 - Memorial	210
Figura 78 - Texto de apresentação do memorial.....	210
Figura 79 - Guardiões da memória.....	211
Figura 80 - Momento da abertura.....	211
Figura 81 - Público da abertura	212
Figura 82 - Visitantes	213
Figura 83 - Visitantes II	213
Figura 84 - Pesquisadora e visitantes	214
Figura 85 - Retratos de família.....	214
Figura 86 - Caixa de joias pertencente à servidora Germana de Carvalho.....	215
Figura 87 - Pesquisadora e Orientador	215
Figura 89 – Mensagens interativas deixadas por visitantes	216
Figura 90 - Livro de assinaturas e caderno interativo	217
Figura 91 - Livro de assinaturas	217
Figura 92 - Canteiro de obras	218
Figura 93 - Parecer favorável do CEP – UFV- pg 1	231
Figura 94 - Parecer do CEP - pg 2.....	232
Figura 95 - Parecer do CEP - pg 3.....	233
Figura 96 - Carta de desocupação das vilas por aposentadoria	234
Figura 97 - Contracheque da UREMG - 1961	235
Figura 98 - Carta de solicitação de pagamento atrasados - 1954	236
Figura 99- Documento Funcional - 1967.....	237
Figura 100 - Relatório de pessoal efetivo - 1930.....	238
Figura 101 - Carta de Edson Potsch Magalhães	239
Figura 102 - Placa da Lavanderia.....	240
Figura 103 - Quadro Saber e o Fazer.....	241

Figura 104 - Produção Operária - Quadro de formatura - 1931	242
Figura 105 - Produção operária - Quadro de Formatura - 1935	242
Figura 106 - Capa do informativo da ASAV	243
Figura 107 - Informativo da ASAV - pg. 4.....	244
Figura 108 – Edição 1094 - UFV Informa março de 1989 - Helvécio Julio	245
Figura 109 - Banner de apresentação - SIA 2021	246
Figura 110 - Banner de apresentação - SIA 2022	247

LISTA DE SIGLAS

ACH - Arquivo Central e Histórico da UFV

ANPUH - Associação Nacional de História

ASAV - Associação dos Servidores Administrativos da UFV

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

DEX - Divisão de Extensão

ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária

EUA - Estados Unidos das Américas

FASUBRA - Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NAPE - Núcleo de apoio a programas e projetos de extensão da UFV

NHC - Nova História Cultural

PCCTAE - Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação

PEC - Pró-Reitora de Extensão e Cultura

PGP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PUCRCE - Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos

SETEL - Sociedade Empreiteira Terraplanagem e Engenharia

TAE - Técnico-administrativo em Educação

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UREMG - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1. MEMÓRIAS OPERÁRIAS EM CONSTRUÇÃO	21
1.2. Apresentação metodológica e caracterização dos sujeitos sociais da pesquisa	22
1.3. Novos paradigmas historiográficos	30
1.3.1. Ampliações dos conceitos do campo do patrimônio.	31
1.3.2. História oral e a composição de memórias	33
1.3.3. A formação da memória coletiva e a valorização de narrativas operárias	35
1.4. Relações de poder: O controle patronal e os movimentos de reparação de memórias	37
1.4.1. O Movimento operário: O protagonismo de novos atores sociais.....	38
1.4.2. Associações mutualistas como formas veladas de controle patronal	41
1.4.3. Paternalismo e Compadrio: Práticas colonialistas de poder.....	45
1.5. Os operários na memória institucional	50
1.5.1. Protagonismo e resistência local: Às tentativas de organização coletiva interna	64
1.5.2. Políticas compensatórias e o controle disciplinar	67
CAPÍTULO 2. VIÇOSA: DAS ORIGENS TERRITORIAL E ETNOGRÁFICA À CONFORMAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO	72
2.1. Composições etnográficas do município	74
2.1.2. Os indígenas, povos originários da localidade.....	75
2.1.3. A presença dos negros nas origens do território	77
2.1.4. O lugar na cidade: O patrimônio das classes populares	81
2.5. Relações sociopolíticas no município na conformação da política nacional	85
2.5.1. A trajetória política do viçosense Arthur Bernardes e os meandros da criação da ESAV.....	89
2.6. A ESAV - 1926 a 1948 - As singularidades da Escola de Viçosa	92
2.7. UREMG - 1948 a 1969 - De Escola para a Universidade - Crescimento e conturbação.....	94
2.8. Federalização, o auge do crescimento institucional.....	101
CAPÍTULO 3. NARRATIVAS OPERÁRIAS NA COMPOSIÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL	103
3.1. Construtores da memória: O perfil socioeconômico dos operários da Universidade	104

3.2. O componente étnico-racial: Problematizando a cor dos operários	121
3.3. Interseccionalidade: A luta pela memória e pela identidade condicionada pelas relações socioeconômicas, racial e de gênero.....	126
3.4. A invisibilização dos operários no quadro de memórias da Universidade	134
3.5. Narrativas Obliteradas, marcas de trabalho, sociabilidade e de resistência.....	141
3.5.1. Universidade enquanto monumento e lugar de memória	142
3.5.2. O Sino da Capela: Monumento de resignificação da memória operária	146
3.5.3. Lugares de trabalho e moradia e seus contrastes culturais e sociais	152
3.5.4. Sociabilidade operária, o lugar do lazer, cultura e tradições.....	158
3.5.5. Espírito Esaviano: Estigma de exclusão operária	163
3.6. Narrativas operárias: Perspectivas singulares da história institucional	164
3.6.1. Espaços de reivindicação de memórias e as medidas de reparação ao apagamento	172
3.6.2. Organização e resistência política: Movimentos de reivindicação de memórias.....	180
CAPITULO 4. PRODUTO PRÁTICO DA PESQUISA	189
4.1. Imagética operária: Leitura iconográfica das memórias institucionais	190
4.2.Canteiro de obras: Registros históricos do protagonismo operário na construção da UFV.....	196
4.2.1. Textos de divulgação e de contextualização das fotografias	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
FONTES DOCUMENTAIS	222
BIBLIOGRAFIA	222
ANEXOS	231
ANEXO I - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP.....	231
ANEXO II - DOCUMENTOS	234
ANEXO III - ICONOGRAFIA DE REFERÊNCIA.....	240
APÊNDICE.....	246

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Viçosa completou no ano de 2022, noventa e seis anos de existência, registros dessa trajetória se apresentam de maneira bem diversificada, produções memorialistas e acadêmicas, narrando os meandros dessa história. A divulgação científica da Universidade não deixa de reverenciar as melhores colocações em *rankings* nacionais e internacionais, o desempenho profissional de seus ex-alunos, o nível de excelência do seu quadro docente e as estruturas físicas diferenciadas de seus *campi*. Porém, longe de contrapor essas autênticas ações de difusão institucional, buscamos com nossa pesquisa, problematizar a ausência de parte dessa comunidade acadêmica, os trabalhadores técnico-administrativos em educação (TAEs), invisibilizados nessas ações de promoção institucional.

O recorte temporal da pesquisa compreende o período de 1922 a 1969, fases da Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV e Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG findando na transição para a configuração administrativa atual, da Universidade Federal de Viçosa – UFV. Fases originárias da instituição, recorrentes nas memórias oficiais.

Em relação aos sujeitos pesquisados e ao recorte temático escolhido, optamos pelo grupo de operários, que foram os trabalhadores de atividade-meio da universidade, nas funções de construção e manutenção do campus universitário. Em que pese às diversas nomenclaturas que estes trabalhadores adquiriram ao longo da história, nossa definição pelo termo “operário” busca, principalmente, estabelecer um recorte dentro da diversidade do grupo, além de considerar que, uma vez que tratamos de memórias subalternizadas, o grupo de operários sendo à base da hierarquia funcional, estariam propícios a uma maior invisibilidade dentre os trabalhadores. Consideramos ainda, o fato de que, nos documentos e fotografias consultados, esse é o principal termo utilizado como referência aos trabalhadores operacionais ao longo da memória institucional.

Por fim, não deixamos de considerar a simbologia sociopolítica do termo, pelas mobilizações históricas protagonizadas por movimentos operários nacionais e mundiais, despontando como novos atores sociais e protagonizando movimentos de resistência proletária, contestadores da ordem social excludente.

Com isso, buscamos dar visibilidade aos operários a partir das memórias desse grupo, pelo testemunho oral e vestígios documentais apurados pela pesquisa. A partir daí,

compreender a contextualização da vivência laboral e social do grupo, destacando seu legado e divulgando suas versões narrativas de participação nas memórias da Universidade.

Em se tratando da motivação pessoal para desvendar o problema da pesquisa, considero as perspectivas: profissional e política. Do profissional, o incômodo de mais de duas décadas vivenciando e observando de perto essa invisibilidade cotidiana de exercer as funções intermediárias, entre o processo de ensino-aprendizagem, protagonizados pelos docentes e discentes. Consideramos ainda a experiência profissional, como assistente administrativa no Núcleo de Programa e Projetos da UFV - NAPE, lugar de vivências com o diverso, multidisciplinar, do papel dialógico e da diversidade da ação extensionista no meio em que atua.

O viés político de minha motivação vem da militância sindical nesta categoria de trabalhadores, da qual eu me incluo profissionalmente. A experiência de ter atuação como dirigente sindical do grupo, acompanhando as atribuições desses trabalhadores, o que nos instigou a investigar o problema de maneira diferenciada, quase como uma pesquisa-ação participante. Endossamos esse posicionamento a partir das considerações de Grada Kilomba, que ao discorrer sobre o “mito da neutralidade” na escrita acadêmica, a autora pondera que essa neutralidade só é exigida quando o discurso destoa do centro e reforça:

Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, não com palavras que descrevam a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes. Escrevo da periferia, não do centro. Este é também o lugar de eu estou teorizando, pois coloco meu discurso dentro da minha própria realidade.¹

De mesmo modo, pesquisei sobre minha própria história e de meus antepassados, o que me coloca numa perspectiva privilegiada, e legítima, para apresentar esse estudo. Essa lacuna, que poderia ser imperceptível para os outros pesquisadores, para mim se apresenta como um problema que faz parte da minha realidade e cujas respostas fortalecerão todo um grupo.

Por conseguinte, situado nosso lugar de fala, indicamos a perspectiva de nossa pesquisa, que segue o seguinte roteiro: No primeiro capítulo – Memórias em disputa, iniciamos nossa escrita tratando da reflexão teórica e metodológica, incluindo a

¹KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. p.59

conceitualização das categorias fundamentais para nossa pesquisa, tais como memória, identidade, trabalho, memória coletiva e memória operária. Consideramos ainda os estudos sobre ampliação do conceito de patrimônio cultural, bem como a fundamentação teórica sobre apagamentos e silêncios, memórias subterrâneas e o movimento de reivindicação dessas memórias. Discorreremos sobre o processo de submersão de memórias, possibilitadas pelas mudanças de paradigmas historiográficos com a Nova História Cultural e a sua relação com a micro-história. Além de estudos sobre história oral como instrumento de combate ao apagamento e estudos sobre narrativas obliteradas na universidade.

A contextualização histórica em torno do nosso objeto de estudo, foi composta no capítulo dois desta dissertação, onde apresentamos os sujeitos da pesquisa, os trabalhadores operacionais, enquanto moradores das periferias da cidade, sua vivência local. Objetivamos identificar as versões que circundam sobre a formação territorial e etnográfica do município, bem como a evolução social e política. Mas principalmente, as motivações para a criação de uma instituição de ensino superior agrícola e as características singulares dessa Escola Agrícola que representou a ESAV. Buscamos versões complementares a partir da memória institucional e da contextualização histórica dos sujeitos pesquisados, em suas relações, profissionais e sociais e seus modos de vida, ou seja, a partir desse contexto sociopolítico entender o papel desses trabalhadores e suas estratégias para garantir melhores condições de trabalho e vida.

No terceiro capítulo, estruturamos as informações apuradas com as fontes, orais e documentais, analisando os resultados da pesquisa a partir dos registros orais dos entrevistados. Essa etapa inclui ainda a busca de conexão com a bibliografia específica em dialógico com as lembranças dos entrevistados sobre temas primordiais para o estudo. Além disso, destacamos as narrativas de importância histórica para a recomposição da memória oficial, alguns pontos de divergência e de confirmação da memória oficial. No capítulo quatro, tratamos da parte pragmática de nosso estudo, exigência do programa de mestrado, a proposta de elaboração de um produto prático a partir da pesquisa. Destarte preparamos um produto divulgador das memórias obliteradas e para isso realizamos uma exposição de fotografias retratando os operários das duas fases institucionais abarcadas na pesquisa, em sua vida laboral ou social, uma forma de sublevação dessas narrativas. A exposição fotográfica: *Canteiro de Obras: Protagonismo operário na construção da UFV*, aconteceu no período de vinte e seis de outubro a onze de novembro de 2022 na Estação Cultural da UFV. A mostra teve grande repercussão local, sendo amplamente compartilhada nos canais de comunicação

institucionais, rádios e jornal impresso de Viçosa, promovendo a difusão da temática para toda a comunidade. No encerramento da exposição, o livro de assinaturas fechou com cento e oito visitantes registrados.

Sublinhamos que, através do nosso estudo propomos novas perspectivas sobre a história de vida dos operários, construtores da ESAV e UREMG, um outro olhar sobre esse fato histórico, buscando problematizar o passado e partir dessa indagação, na busca de fontes alternativas ou interpretações diversas sobre o nosso objeto de estudo.

Retomamos com os conceitos apresentados pela escritora, Chimamanda Ngozi Adichie², de que uma única versão da história pode roubar a dignidade das pessoas, e que as múltiplas histórias vêm no sentido de reparar essa dignidade perdida: “As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.” A partir das considerações da autora, procuramos entender o passado de forma crítica e consciente, certos que, desvendar narrativas históricas, oportuniza o lugar de fala, empoderamento da identidade dessas comunidades até então, marginalizadas pela memória oficial.

Logo, com as devidas considerações, a partir do estudo proposto, pretende-se realçar as memórias dos operários, enquanto sujeitos comuns, de extraordinariedade admirável, conforme definido por Michel de Certeau³ pela extraordinária simplicidade. “É lastimável constatá-lo: quanto nos falta ainda compreender dos inúmeros artifícios dos ‘obscuros heróis’ do efêmero, andarilhos da cidade, moradores dos bairros, leitores e sonhadores, pessoas obscuras das cozinhas. Como tudo isto é admirável!” porém extraordinários, seus conflitos, lutas, resistência e conquistas. Nosso objetivo foi registrar a narrativa operária também pelo viés social, registrar esse legado, problematizando esse apagamento, sem deixar de considerar, as contribuições de cunho científico da emersão dessas memórias, como novas fontes, aos futuros pesquisadores.

² ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história**. Tradução Julia Romeu. 1ª Edição, Editora Companhia das Letras. São Paulo 2019. p.32

³CERTEAU, Michel. et.all. **A Invenção do Cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 9ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 342

PARTE I

CAPÍTULO 1. MEMÓRIAS OPERÁRIAS EM CONSTRUÇÃO

As questões provocativas do poema da epígrafe, “Perguntas de um operário que lê”, de Bertolt Brecht⁴ corroboram com as indagações problematizadas por esta pesquisa sobre as memórias dos operários construtores da ESAV e UREMG. Quem construiu as obras que vemos hoje na UFV? E a manutenção de um *campus* tão limpo? Obras de operários anônimos, invisibilizados socialmente, porém com marcas em grandes feitos institucionais. Foram os operários, adultos e crianças sem nome, sem história, autores de monumentos, mas excluídos da herança patrimonial. Com essas questões do operário letrado, Carlo Ginzburg⁵ define: “As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso.” Com entendimento questionador, colocamos algumas questões para reflexão: Quem são os operários, cujas narrativas pretendemos realçar? De que maneira a modesta história de vida desses indivíduos repercutirá no âmbito acadêmico e principalmente historiográfico? Essas indagações deverão ser respondidas ao longo do trabalho, porém, consideramos primordiais para suscitar o debate teórico em torno do nosso objeto de estudo, o de realçar as narrativas dos operários, no quadro de memórias da Universidade Federal de Viçosa, suas histórias de lutas, modos de vida e de trabalho.

Refletindo sobre a relação do nosso objeto de estudos, com a linha de pesquisa, Patrimônio, Memória e Identidade, nos permitiu discutir os elementos indispensáveis para a pesquisa no campo do patrimônio cultural e nos estudos de memória e identidade, para entender as evoluções no campo do patrimônio que ganhou forças pela ampliação da perspectiva histórica com a inserção antropológica ou etnográfica aos estudos históricos.

Iniciamos nossa escrita dissertativa tratando da reflexão teórica e metodológica, incluindo a conceitualização das categorias fundamentais para nossa pesquisa, tais como memória, identidade, trabalho, memória coletiva e memória operária. Esta base fundamental para estudar as diversidades de narrativas e memórias de grupos subalternizados foi construída a partir da história oral, através das entrevistas endossamos nosso estudo pela valorização da diversidade de memórias.

⁴ BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.

⁵GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Cia de Bolso, 2006. p.11

1.2. Apresentação metodológica e caracterização dos sujeitos sociais da pesquisa

No presente trabalho propomos a realização de um estudo sobre as narrativas dos operários, trabalhadores da construção e manutenção do campus da UFV omitido na memória oficial da Universidade. Por conseguinte, optamos por uma pesquisa de cunho qualitativo, de caráter exploratório e descritivo, sob a forma de estudo de casos através da entrevista narrativa. A sondagem partiu de pesquisa exploratória documental, realizada no município de Viçosa nos seguintes órgãos da UFV, Arquivo Central e Histórico, Museu Histórico e na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Também foi necessária a pesquisa nos arquivos da Associação Sindical dos Servidores Administrativos da UFV - ASAV e nos acervos digitais da Fundação Getúlio Vargas. A partir da pesquisa documental, visamos identificar o histórico de participação política desses trabalhadores no contexto estudado. Em princípio o presente estudo envolveu nas entrevistas os operários, servidores técnico-administrativos aposentados da UFV, que teriam atuado profissionalmente na área de construção, conservação e manutenção do campus da UFV no período de 1922 a 1969. Também foram consideradas as entrevistas com os descendentes destes servidores, quando não foi possível arguir os sujeitos da pesquisa por restrições físicas, mentais ou até mesmo falecimento. Entrevistamos ainda algumas lideranças políticos-sindicais da categoria, apontadas nas entrevistas. Em contraponto arguimos também alguns gestores públicos da Universidade, ligados à memória e gestão de pessoal.

A definição dos entrevistados foi realizada por meio da técnica bola de neve⁶, que se trata de uma técnica de amostragem não probabilística onde os sujeitos entrevistados indicam outros membros do grupo estudado. Optamos por esse método uma vez que estamos trabalhando com grupo restrito de testemunhas orais, para responder ao nosso inquérito. Para tal intento, pretendeu-se a examinação da documentação em torno desses trabalhadores bem como pesquisa na bibliografia produzida sobre a história institucional, comparando com a narrativa do grupo, apurada nas entrevistas.

Consideramos que os fundamentos do presente estudo, estão associados ao reconhecimento e valorização do grupo estudado e que, ao promovermos a inclusão histórica dessas vozes, despertamos neste grupo, o sentimento de cidadania, fortalecendo a identidade. Por outro lado, a inclusão desses depoimentos, poderá enriquecer a memória historiográfica

⁶BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (bola de neve)**: uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: Congresso Nacional de Educação, 2011.

institucional pela diversidade de narrativas históricas, compondo o quadro de memória oficial, servindo ainda, como novas fontes para futuras pesquisas.

Em síntese, os sujeitos pesquisados foram às pessoas que de alguma forma participaram da construção da memória ufeviana, seja no labor, seja de ouvir falar de um lugar privilegiado ou ainda na manufatura da memória oficial. Desse modo tivemos como sujeitos os operários, seus descendentes, lideranças sindicais e servidores públicos, responsáveis pela gestão de pessoas e da memória institucional. Tivemos três homens e uma mulher representando os operários, propriamente ditos, servidores aposentados que trabalhavam na ESAV e, ou, UREMG, compondo o Grupo 1. O Grupo 2, dos descendentes de operários, foi constituído por seis filhos de ex-operários da ESAV/UREMG, quatro homens e duas mulheres, sendo que, destes, cinco também foram ou ainda são, servidores da UFV. Já o Grupo 3, das lideranças sindicais da categoria, foi composto por quatro homens representando as lideranças sindicais, dos técnico-administrativos, do grupo operacional, indicados em entrevista ou identificado na fase da pesquisa documental. Por fim, de forma a entender o contraponto institucional, o Grupo 4, foi formado por três homens e uma mulher, ligados à gestão de pessoas e da memória institucional também identificados durante a pesquisa. Não foi possível garantir uma paridade entre homens e mulheres nas entrevistas, pelo fato de as mulheres estarem sub-representadas numericamente se comparadas à população masculina de operários. De todo modo, ainda que não tenha sido objetivo desse estudo, foi observado como os papéis eram distribuídos entre homens e mulheres.

As entrevistas foram realizadas em grande parte de forma remota, devido às restrições sanitárias decorrentes da pandemia da Covid-19⁷, que acabou por restringir a participação de outros operários. Por causa da idade avançada, ou saúde fragilizada, sem falar nas vidas e memórias ceifadas pela síndrome gripal, onde perdemos um grupo significativo de personagens, que certamente poderiam enriquecer nossos relatos. Diante dessas decorrências do período pandêmico, finalizamos nossas entrevistas com o número total de dezoito entrevistados, considerando todas as categorias de entrevistados.

A análise dos dados foi mediada pela imersão nas publicações memorialistas sobre a memória institucional, analisando a abordagem que o quadro de memórias aponta, em diálogo com outros autores que trataram temas relacionados. A partir dessa análise, bem como da

⁷ A decretação de pandemia da Covid-19 foi estabelecida em março de 2020 com restrição de funcionamento de órgãos públicos, suspensão de funcionamento de escolas e universidades brasileiras que funcionaram por longo período somente de forma remota.

pesquisa documental, preparamos as questões das entrevistas. Ao mesmo tempo, a partir das entrevistas, a história oral apurada foi comparada com a pesquisa bibliográfica e documental. A partir de essa análise triangular formulamos nosso texto dissertativo que apurou ainda, as políticas de saneamento presentes nessa relação laboral, os traços de regime autoritário e disciplinado, as relações de compadrio e apadrinhamento entre outras práticas recorrentes a esse contexto histórico e que nos remete a autores que estudam a classe operária e as relações étnico-raciais no mesmo período.

A partir de um roteiro de entrevistas, direcionamos os relatos de forma a estimular o entendimento sobre a história de vida dos entrevistados. Tais registros permitiram uma incursão histórica nos costumes e modo de vida desses indivíduos, com destaque a relação profissional dos operários, sem deixar de considerar as relações sociais, para entender o que era ser operário naquela época, seu papel na sociedade e na construção da Universidade.

Nessa etapa de análise incluímos ainda a utilização, os gatilhos de memória, que foi a introdução de algumas palavras-chaves, utilizadas durante as entrevistas, no intuito de provocar algumas lembranças específicas com importância para composição do estudo. As principais palavras utilizadas foram: Vilas Operárias; Galpão de obras; Candinho; Pedreira; Prédio Principal; Represas; A Reta; Ladeira dos Operários; Sino da Capela; 1º de maio; Quadros de formatura; Alfabetização dos operários, presença feminina, atrasos de pagamento e Saúde dos operários. Tais palavras foram elaboradas a partir do estudo bibliográfico sobre as memórias da universidade e das primeiras entrevistas, sendo acrescentadas ou excluídas a cada entrevista, à medida que o entrevistado desviava do assunto principal. As palavras e expressões serviram como um gatilho para um tema ainda não abordado pelo entrevistado ou que necessita de uma confirmação ou negação de outras narrativas apuradas, observando recorrência ou similaridade do que seria a memória coletiva do grupo.

Não obstante o anonimato previsto inicialmente, consideramos a necessidade da identificação nominal dos operários entrevistados. Tal identificação se configurou como essencial para dar coerência ao nosso trabalho, pois, uma vez que buscamos reparar o apagamento dessas memórias, precisamos identificar quem as produziram. Por conseguinte, a partir de autorização individual dos entrevistados, fizemos a identificação nominal de todo o Grupo 1, parte do Grupo 2, mantendo no anonimato duas entrevistadas que não conseguimos contato para autorização expressa da identificação. Contudo, os demais entrevistados sem relação direta com os sujeitos da pesquisa, Grupo 3 e Grupo 4, foram mantidos no anonimato por não interferir em nosso objetivo.

Sendo assim, estruturamos o perfil dos entrevistados em quadros de apresentação conforme o grupo de entrevistados. Os quadros apresentam o resumo da caracterização desses entrevistados e foram divididos em grupos:

Quadro 1 - Operários da ESAV-UREMG - Grupo 1

IDENTIFICAÇÃO ⁸	VÍNCULO INSTITUCIONAL	PERFIL	OBSERVAÇÃO
Benedito Celestino da Silva	Aposentado: UREMG/UFV Auxiliar operacional, trabalhou no DER e Reitoria 1957 a 1991	Nascido em Paula Cândido no ano de 1940, autodeclarado branco. 81 anos. Entrevista: 21/05/2021 - Duração: 02:00 - Presencial	Foi garçom no Bar Alaska e balconista no Bar do Diretório Acadêmico que funcionava no edifício Arthur Bernardes nos fins da década de 1950.
Helvécio Júlio	Aposentado: ESAV/UREMG/UFV Trabalhou como auxiliar rural no DZO e como eletricitista até aposentadoria. 1945 a 1992	Nascido em Viçosa no ano de 1927, autodeclarado negro, 94 anos. Entrevista: 20/05/2021 - Duração: 01:21:47 Remota	Nascido na Fazenda dos Araújo nos terrenos desapropriados pela ESAV. Foi com o pai para a Fazenda de Lindóia de Bello Lisboa, na década de 1930. Filho do Operário: Antônio Júlio (ESAV).
Maria Beralda Xavier	Aposentada: UREMG/UFV Auxiliar de economato, no Centro Social (Refeitório) e Casa de Hóspedes 1967 a 1995	Nascida em Viçosa, no ano de 1949, autodeclarada parda. Entrevista: 30/04/2021 - Duração: 01:34:30 Remota	Foi transferida para o campus Florestal em 1977. Filha do operário Geraldo Zeferino Xavier que trabalhou como zelador do Prédio Principal na década de 1940
Miguel Arcanjo dos Santos	Aposentado: UREMG/UFV. Trabalhou como servente e pintor, aposentou-se como técnico de laboratório de solos no DPS. 1954 a 1991	Nascido em Viçosa, no ano de 1940, autodeclarado negro, 81 anos. Entrevista: 23/06/2021 - Duração: 02:43:55 Remota	Nascido e criado na Rua Nova, morou na Vila Secundino. Filho do operário Antônio dos Santos, analfabeto, porém <i>expert</i> em enxertia ainda na década de 1930/1940 (ESAV).
Quantitativo	3 homens + 1 mulher = Total 4 entrevistados		

⁸De forma a atender os objetivos da pesquisa, houve identificação nominal dos operários nos casos expressamente autorizado pelos entrevistados.

Produzido pela pesquisadora 2023

Quadro 2 - Descendentes de Operários da ESAV-UREMG - Grupo 2

IDENTIFICAÇÃO ⁹	VÍNCULO	PERFIL	OBSERVAÇÃO
Descendente 3 anônimo	Descendente	Nascida em Viçosa, no ano de 1962, autodeclarada preta. Entrevista: 05/05/2021 - Duração: 00:22:47 Remota	Descendente do operário: José Valentino da Cruz (Candinho) - UREMG Candinho era cozinheiro do Centro Social, referência como líder dos operários, nas décadas de 1950 a 1960.
Edmilson Oliveira da Paixão	Técnico-Administrativo da UFV - Bombeiro Hidráulico - admitido em 1976 ainda na ativa.	Nascido em Viçosa no ano de 1960, autodeclarado negro. Entrevista: 02/05/2021 - Duração: 02:13:37 - Presencial	A avó paterna veio de Sabará para Viçosa como escravizada da família Machado. Em 1898, teve o primeiro filho, Raimundo Nonato da Paixão, nascido em 1900 e que trabalhou na construção do Prédio Principal na década de 1920.
Geraldo Magela Lopes Rosado (Branco)	Técnico-Administrativo aposentado da UFV 1975 a 2013	Nascido em Viçosa no ano de 1954, autodeclarado branco. Entrevista: 27/04/2021 - Duração: 02:27:00 Presencial	Filho do operário: Francisco Lopes Rosado (Chico Onça) - UREMG Chico Onça foi soldado na II Guerra Mundial. Na Universidade, trabalhou com Dona Germana no Centro Social que virou sua comadre.
Gerson da Paixão	Técnico-Administrativo da UFV - Eletricista - admitido em 1979 ainda na ativa.	Nascido em Viçosa no ano de 1962, autodeclarado negro. Entrevista: 30/04/2021 - Duração: 01:34:30 - Presencial	Filho do operário: Raimundo Nonato da Paixão, que trabalhou na construção da Estação, Hotel Rubin, Fórum de Viçosa, Escola Edmundo Lins e Prédio Principal na década de 1920.
Descendente 4 anônimo	Técnico-Administrativo aposentada da UFV.	Nascida em Belo Horizonte no ano de 1951, autodeclarada negra. Entrevista: 12/05/2021 - Duração: 01:40:48 Presencial	Descendente do operário: Júlio Augusto Costa, que foi mestre de obras do Ginásio de Esportes.
Marcelo de Freitas	Técnico-Administrativo aposentado da UFV	Nascido em Viçosa no ano de 1951, autodeclarado pardo Entrevista : 13/05/2021	Filho do operário: Ritair de Freitas - ESAV -UREMG e neto do operário: Cassiano de Freitas - ESAV . O Avô foi porteiro do Prédio Principal na

⁹ Houve identificação nominal nos casos expressamente autorizados pelos entrevistados e garantia do anonimato nos casos onde não foi possível recolher a autorização de identificação.

		- Duração: 01:43:03 Remota	década de 1930-1940.
Quantitativo	4 Homens e 2 Mulher Total: 6 entrevistados		

Produzido pela pesquisadora 2023

Quadro 3 - Lideranças políticas - Grupo 3

IDENTIFICAÇÃO¹⁰	VÍNCULO	PERFIL	OBSERVAÇÃO
Liderança 1	Técnico-Administrativo aposentado da UFV - Operador de telecomunicações	Nascido em Coimbra no ano 1946, autodeclarado pardo. Entrevista: 07/05/2021 - Duração: 01:04:29 Presencial	Indicados em entrevistas.
Liderança 2	Técnico-Administrativo aposentado da UFV - Administrador 1977 a 2019	Nascido em Viçosa, zona rural, no ano de 1953, autodeclarado preto. Entrevista: 07/05/2021 - Duração: 01:04:29 - Via Questionário online	Indicados em entrevistas.
Liderança 3	Técnico-Administrativo aposentado da UFV Assistente em Administração	Nascido em 1960, autodeclarado branco. Entrevista: 11/05/2021 - Duração: 02:18:30 Presencial	Indicados em entrevistas.
Quantitativo	3 Homens e 0 Mulher Total: 3 entrevistados		

Produzido pela pesquisadora 2023

¹⁰ Identificação nominal omitida por não interferir nos objetivos do estudo e garantia do anonimato

Quadro 4 - Gestores institucionais da memória e de pessoal - Grupo 4

IDENTIFICAÇÃO ¹¹	VÍNCULO	PERFIL	OBSERVAÇÃO
Gestor 1	Técnico-Administrativo aposentado da UFV 1978 a 2017	Nascido em 1956 autodeclarado branco. Entrevista: 06/05/2021 - Duração: 01:51:06 Remota	Atuação na gestão da memória institucional
Gestor 2	Técnico-Administrativo da UFV 2011	Nascido em 1981, autodeclarado preto. Entrevista: 27/05/2021 - Via Questionário online	Atuação na gestão da memória institucional
Gestor 3	Técnico-Administrativo da UFV 1993	Nascido em 1966 , autodeclarado preto. Entrevista: 30/04/2021 - Via Questionário online	Atuação na gestão de pessoal
Gestora 4	Produtora Cultural Aposentada da UFV	Nascida em 1942, autodeclarada branca. Entrevista: 25/06/2021 - Duração: 02:49:35 Presencial	Atuação na gestão da memória institucional
Quantitativo	3 Homens e 1 Mulher Total: 5 entrevistados		

Produzido pela pesquisadora 2023

Concluída a apresentação dos entrevistados e discussão sobre a metodologia apresentamos a composição do grupo do quadro profissional pesquisado, quanto à origem, perfil racial, dados sobre escolarização e composição de gênero, participação de mulheres e crianças. Para essa parte do estudo, foi importante caracterizar os sujeitos chamados operários, que compreendem os trabalhadores da construção e manutenção institucional, desde as primeiras instalações da Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV (1922 a 1948), fechando no período da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG

¹¹ Identificação nominal omitida por não interferir nos objetivos do estudo e garantia do anonimato

(1948 a 1969), antes da transformação em Universidade Federal de Viçosa – UFV, ocorrida a partir de 1969. Pelas características desse estudo, utilizaremos as siglas ESAV e UREMG quando tratarmos de situações do nosso recorte temporal, contudo, em situações comparativas com ações do presente utilizaremos a sigla UFV. De modo genérico usaremos os termos, instituição ou universidade.

A fundamentação teórica da pesquisa considerou apenas os aspectos básicos do movimento operário, contudo, o foco do estudo não foi em relação à mobilização política desses sujeitos, praticamente incipiente no recorte pesquisado, mas na apuração da história de vida desses sujeitos, esse viés surge de forma subjetiva.

Por conseguinte, enfocamos nas memórias relacionadas à relação social e laboral, conforme ancorado por Eric Hobsbawm¹², que, em seus estudos sobre a história operária, problematiza que os primeiros estudos sobre os trabalhadores focaram na relação profissional e política, não dando enfoque à história de vida e social desses sujeitos. O autor constata que essa categoria de estudo, dos operários enquanto indivíduo social representa “um fenômeno novo na história” e pondera pela necessidade de ampliação dos estudos de caráter sociopolítico. Por sua vez, Hardman e Leonardi¹³, problematizam esse apagamento da memória operária no Brasil e propõem um estudo completo, não apenas do chão de fábrica, mas um estudo sobre a condição de vida e do cotidiano do operário. Os autores consideram que a temática demorou a ser preocupação da pesquisa universitária, um dos motivos que reforçaria esse apagamento, como também pela omissão dos detentores do poder em facilitar o acesso à documentação, para pesquisas sobre as classes trabalhadoras. Dessa forma entendem que “a compreensão da experiência histórica da classe operária brasileira somente pode ser realizada se forem levadas em conta as inúmeras determinações que agem sobre ela.”

Por conseguinte, corroboramos com as constatações dos autores, ao propormos um estudo sobre a classe operária de forma a investigar a história de vida dos sujeitos, a relação de trabalho, organização social e política do grupo, os conflitos ou segregação social e a desigualdade vivenciada por esses operários. Com isso, propomos entender a progênie desses apagamentos e, principalmente, as estratégias de resistência e a insurreição desse grupo.

¹²HOBBSAWM, Eric J. **Os Trabalhadores** – Estudos sobre a História do Operariado 1981, p.7-8

¹³Hardman e Leonardi. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991, p.8

1.3. Novos paradigmas historiográficos

As concepções de novas tendências historiográficas contribuíram para uma história mais abrangente e totalizante e possibilitou uma ampliação de narrativas, esse movimento ficou conhecido como Nova História Cultural - NHC, que preconizava a valorização da diversidade e da interdisciplinaridade nos estudos históricos, o alargamento da noção de fontes, compreendendo os mais diversos campos. Para Marc Bloch¹⁴ a Nova História Cultural surge como uma história-problema: “a importância de produção voltada para todas as atividades humanas e não só a dimensão política, e por fim, a necessária colaboração interdisciplinar.” Assim, Peter Burke¹⁵ conjectura que, a partir da NHC, os estudos históricos passaram por uma significativa mudança, interagindo com conceitos interdisciplinares de outras ciências e passando para uma história mais abrangente e totalizante. Novas tendências historiográficas que possibilitaram enxergar essas diferentes narrativas, que nas palavras do autor “ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais” reforçando a importância da ampliação das fontes e de aperfeiçoamento metodológico da pesquisa histórica.

De fato, os novos paradigmas propostos, conferiu um caráter multidisciplinar aos estudos históricos, que, com isso passa-se a valorizar a pesquisa partindo da história de pessoas comuns para entender um contexto histórico ampliado, contudo, conforme pontua o historiador Ronaldo Vainfas, a corrente historiográfica que se firmava na França, não foi assimilada de imediato pelos historiadores brasileiros, conforme pontua:

O exemplo do ocorrido na França da década de 1970, os historiadores brasileiros aparecem ali ora defendendo a história marxista, a história social totalizante contra a história reacionária praticada pelos historiadores das mentalidades, ora defendendo o estudo das representações para explorar novas fontes e preencher lacunas deixadas em aberto pelos estudos socioeconômicos.¹⁶

¹⁴BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008. p. 10

¹⁵BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. Tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991. p. 89.

¹⁶VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história: Os protagonistas anônimos da história**, Rio de Janeiro: Campus, 2002. p.8

Apesar dessa dualidade conceitual destacada, o autor analisa que somente a partir do final da década de 1970 começa a introdução desses novos preceitos historiográficos no Brasil, que começaram a se firmar através da ampliação dos programas de pós-graduação em humanidades e da pesquisa universitária. Incluindo os estudos sobre a micro-história, priorizando categorias até então marginalizadas dos estudos históricos, possibilitando “a história de indivíduos, comunidades e pequenos enredos construídos a partir de tramas aparentemente banais, envolvendo gente comum”. Uma forma da valorização de recortes específicos de indivíduos ordinariamente comuns. De mesmo modo, como observado pelo autor, em nossa pesquisa bibliográfica, verificamos maior abrangência de interação com grupos invisibilizados, a partir das pesquisas acadêmicas de graduação e pós-graduação. A partir dessas pesquisas, observamos situações problemas que contemplaram grupos socialmente marginalizados.

Essas novas formas de fazer história, diversificando as temáticas, fontes e métodos, muito contribuíram para dar espaços a narrativas de grupos desprestigiados historicamente, como no recorte temático que buscamos nessa pesquisa, que investigou o legado dos operários obliterados na memória institucional da Universidade.

1.3.1. Ampliações dos conceitos do campo do patrimônio.

No campo do patrimônio, a ampliação do conceito de patrimônio cultural avançou também a partir de mudanças normativas, ensejadas na Constituição Federal de 1988, que, passa a contemplar essa amplitude do patrimônio cultural brasileiro. A mudança constitucional trouxe avanços no conceito de Patrimônio Cultural, dando um sentido mais amplo e universal. Além disso, no que tange à proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro, seja material ou imaterial, garantiu a responsabilidade ao poder público, pela implantação de políticas de preservação e promoção do patrimônio histórico. Ainda no campo normativo, o decreto 3551/2000¹⁷, que assegurou a importância da valorização e registros da cultura imaterial como as festas, religiões, musicalidades, dança, culinária, ou seja, tradições e valores, agregando valor aos aspectos imateriais da cultura popular. Em que pese o valor

¹⁷BRASIL. DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial** e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Consulta em 11 jan 2022.

dessas medidas de reparação, conforme aponta Maria Cecília Londres Fonseca,¹⁸ é preciso garantir o fortalecimento dessas novas práticas, de forma a não descaracterizar essas tradições, que problematiza as contradições nessas políticas, contudo, a autora reforça os avanços positivos da ampliação desse modelo. “No mesmo sentido, as novas questões levam a sociedade a uma compreensão mais rica da noção de patrimônio cultural, e certamente mais próxima de seus interesses.”

Como demonstrado, as questões levantadas por essa ampliação da concepção de patrimônio cultural, não só alarga o campo histórico, mas também promove a ressignificação das memórias de grupos e culturas, até então, não consideradas no seu valor imaterial. Essa diferenciação do patrimônio tangível e intangível é discutida por Nestor Canclini¹⁹ que analisa o processo de segregação dos tipos de patrimônio em material e imaterial. Prática que se firmou a partir da inserção da perspectiva antropológica ou etnográfica nesse campo, mas também pela ebulição nas relações sociais, onde os grupos sociais não contemplados nas memórias nacionais passaram-se a exigir maior representatividade nas escolhas desses patrimônios. O autor defende que este, deve ser estudado como espaço de luta, material e simbólica entre as classes e os grupos. Conforme salienta o autor, a revolução tecnológica permitiu o encurtamento das distâncias geográficas e conseqüentemente, estimulou o fortalecimento das memórias nacionais e valorização das memórias locais e regionais como forma de sobrevivência dessa identidade nacional frente ao avanço da globalização. Portanto, considerar os bens imateriais como patrimônio representou uma forma de contemplar e valorizar essa diversidade cultural, uma “política cultural emergente”, para ressignificação do patrimônio com novas práticas e relações sociais.

Por sua vez, Stuart Hall²⁰ argumenta como positiva essa desconstrução de uma cultura nacional, o autor defende a valorização do sentimento de comunidade como perpetuação pela memória do passado em comum, na preservação da diversidade da herança cultural. Consideramos que essa ampliação do conceito de cultura favoreceu os estudos e difusão da história dos que vivem a cultura periférica, rica em tradições e sabedoria popular. Sendo assim, amparados ainda nas ideias de Marc Bloch²¹ de que “a verdadeira história interessa-se

¹⁸FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: Regina Abreu & Mário Chagas. **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. 2a ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 74 -75.

¹⁹CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados – mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz S. Henriques. 3ª. Edição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009. p. 97

²⁰HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 62

²¹BLOCH, 2008, Ibid., p.20

pelo homem integral, com seu corpo, sua sensibilidade, sua mentalidade, e não apenas suas ideias e atos [...]” entendemos que os estudos desses grupos e práticas, cada vez mais ampliadas, permitem essa difusão de valores e tradições de comunidades até então inalcançáveis.

1.3.2. História oral e a composição de memórias

Essa ampliação de conceitos sobre cultura, bem como as mudanças nos paradigmas historiográficos, potencializaram as práticas de colecionar, arquivar, conservar, exaltando a importância da diversificação da cultura, estimulando a apropriação de espaços de memórias, ou a reivindicação memorial. Certamente essa guinada no modelo de valorização cultural, também representou novas possibilidades de fontes, principalmente para a historiografia, o que influenciou diversas pesquisas acadêmicas e trabalhos historiográficos em busca de contemplar essas diversidades. As significativas mudanças no enfoque historiográfico, como a Nova História Cultural, a micro-história e a ampliação do conceito de patrimônio cultural, ensejaram novas abordagens para dar conta das subjetividades e da fluidez das diversificadas fontes. Nesta linha, passa-se a valorizar os estudos de grupos não contemplados na história, o caráter cultural e as relações sociais, como bem define Paul Ricoeur,²² de que a história do homem foi substituída pela história dos homens em sociedade, sendo essa abordagem elementar para os estudos da condição humana e suas relações sociais. O autor entende que história é uma prática social, visto que, não existe história sem erudição, ou seja, sem acúmulo de conhecimento, pesquisa e estudo. Vêm de Marc Bloch²³ umas das definições mais significativas sobre a história de que “A história é busca, portanto escolha. Seu objeto é passado: “A própria noção segundo rejeita a noção da história como objeto da ciência e retruca “seu objeto é o “homem”, ou melhor, 'os homens,' e mais precisamente “homem no seu tempo”. O autor problematiza ainda a relação entre história e memória, que traduz como “memória é uma das principais matérias primas da história, mas não se identifica com ela.”

Tomando como parâmetros as ideias de Carlo Ginzburg²⁴ de que os estudos sobre as classes subalternas são carregados da subjetividade dos sistematizadores.: “Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesão do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam.” Dessa forma, a legitimação dessas narrativas específicas, dificulta ainda mais a inserção de grupos subalternizados na formação

²²RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007

²³BLOCH, 2008. Op.Cit., p.17 e p.24

²⁴GINZBURG, 2006. Op.Cit., p.13

de memórias oficiais, como o caso da formação do quadro de memórias da UFV. Logo, nossa busca pelas narrativas do grupo foi principalmente pela história oral, apuradas através de entrevista com as testemunhas desse período histórico, ou como memórias secundárias dos herdeiros dessas narrativas históricas.

Em face da problemática do acesso ou inexistência dos registros dessas narrativas, consideramos mais adequados para essa recomposição memorial os procedimentos metodológicos da história oral, em busca dos rastros memoriais e da história de vida desses sujeitos invisibilizados, conforme assinala David Lowenthal²⁵, “a história escrita progrediu às custas das memórias e dos artefatos, porém, nas culturas que não tem escrita ou que não podem guardar registros de acontecimentos, a memória desempenha papel primordial na transmissão do legado.” Portanto, o embasamento de construção da história dos operários perpassa pelos registros dessas memórias subterrâneas, no sentido abordado por Michael Pollak:²⁶ “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas, presente no interior desse grupo, que, como parte integrante de culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’ [...]”. Entendemos essa oposição como pontos de partida para identificar os contrapontos apresentados a partir das narrativas investigadas.

Atentos às críticas em relação às subjetividades das fontes orais, buscamos argumentos em Paul Thompson²⁷ que reforça que o historiador deve indagar suas fontes primárias, mas sinaliza que as fontes clássicas também podem conter distorções. Corroboram com essa tese, os conceitos de Michael Pollak sobre a construção social da memória e dos documentos:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta.²⁸

²⁵LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto de História, São Paulo, nº 17, nov., p. 63-201,1998.

²⁶POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. p. 4

²⁷THOMPSON, Paul. **A voz do passado - História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

²⁸POLLAK, 1992, Op. Cit., p. 8

De mesmo modo, ao discorrer sobre a subjetividade das fontes, a partir das intenções dos sujeitos que as elegeram, Lucilia de Almeida Neves Delgado²⁹ afirma que a legitimidade dessas fontes será conferida pelo confronto dos dados coletados nas fontes secundárias. A autora reforça a legitimidade das fontes orais na construção de narrativas coletivas e aponta que a construção das narrativas não registradas perpassa pela memória das testemunhas desse tempo ou de seus descendentes através das histórias e tradições, vivenciadas ou herdadas pelas memórias repassadas por gerações.

Dessa forma, através da história oral poderemos inquirir de forma mais assertiva as narrativas não acessíveis em arquivos ou na memória oficial, desvelar os apagamentos de grupos constituídos, como operários, negros, mulheres, entre outros grupamentos invisibilizados nessas narrativas. Para o contexto do trabalho, além das fontes orais, foram necessárias novas indagações às fontes existentes, novas perguntas aos documentos, como entende Prost³⁰, a indagação do historiador faz perceptível à fonte histórica, retirando o silêncio dos documentos, ou seja, mudar a pergunta e, com isso, permitir um registro genuíno e coerente com os anseios dos narradores.

1.3.3. A formação da memória coletiva e a valorização de narrativas operárias

Uma vez discutida a subjetividade das fontes, devemos nos atentar ao valor social das narrativas individuais na formação da memória coletiva, Conforme constatado por Maurice Halbwachs³¹ as memórias de um sujeito não são apenas deste, uma vez que essas lembranças coexistem pelo contexto e coerção social. O autor apresenta o principal eixo de formação da memória coletiva, ou seja, a interdependência de lembranças do grupo que produziu tais memórias. Esse mesmo princípio é abordado por David Lowenthal³² de que memórias se complementam para se sustentarem e de que, o conhecimento do passado é balizado por influências do presente, um processo inerente ao indivíduo que pode ser confrontado a partir das memórias de outros indivíduos, formando uma memória coletiva ou compartilhada. O processo de formação da memória coletiva é descrito por Michel Pollak³³ como um ponto

29DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 19

³⁰ PROST, Antoine. Os conceitos. In: **Doze Lições de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 78

³¹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

³² LOWENTHAL, 1998, Op. Cit.

³³ POLLAK. 1989, Op. Cit., p. 4

comum na coesão de memórias entre os indivíduos e a partir daí os pontos consensuais a serem lembrados, que se legitimam, através da memória coletiva desse grupo.

O crescente movimento de reivindicação de memória e seu caráter imediatista são discutidos por Carlo Ginzburg³⁴ que avalia os fatores que justificam a “tentativa de inserir a memória numa visão historiográfica menos estreita” o que chamou “múltiplos motivos”. Para explicar a intensidade em que se discute a história, memória e esquecimento nas últimas décadas. O historiador destaca três fatos, sendo o iminente desaparecimento das testemunhas orais; o surgimento de movimentos nacionalistas e a crescente insatisfação com a irreducibilidade da memória à história e reflete: “História”, aqui, significa *res gestae*, e não história *rerum gestarum*: uma experiência vivida no passado, não um conhecimento distante deste.

Para sanar os equívocos desta polêmica comparação entre história e memória, Pierre Nora³⁵ entende a história como um registro epistemológico do passado, cientificamente comprovado, ou seja, um processo sistematizado de fatos históricos. Em suas considerações sobre a memória, o autor destaca o caráter subjetivo, que exige do historiador o cuidado em estabelecer os limites entre os conceitos e métodos de forma a não perverter a genuinidade histórica desses grupos, através de intervenções inadequadas. O autor entende que, considerando essa subjetividade e fluidez da memória, bem como a explosão por reconhecimento de memórias de grupos não contemplados na memória oficial, passa a exigir uma intervenção mais assertiva do historiador, no sentido de garantir a devida contextualização histórica dessas memórias, do contrário, sem essa fundamentação sócio-histórica, tornam-se apenas uma espetacularização midiática de memórias.

Os efeitos dessa explosão de demandas por memórias e as consequências sobre os estudos históricos e sociais, são discutidos por Joel Candau,³⁶ que utiliza o termo “mnemotropismo”, definido pelo autor como uma crise do presenteísmo, que gerou o desaparecimento de referências e a diluição de identidades, provocando a onda memorial o que culminou com novas buscas, como uma resposta às entidades sofredoras e frágeis. O autor entende que as tensões identitárias contemporâneas, são a consequência de uma perda de memória pela fluidez. Consideramos em nossos estudos, essas substanciais ponderações,

³⁴GINZBURG, Carlo. Distância e Perspectiva – Duas metáforas. In: **Olhos de madeira– Nove Reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 179.

³⁵ NORA, Pierre – entrevista [a ERLIJ, Evelyn]. **Revista Letras Libres** (1 de fevereiro de 2018) – Disponível em <<https://www.letraslibres.com/espana-mexico/revista/entrevista-pierre-nora-el-historiador-es-un-arbitro-las-diferentes-memorias>> Acesso em: 16 out. 2021.

³⁶CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo. Contexto, 2019. p.11

de não desvirtuar as memórias operárias, do contrário, nossa análise considerou o caráter extraordinário dessas narrativas, selecionando as mais relevantes para o fortalecimento e ressignificação das memórias do grupo pesquisado.

1.4. Relações de poder: O controle patronal e os movimentos de reparação de memórias

Do mesmo modo que a memória operária conceituar a categoria trabalho torna-se essencial à contextualização sócio-histórica de nossos estudos. O trabalho enquanto meio de criação de riqueza, de um legado patrimonial conforme cita Sônia da Cunha Urt³⁷ “Cada geração encontra no mundo objetos e fenômenos criados pelas gerações anteriores e apropria-se das riquezas deste mundo pela atividade do trabalho e outras formas de atividade social.”

Desta feita, adotamos o conceito de trabalho a partir das ideias de Karl Marx³⁸, que entende o trabalho como atividade humana de transformação da natureza e de troca de sua força física por meios de sobrevivência. Segundo o autor, o fruto do trabalho regula a atividade produtiva do operário e sua relação em sociedade. Este pensamento marxista provém do entendimento sobre as mudanças históricas partem das tensões e conflitos existentes nas relações socioeconômicas. Em linhas semelhantes, a filósofa, Hannah Arendt³⁹ entende que o trabalho, como atividade vital, transformou as relações sociais da modernidade “[...] a nova esfera social transformou todas as comunidades modernas em sociedades de operários e de assalariados, em outras palavras, essas comunidades concentram-se imediatamente em torno da única atividade necessária para manter a vida - o labor”. Por sua vez, como posto pelo historiador Cláudio Batalha⁴⁰, a marginalização do ócio pelas classes abastadas, tende a tornar o trabalho como legitimador das classes subalternizadas. Resumimos, nas palavras de Flávia Brito do Nascimento e Simone Scifoni⁴¹ que consideram a institucionalização do trabalho a partir de novo paradigma social e problematizam os conflitos de classe e reivindicação de espaço social e de memórias, desse sujeito criador de valor e de riqueza material, ou seja, o trabalhador e os bens testemunhos dessa memória.

³⁷URT, Sônia da Cunha. Uma análise da categoria trabalho - de sua concepção clássica a uma perspectiva da Psicologia sócio-histórica. *Revista Tópicos Educacionais*, Recife - PE, v. 11, n.1/2. 1993. p. 67

³⁸MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Volume I, Livro Primeiro, Tomo I. Nova Cultural: 1985a

³⁹ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Tradução de Roberto Raposo e Posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. 354 p.(Arendt, 2004, p. 56)

⁴⁰BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000. p.116

⁴¹NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. Memória e Esquecimento. O patrimônio cultural dos trabalhadores paulistas. *VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial*. 2012.

Desse modo, entendido o conceito de trabalho e sua implicação social, discorreremos brevemente sobre o contexto histórico de controle patronal e a resistência, a partir das lutas operárias. Uma análise conjuntural a partir da integração desse novo ator político, o operário, protagonista de uma disputa por direitos e uma integração social dessa nova classe de trabalhador assalariado. Longe de pretendermos um estudo exaustivo sobre a classe trabalhadora, buscamos uma rasa incursão no mundo das lutas operárias, de forma a subsidiar as abstrações necessárias para o entendimento das relações trabalhistas que se davam na rotina local do grupo estudado. Desse modo, ao analisar a trajetória de lutas dessa categoria enquanto classe social e reforçar os efeitos de nossa pesquisa a partir das memórias dos operários, sua relação cotidiana, social, religiosa ou profissional.

1.4.1. O Movimento operário: O protagonismo de novos atores sociais

A partir da conceitualização das categorias necessárias ao presente estudo, destacamos os estudos sobre memória operária como registro da atuação do trabalhador assalariado, enquanto novo ator político. Desse modo, um estudo sobre a memória operária ensejado a analisar os registros dessa mobilização política e conseqüentemente das condições de vida e de trabalho dessa nova classe social, que surge a partir da reivindicação de espaço entre as classes mais abastadas da burguesia e do povo.

O movimento operário nacional surge como um questionamento da ordem burguesa, a partir da instauração da Primeira República, nos anos finais do século XIX. Inspirados por movimentos internacionais e tendo como principais pautas a proibição do trabalho infantil, redução de jornada e o acesso a direitos previdenciários, esses trabalhadores, fabris e camponeses, demarcaram seu lugar na história como novo ator social, reivindicando direitos e memórias. Segundo aponta Mary Del Priore⁴², o movimento operário brasileiro representou um rompimento com as tradições colonialistas, herdadas da época escravista que considerava as atividades manuais indignas, a dicotomia, manual-intelectual que gerou divisão social do trabalho e rejeição do trabalho dos ex-escravizados.

O movimento operário mundial teve sua forte expansão a partir da revolução industrial, um aumento da produção de bens de consumo, até então de produção em pequena escala, por artesãos que trabalhavam sozinhos ou em família. Com a evolução dos padrões de consumo, aumenta a demanda por mão de obra, necessária nas grandes indústrias. Para Eric J.

⁴²PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

Hobsbawm,⁴³ a análise do movimento operário requer enfoque principal, nas condições econômicas e técnicas que permitiram, ou que impossibilitaram a eficiência dos movimentos trabalhistas. Por outro lado os estudos de Victor Leonardi e Foot Hardman⁴⁴ endossam que “estudar a classe operária é um estudo sobre a sociedade.” Segundo os autores, o estudo da classe operária permite uma apuração de aspectos socioculturais e políticos, ou seja, um recorte social do grupo. O entendimento sobre a exclusão sócio histórica dessa parte da população remete as práticas colonialistas de opressão servil. Assim, mesmo após a abolição do trabalho escravo continuava o preconceito ao trabalhador local, formado substancialmente pela maioria negra, foi discutido pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento que denuncia a subalternização do trabalhador local, composto por maioria de ex-escravizados:

Fora deste mercado de trabalho. Regular ou irregular, rejeitados como mão de obra, considerada de baixa qualidade ou resistindo integrar-se a ele, o negro aparece com frequência no contingente dos incapazes ou indesejáveis para a produção: mendigos, assaltantes, prostitutas, contraventores diversos, bêbados e arruaceiros. Subalternos, em suma.⁴⁵

Com a suposta escassez de mão de obra especializada, desqualificando os ex-escravizados como indignos ou inabilitados a esse tipo de trabalho na indústria, era preciso suprir a necessidade de mão de obra a partir de políticas imigratórias. O fomento à imigração torna-se política de governo, que objetivava receber mão de obra qualificada e o embranquecimento da população. Contudo, como analisa Mary Del Priore⁴⁶, os imigrantes, bem acolhidos para substituição da mão de obra escravizada, acabam por disseminar ideais revolucionários entre os trabalhadores brasileiros: “Assim, de agentes civilizadores, como eram considerados no Império, os imigrantes europeus passaram a ser vistos como fonte de desordem e subversão política.” Ou seja, a participação dos imigrantes nas mobilizações operárias favoreceu o crescimento da mobilização, o levou à expulsão de muitos desses trabalhadores que importaram o anarquismo e comunismo como meios ideológicos da luta operária.

⁴³HOBSBAWM, 1981, Op. Cit.

⁴⁴ LEONARDI & HARDMANN, 1991, Op. Cit., p.252

⁴⁵PESAVENTO, Sandra Jatahy. Trabalho livre e ordem burguesa - Rio Grande do Sul - 1870-1900. **Revista História**, São Paulo. 1989. p.151

⁴⁶PRIORE, 2010, Op. Cit.

Esse levante operário Brasil afora, representou uma série de movimentos contestadores propalando o avanço das ideias socialistas e comunistas, além de ideias anarquistas trazidas principalmente pelos trabalhadores imigrantes. Porém, como argumenta a historiadora Mary Del Priore⁴⁷, nessa época de difusão de ideias anarquistas coincide com a de expansão do movimento sindical brasileiro, entre os anos 1900 e 1914 e segundo a autora os imigrantes representavam, na década de 1910 entre 70% a 85% dos trabalhadores na capital paulista. Importante sublinhar que tais questionamentos da ordem vigente por trabalhadores, sempre foram tratados como caso de polícia, não foi diferente contra o movimento operário, sempre duramente reprimido. Sobre esse ponto de repressão operária, Maria Auxiliadora Guzzo Decca⁴⁸ aponta que esses empenhos repressivos ou mais persuasivos dos setores dominantes em relação ao viver operário sempre se alternam desde as primeiras décadas do crescimento industrial e urbano das cidades, especificamente nas décadas de 1920 e 1930.

Não bastava a disciplina de trabalho, o controle extrapolava os muros fabris. A tentativa de regular o operário, em sua vida laboral e familiar, algumas vezes de modo implícito, na forma de cuidados com saúde, educação, mas formas de controle ideológico do grupo, contexto bem delineado por Margareth Rago⁴⁹ que destaca que passagem para a década de 1920, houve a mudança nos regimes disciplinares das fábricas:

Anuncia-se um projeto racional de produção do novo trabalhador, dissolvido enquanto ator e sujeito e redefinido enquanto objeto de investimento do poder. A “nova fábrica”, higiênica, racionalizada e moderna deveria então constituir o palco formador da nova figura produtiva, através de formas cada vez mais insidiosas e sofisticadas de dominação.

Ainda sobre esse controle e disciplinar de operários, Michelle Perrot⁵⁰, em seus estudos sobre os excluídos da história, problematizou essa prática de regulação do trabalho nas fábricas que, segundo entende, tem dupla função: econômica, a partir do controle de produção, mas principalmente política, ou seja: “disciplinar o corpo do operário, seus gestos e

⁴⁷PRIORE, 2010, Op. Cit.

⁴⁸ DECCA, Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo – 1927 a 1934.**

⁴⁹RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930.** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p.34

⁵⁰PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. p. 66

comportamentos." Michelle Perrot discute a disciplina presente nessa transformação da mão de obra, escravista para a mão de obra livre, no início da industrialização e questiona:

“De onde a indústria moderna tirou sua mão de obra? Com camponeses, artesãos - ou andarilhos - foram transformados em operários? Por quais meios? Por quais estratégias? Quais foram às etapas dessa transformação? Quais foram os efeitos da tecnologia, por exemplo o papel das máquinas? Estas modificaram a disciplina? Como? Qual foi a importância da resistência contra esse novo modo de trabalho e existência?”⁵¹

Certamente essa transformação dos modos de produção e o surgimento da categoria dos trabalhadores assalariados fomentaram esse espaço questionador citado pela autora e nos leva a conclusão de que, mesmo considerando as divergentes correntes ideológicas do movimento operário, destacamos a importância da formação da classe operária, enquanto um novo segmento social. Acirrado pelas ideias revolucionárias, importadas pelos imigrantes europeus, esse novo agrupamento político incita os questionamentos às ideias hegemônicas da elite nacional, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho. Para além da mobilização imigrante, o trabalhador local é pouco citado na historiografia do movimento operário, porém não podemos deixar de mencionar a importância e protagonismo desses trabalhadores, principalmente negros, recém-libertos do sistema escravistas, que engrossavam esse levante dos primeiros movimentos de sublevação de operários no Brasil.

1.4.2. Associações mutualistas como formas veladas de controle patronal

Com o declínio das lutas operárias e rareamento dos ganhos pela alta do preço de aluguel de casas e a carestia de alimentos sendo a legislação trabalhista incipiente, a organização de classe passou a ser regida por associações profissionais de caráter mutualistas que traziam preceitos diferentes dos reivindicatórios dos sindicatos, onde Mary Del Prior caracteriza bem essa diferenciação:

Enquanto os sindicatos voltaram-se para a conquista de direitos e transformações sociais, as associações mutualistas promoviam assistencialismo e conformismo social. Além disso, as mutuais, em plena

⁵¹ PERROT, 2017, Op. Cit., p. 54

época de industrialização, mantinham traços semelhantes aos das antigas irmandades e confrarias religiosas [...].⁵²

Nas entrevistas e pesquisa documental referente à história da universidade, aparecem registros desse tipo de organização na instituição. No relatório de construção da ESAV, reproduzido por Borges e Sabioni, destacamos trecho onde o engenheiro João Carlos Bello Lisboa⁵³ faz menção à obra social da caixa beneficente formada a partir da contribuição dos empregados:

Considerando que a falta de saúde e o analfabetismo são as duas maiores fontes de males dos brasileiros, porque as doenças lhe tiram as forças e o não saber ler priva-os de luzes, os abaixo assignados, empregados da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Geraes, se comprometem, para combaterem entre elles essas misérias, a pagar, pontualmente, suas mensalidades, de accordo com a tabella organizada.⁵⁴

A chamada, Caixa Beneficente do Pessoal da Escola Superior de Agricultura e Veterinária foi criada em 25 de dezembro de 1922 e possuía caráter assistencialista, de ajuda mútua entre os trabalhadores da ESAV. Em pesquisa no Arquivo Central e Histórico da UFV, localizamos o original do balancete, figura 1, dos anos de 1923 a 1924 da referida Caixa Beneficente.

⁵²PRIORE, 2010, Op. Cit., p.233

⁵³BORGES, José Marcondes, SABIONI, Gustavo Soares (org.). **Relatório de construção da ESAV (1929) elaborado pelo Engenheiro João Carlos Bello Lisboa**. Viçosa: UFV, 2004. p. 71

⁵⁴ BORGES, 2004, Op. Cit. p.71

Figura 1 - Balancete da Caixa Beneficente do Pessoal da ESAV - 1923

CAIXA BENEFICENTE DO PESSOAL DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINARIA		Arquivo Central e Histórico Universidade Federal de Viçosa
Balancete dos anos de 1923 e 1924 (FUNDADA DIA 25 DE DEZEMBRO DE 1922)		
Com inúmeras graças apresentando aos nossos compatriotas o balanço do movimento da Caixa Beneficente, durante os anos de 1923 e 1924. Viçosa, 31 de Dezembro de 1924. J. C. Bello Lisboa Mário dos Santos Machado Rogério Joffe Torres.		
Tabela de contribuições		
Níveis de:		
13000 a 43000 3\$500 mensais		
43000 a 53000 4\$000 "		
53000 a 63000 4\$500 "		
63000 a 103000 5\$000 "		
103000 em diante 6\$000 "		
Engenheiro chefe 10\$000 "		
Serviços mantidos		
I) Escola diurna para menores, das 7 às 3 horas da tarde.		
II) Escola noturna para adultos, das 6 às 8 horas da noite.		
III) Banho - comodidade da roupa e ventilação e da 2.ª e assistência domiciliar em caso de urgência.		
IV) Farmácia - os medicamentos são fornecidos grátis.		
V) Aula e banda de música de segunda, quarta e sexta-feira, das 6 às 8 da noite.		
AVISOS		
I) Não podem ser beneficiados os empregados e pessoas da família, por serem exclusivamente mantidas e nutridas sob o mesmo teto.		
II) Para todos os demais serviços é indispensável a precedência nas observações dos horários. Um minuto depois já é atestado.		
III) O todo pessoal deve ter o máximo zelo, não podendo a Caixa despesar sem necessidade. O grande defeito são apresentarem os recibos.		
IV) As empresas que adote a Escola, não podem ficar em casa por falta de oportunidade de aprender a ler.		
32.624.586		

Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

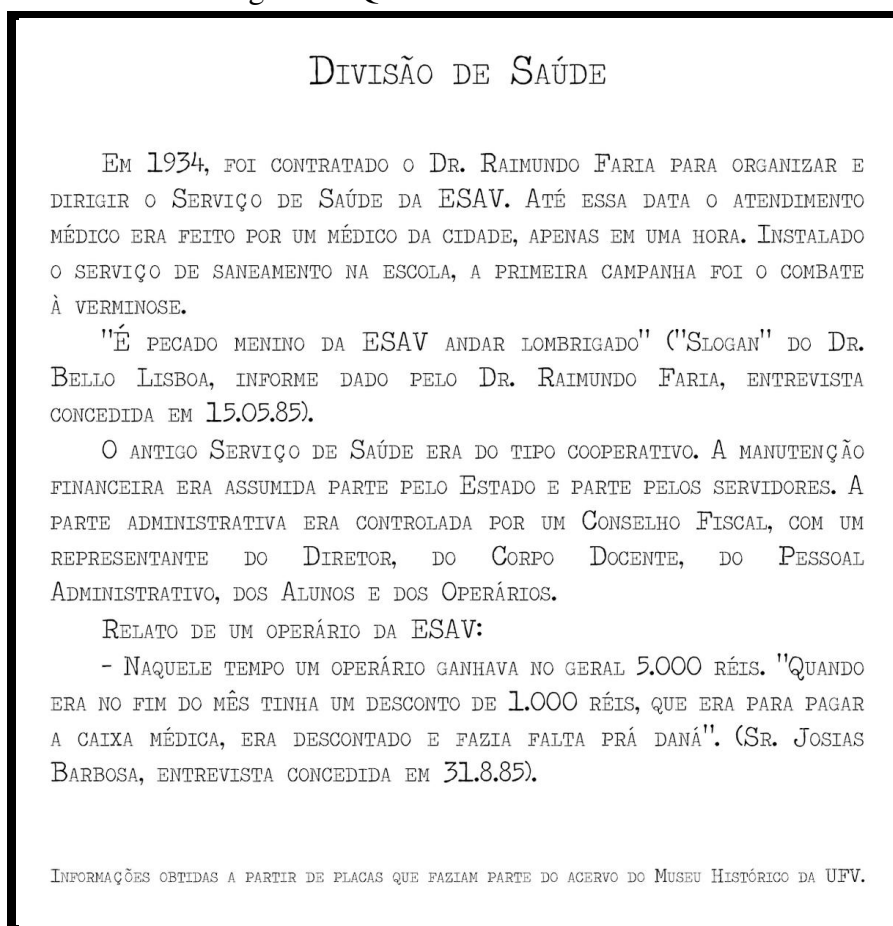
No balancete são definidas as contribuições de cada parte, de forma a fomentar um custeio mútuo de arrecadação. Conforme observamos na figura 1 o custeio era definido proporcionalmente ao salário dos trabalhadores e abarcava despesas funerárias, a banda de música e até mesmo as campanhas médicas e educacionais voltadas aos operários. Na transcrição de parte do balancete, destacamos a tabela de contribuição, proporcional a partir do salário, em moeda da época o “mil réis,” sendo iniciado nos que ganhavam até 100\$000 contribuía com 3\$500; de 100\$000 a 200\$000 com 4\$000; de 200\$ a 300\$ com 4\$500; de 300\$ a 400\$ com 5\$000 e acima de 400\$ com 6\$000. Já o engenheiro chefe contribuía com 10\$000.

Essa divisão do custeio do fundo assistencial, mesmo sendo em moeda da época, permite uma avaliação de um maior comprometimento dos salários mais baixos. Ainda que os salários maiores contribuíssem com um valor maior, proporcionalmente, representava uma parte importante do salário dos operários.

Contudo, conforme mencionado, esses custos compartilhados, pesava para os operários com menor remuneração conforme apuramos no depoimento de um operário:

“Naquele tempo um operário ganhava no geral 5.000 réis. "Quando era no fim do mês tinha um desconto de 1.000 réis, que era para pagar a caixa médica, era descontado e fazia falta prá daná". (Sr. Josias Barbosa, entrevista concedida em 31/8/85)”.

Figura 2 - Quadro: Divisão de Saúde



Fonte: Museu Histórico – UFV

No trecho, transcrito das placas de depoimentos que fazem parte do acervo do Museu Histórico da UFV⁵⁵, (figura 2), é possível identificar as dificuldades dos operários sem essa parte do salário, retido para assistência. Vale destacar, que essa prática de criação das caixas de socorro mútuo vigorou em diferentes períodos, da ESAV e da UREMG, conforme publicação de José Marcondes Borges⁵⁶ que destaca a criação de um caixa beneficente de cunho assistencial: “A Caixa Dom Silvério, destinada a socorrer materialmente os operários, em caso de doença ou morte, foi fundada em agosto de 1940”.

⁵⁵Acervo digital do Museu Histórico da UFV, disponível em: <<https://museuhistorico.ufv.br/wp-content/uploads/2018/08/Divisao-de-Saude2.jpg>>, consulta em 10 de jun 2022.

⁵⁶ BORGES, 1968, Op. Cit. s/p

Em síntese, essa prática assistencialista de oferecimento de moradia, saúde, lazer e analisada por Simone Scifoni⁵⁷ como política de controle social do operário, dentro e fora do ambiente laboral. Nas palavras da autora, uma forma de “garantir, assim, a disciplina necessária à linha de produção moderna e selar a solidariedade e a identidade com a marca da empresa.” Esse tipo de iniciativa patronal, encobre uma forma velada de controle dos trabalhadores pelo caráter assistencialista. De forma análoga analisamos outras formas subjetivas de submissão dos trabalhadores por práticas provincianas de poder.

1.4.3. Paternalismo e Compadrio: Práticas colonialistas de poder

Uma forma de controle estratégico da disciplina observado internamente foi à prática de hierarquizar funções no grupo de trabalho, através da escolha de indivíduos para ascensão ao grupo original em troca de controle da disciplina dos demais. Subliminarmente a opressão direta era exercida pelos considerados da mesma classe, isentando o gestor da prática persuasiva de forma explícita. Essas referências nos remetem aos estudos sobre controle social do operário por regulamentos e vigilância, contextualizados, por Michelle Perrot⁵⁸ a partir do estabelecimento das chamadas “política de ordenamento do espaço” que define como a imposição de regulamentos e utilização de contramestres, que seriam capatazes com função de vigilância do grupo.

O controle da vida do operário e seus familiares não se limitavam às atividades funcionais, mas dentro e fora do canteiro de obras através de controle econômico e ideológico dos trabalhadores, garantindo a disciplina através de relações de subordinação paternalistas, da forma conceitualizada por Michelle Perrot⁵⁹ que elenca três condicionantes ideológicos para favorecer a prática o controle pelo paternalismo, por muito tempo, foi, por vezes ainda continua sendo, um dos sistemas mais importantes de relações sociais do trabalho. Ele supõe pelo menos três elementos, sendo: "1) presença física do patrão nos locais de produção e mesmo a moradia patronal; 2) linguagem e prática de tipo familiar entre patrões e empregados; 3) adesão dos trabalhadores a esse modo de organização. O patrão é visto como o pai que proporcionava trabalho aos seus filhos.”

Não bastava a disciplina de trabalho, o controle extrapolava os muros fabris. A tentativa de regular o operário, em sua vida laboral e familiar, algumas vezes de modo

⁵⁷ SCIFONI, Simone. **Lugares de memória operária na Metrópole Paulista**. GEOUSP: Espaço e Tempo, v.17, n.1, 2013.

⁵⁸ PERROT, 2017, Op. Cit.

⁵⁹ PERROT, 2017, Op. Cit. p. 86

implícito, sujeitos a forma de cuidados com saúde, educação, mas formas de controle ideológico do grupo, contexto bem delineado por Margareth Rago que destaca que passagem para a década de 1920, houve a mudança nos regimes disciplinares das fábricas:

Anuncia-se um projeto racional de produção do novo trabalhador, dissolvido enquanto ator e sujeito e redefinido enquanto objeto de investimento do poder. A “nova fábrica”, higiênica, racionalizada e moderna deveria então constituir o palco formador da nova figura produtiva, através de formas cada vez mais insidiosas e sofisticadas de dominação.⁶⁰

Esse regime de controle disciplinar rígido, tanto no trabalho como fora dele, na vida pregressa ou atividades fora do ambiente de trabalho, foi identificado nas práticas internas e regulação profissional dos operários. Aparecem nos depoimentos e na bibliografia sobre as memórias institucionais. Buscamos na pesquisa bibliográfica teorizar essas práticas como nos estudos Sandra Jatahy Pesavento que identifica esse regime disciplinar rígido, na transição do regime escravagista para a mão de obra livre, foi uma forma de legitimação do poder frente ao novo método de produção capitalista, onde era preciso garantir a mão de obra adequada à produção, porém buscando novas formas disciplinar esse novo trabalhador assalariado.

Às práticas de controle social acrescentava-se a reelaboração ideologizada do trabalho e da vagabundagem, polos opostos de uma mesma realidade capitalista em construção. Tratava-se da construção de uma nova ética, que opunha o mundo do trabalho, sede da sociedade civil organizada, da ordem, da tranquilidade e do progresso, ao mundo da ociosidade, do crime do vício e da marginalidade, que era preciso controlar.⁶¹

Para a historiadora, a libertação dos escravizados implicava em novas formas de dominação. “Se no escravismo, era a coerção física e a eficácia dos meios de vigilância que sujeitam o trabalhador direto, a desagregação do sistema servil desarticulou estes mecanismos e obrigou as classes dominantes a elaborar novas formas de compelir os subalternos ao trabalho.” Nas relações internas entre o operariado e os gestores institucionais, observou-se repressão velada, através de relações paternalistas e pelo apadrinhamento, como forma de

⁶⁰ RAGO, 2014, Op. Cit. p.34

⁶¹ PESAVENTO, 1989, Op. Cit. p.149

controle e fidelidade do operário. Por conseguinte, o processo de contratação, feito por escolhas pessoais dos encarregados, gerava uma relação de subalternidade nas relações laborais, um sentimento de gratidão que se traduzia numa servidão incontestável, um domínio subjetivo, resquícios de práticas colonialistas de poder sobre a mão de obra escravizada.

Em seus estudos sobre os excluídos da história, Michelle Perrot⁶² problematizou essa regulação do trabalho nas fábricas que, segundo entende, tem dupla função: econômica, a partir do controle de produção, mas principalmente política, ou seja: “disciplinar o corpo do operário, seus gestos e comportamentos.” A autora discute a disciplina presente nessa transformação da mão de obra escravista para a mão de obra livre, no início da industrialização a partir das chamadas “política de ordenamento do espaço” que define como a imposição de regulamentos e utilização de contramestres, que seriam os capatazes com função de vigilância do grupo. Por conseguinte, a opressão direta era exercida pelos considerados da mesma classe, isentando o gestor da prática persuasiva de forma explícita.

Internamente, exemplo dessa prática mostrava-se efetiva no controle dos operários da ESAV, conforme consta no relatório Bello Lisboa, que cita melhorias na disciplina dos operários após a implementação dos encarregados por turma: “Muito contribuiu para a boa disciplina, a subdivisão do pessoal responsável em turmas, sendo cada uma, dirigida por um encarregado responsável pelo trabalho e pelo procedimento do pessoal.”⁶³

Essa persuasão laboral através do apadrinhamento e compadrio, que é abordado por Ana Lugão Rios e Hebe Mattos⁶⁴ como a “narrativa da aposta”, a autora utiliza a expressão para descrever episódio que apurou em seu livro sobre a vida de ex-escravizados, que relataram esse tipo de prática, de se apostar na força física de seus empregados, na extraordinariedade de produção, incentivando os trabalhos além do limite que seus corpos poderiam suportar em nome da alegada confiança naquele trabalhador.

Detectamos em nossas análises, similaridades com as práticas denunciadas pelas autoras. Os trabalhadores submetidos a essa opressão eram sempre considerados os melhores, ainda que isso lhes custasse esgotamento físico, tempo de lazer entre outros, conforme relatado por Felipe Luchete, a partir do depoimento do ex-operário da UREMG que ilustra essa exploração:

⁶² PERROT, 2017, Op. Cit. p. 66

⁶³ BORGES, 2004, Op. Cit. p.8

⁶⁴ RIOS, Ana Lugão. MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativo**. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 2005.

Em um desses dias em casa, de folga por duas semanas, foi convidado por Chico Barbosa para trabalhar na escola - a Universidade Federal de Viçosa. Anos antes, seu Chiquito já havia feito uns serviços na casa dele. Chamado para capinar moita de laranja, cumpriu a tarefa de manhã até o meio da tarde. "Uai, já cabô?" estranhou Francisco Barbosa; disse que os homens costumavam gastar quatro dias. "Quatro dia? Já cabei, o senhor faz favor de ir lá oiar se tá a gosto do senhor". Ele olhou e demonstrou surpresa. Assim que a Universidade abriu vaga para novos funcionários, no período da expansão após ter se tornado federal, Barbosa fez questão de chamá-lo. Nessa época não havia concurso público: entrava quem tinha mão calejada.⁶⁵

Essa relação gerava uma opressão silenciosa, de ambas as partes, pois se por um lado o encarregado não precisava demonstrar hostilidades físicas, mas o domínio socioeconômico sobre o poder de sobrevivência desses trabalhadores, uma forma de garantir a servidão, por favores concedidos como se fossem privilégios. De outro lado o trabalhador, agia sem questionar, retribuindo a “bondade” do chefe. Outros depoimentos de ex-operários, colhidos no trabalho Felipe Luchete ilustram bem nosso embasamento teórico.

Era brabo, Nossa Senhora! Tinham de roçar, arrancar mato, limpar represa, plantar grama, de segunda a sexta. Às vezes o chefe Chico Barbosa precisava de gente para o sábado, então no dia anterior mandava fechar o relógio; os funcionários só podiam marcar o ponto depois de uns 10 homens aceitarem o serviço extra. Assim, na sexta-feira muitos estavam aborrecidos, sem saber se poderiam passar o sábado em casa. [...] Mesmo se um dia não estivessem bem, cumpriam as ordens, sem resmungar. Não tinham preguiça.⁶⁶

Essa abordagem do compadrio, também é destacada na pesquisa acadêmica de Tuwile Jorge Kin Braga que analisou a prática com um viés de relevância à integração do grupo a partir dessas relações, fundamentada sua tese conforme depoimento de um de seus entrevistados:

Antes, é... Dependia muito daquele famoso, padrinho, tinha que ter um

⁶⁵LUCHETE, Felipe. **Guardiões da Memória: Lembranças de Congados**. Viçosa: do Autor, 2008. p. 103

⁶⁶LUCHETE, 2008, Op. Cit., p.54

padrinho ali dentro, né? Se o cara tivesse um... Uma pessoa que trabalhasse que fosse... Forte, dentro da universidade, teria muito mais chance de entrar. Já existia concurso, mas os concursos também, e eu sou até suspeito de falar, porque eu não conhecia ninguém, e consegui entrar, mas a maioria já tinha as cartas marcadas. O cara ia fazer o concurso só para inglês ver. Então era assim... Era aquele tempo da ditadura, a pessoa vinha também pra trabalhar, se chegasse aqui, qualquer encarregado que falasse: você não serve pra mim, você vai embora.⁶⁷

Em nossa pesquisa também observamos essa relação de subordinação por dependência, vários entrevistados relataram fatos ocorridos com eles ou com colegas de trabalho, como na fala de Benedito Celestino da Silva⁶⁸ que nutre uma gratidão pelo encarregado, por ter arrumado uma vaga para ele na UREMG. “Naquela época não tinha concurso, sabe o que é né? “Ginete” era mandachuva, depois do diretor da ESA - Escola Superior de Agricultura que agora é ciências agrárias.”⁶⁹

O controle da vida do operário e seus familiares não se limitavam às atividades funcionais, mas dentro e fora do canteiro de obras através de controle econômico e ideológico dos trabalhadores, garantindo a disciplina através de relações de subordinação paternalistas, da forma conceitualizada por Michelle Perrot⁷⁰ que elenca três condicionantes ideológicos para favorecer a prática o controle pelo paternalismo, por muito tempo, foi por vezes ainda continua sendo, um dos sistemas mais importantes de relações sociais do trabalho. Ele supõe pelo menos três elementos, sendo: "1) presença física do patrão nos locais de produção e mesmo a moradia patronal; 2) linguagem e prática de tipo familiar entre patrões e empregados;3) adesão dos trabalhadores a esse modo de organização. O patrão é visto como o pai que proporciona trabalho aos seus filhos.” Dessa forma de coerção subjetiva alienava o trabalhador que não se enxergava enquanto classe, mas enquanto indivíduo, submisso às ordens de quem detinha o poder de promover, mas também de demitir.

⁶⁷BRAGA, Tuwile Jorge Kin. **A territorialidade do servidor negro da Universidade Federal de Viçosa**. 2014. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

⁶⁸ SILVA, Benedito Celestino. Entrevista em 21/05/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

⁶⁹Importante pontuar que a sigla ESA, sem o (v) era comumente utilizada para designar a Escola de Agronomia, ou seja, parte da sigla original da escola é mantida no período de transição entre a ESAV e UREMG que se altera a partir da Reforma Universitária (Lei nº 5540/68), que introduz, entre outras mudanças, a divisão por centro de ciências.

⁷⁰ PERROT, 2017, Op. Cit., p. 86

1.5. Os operários na memória institucional

Refletindo sobre os parâmetros ideológicos de construção da memória institucional, iniciamos nossa contextualização a partir da definição de memória institucional composta pelo Museu Histórico da UFV. Arquivo Central e Histórico da UFV, *AToM*, *Locus* e do Programa Memória Viva. A descrição dessa memória institucional foi dividida em cinco categorias, conforme disposto na página eletrônica da Universidade:

O Museu Histórico da UFV foi criado em 26 de agosto de 1986 com a finalidade de estudar fontes históricas, coletar, guardar, classificar e expor objetos referentes à memória institucional e divulgação do patrimônio, bem como constituir-se num dos elementos básicos para a difusão cultural e extensão universitária. O Museu Histórico abarca as origens, os pioneiros e a memória da construção da Universidade Federal de Viçosa. Ligado a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e a Divisão de Assuntos Culturais, o espaço possui um acervo com mobiliário original, peças de laboratório e outros materiais utilizados em diversos cursos no início da trajetória da UFV.⁷¹

A descrição do Arquivo Central e Histórico da UFV é sintetizada na página como órgão vinculado ao Departamento de História, “é responsável por organizar e arquivar importantes registros da história institucional da Universidade. O acervo fotográfico do Arquivo está sendo digitalizado e parte dele já está disponível no Repositório Institucional da UFV – *Locus*.” Os repositórios digitais, *Locus* e *AToM* são citados como parte dessa memória:

O *AToM* é um software livre para descrição e difusão de documentos arquivísticos, criado por iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Trata-se de uma ferramenta gratuita e de fácil manejo às entidades custodiadoras espalhadas pelo mundo, visando à divulgação e disponibilização de seus acervos na internet. Com o software, a UFV oferece mais um serviço de acesso à informação e difusão de sua memória, colocando-se ao lado de mais de 300 instituições nacionais e internacionais que aderiram a esta plataforma inovadora;

⁷¹ Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <https://www.ufv.br/historia/>. Acesso em 18 jan 2023

O *Locus* é o Repositório Institucional da UFV, que é uma base de dados online que organiza e preserva a produção intelectual da Universidade. O repositório já conta com quase dez mil documentos, distribuídos nas seguintes coleções: Eventos UFV, Memória Institucional, Teses e dissertações, produção técnico-científica e Trabalhos acadêmicos.

Por fim, a página da história institucional, cita o Programa Memória Viva como uma proposta de “resgatar a memória da Universidade contada por aqueles que fizeram parte da história da UFV. O objetivo é que as gerações futuras conheçam a história da Universidade. [...]”

Assim apresentada de maneira oficial pela instituição, consideramos ainda como parte desse quadro de memórias, às publicações memorialistas, produzidas a partir de iniciativas institucionais e por grupos previamente autorizados a descrever sobre a história da UFV, da qual problematizamos que a participação operária nos parece apresentada de forma incipiente. Assim, verifica-se que nessas publicações, as referências aos operários aparecem, quase sempre, superficialmente sem muito aprofundamento, geralmente citadas para demonstrar as dificuldades enfrentadas pelos gestores institucionais da época.

Nesse sentido, conforme destacado por Borges⁷² que alega alguns percalços enfrentados pelos administradores, como a carência de pessoal habilitado, a dificuldade na aquisição de material e as oscilações políticas do país, que causavam desconfiança com os destinos da obra da ESAV. Segundo o autor, logo após as desapropriações dos terrenos que serviriam a nova Escola Agrícola. Com a assinatura do Decreto nº 6053 de 30 de março de 1922, de criação da ESAV, diversas frentes de trabalhos já foram iniciadas, bem como as obras de demarcação das divisas, instalações residenciais dos dirigentes, mas a principal concentração da mão de obra operária se deu na construção do prédio principal: “foi, a 10 de junho de 1922 com assistência de grande público, lançada a pedra fundamental do principal edifício e também a primeira de toda a construção.”⁷³

De certo, a envergadura da obra, do atual Edifício Arthur Bernardes, excepcional para a região naquela década, de 1920, onde exigiu um número expressivo de operários, entre duzentos e quatrocentos trabalhadores. A inexatidão no número deve-se ao fato de existirem divergentes informações nas publicações e documentos oficiais sobre a história da UFV. No Relatório de Construção da ESAV, reproduzido por Borges e Sabioni,⁷⁴ o engenheiro chefe

⁷²BORGES, 1968, Op. Cit. S/p.

⁷³BORGES, 1968, Op. Cit. S/p.

⁷⁴BORGES, 2004, Op. Cit., p. 8

relata que trabalhou com um quadro superior a quatrocentas pessoas. Esse número aparece, de forma divergente no relato biográfico feito em Borges e Sabioni,⁷⁵ no qual o filho do engenheiro, João Maria Bello Lisboa, aponta os altos índices de analfabetismo e doenças presentes entre “os seiscentos operários da obra.” Assim, não foi possível confirmar com exatidão o número real de trabalhadores.

A inauguração dessa Escola Superior em Viçosa trouxe grande relevância para a região e conseqüentemente, o crescimento do número de pessoas que migraram da zona rural para a área urbana, bem como de outras regiões circunvizinhas em busca de empregos gerados, direta e indiretamente pela nova instituição, o que alterou de sobremaneira a estruturação urbana do município. A cidade se alarga para as periferias, para abrigar o novo contingente de trabalhadores, conforme relato de Rosilene Bernardes:

Em Viçosa, os cursos de nível superior eram elitistas, deixando a grande maioria desqualificada para os cargos atraentes de trabalho, mantendo um exército de pessoas com condições econômicas reduzidas, geralmente vindas da zona rural, não conseguindo adquirir os lotes centrais, ficando estes restritos às classes médias e altas. Temos então, desde a década de trinta, não somente o princípio da formação do traçado urbano da cidade, mas também o início da segregação urbana viçosense que aumentou relativamente com o passar dos anos.⁷⁶

Em relação às dificuldades enfrentadas na implantação da Escola, José Marcondes Borges relata a inexistência de mão de obra qualificada e revela o estudo do médico João Baptista Brito, encomendado pelo engenheiro Bello Lisboa, que mostrou que 92% dos operários eram analfabetos e a grande maioria sofria de alguma doença.

É fácil imaginar as dificuldades para se implantar um projeto desse porte, com tipo de mão de obra existente. Estatística mandada levantar por Bello Lisboa e feita pelo médico João Baptista Brito mostrou que todo o operariado sofria de algum tipo de doença. Outro estudo na época revelou

⁷⁵BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. A Universidade Federal de Viçosa no século XX. 2, ed. Viçosa: Editora UFV, 2000. p.38

⁷⁶BERNARDES, Rosilene. **Ampulheta Urbana**: Uma análise da construção da Universidade Federal de Viçosa e de sua influência na (des)construção da cidade de Viçosa-MG através das transformações no tempo e no espaço. 2013. p. 33-34 .

92% de analfabetos.⁷⁷

Dentre essas referências a presença operária, observamos a recorrente atribuição aos operários pelos entraves para execução da obra, e a alegada defasagem educacional, inexperiência profissional, além das enfermidades constatadas. Vale lembrar que, do fim do regime escravista até a década de 1920, período em iniciou a construção da obra da nova Escola, haviam passado pouco mais de trinta anos. Assim, pelas características do grupo estudado, provavelmente era composto em sua maioria, pelas primeiras gerações de trabalhadores livre, ainda carregada dos resquícios colonialistas do sistema servil. Soma-se a isso a característica da maioria do grupo, de origem do trabalho rural com pouca experiência profissional para o tipo de trabalho, de construção civil, que ali se apresentava.

A falta de materiais de construção na região e a dificuldade de transporte de outras cidades levou a alternativa de criar serviços industriais, como olarias, serraria, carpintaria, fábrica de telhas e cimento etc. “A universidade funcionava como uma grande indústria” conclui um de nossos entrevistados, o Gestor 1⁷⁸, do grupo pertencente aos gestores da memória institucional.

O engenheiro chefe entendia que a preparação dos materiais oportunizada treinamento para a formação profissional dos operários, como podemos observar de seu relato, reproduzido na obra de Borges e Sabioni⁷⁹ “Dessa maneira, grande economia foi feita e algumas centenas de brasileiros tiveram a oportunidade de receber ensinamento profissional e serem multiformemente assistidos”. Embora seja mencionada a falta de formação da mão de obra, é importante ressaltar que a maioria, dessa massa de operários, foi remanejada de serviço rural diretamente para a construção civil, uma geração pós-escravatura, sem experiência e treinamento, porém mostrou-se capaz, afinal executaram todas as obras da ESAV e UREMG além do preparo das matérias primas para a construção e demais atividades agropecuárias.

A maior parte desses materiais de construção da obra era produzida no local pelos operários, poucas coisas vinham de fora. Desde a produção em larga escala como a olaria para preparo dos tijolos, fábrica de telhas e manilhas, ainda tinha o trabalho minucioso de confecção de balaustres, colunas, móveis, quadros, esquadilhas e ladrilhos, enfim uma variedade artesanal de peças conforme demonstrado nas figuras 3, 4, e 5 nas fotografias de

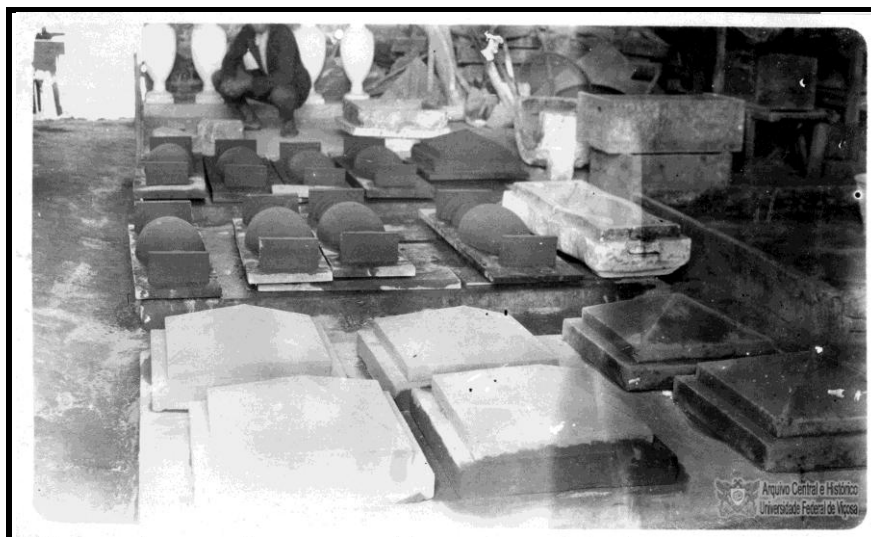
⁷⁷ BERNARDES, 2013, Op. Cit., pg. 7

⁷⁸ Gestor 1 - Entrevista em 06/05/2021 – Grupo 4 - Gestor da memória institucional. Ver quadro 4.

⁷⁹ BORGES, 2004, Op. Cit.

exposição desses produtos produzidos quase que artesanalmente pelos operários. Resquícios materiais do trabalho operacional que ainda podem ser observados nas edificações do campus, como na figura 6, em fotografia da atual sede da reitoria.

Figura 3 - Materiais fabricados por trabalhadores da ESAV. 1924



Fonte: Arquivo Central e Histórico – UFV

Figura 4 - Materiais agrícolas da ESAV – S/d



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Figura 5 - Exposição de móveis fabricados pelos operários - Década de 1930



Fonte: Arquivo Central e Histórico – UFV

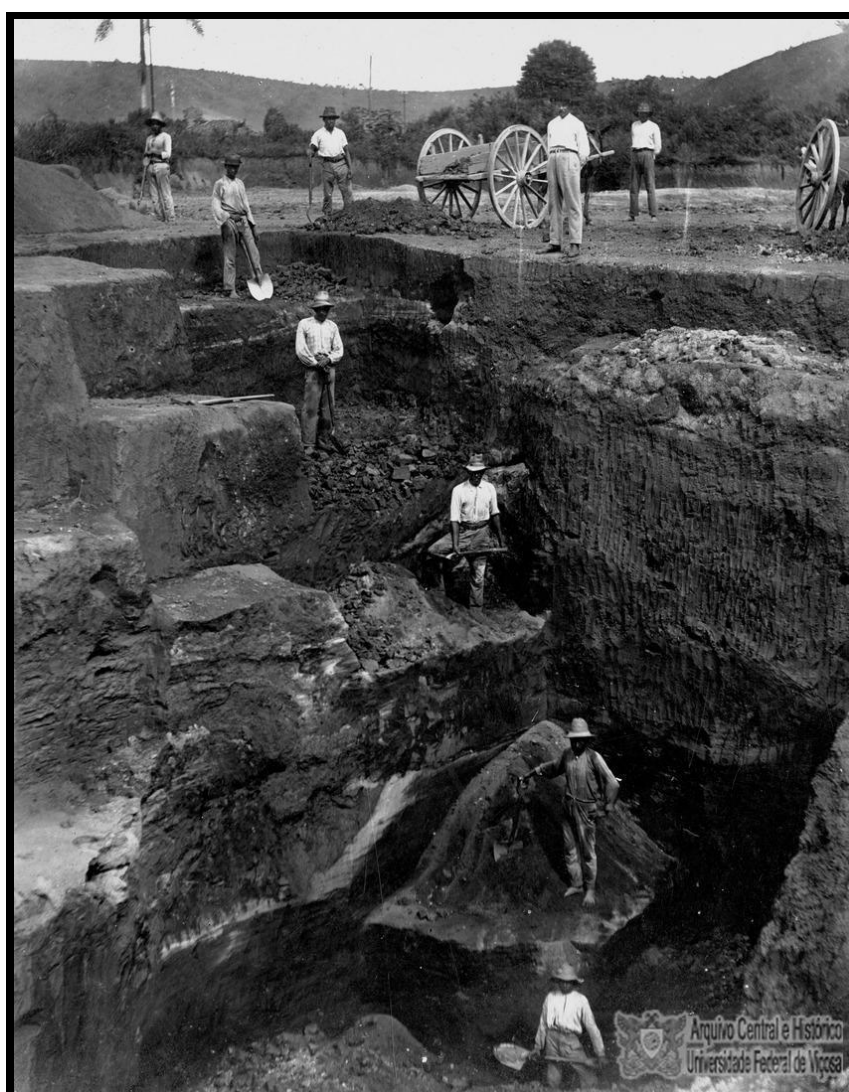
Figura 6 - Balaustres da Reitoria – Agosto 2022



Foto da pesquisadora - 2022

Além da técnica artesanal dos acabamentos da obra, eram os operários, responsáveis também por trabalhos de maior porte estrutural, conforme destacamos nas figuras 7 a 9. Cabia a esses trabalhadores a produção e preparação da matéria prima para as obras como a extração de areia de subsolo, a produção de tijolos, manilhas e pisos. Também atuaram na construção de suporte acadêmico como material de selaria, abrigos, silos, piscina, ginásio de esporte e em obras de saneamento, como construção de galerias pluviais e fluviais, abertura de ruas e avenidas, na universidade e na cidade de Viçosa. Enfim, coube aos operários a execução de grandes obras em benefício da comunidade universitária e viçosense.

Figura 7 - Operários trabalhando no areal - ESAV



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Figura 8 - Construção dos bueiros - Década de 1920



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Figura 9 - Construção da Barragem para captação de água. S/d



Fonte: Arquivo Central e Histórico – UFV

Figura 10 - Obras de saneamento



Fonte: Arquivo Central e Histórico – UFV

Aos poucos, os operários, considerados inicialmente, inaptos para as atividades, aprendiam a arte técnica com grandes produções, como podemos observar nas principais edificações da década de 1920 como o Prédio Principal, a Casa do Diretor, atual prédio da Reitoria, Vilas funcionai e etc. Edificações adornadas com seus balaústres, detalhes de alvenaria nas fachadas, as pedras moldadas para calçadas e meio fio. Além de ferrarias, ferramentas e equipamentos agrícolas moldados à mão. Verdadeiras obras de arte preparadas no galpão das oficinas.

Essa evolução da capacitação da mão de obra operária é retratada por Rosilene Bernardes que atribui o feito ao empenho dos dirigentes:

Movido pelo futuro, pelo progresso ou pela política o Presidente Arthur Bernardes iniciou a modificação da estrutura rural que vigorava em Viçosa. Maretas, picaretas, mueres de burro, pedreiras, olarias e homens de pouco conhecimento na engenharia estavam reunidos em um sonho arquitetônico, uniu-se então o melhor dos dois mundos, trazendo para as montanhas das Minas Gerais a técnica, o conhecimento e a destreza do engenheiro Peter Henry Rolfs e do engenheiro João Carlos Bello Lisbôa, aos homens de boa

vontade, os primeiros servidores da ESAV. Assim, foram fundadas as pilastras da construção do estudar, do saber, do agir e do vencer em Viçosa, fundadas literalmente!⁸⁰

A autora destaca as transformações estruturais e urbanas do período, das quais os operários foram fundamentais com sua força e técnica. Essa técnica adquirida pelos primeiros operários era repassada para as próximas gerações, fato que observamos pelas profissões de alguns dos entrevistados. Com a herança profissional esses trabalhadores construíram seu próprio legado na universidade, na construção da segunda fase da UREMG e até mesmo na expansão institucional trazida pela federalização na década de 1960. Contexto bem caracterizado por Odemir Vieira Baeta⁸¹, que relata essa expansão quantitativa e qualitativa da mão de obra estrutural da UFV. O autor salienta que, por uma considerável parcela, dentre eles serem formada por descendentes de antigos operários da ESAV, estes contratados já chegavam capacitados pelas gerações dos “construtores das quatro pilastras”.

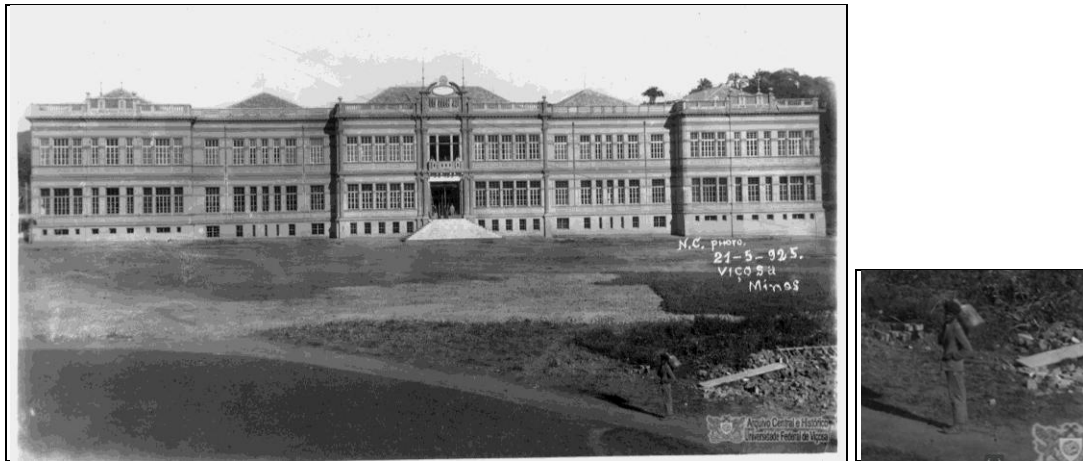
Por conseguinte, deve-se à força física desses trabalhadores as obras estruturais que ainda sustentam a paisagem universitária e viçosense. As lagoas, sistema de captação de água potável, a alimentação das caldeiras para o refeitório e dormitórios, as instalações elétricas, hidráulicas bem como a pavimentação das ruas e avenidas.

O legado físico deixado por esses operários aparece diversificado, porém sem identificação. Amostras desses trabalhos artesanais podem ser identificadas nas edificações e no mobiliário que ainda resta do período da ESAV ou de técnicas arrojadas, consideradas para a época como o caso de algumas obras da ESAV e da UREMG figuras 11 a 13.

⁸⁰BERNARDES, 2013, Op. Cit., p. 20

⁸¹BAETA Odemir Vieira. **Estratégias como Práticas Sóciodiscursivas em uma Universidade Pública**: uma abordagem crítica. Lavras: UFLA, 2016. p.293

Figura 11 - No detalhe, o operário observa sua obra. 1925



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Figura 12 - Preparação para instalação dos silos



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Figura 13 - Instalação dos Silos no Vale da Agronomia - UREMG



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Além dos resquícios físicos, exemplificados pelas obras e construções executadas pelos operários, encontramos registros documentais e fotográficos importantes para comprovar essa efetiva participação operária na consolidação institucional. Assim, os monumentos, lugares de memória e a cultura imaterial, ainda que não considerada como herança desse grupo, segue conservada, faltando essa atribuição de valor cultural pelo grupo e para o grupo, ou seja, os documentos existem e estão arquivados, armazenados, porém, como nos alerta Jacques Le Goff⁸² da necessidade de avaliar a intencionalidade de quem de escolheu, extraindo-o do conjunto de dados sobre o passado a depender de sua posição na sociedade da sua época e da sua organização mental. Ou seja, o documento não é neutro, mas sim uma manipulação, consciente ou inconsciente da época e da sociedade que o produziu. O autor defende que a crítica ao apagamento de memórias perpassa pelos esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da

⁸²LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 368

história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, p. 368)

Exemplo dessa intencionalidade na seleção de memórias, podemos destacamos os quadros de formaturas das turmas da ESAV e UREMG, expostos nos corredores e dependências do Edifício Arthur Bernardes, de grande valor histórico institucional, mas também representam um impecável trabalho de marcenaria realizado pelos operários construtores da UFV; figuras, 102 e 103. Esculturas em madeira que resistem no tempo e na memória, contudo ignoramos seus autores, operários-artesãos que se mantiveram no anonimato ao longo de décadas. Em nossa investigação observamos que tanto na exposição física no Edifício Arthur Bernardes, quanto no registro virtual na página do Museu Histórico da UFV as referências à autoria das peças não aparecem. Em nossas entrevistas apareceram alguns nomes, coordenados pelo chefe de carpintaria “Sô Guerra”, porém não foi possível confirmá-los, ficando para uma próxima investida o desafio de nomear esses artistas anônimos. Na figura 14, foto montagem do quadro de formatura da turma de engenheiros Agrônomos de 1957 e trabalho de restauração dos quadros executados por equipe de técnicos da PEC e Marcenaria da UFV. A legenda original da foto, divulgada pela ASAV em março de 2013, faz referência a restauradora Helena Fortes e o marceneiro Paulo.

Figura 14 - Restauração do quadro de formatura de 1957



Fonte: Montagem da pesquisadora a partir de foto do acervo da ASAV e do Museu Histórico - UFV

Além dos quadros de formatura e das placas de memórias o acervo do Arquivo Central e Histórico também é possível encontrar algumas peças que remetem a memória operária como a primeira placa de carro da universidade, o primeiro aparelho telefônico do centro

social entre outras referências aos trabalhadores construtores. Em princípio um fato positivo, porém a narrativa operária não fica evidente, mas implícitas nas narrativas museológicas do centro memorial.

Semelhantemente, no Arquivo Central e Histórico, identificamos vasto acervo de documentos e fotografias relacionadas aos trabalhadores da instituição nas décadas de nosso recorte histórico, porém grandes partes desses documentos ainda estão sem catalogação, o que nos sugere inúmeras fontes ainda não analisadas e que poderiam demonstrar outros contornos sobre a história institucional. Em relação ao acervo fotográfico, está avançada a organização em fundos digitais nos repositórios digitais *Locus*⁸³ e *AToM*⁸⁴, porém sem essa classificação específica para o grupo funcional estudado.

Em síntese, não se pode negar a diversidade de marcas históricas deixadas pelo grupo construtor. Em monumentos, lugares de memória ou na cultura imaterial, essas marcas poderiam ser consideradas como herança cultural desse grupo, porém ainda requerem atribuições desse valor cultural ligado aos trabalhadores operários. Essa ausência de reconhecimento como produção desse grupo de operários deixa o enredo cheio de lacunas, que certamente não serão preenchidas com esse trabalho, mas sua problematização abre caminhos para desejáveis novas pesquisas e análises por futuros pesquisadores.

1.5.1. Protagonismo e resistência local: Às tentativas de organização coletiva interna

No mesmo ano de 1923, surge no município de Viçosa, um dos símbolos da organização operária, fora do ambiente institucional. A Liga Operária Viçosense foi criada em 13 de maio de 1923, um ano após o início das obras da ESAV. O canteiro de obras da ESAV representava oportunidade de trabalho a uma gama de trabalhadores da região. A considerar os documentos e publicações oficiais sobre a história da UFV, foram contratados cerca de quatrocentos operários para iniciar o projeto da primeira instituição de ensino superior da região. Conforme apurado nas entrevistas, a maioria dos trabalhadores tem origem no trabalho rural, acostumados às tarefas do campo e a nova oportunidade surgida com a construção exigia mão de obra para a construção civil. Neste contexto a Liga toma um caráter inicial de fornecer formação profissional e sustentabilidade previdenciária a essa nova classe de

⁸³O Locus é o Repositório Institucional da UFV, que é uma base de dados online que organiza e preserva a produção intelectual da Universidade. Disponível em: < <https://www.ufv.br/historia/>> consulta em 18 jan 2023.

⁸⁴O AtoM é um software livre para descrição e difusão de documentos arquivísticos, criado por iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Disponível em: < <https://www.ufv.br/historia/>> consulta em 18 jan 2023.

trabalhadores urbanos, conforme relato oral, de um morador da cidade, registrado no trabalho de Cláudio Manuel Pereira et al, que pesquisou os locais de convívio social da cidade:

(...) a Liga Operária foi fundada destinada a apurar moral e materialmente os sócios, ao operário, mas naquela ocasião ainda não havia instituições previdenciárias como existe hoje, ai foi criada depois o instituto de previdência [...] a Liga Operária não era bem um clube, era uma instituição mantida pelos sócios e como a renda dos bailes, que faziam e que mantinham o clube, naquela ocasião havia mais operários que trabalharam na universidade [...] Então havia esses três clubes, sendo que esses clubes, eles ficavam nas condições de cada um, sendo que a Liga Operária era do operário mesmo, o Atlético, a classe média e o Viçosa Clube a classe alta. [...] hoje tem que ter carteira pra tudo né, então eu me lembro que ele falou que o operário não precisava andar com identidade no bolso, bastava às mãos calejadas que ele se identificava como operário.⁸⁵

No estatuto da associação, identificamos que os objetivos estatutários da entidade, sugere uma mescla de clube social com funções assistenciais e previdenciárias. A partir da informação sobre a criação da Liga Operária Viçosense, pressupomos que tinha um caráter de sociabilidade mutualista já que possuía um caixa beneficente para sustentar os momentos de dificuldades dos sócios. Da mesma forma, a caixa beneficente criada por Bello Lisboa, tinha o mesmo objetivo de ajuda mútua entre os funcionários da escola e demais trabalhadores do município.

Embora a mobilização política-sindical dos trabalhadores no país estarem vinculadas a transformação ligas assistenciais em órgãos de resistência conforme aponta Mary Del Priore⁸⁶ a Liga Operária de Viçosa não possuía o caráter reivindicatório das Ligas de trabalhadores. De modo inverso, nossa análise indica uma organização local com relação patronal amistosa bem como uma relação estreita com líderes políticos locais, conforme verificamos na figura 15, quando da visita de Arthur Bernardes as instalações da Liga Operária.

⁸⁵ PEREIRA, C. M.; VECCHIO, D.; LEITE, J.; SACODA, G.; MARTINS, S. S. Memória dos "Avós" de Viçosa. Os locais de convívio social em Viçosa in: **Contemporâneos. Revista de História Contemporânea**, nº 2, mai-out 2008. Disponível em: <<https://www.revistacontemporaneos.com.br/n2/pdf/memoriaavos.pdf>>. Acesso em 05 de set. 2020.

⁸⁶ PRIORE, 2010, Op. Cit. p.230

Figura 15 - Visita de Arthur Bernardes à Liga - Década de 1930



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Embora sem as características de organização política, a Liga aparece com importante papel social e de agregação do grupo. A entidade foi citada em vários depoimentos dos nossos entrevistados, que consideram o clube como reduto das camadas menos favorecidas e da população negra. No relato do entrevistado, Edmilson da Paixão⁸⁷ ele descreve sobre a proibição de participação de negros nos bailes tradicionais da cidade como os do Viçosa Clube e do Atlético: “foi onde surgiu à criação do baile da Liga Operária, o clube dos pobres, dos pretos e tinha também curso profissional”, ou seja, mesmo não tendo um caráter de associativismo sindical a liga representava um lugar de resistência histórica dessa parte excluída da população. Completando cem anos no ano de 2023 a liga, ainda em funcionamento, resiste à especulação imobiliária de sua sede, localizada no centro da cidade. Os poucos sócios que restam do seu quadro social ainda mantêm os ritos e tradições da memória do grupo.

⁸⁷ PAIXÃO, Edmilson. Entrevista em: 02/05/2021. Grupo 2 - Descendente de operário. Ver quadro 2

1.5.2. Políticas compensatórias e o controle disciplinar

Buscamos na contextualização histórica dos sujeitos de suas relações, profissionais e sociais os aspectos culturais e sua relevância histórica, ou seja, o protagonismo desses trabalhadores, como forma de garantir melhores condições de trabalho e vida, e com isso a ressignificação da história desse grupo, ampliando o campo de estudo dessas camadas populares da localidade. Disputas internas, repressão, dificuldade para divulgar sua própria história e o apagamento deliberado da memória como elemento inerente da dominação de classe. Desse modo, segundo Pacievitch⁸⁸, o Estado tem papel primordial nesse apagamento deliberado da memória operária, fazendo com que os conflitos entre capital e trabalho sejam ocultados a partir da memória histórica, que é seletiva, restando o protagonismo dos membros das elites política e econômica. Essas políticas surtiam o mesmo efeito das práticas compensatórias, transvestidas de controle operário pela submissão e dependência conforme analisamos a seguir.

Em seu relatório, o engenheiro chefe João Carlos Bello Lisboa relata ainda que trabalhou com um quadro superior a quatrocentas pessoas e que todos os funcionários contratados eram identificados pela impressão digitais, segundo o engenheiro essa prática era comum na época e afastavam os indivíduos, considerados ‘suspeitos’ e apresentava a vantagem de poder acompanhar com exatidão a ficha policial do empregado, o que significava o controle total sobre o operário, mesmo quando não estava em horário de trabalho. Bello Lisboa informa que essas precauções, tomadas na seleção e manutenção do pessoal da ESAV, visava coibir a contratação de operários fora do perfil estabelecido:

Houve por parte da administração o máximo cuidado com a selecção do pessoal: evitamos, por completo, os indivíduos que, por motivo de apresentações, muito communs, principalmente em obras públicas, procuram empregos e não pedem trabalhos, constituindo-se verdadeiros parasitas, muito prejudiciaes á economia das obras.⁸⁹

Além da disciplina rígida ao qual eram submetidos os operários, a instituição buscava regular toda a vida do funcionário. Intervenções na educação e na saúde dos operários e de

⁸⁸PACIEVITCH, Caroline; BARTZ, Frederico Duarte; FELTES, Fernanda; ROLIM, Gustavo Koszeniewski (Orgs.). **Perspectivas Marxistas: Educação, Capitalismo e Luta de Classes**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. p. 152

⁸⁹BORGES, 2004, Op. Cit., p. 7

seus familiares. Dentre as práticas higiênicas adotadas estão o combate às verminoses, as então chamadas doenças venéreas, combate ao uso de álcool e qualquer tipo de atitudes consideradas perversões sexuais. O uso de forças policiais também soava como ameaça, conforme consta no relatório do engenheiro, a consulta às autoridades policiais era comum para apurar envolvimento dos operários:

A disciplina foi mantida sempre com suave rigor, sem excesso, nem exagero, mas firme e sem oscilações. Poderá a Delegacia de Polícia de Viçosa informar a não existência, durante tão longo tempo, de qualquer acção policial contra nossos empregados.⁹⁰

Assim sendo, nas publicações memorialistas analisadas as relações internas com os operários vigorava com certa ênfase, os feitos de complacência aos trabalhadores onde os dirigentes que se orgulham de manter o domínio sobre o grupo, através de um controle disciplinar e social, com explícita rigidez no trato, conforme descrito por Camisasca.

A seleção dos que trabalhariam na construção era rigorosa, e Dr. Bello procurava rapidamente afastar pessoas consideradas suspeitas de terem cometido algum delito ou que não eram consideradas aptas. Todos os empregados que passavam pela obra eram regularmente identificados e fichados. Segundo ele, a disciplina foi mantida sempre com suave rigor, sem excesso nem exagero, mas firme e sem oscilações.⁹¹

De forma a destacar os desafios enfrentados pelos gestores institucionais justificando a eficiência e humanidade no trato com os empregados, o serviço social oferecido a esses operários são exaltados na grande maioria das obras analisadas, como por exemplo as políticas de educação e saúde, disponibilizadas ao grupo e aos familiares. Observamos que essa prática se torna uma espécie de filosofia de gestão, pois continuou sendo reproduzida pelo engenheiro chefe aos seus empregados em sua fazenda particular, após sua saída da ESAV no ano de 1935 como é enfatizado por Marina Mesquita Camisasca:

⁹⁰BORGES, 2004, Op. Cit., p.7

⁹¹CAMISASCA, Marina Mesquita. **Memórias da Vida de João Carlos Bello Lisboa**. Belo Horizonte. **Escritório de Histórias**, 2012. p. 36

O proprietário era severo com os empregados, que deveriam trabalhar de seis da manhã às dezoito horas. Todos tinham que cumprir uma rigorosa disciplina imposta pelo patrão. Ele dizia que o empregado que não suasse a camisa não era bom, pois era sinal de que não se esforçava. Além disso, caso soubesse que alguma mulher tinha dormido com um empregado, obrigava-os a se casar. Se algum dos dois se opusesse, ele os levava à política, para se entenderem com o delegado. Por esse motivo, vários casamentos ocorreram na fazenda. [...] Apesar de ser temido pelos funcionários devido ao seu rigor, Dr. Bello era visto como um bom patrão, pois pagava os empregados em dia e não cometia abusos. Era um patrão muito correto e proporciona aos empregados vários benefícios, como escola; serviços de saúde, com a presença de um médico no consultório da sede uma vez por semana; gratificações, seguro de acidente de trabalho e caixa funerária.⁹²

Tal relato, endossado na biografia oficial do engenheiro chefe, apresenta conotações da interferência e submissão dos empregados ao patrão e o controle total das atividades, laborais e pessoais, interferindo inclusive nas relações afetivas de seus empregados. Dessa forma, a adoção de benefícios sociais aos empregados, funcionava como uma fidelização da submissão.

Em seus estudos sobre continuidades e rupturas do movimento modernista, que buscava a representação de avanços estéticos e artísticos, Nísia Trindade Lima⁹³ contextualiza o que considera o silenciamento das massas populares, consideradas atrasadas e inferiorizadas culturalmente. A autora explica que a ideia de modernização do sertão e do sertanejo se faz presente no discurso de diferentes intelectuais, especialmente durante as décadas de 1910 e 1920, adotando o personagem Jeca Tatu como a jocosa representação do caipira brasileiro pobre: “Apoiava-se na ciência, e mais precisamente na educação sanitária, o ideal de transformação do Jeca em produtor - um *farmer* de estilo norte-americano - ou em trabalhador rural eficiente.” Comparando as constatações da autora, com as práticas higienistas adotadas na instituição, podemos presumir que os dirigentes da ESAV replicaram, aos operários locais, as posturas adotadas pelas elites nacionais, no tratamento das massas populares dos grandes centros urbanos. Esse apontamento é reforçado nas análises de Odemir Vieira Baeta:

⁹²CAMISASCA, 2012, Op. Cit., p. 41

⁹³LIMA, Nísia Trindade. **Jeca Tatu e a representação do caipira brasileiro**. 1997. p.14

Pretendia-se romper com o empirismo e a ignorância ainda presentes no Brasil, assim como preconizava o discurso oficial do regente Dom João VI, um século antes. No início do século XX, essa ideia é incorporada à figura responsável por todos os males no atraso da agricultura brasileira, tendo se apresentado no Jornal Estado de São Paulo, de autoria de Monteiro Lobato, o Jeca Tatu. Esse interdiscurso seria reproduzido sistematicamente por Bernardes e as demais lideranças da ESAV até a década de 1940.⁹⁴

Sem uma análise crítica adequada, essas medidas adotadas pelos dirigentes da ESAV, aparecem nas publicações analisadas como formas de reparação social aos empregados. Contudo, identificamos os aspectos higienistas desse tipo de política, comum no Brasil na década de 1920, surgido a partir da tentativa de modernização do país, que considerava o atraso cultural e inferioridade das camadas populares. Através de concessões de benefícios, era garantido o controle sobre o operário, uma dependência social do patrão já que vários desses benefícios não eram oferecidos pelo Estado. Esse contexto de exploração disfarçada foi analisado por Margareth Rago:

[...] como a instalação de armazéns, cooperativas, farmácias, restaurantes, escolas, vilas operárias, assistência médica junto às fábricas, o cerco aos passos do trabalhador torna-se mais consistente, sistemático e globalizante. Procura-se destilar, juntamente com estes “benefícios”, a ideia de que trabalhadores e patrões pertencem a uma mesma “comunidade”, lutando por interesses comuns. A imagem da família, utilizada para pensar a fábrica, cumpre a função explícita de negar a existência do conflito capital/trabalho, sugerindo a ideia de uma harmoniosa cooperação entre pessoas identificadas.⁹⁵

A partir dessa teorização dos conceitos principais da pesquisa e analisando as políticas ideológicas de controle laboral, conseguimos identificar os mecanismos alienantes na relação com os operários locais. Desta feita, no segundo capítulo, apresentamos uma contextualização histórica dos personagens de nosso estudo em suas relações sociais e políticas locais. Os trabalhadores, enquanto moradores das periferias da cidade, o contexto

⁹⁴ BAETA, 2016, Op. Cit., p.170

⁹⁵RAGO, 2014, Op. Cit. p.53

social e político do país e o reflexo no cotidiano local. Identificar as versões que circundam sobre a formação territorial e etnográfica do município, bem como a evolução social e política da localidade e as motivações para a criação de uma instituição de ensino superior agrícola e as características singulares dessa Escola Agrícola.

CAPÍTULO 2. VIÇOSA: DAS ORIGENS TERRITORIAL E ETNOGRÁFICA À CONFORMAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO

Embora não seja o foco desta pesquisa, entender, em linhas gerais, o processo de formação territorial e as características da ocupação humana de Viçosa e sua região são importantes para a compreensão da imersão histórica e social dos sujeitos de nossa pesquisa, enquanto moradores das periferias da cidade, sua vivência local, o contexto social e político do país e o reflexo no cotidiano local da cidade e da universidade.

A ocupação tardia da região de Santa Rita do Turvo, primeira denominação do povoado da atual Viçosa, em relação às demais regiões do Estado, é mencionada no artigo de Fernando Costa por duas razões: pela presença de indígenas da etnia botocudos e, principalmente, pela proibição pela Coroa portuguesa de ocupação do interior mineiro. Uma forma de prevenção a rotas de fuga e desvio do ouro das regiões das minas:

Alguns motivos concorreram para esse 'atraso'. Em primeiro lugar, nela habitava grande contingente de povos indígenas, entre os temidos botocudos, muito dos quais, hostis à presença de estranhos. A densa floresta, típica da região, foi outro fator que serviu como empecilho para sua exploração, constituindo-se como uma verdadeira barreira natural de difícil transposição.⁹⁶

Com a crise na produção açucareira, metade do século XVI, e o esgotamento do principal produto de exploração colonial, a Coroa portuguesa tratou de incentivar a ocupação do interior do território em busca de ouro e metais preciosos, além da captura e aprisionamento de indígenas. Esse movimento de interiorização, conforme relata Boris Fausto⁹⁷, iniciaram nos séculos XVII e XVIII, com o movimento das Entradas, expedições financiadas pela monarquia e das Bandeiras, que partiu da iniciativa da Capitania de São Paulo e que tinha o objetivo de ampliar a ocupação do território e a busca de outras riquezas. Com a intensa exploração mineral na região do ouro nas minas gerais, houve um expressivo aumento populacional no local, o que gerou a necessidade de expansão para a porção interior do território, como de forma a sustentar as regiões da mineração com alimentos e artigos de

⁹⁶COSTA, Fernando Antônio Alves Da. **Riqueza e escravidão em uma localidade da Zona da Mata Mineira - Santa Rita do Turvo 1850/59**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada. 2013. p.31

⁹⁷ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p. 83.

subsistência. Já no final do século XVIII, a partir do esgotamento das jazidas nas regiões das minas e a necessidade de novas terras para produção de alimentos, levou a coroa portuguesa a autorizar a ocupação do território em busca de terras férteis para o plantio de subsistência.

Essa expansão para o interior do território demarca o início da ocupação da região de Viçosa onde Alexandre Alencar⁹⁸, em consulta aos assentos paroquiais, praticamente únicas fontes documentais dessa época, tem acesso a documentos confirmando que no ano de 1800, o Padre Francisco José da Silva obteve permissão do bispo de Mariana para a construção de uma pequena capela em homenagem a Santa Rita. Considera-se o marco inicial do povoamento da cidade de Viçosa, a partir da autorização eclesiástica para a construção da pequena igreja, por volta do ano de 1805. A capela, que ainda existe, atualmente com o nome de Capela Nosso Senhor dos Passos e foi tombada pelo município de Viçosa pelo Decreto nº 3090/2004, registrada como patrimônio histórico municipal, marco da fundação da freguesia de Santa Rita do Turvo, que deu origem posteriormente à cidade de Viçosa, cuja emancipação política ocorreu em 30 de setembro de 1871.

Pouco mais de uma década após a formação do núcleo inicial do povoamento, o autor viçosense Alexandre de Alencar,⁹⁹ cita em sua obra memorialística sobre a cidade de Viçosa, a passagem da expedição dos cientistas, *Spix e Martius*, pela região de Santa Rita do Turvo, no ano de 1818, citam a referida capela em sua passagem por esta região:

[...] no dia seguinte, perto da venda das Duas Irmãs, passamos por um fundo de cascalho, na junção dos rios Turvo e Piranga, e cavalgamos por uma região montanhosa.[...] Ao cair a noite alcançamos um vale alto, bonito e achamos agasalho numa fazenda perto da capela de Santa Rita. Muito mais penosa viagem foi a do dia subsequente [...] Indizível foi, portanto, o nosso alívio, quando chegamos, finalmente, ao outro lado da serra de São Geraldo [...] composta em grande parte de gneiss, e tendo dois mil e quinhentos pés de altitude. [...] (C."Viagem pelo Brasil" por J.B von Spix e C.F.P. von Martius", pág. 333, tradução promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - 1º volume - Rio de Janeiro - Imprensa Nacional 1938)¹⁰⁰. (Grifo nosso)

⁹⁸ ALENCAR, 1989. **Nos alvares da história de Viçosa.** s/ed., 1989. p. 13

⁹⁹ ALENCAR, 1989, Op. Cit., p.15

¹⁰⁰ A expedição comandada pelo botânico Carl Friedrich Philipp von Martius e pelo zoólogo Johann Baptist von Spix percorreu boa parte do território brasileiro identificando elementos da fauna e da flora, além de retratar grupos indígenas, paisagens e hábitos culturais variados de um Brasil ainda em grande parte desconhecido. A expedição deu origem à obra "Viagem pelo Brasil – 1817-1820", publicada em três tomos. Na década de 1840,

No trecho revela detalhes descritivos das paisagens da região e menção ao início da ocupação das terras, sendo que alguns dos aspectos geográficos e paisagísticos mencionados possibilitam a identificação da região. A junção dos rios citados situa-se na atual cidade de Guaraciaba-MG, onde os nomes dos rios se mantêm inalterados. A informação sobre a capela de Santa Rita do Turvo, os aspectos geológicos e as coordenadas geográficas da serra de São Geraldo, apontam com precisão detalhes que confirmam essa passagem dos pesquisadores alemães pelas terras da região da atual Viçosa.

2.1. Composições etnográficas do município

Interessa-nos essas informações sobre as origens territoriais e étnicas da cidade, a formação da população local e a presença de negros escravizados nas fazendas locais, de forma a compreender como se dava as relações sociais dessa população, os locais de convívio social, situação de vida e moradia. Diante desses percalços, para a busca de uma história genuína da cultura popular, Carlo Ginzburg¹⁰¹ problematiza: “A escassez de testemunhos sobre o comportamento e as atividades das classes subalternas do passado é com certeza o primeiro - mas não o único - obstáculo contra o qual as pesquisas históricas do gênero se chocam.” Assim, entender a origem desses trabalhadores serve para fundamentação do nosso estudo, e a partir das análises de entrevistas e documental, podemos endossar nossa tese sobre o apagamento das memórias do grupo de operários que se formaria na construção da ESAV.

Entender a composição etnográfica e territorial do município de Viçosa e os contextos sociais e políticos em torno de sua criação permitem discernir de como se deu a formação do patrimônio local. Dessa forma, compreender, na origem, as desigualdades sociais e culturais do grupo estudado, como bem atentou Nestor Garcia Canclini¹⁰² "Se é verdade que o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem que se o estude, também, como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos.”

von Martius foi o vencedor do concurso “Como se deve escrever a história do Brasil”, organizado pelo IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que fundou as bases do modelo explicativo de nossa história, contada a partir do encontro dos três povos fundadores – europeus, africanos e indígenas.

¹⁰¹GINZBURG, 2006, Op. Cit., p. 11

¹⁰²CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: Iphan, n. 23,1994. p. 97.

Começamos pela formação da população local, que como na maior parte do país foi composta pelos colonizadores europeus, indígenas e de negros escravizados. Alexandre Alencar discorre acerca da importância, dessa mistura étnica no povoado:

A determinação das nações africanas, de que são originários os nossos negros, hoje, em grande parte, mestiçados com brancos e índios, é fator de importância para futuros estudos etnológicos. Além disso o africano exerceu, aqui, como em toda a Zona da Mata e na quase totalidade do país [sic] - em certos lugares mais do que em outros, é claro - marcada influência, que se reflete nos costumes, na religiosidade, finalmente, em todas as manifestações psíquicas de nosso povo.¹⁰³

A formação populacional do território, onde hoje se situa a cidade de Viçosa certamente foi composta como a maioria dos territórios do país, a começar pelos nativos da terra, os indígenas que ocupavam a região, pelos brancos, colonizadores das terras, descendentes dos povos europeus e outra generosa parte de negros, os povos escravizados, sequestrados do continente africano e seus descendentes. Dessa formação, Alencar¹⁰⁴ apresenta seu estudo sobre essa composição social, formada pelos nativos da terra os “indígenas da etnia Puri, negros, brancos estrangeiros e de mestiços brasileiros, também chamados de cabras.”.

Visto que, os estudos acerca da presença do branco colonizador na região já são bastante difundidos, atentaremos nossa análise à presença de populações indígenas e de negros escravizados em nossa região, reflexo do que acontecia em todo o território brasileiro, Viçosa também foi palco de tais práticas desumanas de escravização de negros e dizimação de povos indígenas.

2.1.2. Os indígenas, povos originários da localidade

A história invisibilizada dos indígenas também precisa ser apresentada em nosso trabalho, para isso consideramos a referência historiográfica apresentada pelos pesquisadores indígenas, Txâma Xambé Puri, Tutushamum Puri e Xindêda Puri que, em seu estudo sobre a retomada linguística de seus povos, apresentam uma contextualização histórica da presença indígena no território de Minas Gerais:

¹⁰³ ALENCAR, 1956, Op. Cit., p.36

¹⁰⁴ ALENCAR 1956, Op. Cit., p. 36

A etnia teve pouco contato com não-indígenas até o fim do século XVII, quando começa a circulação expressiva deles pelo território Puri entre os locais de extração de ouro em Minas Gerais e os portos do Rio de Janeiro. A partir do declínio da mineração, entre os séculos XVIII e XIX, a exploração econômica colonial é reorientada para a agricultura de exportação, desencadeando a expansão da lavoura cafeeira – iniciada próxima à cidade do Rio de Janeiro – em direção ao interior.¹⁰⁵

Como apontam os autores, o avanço das fronteiras agrícolas, acelerou o processo de extermínio da população indígena da região e a expropriação de seus territórios e omissão de sua cultura. Contudo, a presença dos indígenas na formação territorial do município é citada na publicação de Alexandre Alencar, onde o autor transcreve informações de registros no livro de batismo e óbito da Matriz Santa Rita de Cássia, que comprovam a presença de indígenas da etnia Puri no núcleo formador da cidade de Viçosa.

Comprovando as asserções relativas à presença do purí no povoado de Santa Rita do Turvo, a consequente coparticipação sua na formação da etnia viçosense e a sua colaboração nos trabalhos iniciais de que resultou o núcleo do povoamento, acham-se no arquivo da Igreja Matriz local, no Livro de Registro de Óbitos, que, na nova catalogação, que se fe, tomou o n. 1, os seguintes assentamentos, entre outros: à pág, 4, "Aos treze de junho de 1815, faleceu da vida presente de hua Febre Francisco indio Puri, adulto não recebeu os sacramentos por não estar ainda instruído na doutrina e língua portuguêsa, foi por mim encomendado, e sepultado no Adro desta Capela de Santa Rita e para constar fiz este assento que assino. (a.) Pe. Manoel Gls. Fontes¹⁰⁶ (Mantida a grafia original)

Os Puris são povos indígenas originários das regiões sudeste do país. De acordo com dados do censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no ano de 2010¹⁰⁷ foram registrados seiscentos e setenta e cinco autodeclarados da etnia Puri, com a

¹⁰⁵ PURI, Txâma Xambé *et al.* **Kwaytikindo**: retomada linguística Puri. 2020. p. 78-79

¹⁰⁶ ALENCAR1956, Op. Cit., p. 34

¹⁰⁷ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

maior parte destes localizados no Estado de Minas Gerais. Os indígenas, também foram identificados na pesquisa de mestrado de Sérgio Antônio de Paula Almeida, “o grupo indígena Puri tem seu nome surgido a partir da designação utilitária para nomear todos os índios habitantes da Mata mineira”. Através de seu estudo, Almeida delinea os vestígios das memórias e trajetórias desses povos na região da Zona da Mata mineira e problematiza a utilização genérica do termo índio, que acaba por delimitar os diversos povos indígenas existentes:

No caso da história dos indígenas, embora seja conhecida a diversidade dos grupos indígenas encontrados nestas Matas de Minas Gerais, sendo os mesmos os grupos Coropós, Coroados, Puri e Croato; compreende-se que o estereótipo “índio” acabou unificando culturas e, provavelmente, silenciando diversos destes grupos moradores de florestas.¹⁰⁸ .

Além do extermínio indígena a imposição religiosa e escravização, a que foram submetidos, levaram à socialização dos nativos, que foram perdendo as tradições culturais e até mesmo a identificação como descendentes indígenas, restando poucos grupos étnicos na região, como pondera o autor. Assim, o debate identitário favorece quando coloca em pauta a importância histórica da sublevação de memórias indígenas, grupo também apagado nas narrativas oficiais da formação do município viçosense.

2.1.3. A presença dos negros nas origens do território

Como os indígenas, a presença de negros é pouco enfocada nas produções historiográficas sobre o início do povoamento da cidade de Viçosa. Consta nos estudos de Fernando Costa,¹⁰⁹ após consulta aos processos de inventários pós-morte de moradores da localidade entre os anos de 1850 a 1859, constatou que 30% da população eram de indivíduos escravizados e no geral, considerando os demais grupos, “a localidade era habitada por uma população majoritariamente parda e crioula (62%), predominantemente de agricultores de vida simples”.

Outros registros, com informações sobre a origem étnica no grupo, como os apurados por Alexandre Alencar no livro de registro de óbitos da Matriz Santa Rita de Cássia de 1814,

¹⁰⁸ ALMEIDA, Sergio Antônio de Paulo. **No livro a raiz, na lembrança o passado**. Fragmentos culturais e memória dos descendentes declarados de indígenas de Miraf. 2016. p.70

¹⁰⁹ COSTA, 2013, Op. Cit.

demonstrar informações importantes sobre os assentamentos de negros, que eram identificados conforme sua proveniência do território africano. O autor enfatiza que a maioria das etnias negras de nossa região teria origem dos Bantus, originários de Angola e Moçambique.

Fazemos aqui as seguintes transcrições, em que respeitamos a grafia do original: à fl. 2, consta o assentamento do óbito de Antônio Ang° (abreviatura com que se designava Angola), escravo do Alferes Antônio Barbosa de Souza Lima, ocorrido em 21-XI-1814. *Ibd.*, o óbito de João Ang° (Angola), escravo do Alferes Antônio Barbosa de Souza Lima, ocorrido em 6-XII-1814. *Ibd.*, id. do velho Francisco Mina, também escravo do Alferes Antônio Barbosa de Souza Lima, ocorrido em 9-XIII-1815 [...].¹¹⁰

Numa consulta aos documentos das *Ephemerides mineiras*, 1664-1897¹¹¹, nos registros de fatos concernentes à história de Minas Gerais, encontramos informações acerca do quantitativo de negros escravizados na região da atual cidade de Viçosa. Segundo consta o documento, no ano de 1876 o número de escravizados era de três mil e vinte e oito indivíduos. Número expressivo, quando considerado o quantitativo no Estado de Minas Gerais, o mesmo documento informa que o número de escravizados representava pelo menos a metade dos habitantes do território mineiro.

Discorrendo sobre a expansão territorial de Viçosa, Maria do Carmo Tafuri Paniago,¹¹² aponta números semelhantes em seus estudos, referentes à mão de obra escravizada na região, que no ano de 1886 representava um total estimado de pouco mais de três mil indivíduos. Segundo o entendimento da autora, com a abolição do regime escravista essa população se manteve no local atuando como meeiros nas propriedades da Zona da Mata Mineira. Vale lembrar que no sistema de meação citado, o trabalhador rural é o responsável por todo o trabalho na terra e divide com o dono da propriedade o resultado da produção. Uma relação de troca de mão de obra pelo direito de plantar e morar. Essa prática também é conhecida como agricultura de meação, gerava submissão e dependência financeira do meeiro ao proprietário rural conforme aponta Ferreira e Maciel:

¹¹⁰ ALENCAR, 1956, Op. Cit., p.36

¹¹¹ Anuário com informações relevantes da história de Minas Gerais no período de 1664 a 1897 disponíveis em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221689>> Consulta em 11 jan 2021. p.80

¹¹²PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Evolução histórica e tendências de mudanças socio-culturais na comunidade de Viçosa - MG**. 1983. 407f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 1983. p.35

O sistema de parceria/meeiro agrícola, além de ser um regime de trabalho que depende de “boa vontade” do proprietário rural, não garante um futuro com possibilidades “melhores” à família rural submetida a esse tipo de trabalho, podendo em alguns contextos ser caracterizado como um feudalismo contemporâneo.¹¹³

Considerando que os dados estatísticos, apresentados não possuem um valor comparativo, uma vez que, não localizamos informações sobre o número total da população, tomaremos esses números como amostragem para contextualização do nosso estudo. Fato também observado por Denílson Santos de Azevedo, que problematizou a inexistência de censos demográficos da microrregião de Viçosa:

[...] o fato de inexistir um recenseamento regular e completo da população da Província de Minas Gerais, ao longo de praticamente todo o período imperial, e que vai sendo reafirmado nos relatos anuais de seus diferentes presidentes como uma limitação para uma gestão de recursos mais pautada por demandas levantadas a partir de dados ou indicadores sociais, de cunho quantitativo e não por outro critério, como o religioso, por exemplo. A não localização de informações quantitativas sobre os povoados situados no que hoje é a microrregião de Viçosa, pode ser considerada como um indício da falta de recenseamento regular e completo da população desta localidade.¹¹⁴

Nas informações sobre as condições sociais que viviam os negros da região, identificamos relatos de maus tratos e alguns exemplos de relativa convivência. Alexandre Alencar apresenta registros, provavelmente de fontes orais, retratando essa relação e narra alguns desses episódios ocorridos nas fazendas locais, à maioria de agressões, que não nos cabe aqui reforçar. Por outro lado, destacamos a curiosa história da senhora Nhanhã do Paraíso, que, segundo relata o autor, cedeu partes de suas terras, para os seus, ex-escravizados, recém-libertos da servidão, a partir da Lei nº 3.353, de 13 de Maio de 1888:

¹¹³FERREIRA, 201, Op. Cit., p. 10

¹¹⁴AZEVEDO Denílson Santos de. A instrução pública no município de Viçosa no império (1839- 1890) in: **Revista de Ciências Humanas** 2020, p. 5-6

Difícilmente se encontrará viçosense que desconheça a Rua Nova, pequeno agrupamento de casas, situado lá pelos lados da Escola Agrícola. Pois bem, [...]. Era uma espécie de arrabalde de pretos. Fôra [sic] constituído pela munificência de uma ilustre senhora, proprietária da Fazenda do Paraíso, extensa e próspera no Império. Com o provável advento da liberdade, não queria Nhanhã do Paraíso - como então era conhecida de todos D. Ana Rita de Oliveira - que os libertos de sua fazenda, desacostumados ao novo gênero de vida, que iriam levar, certamente, vagueassem desarvorados, por este mundo de Deus a fora, sem eira nem beira, tornando-se, às vezes criminosos, ao sabor das circunstâncias ou quando a fome os obrigasse a êsse extremo.¹¹⁵ (Mantida a grafia original)

Certamente as histórias coincidem em alguns pontos, com as narrativas operárias apuradas, porém não foi possível confirmar essa assertiva. De todo modo cabe problematizar as intenções através do citado “gesto de bondade” da referida senhora Nanhã Paraíso a partir das considerações de Sandra Jatahy Pesavento¹¹⁶ que discorre sobre as táticas de reter a mão de obra servil, dentre elas “procedimentos, ao mesmo tempo instrumentos-legais e coercitivos, mas também consensuais e ideológicos”. Sendo assim, essa era uma prática comum de dominação, uma forma de manter as dependências dos libertos à autoridade pela generosidade e dívida afetiva, conforme bem assinala.

Devemos considerar ainda outro fator preponderante na história colonial do país, o de mascarar as diferenças culturais e a diversidade étnica no país. A visão da harmonia das três raças, ou mito da democracia racial, conforme se acreditava à época, conforme explicitado por Lilia Schwarcz,¹¹⁷ que, argumentando criticamente sobre a concepção harmônica na formação da população brasileira, alerta que, mesmo respeitando a temporalidade da escrita histórica, essa teoria, originária do momento da formação da identidade nacional no período após a independência, diante da necessidade de criar um enredo historiográfico sobre a formação da identidade nacional. Para a autora, esses falsos pressupostos, criam uma falsa coesão social quando na realidade prevalece autoritarismo desigualdade social e racial e intolerância ao diverso e rebate: “Ali estavam, pois, os três povos formadores do Brasil; todos

¹¹⁵ ALENCAR, 1959, Op. Cit., p. 47

¹¹⁶ PESAVENTO, 1989, Op. Cit.

¹¹⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, 294p.

juntos, mas (também) diferentes e separados. Mistura não era (e nunca foi) sinônimo de igualdade. Aliás, por meio dela confirmava-se uma hierarquia ‘inquestionável’ [...]”.

Em suma, nesta análise da diversidade etnográfica da região, essa visão de harmonia racial se faz presente em obras memorialistas sobre a história local, discurso que buscava glorificar a mistura de raças, sem considerar os conflitos trazidos dessa relação desigual.

2.1.4. O lugar na cidade: O patrimônio das classes populares

Analisando o conceito de lugar, Scifoni¹¹⁸ problematiza sobre a concretude do espaço geográfico como produto social do indivíduo. “Como dimensão concreta e real do espaço geográfico, o lugar é produto de uma construção social cotidiana, que se dá ao mesmo tempo em que a sociedade reproduz sua existência, relações sociais, cultura, valores e a própria história humana.” Deste exemplo destacamos a importância do reconhecimento de lugares de memória de grupos desprestigiados historicamente como forma de estimular o pertencimento e a afirmação da identidade desses grupos.

Sendo assim, ao discorrer a sobre as festas que aconteciam na igreja do Rosário, localizada no Largo do Rosário, atual Praça do Rosário, em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, Alexandre Alencar transcreve o que seria um depoimento oral de sua avó paterna, Sinhana, falecida em 1928. O texto representava o saudosismo das festas que ali aconteciam. A manifestação popular e seus personagens, são lembrados por sua "exótica" cultura de ritos e danças:

[...] Evocava com saudade, que se lhe sentia na voz, as festas que se realizava no "Largo", em sua então já bem distante mocidade, no século anterior. À noite, em datas festivas da Igreja, ao som das puitas e atabaques, dançavam-se ali o caxambu, o catererê. Batucava-se até alta noite, à luz de archotes armados em grossas varas de bambu, que se projetavam à distância as figuras dos dançadores em movimento. Enquanto ardiam as tochas de pex, formava-se círculo, dentro do qual os pares se revezavam em saculeios, quase diabólicos. As saias rodadas das mulatas e caboclas, em rápidos movimentos se

¹¹⁸NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. Memória e Esquecimento. O patrimônio cultural dos trabalhadores paulistas. **VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial**. 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t6_memoria_esquecimento.pdf>. Acesso em 13 jun 2021.

enroscavam nos corpos, e o par somente se recolha à roda que se formava em torno, entrando na fila após estalo da clássica umbigada... Lí, algures que é dança simbólica da "procriação" Fato é que, exigia destreza, desenvoltura incrível, de quem a dançasse ao ritmo rápido dos rústicos instrumentos de percussão, que acompanhavam as emboladas, em linguagem de puro africano, influência das numerosas senzalas das fazendas, de então. O povo alegre acorria a assistir à dança, que teria sido uma espécie de "vira" português, com o tempero da pimenta dos trópicos.¹¹⁹

A primeira Igreja do Rosário foi demolida em 1899 para dar lugar a uma nova, finalizada somente no ano de 1924 e era localizada nas proximidades da antiga prefeitura de Viçosa, próximo a entrada da atual Rua Senador Vaz de Melo, porém foi demolida no mesmo ano da inauguração, 1924, (figura 16). Segundo constatado por Alencar, mesmo inacabada era usada para rituais religiosos e festas populares conforme aponta o autor:

[...] Não obstante, o esforço dos moradores da Praça do Rosário, concluídas as obras, que haviam custado dinheiro e trabalho, fechou-se o templo novamente. Abria-se de quando em vez para ensaios do coro, mas destinado a funcionar na Matriz. Já a festa da padroeira perdera o brilho de outros tempos. Creio que até poucas vezes se dançou o 'congado' em suas imediações e a Padroeira, nela entronizada, raras homenagens teria recebido dos pretos, seus devotos principais [...] (Grifo nosso, Mantida a grafia original)

As referências aos pretos devotos da Igreja do Rosário nos dão pista de que a igreja era frequentada pelas populações de negros, ex-escravizados. Também marcado pelas características das festas ocorridas no referido santuário. O ritual de devoção e a manifestação popular foram suprimidos das memórias oficiais, a igreja demolida e a festa transferida para regiões periféricas da cidade, acontecendo desde 1930 no Distrito de São José do Triunfo, conforme constata o trabalho de Felipe Luchete¹²⁰, que pesquisou sobre as memórias do congado na região: “Festa iniciada muito tempo atrás, no centro de Viçosa, quando existia a Igreja, Nossa Senhora do Rosário, na praça onde hoje se localiza a Prefeitura.

¹¹⁹ ALENCAR, 1976, Op. Cit., p. 23

¹²⁰ LUCHETE, 2008, Op. Cit., p.55

Em 1930, passou a ser realizada em São José do Triunfo [...]” A festa a que se refere o autor, objeto de sua pesquisa é a da Dança do Congado, manifestação popular de caráter religioso, cultivada ainda hoje em Viçosa e região, palco de tradições familiares de fé e religiosidade, mobilizam toda a comunidade em torno da apresentação, que ocorre anualmente na segunda quinzena do mês de outubro, próximo ao dia de Nossa Senhora do Rosário, santa católica homenageada em 24 de outubro.

Figura 16 - Igreja do Rosário - 1921



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Se desse patrimônio, ligado a minoria sociais do município, não se interessou pela preservação, como outros tantos patrimônios perdidos, por omissão, especulação financeira ou mesmo falta de interesse de grupos influentes da sociedade, para a transmissão dessa herança, questão problematizada na pesquisa de Walkiria Martins sobre políticas públicas patrimoniais na cidade Viçosa:

[...] nossa preocupação concentra-se menos na questão da herança que o patrimônio supostamente representa e na conseqüente necessidade de sua preservação, e mais no entendimento dos discursos e interesses que estão em voga no momento em que as justificativas para a patrimonialização são

criadas. Em geral elas são forjadas por um determinado grupo social e atendem às suas expectativas ideológicas.¹²¹

Em pesquisa de campo na Praça do Rosário, encontramos quatro memoriais, a saber: Homenagem ao centenário da cidade de Viçosa do ano de 1971; Placa em alusão aos 500 anos do descobrimento do Brasil, do ano de 2000; Memorial aos viçosenses, ex-combatentes da II Guerra Mundial na Força Expedicionária Brasileira – FAB, datada do ano de 2007 e placa de Reconhecimento aos imigrantes libaneses locais, inaugurada em 2009. No espaço da pequena praça, encontra-se ainda um pedaço de um pedestal de uma antiga escultura da qual não encontramos informações específicas. As referências encontradas nos referidos monumentos, caracterizam uma alusão a datas oficiais ou preservação da memória nacional no sentido bem caracterizado por Michael Pollak:

Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo.¹²²

Ao analisar a história operária em Porto Alegre - RS, o historiador Frederico Duarte Bartz problematiza o apagamento da memória da classe trabalhadora a partir da omissão de suas memórias nos espaços da cidade:

Porto Alegre se constituiu a partir da exclusão da classe trabalhadora e das classes populares das regiões próximas ao centro em direção à periferia; além disso, sempre houve uma valorização da presença burguesa (ou pequeno-burguesa) na cidade, com industriais, intelectuais e membros da elite política nomeando ruas e avenidas, estabelecendo espaços de memória, enquanto a classe trabalhadora e suas organizações foram relegadas ao esquecimento. Essa operação tem um claro caráter de classe, pois perpetua a

¹²¹MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. **A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa – MG entre 1980 e 2010**. 2016. 277 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016. p. 5

¹²² POLLAK, 1992, Op. Cit., p.5

ideia de uma cidade construída sem a presença e a luta dos trabalhadores, ao passo que a elite aparece como responsável pelas mudanças ocorridas (como os projetos de modernização) em um processo isento de contradições.¹²³

De mesmo modo, na referida pesquisa campal na atual Praça do Rosário não foi localizada nenhuma menção às manifestações populares, ali ocorridas até a década de 1920, em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. A partir dos monumentos do local, que remetem a uma memória nacional, temos uma amostra do tipo de memória que a elite local escolheu para preservar.

Parte da população economicamente vulnerável, os operários residiam nas comunidades periféricas da cidade e aparecem, na maioria das entrevistas, com seus antigos nomes dos bairros, Rua Nova, comunidade próxima à instituição, origem de vários operários. Beira Linha, atual região do bairro Vale do Sol, Fundão, bairro São José do Triunfo, Parte Alta, atual bairro Bom Jesus, Rua Seca, atual rua do Pintinho e Vila Secundino entre outros.

Muito citada, destacamos a Ladeira dos Operários, atual travessa José Valentino da Cruz, o “operário que virou moeda,”¹²⁴ também virou nome de rua, popularizada como um atalho dos operários para a parte alta da cidade. Assim, por meio dos topônimos populares, surgem menções aos bairros periféricos, ocupados por esses trabalhadores e suas estratégias próprias de sobrevivência.

2.5. Relações sociopolíticas no município na conformação da política nacional

No interior da região da Zona da Mata Mineira, a antiga freguesia de Santa Rita do Turvo, oficialmente transformada na cidade de Viçosa no dia 30 de setembro de 1871, pela Lei nº 1817, experimentava um prestígio político diferenciado, com representantes do município com referência no cenário político nacional. Entender as articulações políticas e sociais locais, nos anos iniciais do século XX, nos permite a compreensão das estratégias e mobilização das lideranças locais e regionais que culminaram com a ascensão de lideranças políticas locais em âmbito nacional.

¹²³BARTZ, Frederico Duarte. Os Caminhos Operários e a Memória da Classe Trabalhadora em Porto Alegre. **Revista História & Luta de Classes**, Porto Alegre, 2019. p. 63

¹²⁴MELLO, Élson Rezende de. **José Valentino da Cruz, o Candinho: O operário que virou medalha**. InformAsav, n.º 21, novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.elsonrezende.com.br/conjtextos.php?id=419>>. Acesso em: 27 out. 2021

Relacionar a história de pessoas comuns com grandes feitos históricos torna-se um desafio ao historiador, conforme assinala Peter Burke¹²⁵, contudo, essa contextualização histórica é fundamental para analisar as influências mútuas entre os fatos históricos locais ou nacionais. Interessa-nos acompanhar parte dessa trajetória para análise dessas influências na idealização e construção da ESAV e conseqüentemente nas relações, profissionais e sociais do grupo estudado. Na década de 1920 iniciava-se a construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV. Abrigar a nova escola representaria importantes transformações para o município, tanto físicas quanto socioeconômicas conforme defende Marc Bloch:

Nada mais legítimo, nada mais constantemente salutar do que centrar o estudo de uma sociedade em um de seus aspectos particulares, ou, melhor ainda, em um dos problemas precisos que levantam este ou aquele desses aspectos: crença, economia, estrutura das classes ou dos grupos, crises políticas.¹²⁶

Destacamos que esse arranjo político exitoso, das lideranças políticas locais, nem sempre representava melhoria de condições de vida da maioria da população. A cidade ainda com características rurais era pouco urbanizada e sem rede de iluminação ou de abastecimento de água e esgoto como podemos observar no relato oral, registrado no artigo de Cláudio Manuel Pereira et al:

A luz era ruim, chovia e ficava dois, três meses sem luz né Helena? Era começar a chuva que a gente ficava no escuro, não tinha luz, não tinha água, agente pegava água lá perto da universidade ali perto onde são os prédios da mundial. Morava aqui na Rua Padre Serafim e agente levantava de madrugada pra carregar água pra carregar água.¹²⁷

Apesar dos problemas estruturais relatados pela moradora, provavelmente entre as décadas de 1940 e 1950, considerando a idade da entrevistada, já nos fins da década de 1920, Viçosa já contava com duas fábricas de tecidos e o Patronato Agrícola, inaugurado em 1927 como Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM, criada para formação básica

¹²⁵ BURKE, 1992, Op. Cit., p.24

¹²⁶ BLOCH, 2008, Op. Cit., p. 30

¹²⁷ PEREIRA, 2002, Op. Cit., s/p

em agricultura aos jovens considerados transgressores ou órfãos, que vinham principalmente do Estado do Rio de Janeiro.

Conforme aponta Maria do Carmo Tafuri Paniago¹²⁸, a mobilidade entre as regiões estava garantida com a inauguração da primeira estação de trem em 1855. Inicialmente longe do núcleo urbano viçosense, no local denominado Estação Velha, mas posteriormente, durante o governo de Arthur Bernardes, teve seu traçado alterado para adentrar na cidade de Viçosa, onde foi construída a Estação Central em 1914, incluindo o trecho que cortava a área que seria futuro campus da ESAV. A estrada de ferro trouxe facilidades para o escoamento da produção regional, principalmente de café, e do transporte de passageiros.

Arthur da Silva Bernardes, figura como um dos personagens ilustres entre os moradores locais e da comunidade universitária, por sua carreira política, na cidade e por se o principal idealizador da construção da ESAV. Bernardes alcançou importantes cargos políticos no país, chegando a presidente de Minas Gerais de 1918 a 1922 e presidente do Brasil entre 1922 a 1926. Tornou-se um dos ícones da história local, inclusive com um museu em sua memória, a Casa Arthur Bernardes, tombada pelo Estado de Minas Gerais em 1989 pelo Decreto Estadual n.º 29.399. Como um dos personagens principais na história oficial da localidade, Arthur Bernardes não foi o primeiro líder político de destaque nacional e sim seu sogro, Carlos Vaz de Melo, que teve representação política durante o império, sendo ainda deputado e senador da república. Além dos cargos políticos locais, conforme destaca Natália Fraga de Oliveira, em sua dissertação que analisou a articulação do grupo de Arthur da Silva Bernardes e sua ascensão política nacional:

Assim, vale ressaltar que o município de Viçosa, no início do século XX, era chefiado por dois fortes líderes locais que, juntos, faziam política. Um deles era o então sogro de Arthur Bernardes, o senador Carlos Vaz de Melo, natural de Vila Nova de Lima, atual Nova Lima, em Minas Gerais. Vaz de Melo foi juiz, deputado no período do Império e senador na República. Com base nos dados de Souza (2015), é possível compreender que, além de administrar sua fazenda e duas fábricas de tecido, o senador era proprietário

¹²⁸ PANIAGO, 1983, Op. Cit., p.35

do jornal Cidade de Viçosa no qual Arthur Bernardes iniciou colaborações antes do matrimônio com a filha do proprietário¹²⁹

Arthur da Silva Bernardes formou-se em direito e trabalhou em importantes empresas da região. Iniciou na política por volta de 1909, seguindo o caminho do seu sogro Carlos Vaz de Melo, político local com influência em todo o Estado, conforme apontado por Natália Oliveira:

Vaz de Melo chegou a Santa Rita do Turvo, atual Viçosa, como juiz, entre 1876 a 1882. Mais tarde, recuando da política estadual para a municipal, torna-se presidente da Câmara de Viçosa (Agente Executivo), de 1887 a 1890. Em 1894, tornou-se filiado do Partido Republicano Mineiro (PRM), pelo qual foi eleito deputado federal por duas vezes, sendo presidente da Câmara dos deputados entre 1900 a 1902.¹³⁰

Mello era membro do Partido Republicano Mineiro (PRM), fundado em 1888 e que defendia os ideais republicanos e conservadores da elite agrária do estado de Minas Gerais, o político figurava como importante liderança local e foi fundador de duas empresas de tecidos e redator chefe do principal semanário local “Cidade de Viçosa” o jornal, fundado em 1892, circulou até 1928¹³¹.

Para entender a ascensão pessoal das lideranças da época, precisamos relembrar da prática política do período da primeira república, que consistia na escolha do candidato indicado pelos coronéis locais, o que ocasionava uma pressão sobre os votantes no chamado voto de cabresto, termo usados para designar essa pressão política dos coronéis, verdadeiros mandatários dos poderes locais, que influenciavam os votos dos cidadãos nos municípios do país.

O voto era direcionado, existindo recorrentes denúncias de fraudes eleitorais. O voto aberto garantia apoio aos políticos aliados ao governo e aos estados. Em troca, os mandatários nacionais garantiam os privilégios do poder local que recebiam recursos para obras e cargos

¹²⁹ OLIVEIRA, Natália Fraga de. **A inserção de Arthur Bernardes na Política Viçosense no Início do Século XX: Grupos Sociais, Disputas Políticas e Imprensa**. 2019. 106f. Dissertação Universidade Federal de Ouro Preto. p. 32

¹³⁰ OLIVEIRA, 2019, Op. Cit., p. 60

¹³¹ A Hemeroteca original pertence a um colecionador particular de Viçosa, cedida ao Arquivo Central e Histórico da UFV, que disponibiliza digitalmente, as publicações referentes ao período de 1898 até 1928, com quase totalidade dos números do impresso.

públicos para indicados, perpetuando assim, um ciclo de poder e privilégios conforme bem delineado por Cláudia Ribeiro Viscardi:

Por isso mesmo e que o estudo do processo político desperta enorme interesse. E assim as análises da política das oligarquias, do coronelismo e das relações federais nos ajudam a entender como se preservou o sistema de participação restrita com o qual o Brasil havia inaugurado sua vida independente.¹³²

Importante lembrar que o direito de votar era restrito aos cidadãos alfabetizados, que representava cerca de 1% da população daquele período, sendo as mulheres excluídas do processo eleitoral. Situação só alterada depois de vários movimentos de luta pelo voto feminino, o que garantiu a inclusão do voto feminino na constituição, somente em 1934.

Fruto desta conjuntura nacional, em Viçosa também se estruturava uma administração por indicação política, sendo que a primeira eleição para prefeito aconteceu somente em 1948. A administração municipal era composta por representantes indicados pelas camadas sociais privilegiadas do município, que se alternavam no poder municipal. Essa alternância do poder local fortalecia os laços políticos das elites locais, assim, sem nenhuma perspectiva de algum membro das camadas populares alcançarem o poder. Sendo assim, o grupo dominante da política local é constantemente lembrado pelas narrativas históricas e museológicas da cidade, enquanto as histórias das camadas socialmente desprestigiadas sequer aparecem nessas narrativas, que se dão também com monumentos e placas inaugurais, denominação de logradouros, bairros, escolas, órgãos públicos e etc.

2.5.1. A trajetória política do viçosense Arthur Bernardes e os meandros da criação da ESAV

A política de alternância de poder dava a prestígio ao Estado de Minas, como um dos principais centros da economia agrícola e com maior colégio eleitoral do país, assumiu o poder presidencial no período de 1922 a 1926. Arthur Bernardes, na presidência do país, enfrenta grande crise política, com as primeiras movimentações políticas oposicionistas, como a revolta dos 18 do Forte no Rio de Janeiro, motivada pelo episódio das cartas falsas, em que

¹³²VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da "política do café com leite" Editora Fino Trato. Belo Horizonte. 2012. p.11.

supostamente Bernardes fazia duras críticas aos militares, o fato, acirrou os ânimos do embrião do movimento do Tenentismo que foi contido pelas forças do governo, mas posteriormente incorporado à Revolução Paulista de 1924, todas duramente reprimidas pelo governo Bernardes, que governou sob Estado de Sítio.

Sobre a formação política de Arthur Bernardes, a versão apresentada Natália Fraga de Oliveira,¹³³ é construída a partir da análise da linguagem jornalística do semanário “Cidade da Viçosa”¹³⁴, onde pesquisa as estratégias políticas do grupo de Bernardes de se manterem no poder: “ao direcionarmos o nosso olhar para a linguagem utilizada nas notícias do jornal a Cidade da Viçosa percebemos a construção dos “inimigos políticos” e dos “heróis” ou aliados republicanos, e que o jornal se tornou mais centrado nesta narrativa após a chefia de Arthur Bernardes”.

Dentre os fatos apresentados pela autora, destacamos a análise da sobre as estratégias políticas utilizadas por Bernardes e seus partidários para sustentar uma imagem positiva, favorecendo a ascensão política do grupo. Carlos Vaz de Melo, por exemplo, principal político local, foi deputado geral do império pelo partido liberal e deputado e senador da república pelo partido republicano. Os interesses e estratégias políticas se alternavam conforme conveniência:

[...] Carlos Vaz de Melo atuou por dez anos em Ubá como juiz municipal, foi deputado geral pelo Partido Liberal no Império, de 1881 a 1885 e participou, após o fechamento do Congresso, em 3 de novembro de 1891, por Deodoro da Fonseca, do movimento revolucionário que eclodiu em Viçosa, sendo anistiado somente no governo do Marechal Floriano Peixoto, de quem se tornou partidário¹³⁵

Outro ponto importante dessa relação profissional, destacado por Natália Oliveira,¹³⁶ Bernardes possui constantes contatos com o exterior, o que o tornou entusiasta das tecnologias norte-americanas para a agricultura. Desta maneira essa temática de revolução agrícola figurou por muito tempo nos artigos de Bernardes no jornal local:

¹³³ OLIVEIRA, 2019, Op. Cit., p. 14

¹³⁴ Verificamos que o nome do jornal sofreu algumas variações ao longo dos anos, sendo registrado também com o título Cidade de Viçosa e A Cidade de Viçosa.

¹³⁵ OLIVEIRA, 2019, Op. Cit., p. 60-61

¹³⁶ OLIVEIRA, 2019, Op. Cit., p. 18-19

Ademais, o contato de Bernardes com esse grupo empresarial, que buscava projetar os produtos agrícolas brasileiros na Europa, pode ter influenciado o posicionamento do jornal Cidade da Viçosa a buscar alternativas para inovação das técnicas agrícolas brasileiras inspiradas nos Estados Unidos da América, pois inúmeros foram os artigos publicados, a partir da chefia de Bernardes no semanário, que exaltavam as práticas da policultura em meio à grande lavoura e à mecanização agrícola estadunidense¹³⁷

Essa influência norte-americana assimilada por Bernardes, também é tratada no trabalho de Ernani Barbosa Paes, que pressupõe que Bernardes, enquanto presidente do Estado ficou impressionado com uma exposição internacional de equipamentos agrícolas na cidade de Ubá:

Esses contatos aconteceram em razão de alguns fatos. Por volta de 1917, utilizando-se da mesma forma de difusão de inovações agrícolas utilizada nos Estados Unidos da América aportaram na Zona da Mata, mais especificamente no município de Ubá, um grupo de americanos com suas máquinas maravilhosas, que encantaram e causaram espécie entre os que os puderam ver em suas demonstrações, utilizando-se dos vagões da estrada de ferro Leopoldina. Em Ubá eles realizaram demonstrações sobre os novos equipamentos que poderiam ser utilizados pela agricultura (arados e grades com tração animal, colheitadeira e beneficiadora de arroz, e outros implementos). Nesses eventos estava presente Arthur Bernardes.¹³⁸

Desta feita, a tecnologia agrícola dos Estados Unidos, bem conhecida de Bernardes, tornou-se, em 1920 o eixo norteador da política educacional da então Escola Superior de Agricultura – ESAV. O programa de ensino adotado foi inspirado no modelo norte-americano dos *Grands Colleges*, para tanto, Bernardes buscou, diretamente nos Estados Unidos, um pesquisador para colocar em prática o seu projeto de Escola Agrícola, Peter Henry Rolfs, que chega ao Brasil em 1922 com o propósito de ser o fundador e primeiro diretor da ESAV.

¹³⁷ OLIVEIRA, 2019 Op. Cit., p. 18-19

¹³⁸ PAES, Ernani Barbosa. **A identidade do esaviano: práticas educativas e controles institucionais em uma escola agrícola mineira. (1926-1948).** Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). 2017, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017. p.21

2.6. A ESAV - 1926 a 1948 - As singularidades da Escola de Viçosa

Criada pelo Decreto nº 6.053, de 30 de março de 1922, pelo então presidente de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes, a ESAV tinha características singulares. Enquanto outras universidades, principalmente as localizadas em centros urbanizados, buscavam o fortalecimento de tecnologias industriais, a idealização ESAV, primava pela instrumentalização da agricultura do estado, como demonstra o discurso de Arthur Bernardes como paraninfo da turma de 1952, descrito por Borges e Sabioni:

Ficávamos aqui um marco assinalado, porque divisório de duas épocas distintas na vida agrícola [...] a que vinha dos primórdios da nacionalidade, caracterizada pelo primitivismo agrícola, e outra que se iniciava com a implantação de novos processos de trabalhar a terra e cuidar das plantas, das árvores e dos animais. Inspirava-se nos então, como ainda hoje, o objetivo de tornar o trabalho mais produtivo com menor esforço do homem.¹³⁹

Implantada na década de 1920, na cidade de Viçosa, a ESAV vinha com objetivos direcionados para a formação de uma elite agrária regional e fortalecimento da produção agrícola, principal atividade econômica do Estado mais populoso do país naquela época e provinha de uma formulação no confronto da política nacional e turbulências políticas da Primeira República. O Conceito filosófico adotado no modelo de ensino da ESAV, foi analisado por France Maria Gontijo Coelho,¹⁴⁰ que discorreu sobre as peculiaridades da criação da “Escola de Viçosa.” Segundo a pesquisadora esse modelo de ensino institucional, valorizava o ensino prático para formação do agricultor e das técnicas agrícolas. Diferente das vertentes europeias da época, uma de formação de cientistas e outra de formação técnica, de operários qualificados, o a autora denomina de “operários peritos”.

A autora constata que o modelo pragmático do “aprender fazendo”, filosofia de ensino adotado na instituição dos *Colleges* estadunidenses e descreve que, “Dentre as alternativas surge à aplicação da ciência e da técnica via instituições de ensino e experimentação agrícola, revelando a noção utilitária da ciência.” Dentre as motivações para a construção da ESAV, a pesquisadora apresenta as três versões estratégicas a saber: Econômica, como forma de

¹³⁹ BORGES, 2000, Op. Cit., p. 27

¹⁴⁰ COELHO, France Maria Gontijo - **A produção Científica-Tecnológica para a agropecuária: Da ESAV à UREMGE**, conteúdos e significados. 1992. 243 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1992. p. 40.

modernizar a agricultura através do ensino prático; Política pela tentativa de fortalecer a elite agrária mineira frente ao desempenho das oligarquias paulistas e Internacional, fruto da política expansionista dos EUAs, e conclui:

(...) o poder constituído atuaria no sentido de preservar a hegemonia dos grupos agrários, buscando legitimar sua eficiência com a proposta de criar instituições de ciência e tecnologia para que elas contribuíssem com uma “reforma agrícola”: uma saída técnico-científica para um desafio sociopolítico¹⁴¹

Neste cenário, a consolidação institucional se deu num contexto de disputa política entre os Estados, para fortalecimento do poder oligárquico, através da reformulação da agricultura e fortalecimento de Minas Gerais, frente a São Paulo. Analisando essa alternância de poder entre Minas Gerais e São Paulo, na chamada Política do Café com Leite, Cláudia Viscardi¹⁴² avalia que a parceria trouxe resultados desfavoráveis para a ordem federativa vigente. Segundo entende a autora, o compartilhamento do núcleo do poder nacional do café com leite, esvaziou o peso político de grandes Estados como Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, gerando o colapso político da Revolução de 1930: “(...) um condomínio mineiro-paulista, apelidado de “Café com leite”, se credita a estabilidade do poder das oligarquias durante várias décadas. E ao rompimento da parceria entre os dois grandes estados, se associa como resultado inevitável o colapso do sistema de 1930.”

Desta feita, o conturbado processo político experimentado durante e após o mandato do Presidente Arthur Bernardes, representaria a crise dessa política de alternância acirrada pela nomeação de um paulista, na vez de Minas Gerais, o que gerou insatisfação da oligarquia mineira que se uniram aos revoltosos militares e culminou com o fim da República Oligárquica. Com a tomada de Getúlio Vargas ao poder, Bernardes, que inicialmente apoiou Vargas, se une aos revoltosos de São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932, contrária à instalação do regime ditatorial do Estado Novo implantado por Getúlio. Com a debandada política, Bernardes é perseguido, preso e exilado em Portugal.

Os episódios de perseguição do político e seus correligionários, povoam as memórias dos operários entrevistados. Foi citada nas entrevistas com o entrevistado, Liderança 1¹⁴³, que

¹⁴¹COELHO, 1992, Op. Cit., p. 47

¹⁴²VISCARDI, 2012, Cit. Op., p.311

¹⁴³Liderança 1 - Entrevista: 07/05/2021 – Grupo 3 - Liderança política. Ver quadro 3

apontou fato curioso sobre a perseguição de Bernardes: “Na revolução de 1932 veio da capital um militar para perseguir os bernardistas, no livro, *Chatô O rei do Brasil*, conta o caso dessa tropa que estacionou em São Geraldo, todos os bernadistas foram perseguidos”.

De certo, identificamos essa passagem no relato biográfico “*Chatô o rei do Brasil*¹⁴⁴”, bem como na entrevista com o descendente, Edmilson da Paixão¹⁴⁵ que relatou fato ocorrido com o pai Raimundo da Paixão na década de 1930. O pai, que era bernardista e membro do Partido Republicano, fora interpelado pela polícia próximo à sua casa, nas proximidades da atual Igreja dos Passos onde foi questionado se ele sabia quem era Raimundo da Paixão. Segundo o filho, Raimundo disse que conhecia e informou uma direção oposta. e “sumiu sem deixar rastros, para as bandas do Murrudo.” Edmilson explica que Murrudo era o nome de um bar, antiga referência a parte alta da Rua dos Passos. “Quando a força nacional se deu conta, papai já estava longe,” conta.

Interessa-nos essa disputa de poder político, do principal patrono da Universidade, o viçosense, Arthur da Silva Bernardes, pois a mesma refletia nas relações internas da ESAV, assim, os operários, situados na base da hierarquia funcional da instituição, se tornam mais vulneráveis às oscilações políticas e administrativas enfrentadas pela Escola. Várias transformações ocorreram ao longo dessa disputa política, o que gerava grande instabilidade interna à medida que o cenário político nacional se alterava.

2.7. UREMG - 1948 a 1969 - De Escola para a Universidade - Crescimento e conturbação

As ruas lamacentas, iluminadas a lampiões de bicos de querosene, as tardes amenas, as noites frias, as casas de telhados de biqueiras, as festas da Igreja, o padre, o juiz, os teatros de amadores viçosense, as bandas de música e os conjuntos musicais sacros e profanos, o cinema mudo, o "footing" na pracinha, as comadres, os coronéis e o senso de humor 'sui generis' típico do viçosense fazem de Viçosa uma pequena comunidade idêntica e, ao mesmo tempo, diferente de suas vizinhas mineiras¹⁴⁶.

O cenário descrito acima pela escritora viçosense Maria do Carmo Tafuri Paniago relata as peculiaridades da cidade ainda na década de 1940. Diferenças essas trazidas, em

¹⁴⁴MORAIS, Fernando: **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁴⁵PAIXÃO, Edmilson. Entrevista: 02/05/2021 – Grupo 2 – Descendentes - Ver quadro 2

¹⁴⁶PANIAGO, 1983, Op. Cit., p. 209

parte, pela evolução da Escola Superior de Agricultura que, à medida que se transformava, levava a reboque o município. Em que pese alguns reflexos negativos da oscilação política nacional, a instituição em Viçosa, trazia melhorias e acabavam refletindo na cidade, como a chegada da energia elétrica, a intensificação do processo de urbanização, aumento de linhas de passageiros de trem e melhoria dos trechos de acesso à cidade por pavimentação.

A política expansionista dos EUA, após a segunda guerra mundial, buscava reforçar as alianças mundiais de forma a fortalecer a influência norte-americana mundialmente, análise fundamentada por France Maria Gontijo Coelho¹⁴⁷. Nesse sentido, os interesses se cruzaram levando as autoridades mineiras a buscarem parceria com os Estados Unidos dessa parceria surgem o Convênio 55, com a Fundação Ford, importante financiamento da nova instituição, a UREMG. Contudo a pesquisadora pontua: “Em realidade, a ESAV foi, desde o início, uma estrutura institucional americana, financiada e mantida com verbas públicas no Brasil.”

O grande investimento norte-americano, que permitiu treinamento para o pessoal docente e ampliação das estruturas para abrigar o intercâmbio de professores estadunidenses, contudo o período representou também uma fase de forte represamento de recursos públicos do Estado de Minas, governado pelo principal opositor de Bernardes. Internamente, no período da UREMG um fato foi muito lembrado nas entrevistas e na análise bibliográfica dessa fase, foi à escassez de recursos financeiros que gerava atrasos de pagamento de todos os funcionários da instituição, por falta de repasse de verbas do Estado de Minas para o pagamento da folha salarial.

Neste período, como universidade rural, acentuaram-se os problemas com pagamentos de salários, ficando esses trabalhadores vários meses sem a remuneração. Esse fato foi lembrado pela maioria dos entrevistados, que recordam desse sufoco financeiro e suas estratégias pessoais para suprir, pelo menos, a fome, que não podia esperar. Práticas de solidariedade, conforme conta o entrevistado do grupo de gestores, que identificamos como Gestor 1:

Em todo momento da ESAV, nos anos 30, qualquer foto que você ver, vai ter um professor mais vai ter um servidor do lado dele, na década de 40 na década de 50 isso se repete. na década de..de.. na fase Uremg década de 50 e 60 marca muito as dificuldade que a universidade atravessa nesse período, porque, convivendo com essa elite intelectual e ... você não sabe o que era a

¹⁴⁷COELHO, 1992, Op. Cit., p.46

universidade no tempo que o salário do professor atrasa 6 meses, 7 meses, mas atrasava também do funcionário que tinha provavelmente mais filho que tinha dificuldade, que tinha que comprar um caderno um sapato e isso me incomodava que isso não aparecia em lugar nenhum então eu andei e tive a oportunidade de conversar com alguns funcionários sobre isso, aí sobrevivência se dava através da compaixão da amizade, de uma horta que se tinha em casa de um galinheiro que se tinha em casa né? de alguém matar um porco e esse porco ser compartilhado.¹⁴⁸

Dentre as estratégias de sobrevivência do grupo, consta a principal a compra de alimentos na cooperativa, uma espécie de setor de produção da instituição que vendia parte da produção agrícola da universidade para esses trabalhadores na forma de crédito. No sistema de adiantamento de salários por crédito na cooperativa, pegavam os alimentos básicos, arroz, feijão, fubá, entre outros, que eram descontados quando o pagamento fosse creditado. Alguns lembram que quando o salário vinha não sobrava nada por conta das dívidas na cooperativa.

Os atrasos salariais repercutiram negativamente na vida dos operários, que relatam os momentos de angústia de não poder suprir as necessidades familiares. Essa passagem foi unânime nas memórias dos operários e familiares dos entrevistados e aparece em todas as entrevistas coletadas. Um dos gestores entrevistados, aqui nomeado como Gestor 3¹⁴⁹ afirma conhecer vários fatos históricos na vida dos operários por conversar com servidores, principalmente aposentados e destaca como absurdo o fato dos atrasos de pagamento na década de 1940.

O entrevistado, ex-operário da ESAV, Helvécio Júlio¹⁵⁰, relata que os moradores das vilas operárias, plantavam em seus quintais algum alimento, o que garantia certa subsistência. Faziam trocas de produtos com moradores da cidade e a complementação da renda com emprego de outros membros da família, crianças e adolescentes nas obras ou em pequenos serviços agrícolas e as mulheres lavando roupas de estudantes, catação de lenha entre outras ocupações paralelas aos cuidados domésticos, a fim de garantir a sobrevivência da família. De mesmo modo, o dramático o fato relatado pelo entrevistado Geraldo Magela Rosado¹⁵¹, do tempo em que alguns moradores das vilas operárias esperavam o caminhão de lixo que vinha da vila dos professores. Segundo conta, como o depósito final ficava próximo ao atual

¹⁴⁸ Gestor 1 - Entrevista em 06/05/2021 – Grupo 4 - Gestor da memória institucional. Ver quadro 4.

¹⁴⁹ Gestor 3 - Entrevista em 30/04/2021 – Grupo 4 - Gestor da memória institucional. Ver quadro 4.

¹⁵⁰ JULIO, Helvécio. Entrevista em 20/05/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

¹⁵¹ ROSADO, Geraldo Magela. Entrevista em 27/04/2021. Grupo 2 – Descendentes – Ver quadro 2

Departamento de Zootecnia, os moradores da vila recolhiam nas sobras da Vila Giannetti, objetos, roupas e até alimentos, que eram reaproveitados.

Em que pese sofrerem maiores consequências da falta de salários, esses atrasos de pagamentos também atingia os professores. Informação encontrada na publicação de Ernane Corrêa Rabelo, em entrevista a professores, que mencionam essa fase de cortes e indefinições dos rumos da instituição.

Houve certo governador que achava a UREMG cara, que não trazia benefícios para o Estado. Todos os funcionários ficaram um ano sem salário. Morando em cidade pequena, o pessoal conseguia se virar. O comércio ficou endividado. Aí se forçou a federalização para ficar livre do governo. Um período terrível.¹⁵² (Entrevista de Silvio Lopes Teixeira, por RABELO, 2021, p. 124)

Conforme relata Ernane Rabelo, esses atrasos de pagamento começaram por volta de 1950 até a federalização em 1969. A manutenção da instituição era considerada cara pelo governo do estado. Sobre suposta onda de ameaças de suspensão das atividades da Universidade, transformação das instalações em quartel militar da cavalaria mineira e a efetiva transferência do curso de veterinária para Belo Horizonte, e do curso Superior de Florestas para Curitiba. Todos esses conflitos geravam grande instabilidade interna entre os trabalhadores. Conforme relato do entrevistado do grupo 3, Liderança 1¹⁵³, as interferências eram originárias de perseguição política dos opositores de Bernardes e afirma: “Benedito Valadares, escolhido por Getúlio Vargas, queria acabar com a universidade e transformar em quartel da polícia, tanto que depois o governador Israel Pinheiro, falou que a Universidade ficava muito cara e sugeriu a federalização.” Esses indícios de retaliação política aparecem também nas entrevistas coletadas por Ernane Rabelo:

Na época, o secretário estadual de Agricultura era o Israel Pinheiro e Benedito Valadares, o governador de Minas. Por razões diversas, achavam que a escola não era importante, tanto que Israel Pinheiro fundou a Fazenda Experimental de Florestal [posteriormente escola de ensino médio de

¹⁵²RABELO, Ernane Corrêa. **A pós-graduação no Brasil**: como uma pequena universidade do interior de Minas Gerais tornou-se pioneira na década de 1960. Viçosa: Editora UFV, 2021. p.124

¹⁵³ Liderança 1 - Entrevista: 07/05/2021 – Grupo 3 - Liderança política. Ver quadro 3

Agricultura e depois do campus da UFV], cidade a 60km da capital Belo Horizonte. Os partidos da região eram distintos dos da capital e de quem estava no poder. Afastados, ficamos de lado e fomos sobrevivendo.¹⁵⁴ (Entrevista de Flávio Couto, por RABELO, 2021, p. 123).

Parte do período da UREMG, 1948 a 1969, coincide com o regime de exceção no país, o Golpe de 1964¹⁵⁵, que vigorou até março de 1985. Os reflexos desse período de política de exceção não apareceram de forma espontânea nas entrevistas, quando inquiridos sobre alguma pressão ou perseguição sofrida, as maiorias dos entrevistados afirmam não perceber diferença na gestão, porém alguns relataram episódios de repressão a lideranças como o José Valentino da Cruz e a repressão velada dos chamados Coronéis, chefes de segurança institucional com poder de política e repressão aos trabalhadores. Destacamos a fala do entrevistado Liderança 1, que foi operador de radio-telecomunicador na instituição:

Senti muita repressão em cima das telecomunicações, eram muito fiscalizadas, todas as mensagens da Universidade [...]. Um fato que lembro bem é que todos os professores para ir treinar no exterior, passavam por uma folha-corrída, um nada consta, para saber se era militante político ou saber como pensava, se tivesse algum vínculo com a esquerda ele era excluído. [...] Uma pena os arquivos serem todos destruídos em 1988, sugeri que guardassem alguns, mas foram destruídas aquelas mensagens todas. Se tivessem guardados algumas a maioria punição, repressão da ditadura em cima de professores e estudantes. Alguns eram levados para depor no serviço de informação da UFV pelo coronel Ferreira, muitos estudantes foram expulsos.¹⁵⁶

O entrevistado lamenta a destruição das mensagens telegráficas da instituição do período, o que certamente poderia comprovar essa prática repressiva, presente na fala de parte dos entrevistados e omissos em outros. Contudo, essa ausência dessas narrativas sobre o período de exceção, soa como um silêncio estratégico, no sentido apontado por Grada Kilomba¹⁵⁷ de que a negação também é uma informação, assim, o fato negado ou omitido por

¹⁵⁴ RABELO, 2021, Op. Cit., p.123

¹⁵⁵ Golpe político/militar que instaurou a Ditadura Militar no Brasil no período de abril de 1964 a março de 1985.

¹⁵⁶ Liderança 1 - Entrevista: 07/05/2021 – Grupo 3 - Liderança política. Ver quadro 3

¹⁵⁷ Kilomba, 2019, Op. Cit.

parte dos entrevistados nos faz refletir sobre que tipo de relação vivenciada por esses trabalhadores, tanto que, mesmo vivendo no atual regime democrático, ainda é difícil conseguir relatos críticos sobre o período repressivo da ditadura militar no país.

Com a crise financeira interna, fomentaram-se os convênios internacionais, como importante fonte de recursos para a manutenção da instituição. Os benefícios dessa parceria são citados nas publicações analisadas, como relato de Borges e Alvarenga:

Grandes obras foram realizadas nesta fase, como o suprimento da demanda de energia elétrica para a UREMG e para a cidade através da CEMIG, destaca-se dentro destas obras a construção de alguns edifícios como a Biblioteca Central, o Instituto de Ciências Biológicas, o Instituto de tecnologia de Alimentos, o Dormitório Feminino, a Escola Superior de Florestas, Colégio Universitário, etc. Além de ter ocorrido à completa remodelação externa do Campus incluindo o paisagismo (represas).¹⁵⁸

Foi também desta época a criação da Vila Giannetti para abrigar os professores estadunidenses e parte do corpo docente da UFV. O entrevistado Helvécio Júlio¹⁵⁹ lembra bem dos trabalhos na ‘vila dos professores’ onde se orgulha de ter executado todo o projeto hidráulico e elétrico e apesar dos mais de 90 anos lembra com tranquilidade: “A gente construiu a vila, aquilo acho que era projeto dos Estados Unidos.” Ele se orgulha de ter levado energia também para as vilas dos operários, figura 17. “O funcionário não tinha direito de energia, então fiz questão de levar energia elétrica para a vila. Operário também é gente né?”

¹⁵⁸SABIONI. Gustavo Soares; ALVARENGA Sônia Coelho. **UFV: oito décadas em fotos**. 2006. Organizadores- Viçosa: Editora UFV, 2006. p.34, p.10.

¹⁵⁹ JULIO, Helvécio. Entrevista em 20/05/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

Figura 17 - Instalação de energia na Vila Giannetti - Década 1950



Fonte: Acervo pessoal de Helvécio Julio

Mesmo com as crises financeiras, devido a atrasos de pagamentos e repasses do Estado, a transição do regime estadual para federal, iniciada no final da década de 1950, transcorreu com resistência interna dos dirigentes, conforme relata José Enir Jango Júnior et al: “De certa forma, desde os finais da década de 50, a UREMG já se encontrava entre o Estado e a Federação devido ao Decreto Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950. Resultante de um Projeto Lei do Senador Fernando de Mello Vianna, sancionado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra”¹⁶⁰

Assim a interferência política com os rumos da instituição causava incertezas para toda a comunidade universitária, o processo de federalização institucional gerou apreensão pela administração superior da universidade, uma vez que consideravam que o processo de federalização ocorreu à revelia dos dirigentes. No grupo operário vigorava a grande dúvida

¹⁶⁰JANGO JÚNIOR, José Enir; LEÃO, Maria Ignez; ASSIS, Angelo Adriano Faria de; OBEID, José, Antônio. **80 anos de história do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa: DZO, 2007. p. 53.

sobre a opção para o novo regime, causando especulações diversas. Durante algumas entrevistas, esse momento foi descrito como de dúvidas e até pressão dos dirigentes sobre os operários, que não entendiam o conflito da instância superior, tão pouco das consequências profissionais dessa transição. Esta incerteza é observada no relato do Gestor 1:

Os quartos do alojamento reclamavam que na federalização eles tinham que decidir pela opção pela federalização, não tinha segurança e muitos não optaram e tiveram prejuízos com salários congelados. Servidores que estavam quase aposentando ficavam na dúvida se o tempo seria considerado e não tinham aquela informação. Na Vila Secundino tinha esse contraste de salário, um aposentado com um salário mínimo e outros com quatro.¹⁶¹

O ex-operário da UREMG, que vivenciou essa transição de regime, Benedito Celestino da Silva, aponta esse fato e os prejuízos dos que não aderiram a “opção”, como era chamada a mudança do regime estadual para o federativo:

Teve um antigo morador da Vila D. Chiquinha [...] que não optou. Era admirador de Magalhães Pinto, que era governador na época e não queria deixar de ser funcionário do Estado. Veja bem, acabou que ele ficou só com o salário do Estado, que era baixo. A gente tinha uma complementação federal, que era maior que o salário do Estado.¹⁶²

As grandes transformações físicas na paisagem universitária são retratadas por alguns autores como uma guinada para a modernidade. Convênios internacionais permitiram a ampliação de instalações e modernização tecnológica no âmbito acadêmico e administrativo. Contudo, a mudança de status institucional não representou melhorias das condições de trabalho dos operários onde imperavam as dificuldades pelos atrasos salariais e incertezas a cada mudança de regime.

2.8. Federalização, o auge do crescimento institucional.

O fechamento do nosso recorte temporal ficou estabelecido até a mudança do regime estadual para o federal, portanto a transição inicial para o regime federativo, efetivado a partir

¹⁶¹Gestor 1 - Entrevista em 06/05/2021 – Grupo 4 - Gestor da memória institucional. Ver quadro 4.

¹⁶²SILVA, Benedito Celestino Da. Entrevista em 21/05/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

de 1969, sendo analisada brevemente, para contextualização das substanciais transformações no regime de trabalho dos operários. Considerando os depoimentos dos entrevistados, a repercussão gerada foi majoritariamente positiva. Independente da insegurança gerada por mais uma mudança de regime, em menos de vinte anos, a federalização foi comemorada por todos como um fato de redenção dos tempos vividos com restrição salarial e incertezas sobre os rumos da instituição, intervenções, atrasos salariais, mudanças administrativas e ameaças de fechamento da instituição conforme mencionado pelo entrevistado.

Essa fase institucional garantiu enorme desenvolvimento interno, com aumentos das estruturas físicas, ampliação de cursos e conseqüentemente de estudantes. Com isso, nesse período também se registra grande leva de contratação do corpo funcional, tanto docente quanto técnico-administrativo. Se houve alteração no âmbito estrutural, também aconteceu no regime legal de trabalho, que passou a subordinação federal, o que reduziu as intervenções internas, principalmente nas questões de promoção e reajuste salarial. Com a descentralização dessa política funcional, cessaram-se as práticas clientelistas de contratação e demissão de funcionários, utilizadas por alguns dos gestores como prerrogativas para cooptação política e até mesmo repressão.

Assim, a federalização, representou além da redenção financeira a autonomia política do operário, que sai de um regime autoritário e provinciano de trabalho para um regime nacional amplo e descentralizado. A primeira alteração significativa do regime de trabalho surge após a Constituição de 1988, onde foi instituído Regime Jurídico Único, pela Lei Nº 8112/1990, esse legislação, representou grandes avanços nas relações trabalhistas dos servidores públicos, estabelecendo um regime próprio de previdência, regulamentando direito e deveres desses trabalhadores.

Ao contextualizar as transformações administrativas da Universidade podemos analisar que a conjuntura de trabalho dos operários era, praticamente, alienada das políticas administrativas e acadêmicas da gestão universitária. Em nossa análise esse distanciamento contribuiu muito para a segregação do grupo e conseqüentemente o apagamento de suas memórias ao longo da trajetória institucional, porém essa discussão será fundamentada a partir das análises do terceiro capítulo, onde discorreremos sobre essa estruturação a partir de análise das fontes orais e bibliográficas e documentais. A contextualização do grupo no quadro profissional e o registro, a partir da perspectiva operária das narrativas e memória apurada na análise sobre o grupamento. Finalizamos com a reflexão sobre os motivos do apagamento e as formas de reivindicação da memória e as medidas de reparação.

CAPÍTULO 3. NARRATIVAS OPERÁRIAS NA COMPOSIÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Nesse capítulo nos dedicamos à análise da participação dos operários na memória institucional e por extensão, sobre o processo de invisibilidade nos registros de memórias institucionais, no período compreendido entre as décadas de 1920 a década de 1960. Nesse estudo, voltado a compreender um fenômeno social, construído por sujeitos demarcados socioculturalmente diversos, optou-se por uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo.

Sendo o enquadramento das memórias institucionais, composto por diferentes fontes, tomando com base o entendimento de Carlo Ginzburg¹⁶³ sobre a diversificação de fontes: “O fato de uma fonte não ser “objetiva” (mas nem mesmo um inventário é “objetivo”) não significa que seja inutilizável,” buscamos analisar essa participação operária também em publicações acadêmicas, como teses, artigos científicos, publicações comemorativas e memorialista ou até mesmo literária que mencionam ou contextualizam a história institucional, formando um diversificado uso de fontes.

Consideramos ainda, para nossa análise, parte do acervo fotográfico, museológico e monumental preservado pela instituição. Tentamos ainda a pesquisa de campo, no Arquivo funcional da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PGP, porém neste acervo, a pesquisa não logrou êxito pelas restrições decorrentes da pandemia da Covid-19, que retardou a abertura desses espaços, limitando o tempo de análise e pela informação de que a maioria das pastas dos servidores da ESAV e parte da UREMG foram encaminhadas para o arquivo da Secretaria Estadual de Agricultura em Belo Horizonte - MG, órgão mantenedor da instituição até a década de 1960, quando passou a ser subordinada pelo Ministério da Educação.

A partir da descrição oficial do que seria a memória institucionalizada da Universidade, tratamos de identificar as memórias omitidas nessa composição, através da história oral do grupo que consideramos invisibilizados. A pesquisa considerou ainda depoimentos gravados em meios audiovisuais ou registrados em outras pesquisas com pessoas do grupo estudado. Dessa forma fundamentamos nossa análise com uma ampliação das fontes e de forma a garantir uma legitimidade ao trabalho investigativo.

Os testemunhos orais apurados junto aos entrevistados confirmam diversos fatos históricos referenciados no quadro de memória institucional e acrescentam novas narrativas e ou versões que, se consideradas, deverão enriquecer a memória institucional. Buscamos

¹⁶³GINZBURG, 2006, Op. Cit., p.16

reforçar esses depoimentos com o embasamento pelos vestígios documentais dos acervos do Arquivo Central e Histórico, Museu Histórico e dos arquivos funcionais do órgão de gestão de pessoas da UFV. Também foram considerados os arquivos das associações de classes e acervo pessoal desses trabalhadores, além de outras fontes documentais que demonstram indícios da relação de trabalho que se dava no interior da Universidade. Finalizamos com a reflexão sobre os motivos do apagamento e as formas de resistência criada para a reivindicação dessa memória e as medidas de reparação, implementadas pela instituição ao longo dos anos.

3.1. Construtores da memória: O perfil socioeconômico dos operários da Universidade

Os operários, sujeitos sociais da pesquisa, faziam parte da categoria de trabalhadores da atividade meio da Universidade, com funções de apoio administrativo (porteiros, zeladores), na construção civil (obras), trabalho de campo (atividades agrícolas) e etc. Ao contrário do grupamento docente, corpo funcional mais coeso estruturalmente, os trabalhadores administrativos sempre tiveram alta rotatividade funcional e ausência de estrutura de carreira organizada. O pagamento era realizado entre os mensalistas e os que recebiam por quinzena. Desse modo, a divisão do trabalho em acadêmico, exercido pelos professores, e administrativo, subdividido pelas funções de apoio administrativo e operacional, esses últimos no regime de contratação temporária, que era cercado de instabilidade. Tanto que os entrevistados relutam em se considerar como funcionários da instituição durante esse período que não eram “fichados”.

Como observamos, o Regulamento de 1926¹⁶⁴, aprovado pelo decreto Nº 7323/1926, estabelecia o seguinte quadro de pessoal da ESAV: “um diretor; quinze professores catedráticos; doze professores auxiliares; dois mestres de oficina; um administrador da fazenda; um secretário; um bibliotecário; um porteiro; três inspetores de alunos; e cinco serventes”.⁷ Contudo, os operários das obras e de agricultura não aparecem como funcionários efetivos, mas sim contratados extraquadro pela direção da Escola, como podemos perceber no artigo 110 do referido regulamento: “Além do pessoal effectivo, a Escola terá empregados diaristas para os seus diferentes serviços, que serão da escolha do Director da Escola.”

¹⁶⁴BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. **Legislação de importância histórica**. Viçosa: Editora UFV, 2010. p. 20

O regimento de 1927 não trouxe alterações no quadro de pessoal, porém no Estatuto de 1929¹⁶⁵ é apresentado um quadro mais amplo de cargos, com definições das funções, mas ainda mantendo a estrutura dos “extras” como reforçados no artigo 135: “Para os diversos serviços de campo, internato, ronda e outros não especificados no presente Regulamento, serão admitidos diaristas.” Assim, por longos anos, essa desvinculação funcional dos operários persiste, como se pode perceber, ainda no Estatuto da UREMG¹⁶⁶ aprovado pela Lei 657 de 20 de novembro de 1950. A legislação estadual cita o regime de contratação diferenciado para os operários:

Art. 1º - Fica criado o quadro dos funcionários da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, constituindo por uma Parte Permanente (P. P.) e uma Parte Transitória (P. T.), de conformidade com as tabelas anexas, que fazem parte integrante desta lei. [...] Art. 2º - Além dos funcionários, poderão ser admitidos extranumerários, pessoal para obras e pessoal assalariado, este para funções subalternas, cujo pagamento correrá por conta de dotação orçamentária própria ou dos créditos a que se referem os artigos 6º e 8º da lei 272, de 13 de novembro de 1948.¹⁶⁷ (Grifo nosso)

No período de nosso estudo, que abrange as décadas de 1920 a 1960, vigoraram regimes de contratação temporária, principalmente para os serviços de construção civil e de campo, principais funções ocupadas pelos operários. Destaca-se o fato da instabilidade funcional do grupo estudado, bem como a diversidade de funções do quadro de funcionários, que aparecem citados de várias maneiras: operários da escola, funcionários, servidores, sendo o termo operário com maior recorrência na citação na historiografia institucional para diferenciar os trabalhadores operacionais dos de suporte administrativo.

Os operários eram considerados a base da hierarquia funcional do grupo de trabalhadores do quadro administrativo, composto pelos funcionários operacionais e os funcionários administrativos, estes últimos definidos pelos que trabalhavam em melhores funções. Cabia aos operários, funções operacionais, no trabalho de campo ou nos canteiros de obras o que conferia uma hierarquia entre os servidores, ficando assim os operários, na classe

¹⁶⁵ BORGES, 2010, Op. Cit., p. 107

¹⁶⁶ BORGES, 1968, Op. Cit., S/p

¹⁶⁷ BORGES, 2010, Op. Cit., p. 102.

de menor importância. Eric J.Hobsbawm ¹⁶⁸tratou dessa divisão de trabalhadores como "aristocracia do trabalho," conceito o qual definia as hierarquias entre trabalhadores." Nas sociedades compostas em maioria por "trabalhadores manuais" a aristocracia do trabalho era considerada 'virtualmente pura'. Por conseguinte, internamente cabia aos operários, o trabalho manual de campo ou nos canteiros de obras o que reforçava a hierarquia profissional, ficando assim os operários, na classe de menor importância.

Essa desvalorização do trabalho braçal é problematizada por dirigentes da ESAV, com em um contexto diferenciado, que trata dos objetivos de criação da ESAV, porém nos serve de contextualização da situação vivenciada pelos operários, ou seja, a conjuntura social em que eram submetidos. Essa passagem é encontrada no discurso que o ex-presidente da república, Arthur da Silva Bernardes, fez como paraninfo, na colação de grau dos engenheiros-agrônomo de 1952, reproduzido por Borges, Sabioni e Magalhães:

Criou-se, ainda, como o elemento servil, o preconceito de que os trabalhos rústicos eram subalternos e deviam ser relegados aos cativos, com os quais não desejavam nivelar-se os brancos, filhos de fazendeiros. Esse preconceito durou enquanto existiu a escravatura no País, e sobreviveu a ela por muito tempo. ¹⁶⁹

Destarte o referido discurso não se referir aos operários, mas buscava apresentar as motivações para criação da ESAV, que seria de fortalecer a agricultura do Estado, na busca de soluções para o problema do chamado "empirismo dominante na agricultura e pecuária", o discurso reflete a desvalorização do trabalho considerado braçal, recorrente naquele período por considerá-lo indigno devido à associação a antigo regime escravista, conforme constata Ernani Barbosa Paes.

As inovações trazidas pelo estabelecimento eram grandes. Por exemplo, o envolvimento dos estudantes nos processos de trabalho produtivo causava estranhamento na sociedade da época, pois, tratava-se de uma sociedade que se desenvolveu a partir de vários conceitos trazidos por Portugal. Um desses conceitos era de que o trabalho manual dotava inferioridade a quem o executasse, por ser uma atividade que remetia ao trabalho escravo. Aquilo que

¹⁶⁸ HOBBSAWM, 1981, Op. Cit., p. 278

¹⁶⁹ BORGES, 2010, Op. Cit., pg. 27.

Sérgio Buarque de Holanda chamou de “ética de fidalgos”, caracterizava essa aversão ao trabalho manual, foi herdada pela sociedade brasileira e que colocou as atividades agrícolas como atividades inferiores.¹⁷⁰

Os operários, aqui pesquisados, formaram a primeira leva de trabalhadores contratados pelos gestores da nova instituição, para as atividades de preparação do terreno e início das obras, como descrito por José Marcondes Borges¹⁷¹, sendo que a primeira turma de trabalho foi instalada em 18/01/1922 para medições e cercados no terreno.

A partir da assinatura do Decreto nº 6053 de 30 de março de 1922, que autorizava a construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV, as contratações se intensificaram para o início das obras de construção das instalações físicas. A assinatura do decreto e início dos trabalhos dos operários representa o recorte inicial de estudos, data que completou em 2022 seu centenário, representando um marco temporal importante para o presente estudo. Por sua vez, o fechamento do recorte temporal coincide com a transição das fases da UREMG para UFV no ano de 1969 considerando o novo regime federativo que a instituição assumiria.

A princípio, nossa tentativa de identificar o perfil social desses operários, não gerou dados substanciais, por escassez de registros específicos sobre o grupo, por conta disto, foi necessário um trabalho de junção de recortes das publicações e de novas interpretações e significados as imagens e documentos escritos, além de nos valermos de outras fontes, principalmente orais para construção desse quadro social. A partir da história oral dos entrevistados foi possível determinar as características comuns ao grupo. Assim, constatamos um grupo formado majoritariamente por homens, adulto e uma boa parte de meninos operários, conforme por documento do Arquivo Central e Histórico - UFV, (figura 18) que trata de parte da ata da junta administrativa da ESAV, datado de 1934. A tabela, de contratação de operários, menciona a contratação de menores, com remuneração menor que os demais conforme aponta transcrição de parte da referida ata:

Diaristas, na base de 8 horas e 25 dias uteis. havendo trato para pagamento mensal, ficará o empregado sujeito a trabalhos em domingos, dias santos, feriados e extraordinarios e a Escola com o dever de garantir o empregado

¹⁷⁰ PAES, 2017, Op. Cit., p.28.

¹⁷¹ BORGES, 1968, Op. Cit., S/p

trabalho durante todos os dias, embora dificuldades de tempo e outros, (cem direito a casa, férias e justificação de faltas. Caso trabalhem mais de 8 horas, prevalece o valor das diárias, aqui estabelecidas): Menino (até 18 anos, com o dever de assistir a aula noturna. 150 a 250 [...] Pinante (até 18 anos, com o dever de se aperfeiçoar, quanto ao preparo primário e technico. 350 a 450 [...] Trabalhador, serventes, rendas, lavadeiras, (alfabetizados ou com dever de alfabetisação, homens de trabalho manual, copeiros, prateiros, etc. 600 a 700.” (Grifo nosso. Mantida a ortografia original)

Figura 18 - Ofício da Junta Administrativa da ESAV -Tabela de contratação - 1934.

023.01

Viçosa, 24 de novembro de 1934.

Exmos. Srs. Presidente e Membros da Junta Administrativa da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Geraes.

Desejando organizar o quadro de todo o pessoal desta Escola, havendo possibilidade de acesso e conveniente distribuição dos vencimentos, submetto á apreciação de VV. Excias., o seguinte plano:

I Diaristas, na base de 8 horas e 25 dias uteis; havendo trato para pagamento mensal, ficará o empregado sujeito a trabalhos em domingos, dias santos, feriados e extraordinarios e a Escola com o dever de garantir ao empregado trabalho durante todos os dias, embora dificuldades de tempo e outras, (cem direito a casa, férias e justificação de faltas. Caso trabalhem mais que 8 horas, prevalece o valor das diarias, aqui estabelecidas).

	Por hora		
<u>Menino</u> (até 18 annos, com o dever de assistir a aula nocturna.	150	200	250
<u>Pinante</u> (até 18 annos, com o dever de se aperfeiçoar, quanto ao preparo primario e technico.	350	400	450
<u>Trabalhador</u> , serventes, rondas, lavadeiras, (alfabetizados ou com dever de alfabetisação, homens de trabalho manual, copeiros, prateiros, etc..	500	600	700
<u>Official</u> , (com escola primaria, attestado de mechanic agricola, horticultores, pomicultores, pecuaristas, pedreiros, selleiros, pintores, padeiros, cosinheiros, cavaqueiros, sapateiro, zeladores de laboratorios etc. - (homens que manejam Ferramentas adiantas e conduzem machinas	800 a 1250		
<u>Official perito</u> - profissionaes de classe acima com conhecimentos adiantados e longa pratica, estucadores, mechanicos, torneiros, fundidores, etc. com conhecimentos propedeuticos do Curso Fundamental da Escola	De 1.250 a 2.500		
<u>Preparadores</u> (possuidores de Curso Cientifico e que possam, por promoção, irem ao professorado).	De 300\$000 a 500\$000		

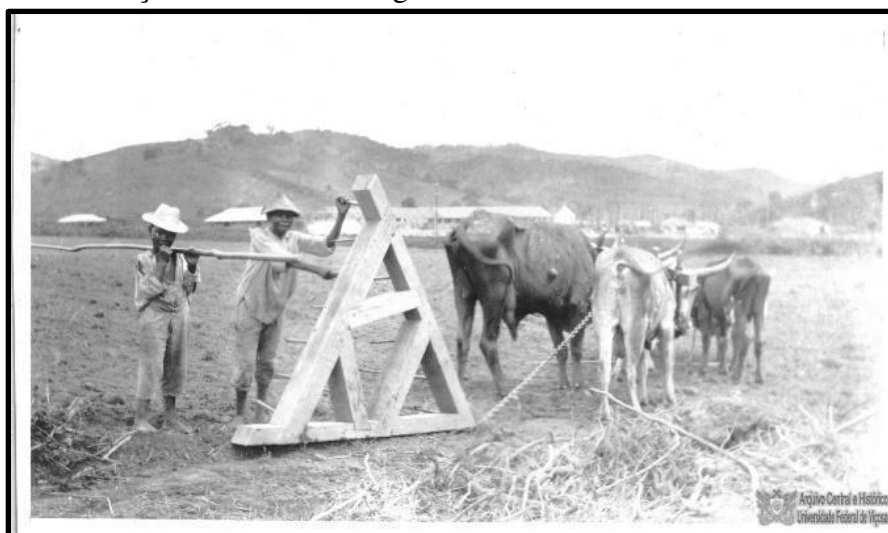
II De accordo com o Regulamento o pessoal do quadro administrativo, ficará organizado, de conformidade com a seguinte tabella:

Director.....	de	2:000\$0	a	
Secretario.....	de	800\$0	a	1:200\$0
Contador.....	de	600\$0	a	1:000\$0

Fonte: ACH/UFV. Imagem reprodução da pesquisadora

A expressiva participação de crianças pode ser constatada em diversos documentos e fotografias do acervo institucional no ACH/UFV, endossadas por depoimentos dos entrevistados, que denotam como comum daquela época, a entrada na universidade ainda crianças. Nas fotografias, figuras 19 e 20 também é possível aferir a presença de crianças e adolescentes, identificadas como operários na ESAV.

Figura 19 - Crianças usando um triângulo de nivelamento do solo - Década de 1920



Fonte Arquivo Central e Histórico - UFV

Figura 20 - Criança embalando muda na ESAV – S/d



Fonte Arquivo Central e Histórico - UFV

A contratação de crianças e adolescentes para o trabalho pesado nos parece inconcebível nos dias atuais, porém tratava-se de práticas comuns no período estudado, sendo importante ressaltar que tais contratações eram permitidas pela legislação da época, alterada somente a partir da reforma constitucionalista de 1934, que durante o governo do presidente Getúlio Vargas, que, dentre outras mudanças na legislação trabalhista pautada por movimentos políticos de trabalhadores, proibiu o trabalho infantil, aos menores de quatorze anos, mantida a contratação de jovens adolescentes.

Em relação à origem, presumimos que a maioria desses trabalhadores provém das localidades rurais e urbanas do município de Viçosa ou da região de seu entorno. Conforme apuramos nas entrevistas, dos dez trabalhadores e descendentes entrevistados dos grupos 1 e 2, apenas uma relatou ter vindo com o pai, da capital Belo Horizonte, para trabalhar nas obras da UREMG. Os demais informaram ter saído de áreas rurais de Viçosa ou das proximidades em busca de melhores condições de vida na cidade de Viçosa.

Esse deslocamento da força de trabalho rural para a área urbana, foi citado na apuração de Maria do Carmo Tafuri Paniago que retrata esse movimento de êxodo rural local, em vista do pequeno processo de industrialização em Viçosa com a construção de duas fábricas de tecido e construção das unidades educacionais de grande porte, na década de 1920, a ESAV e o Patronato Agrícola.

Houve, em função desse incipiente processo de industrialização, deslocamento da força de trabalho proveniente do meio rural. Na década de 1920, os acontecimentos mais importantes no município foram à criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV e do Patronato Agrícola Arthur Bernardes.¹⁷²

Destacamos ainda uma alegada predileção por trabalhadores locais, citada na obra biográfica de Marina Mesquita Camisasca,¹⁷³ sobre a condução dos trabalhos do engenheiro-chefe das obras da ESAV na década de 1920, onde a autora aponta um percentual de 94% do grupo de operários eram trabalhadores locais. “Apesar da existência de mão de obra estrangeira em solo nacional, muitas vezes mais bem capacitada, ele preferiu investir nos trabalhadores brasileiros”. Essa preferência pelos trabalhadores locais pode ser entendida, a

¹⁷²PANIAGO, 1983, Op. Cit., p.26.

¹⁷³CAMISASCA, 2012, Op. Cit., p. 41.

nosso ver, pelo custo de um trabalhador imigrante, que certamente representaria um maior peso, para o restrito orçamento da obra, conforme demonstrado por Borges, Sabioni e Magalhães¹⁷⁴ como insuficiente. Desse modo acreditamos que outros fatores influenciaram a utilização de mão de obra regional que não somente o nacionalismo declarado do engenheiro-chefe.

Os relatos das lideranças políticas institucionais, da época de criação da ESAV, demonstram as dificuldades de contratação de trabalhadores a partir da proibição do sistema escravagista, o que deixa indícios do aproveitamento de ex-escravizados ou descendentes desses trabalhadores nas obras da instituição na década de 1920. No discurso como paraninfo da turma de Engenheiros Agrônomos de 1952, reproduzido por Borges e Sabioni, onde Arthur Bernardes relembra a dificuldade enfrentada na agricultura após a abolição do regime escravocrata lamentando a falta de uma política imigratória no estado:

E só quando os escravos, já libertos, abandonaram as fazendas e a economia pública sofreu as consequências do colapso da produção, com a escassês dos víveres e a elevação dos preços, foi que particulares e poderes públicos passaram a encarar seriamente a situação. Os trabalhos, entretanto, já estavam desorganizados e era impossível instituir o trabalho livre, pelo imigrante. O receio, porém da fome e o desengano de melhor solução para a dificuldade contribuíram para que, aos poucos, os homens livres se fossem sujeitando à atividade que lhes repugnava antes. (...) A custo normalizou-se o trabalho nos campos, embora perturbado por um fator novo, que era o salário, contrastando com o anterior regimen de trabalho gratuito.¹⁷⁵

O discurso do político mineiro de dificuldade de contratação de mão de obra livre carrega o estigma de considerar o trabalho indigno, ignorando que a rejeição também poderia ser pelo trabalho mal remunerado ou em troca de favores. Fato que nos leva a contextualização sobre essa tentativa de desconfiguração do trabalho braçal, nos parece louvável as considerações de Sandra Jatahy Pesavento, que argumenta sobre as intenções por detrás desse novo estigma:

O trabalho braçal, não mais encarado como atividade pertinente aos negros e, como tal, degradado pelo estigma da escravidão, era visto como

¹⁷⁴BORGES, 2000, Op. Cit., p.33.

¹⁷⁵ BORGES, 2000, Op. Cit., p. 28.

enobrecedor e construtor de riqueza. Proclamava-se o princípio da solidariedade entre as classes, tão caro à sociedade burguesa. Afirmando-se que os homens são iguais perante a lei, mas ocultando a evidência de que são desiguais frente à distribuição da riqueza.¹⁷⁶

Diante do quadro desfavorável, apontado pelos dirigentes, de falta de mão de obra qualificada, dentre as soluções para os problemas elencados, Borges e Sabioni que destacam a criação do ensino primário para alfabetização dos operários e seus filhos e para sanar os problemas de dificuldades de transportes, a fabricação própria de materiais para as obras:

A deficiência já apontada da baixa qualificação do pessoal, a dificuldade de transporte do material até o interior, oscilações políticas e burocráticas dificultaram as construções; mas, graças a severo controle na aquisição de materiais, compra direta da madeira nas matas do Rio Doce, seleção possível do pessoal e muito empenho na diminuição das despesas, concretizou-se o que parecia impossível: uma obra ciclópica e de alta qualidade [...] Para combater o analfabetismo dos operários e de seus filhos, desde cedo foi estabelecido o ensino primário, o primeiro de que se deve orgulhar a instituição.¹⁷⁷

Assim, analisar a escolarização do grupo de operários importa para uma aferição da defasagem educacional do grupo como um fator de desigualdade e das intenções das políticas de formação moral e educacional dos operários e familiares. Tais políticas educacionais e de saúde são temáticas recorrentes nas publicações memorialistas sobre a história da UFV e apontam a defasagem educacional dos operários como um dos problemas logísticos da administração das obras de construção. Contudo a apuração desses fatos nas publicações memorialistas é divergente, provavelmente pela ausência de dados consistentes das fontes disponíveis. Sobre essa divergência, destacamos as informações localizadas no Arquivo Central e Histórico da UFV, onde tivemos acesso a documento, atribuído ao Engenheiro Chefe da ESAV, João Carlos Bello Lisboa com o seguinte título: "O povo quer se aperfeiçoar (Resultado de dez anos de observação na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas-Gerais, por J.C.Belo Lisboa)."

¹⁷⁶ PESAVENTO, 1989. Op. Cit., p. 137

¹⁷⁷ BORGES, 2000, Op. Cit., p.7

No referido documento, que se assemelha a um relatório de uma pesquisa ou artigo de jornal, não há indicação de data da produção, contudo no contexto da escrita, o autor cita a conclusão do relatório em 5 de dezembro de 1931, assim, entendemos ser da mesma época tal artigo comentando o relatório de alfabetização de operários e dependentes, que segundo consta, foi elaborado a partir do estudo sobre a saúde e instruções dos operários durante o período de 1922 a 1931. O documento apresenta ainda, subsídios concretos sobre o cunho ideológico das políticas internas de alfabetização e assistência. Com reprodução de crenças inferiorizantes às pobres e negros, pensamentos comuns da elite da época, em relação aos trabalhadores. Por esses fatos, observamos ainda que algumas das publicações institucionais sobre a história da UFV foram baseadas em informações citadas no referido relatório, portanto cabe a análise crítica do documento, que apresenta detalhes importantes da relação com os operários. Acreditamos ser um dos únicos documentos com escrita toda voltada para a situação dos operários da ESAV, relatado pelo dirigente institucional, na década de 1930.

Dos fatos importantes destacamos os seguintes trechos, cuja ortografia foi parcialmente adaptada para melhor entendimento:

Em Setembro de 1922, as estatísticas levantadas do pessoal que servia à construção do Estabelecimento, mostraram a alta percentagem de 92% de analfabetos. Foi fundada, pouco depois, a primeira Escola, tendo a matrícula inicial apenas acusado o número de vinte e quatro alunos, apesar da grande propaganda feita entre os 450 servidores, que constituíam o quadro de operários. [...] Depois de decorridos dez anos de funcionamento das Escolas, que a princípio foram mantidas pelos próprios operários, por sua Caixa Beneficente, pode-se afirmar: "Querer o nosso povo se instruir e se educar", desde que seja convenientemente conduzido. [...] A prosperidade das escolas primárias anexas ao Estabelecimento tem sido crescente e notável; já passaram por elas 1,110 pessoas das quais 127 foram diplomadas. [...] Todos os que se matricularam nas escolas primárias durante os dez anos de observação merecem louvores, pela prova de capacidade que mostraram, de almejarem o aperfeiçoamento intelectual e moral, embora lhes custasse vencer as resistências naturais e tivessem de fazer verdadeiro sacrifício, dedicando-se a esforço mental, durante a noite, depois das fadigas de uma jornada de trabalhos árduos, muitas vezes. O nosso povo é merecedor de dedicação e admiração. [...] Pela dificuldade da obra, têm os professores e

professoras que regem as escolas, merecido a gratidão do autor e da sociedade pela perseverança do trabalho difícil de alfabetizar a indivíduos, muitas vezes de cérebros endurecidos, pelo habito de trabalhos braçais e completa incapacidade de pensar, recebida dos antepassados e aumentada por eles próprios. [...] O combate ao analfabetismo constitui um dos principais deveres de todos os bons brasileiros, sem exceção de sexos, de idade e posição social. Só se combate analfabetismo com perseverante energia e absoluto interesse pelos negócios pátrios e profundo sentimento de humanitarismo. É uma obra difícil - muito difícil, mas de resultados magníficos. Um analfabeto tem muita probabilidade de o ser, assim sendo se um indivíduo deixa de ser analfabeto, extingue-se a sua descendência pouco valiosa. [...] Que se não deixe alfabetização só para as crianças. Não. Também os adultos devem ser considerados, e que todos os de bom sentimento, contribuam para serem mais felizes, mesmo com idade avançada - aqueles patrícios nossos, que pelo analfabetismo, têm na escala social - posição pouco acima da de mendigo. [...] O melhoramento moral das nossas populações deverá constituir ponto de grande interesse em nossas atividades. Que cada um se preocupe com o seu próprio melhoramento e contribua para o melhoramento de uma sociedade melhor - fazendo guerra, sem tréguas, ao vergonhoso mal dos crimes e dos vícios.[...] O homem para ter boa saúde, deve ter sido boa criação; que as mães saibam que se não cuidarem bem da saúde dos filhos estão contribuindo para a formação dum doente, de um inutilizado para a vida, muitas vezes. É de causar dó, o grande número de crianças, que não têm o leite, nem o asseio e nem a cama agasalhada! Como se formar um país melhor se desperdiça a vida das crianças e em vez de se produzirem cidadãos válidos, criam-se pesos mortos para a sociedade? ¹⁷⁸
(Grifo nosso, mantido a grafia original)

Pesa o fato de que não localizamos documentação referente ao estudo decenal a que cita o engenheiro chefe, assim teríamos outras fontes que confirmem os números originais desse analfabetismo, ou sua total eliminação, como relatado. Certamente os resultados informados tem sua relevância, porém, esses índices, dificilmente refletem exatamente a realidade do período, principalmente a informação da erradicação total dos analfabetos. Considerando que encontramos diversos documentos entre 1937 e 1946 relatando a crescente

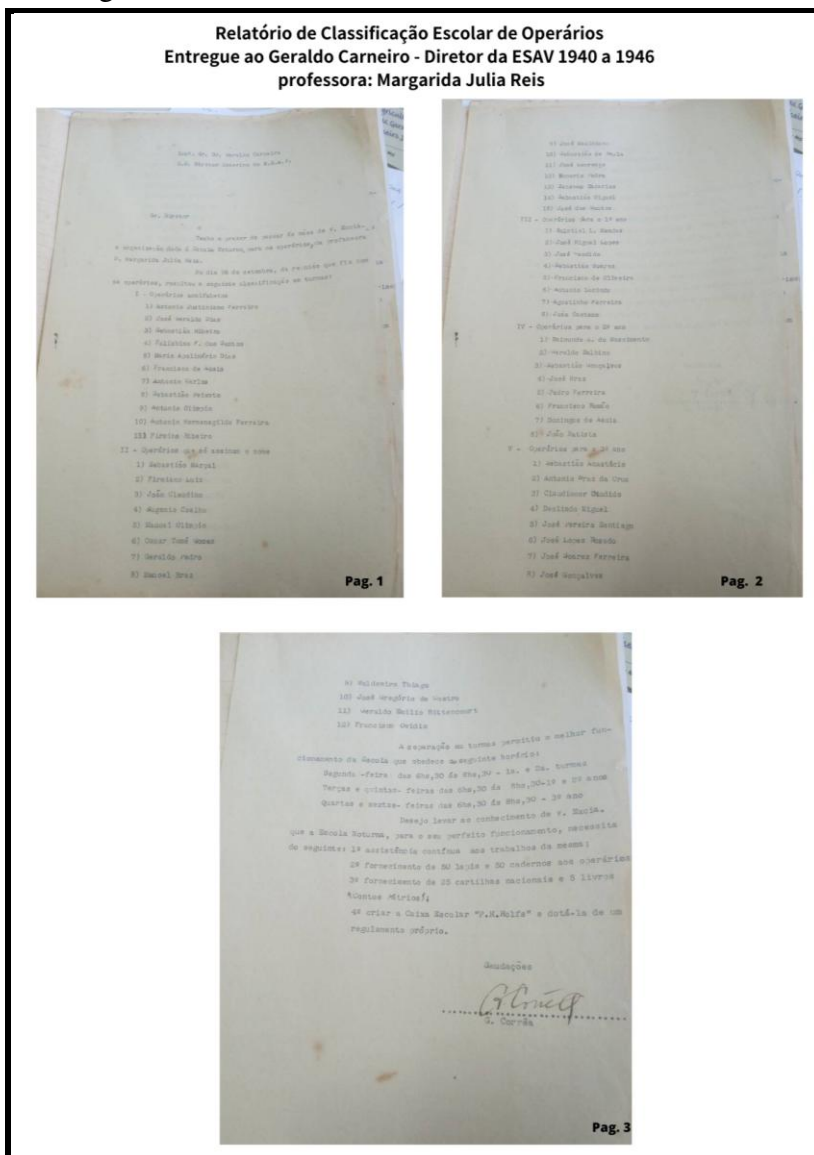
¹⁷⁸ Reprodução de trecho de documento digitalizado disponível no acervo do Arquivo Central e Histórico da UFV.

demanda por alfabetização de operários pressupomos ainda que, se consideramos o número mínimo de trezentos operários, citados nas publicações sobre a ESAV, os índices de 90% representariam um déficit de alfabetização de duzentos e setenta indivíduos. Há de considerar ainda a disponibilidade restrita de turmas de alfabetização e a rotatividade de mão de obra, como informado no relatório, mais de mil alunos frequentaram as turmas de alfabetização no decênio pesquisado, o que pressupõe uma considerável rotatividade de alunos, entre operários e dependentes. Outro fator que consideramos em nosso argumento foi à documentação formal das escolas anexas, obtida junto ao ACH-UFV, onde um relatório escolar, figura 21, encaminhado pela professora Margarida Julia Reis ao então diretor, Geraldo Carneiro, constando listagem de operários sem grau de instruções. Em que pese o documento não estar datado, a destinação ao diretor nos indica ser do período entre 1940 a 1946, quando Geraldo Carneiro esteve à frente da diretoria de ESAV. Abaixo segue resumo da transcrição onde mantivemos a ortografia original:

[...]. A separação em turmas permitiu o melhor funcionamento da Escola que obedece aos seguintes horários: Segunda-feira: das 6h30 às 8h30 - 1ª e 2ª turmas; Terças e quintas-feiras: das 6h30 às 8h30 - 1º e 2º anos; Quartas e sextas-feiras: das 6h30 às 8h30 - 3º ano. [...]¹⁷⁹

¹⁷⁹ Montagem a partir do Relatório de Classificação Escolar de Operários, S/d - 4 páginas. Arquivo Central e Histórico da UFV.

Figura 21 - Relatório de Escolaridade década de 1940



Fonte Arquivo Central e Histórico – UFV - Reprodução da pesquisadora 2022

O relatório fornece informações sobre a existência de um grande grupo de operários sem instrução adequada, ainda na década de 1940, bem como informações sobre o formato de turmas e horários noturnos das aulas. Pelo documento comprova-se que não existia erradicação total de analfabetos, como informado em alguns documentos e publicações memorialísticas analisadas. Enfim, considerando as diversas variáveis como a rotatividade de contratação e conseqüente renovação do grupo, a evasão escolar e o número reduzido de turmas seriam difíceis quantificar, de forma exata. Portanto os dados analisados servem de conclusão da existência de significativo déficit educacional do grupo estudado.

Ainda que tratados como adultos no trabalho duro, a infantilidade dos jovens e meninos operários se faz presente nos documentos e imagens, como podemos verificar, em um dos diários de classe, das turmas de alfabetização noturna, uma inusitada justificativa de falta de dois dos alunos-operários, conforme constata a parte destacada na figura 22 “Não frequentou por ficar brincando na Rua”.

Figura 22 - Diário de classe justificativas das faltas

Nomes	Linha dos que não compareceram nas aulas noturnas					Observações
	Dia 24 24/11/29	Dia 25 25/11/29	Dia 26 26/11/29	Dia 27 27/11/29	Dia 28 28/11/29	
Juvenal de Oliveira	c	c	c	c	c	Observações Não frequentou por ficar brincando na Rua Não compareceu Não frequentou por ficar brincando na Rua Deixou de frequentar por não ir ao trabalho Não frequentou por não ir ao trabalho Não frequentou por ficar brincando na Rua
Antonio Bez, Cruz	c	c	c	c	c	
Francisco Baptista	c	c	c	c	c	
Pedro Ferreira	c	c	c	c	c	
José Gregório	c	c	c	c	c	
Sebastião Cunha, Barbosa	c	c	c	c	c	
Antônimo Gomes	c	c	c	c	c	
Waldemiro Cruz, Cruz	c	c	c	c	c	
Paulo Antonio Lago	c	c	c	c	c	
José André Amador	c	c	c	c	c	
Leão Martins	c	c	c	c	c	
Cândido	c	c	c	c	c	
Antônio Manoel Santos	c	c	c	c	c	
Joaquim Força	c	c	c	c	c	
Alvaro	c	c	c	c	c	
Paulo Rocha	c	c	c	c	c	
Miguel	c	c	c	c	c	
Anatório	c	c	c	c	c	
Antônio Longoval N.	c	c	c	c	c	
Geraldo Barbosa	c	c	c	c	c	
Sebastião Habiano	c	c	c	c	c	
Sebastião Lopes	c	c	c	c	c	
Francisco Aurélio	c	c	c	c	c	
João Duarte	c	c	c	c	c	

Maura do Carmo Teixeira

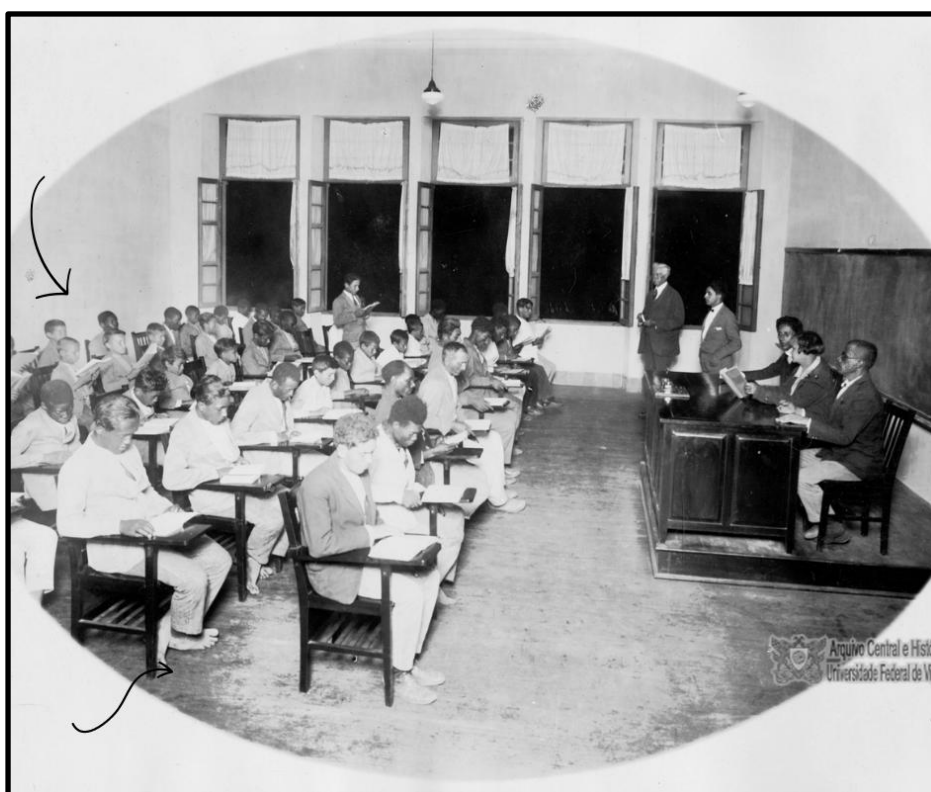
Fonte: Reprodução da pesquisadora a partir de documento do Arquivo Central - UFV

As classes anexas funcionavam como turmas avulsas de escolarização em nível primário, 1º ao 3º anos, sendo a partir do 4º ano era considerado Grupo Escolar. As turmas funcionavam durante o dia para os dependentes de operários e as classes noturnas de operários para alfabetização, visavam atender os trabalhadores no contraturno do trabalho. Em que pese as reais intenções ideológicas intrínsecas na formação do operário e sua família, não se pode negar a importância das classes anexas, como opção formativa dos filhos dos operários com inclusão de educação primária para o grupo sem acesso a esse tipo de instrução.

De mesmo modo as turmas noturnas de alfabetização também era momento de formação operária, atendia os adultos e meninos-operários, conforme observamos no destaque (figura 23). Contudo, tais iniciativas não consideravam as dificuldades enfrentadas por esses

trabalhadores, que trabalhavam no serviço pesado durante várias horas do dia acabavam apresentando dificuldades de enfrentar os bancos de estudos noturnos, conforme relata um de nossos entrevistados, Miguel Arcanjo¹⁸⁰ sobre seu pai, José dos Santos, operário da ESAV: “Pai estudou à noite, ele dizia que os professores estavam gritando e ele dormia durante a aula. Ele dizia que já era burro por natureza e ainda cansado... sonhava que estava capinando.” O fato relatado pelo entrevistado, pode ser confirmado pelos relevantes índices de evasão escolar, informados em relatórios escolares analisados.

Figura 23 - Aula noturna para operários da ESAV - 1928.



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV. Detalhe: pés descalços e presença de crianças

Em que pese à importância das tão divulgadas, políticas internas de alfabetização dos funcionários, as classes anexas e a escola noturna de operários, historicamente essa parcela da comunidade acadêmica sempre esteve às margens do processo educativo, ora por não ter tido oportunidade de escolarização na idade adequada, por ter que trabalhar cedo, ora por não conseguir compatibilizar as rotinas de estudo com o trabalho pesado. Desse modo, sem desvalorizar as oportunidades registradas, as condições não eram favoráveis ao acesso à educação dentro e fora da Universidade.

¹⁸⁰SANTOS, Miguel Arcanjo. Entrevista em 23/06/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 2

Logo, importante registrar as práticas ideológicas, incutidas nessa preocupação dos dirigentes na formação dos operários e de seus filhos, que se assemelha às práticas citadas pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento¹⁸¹ da função moralizadora do cidadão e instrumentalização com técnicas para o trabalho através do processo educacional: “moldar a criança para ser livre, para a cidadania e para o trabalho regular. Ou seja, havia uma associação em cadeia: liberdade-educação-cidadania-trabalho.”

O entrevistado, Geraldo Magela Lopes Rosado, relata essa regulação além das fronteiras institucionais, disse se lembrar muito bem que, como filho de operário, estudou nas classes anexas no curso primário, que funcionou no porão do prédio principal. Relatou que mensalmente as mães eram chamadas para receberem cursos de boas práticas de alimentação e higiene pessoal.

[...] a gente ia para reunião no Prédio Principal, nossas mães, a gente podia ir, a gente ficava ali no jardim brincando de piquenique com a turma. Aí o pessoal tá na reunião lá com as mulher lá. A professora que dava aula ficava mandando nossas mães tomar banho direito. - Toma banho direito! faz isso, faz aquilo”, nunca esqueci.¹⁸²

A discussão ideológica das práticas de formação adotadas pela instituição reflete na relação à escolarização dos entrevistados, que, considerando os dois grupos funcionais de operários, houve relatos das dificuldades em concluir a educação formal na idade correspondente. Entre os cinco entrevistados, aposentados, que trabalhavam na ESAV e, ou UREMG todos relataram as dificuldades de completar os estudos na idade correta por terem que trabalhar cedo. A maioria não concluiu o ensino médio e apenas uma chegou a concluir especialização. Dos descendentes de operários, porém servidores técnico-administrativos em atividade, essa média de escolaridade apresenta-se um pouco mais avançada, com ensino médio e ensino superior. Esse último caso, consideramos em nossa análise o fato de existir, na legislação atual de carreira¹⁸³ mecanismo de estímulo à formação escolar, que beneficia financeiramente o trabalhador pela obtenção de títulos de educação formal além da exigida

¹⁸¹ PESAVENTO, 1989, Op. Cit., p. 149

¹⁸² ROSADO, Geraldo Magela. Entrevista em 27/04/2021. Grupo 2 – Descendentes – Ver quadro 2

¹⁸³ Lei 11091/2005 - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111091.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

para o seu cargo. Falando de sua situação pessoal, o entrevistado Miguel Ambrósio¹⁸⁴ relata o interesse que tinha pelo estudo, mas que não conseguiu concluir por dificuldades de vagas e também conciliação com o trabalho pesado de descarregamento de vagões. “Em torno de 150 sacos de cimento para cada ajudante por dia.”

O serviço pesado pensou várias vezes em desistir. Acabou tendo que abandonar os estudos, pois chegava ao final do dia muito cansado. Benedito Celestino¹⁸⁵ também conta sua dificuldade de continuar os estudos. Ele afirma que só tinha a quarta série, estudou no Grupo Escolar Dona Boneca, depois que casou estudou no Colégio de Viçosa, mas quando nasceu o quinto filho parou de estudar: “Estudei até a sétima série, depois tive que ajudar a olhar os filhos. O filho vinha e subia no meu colo.”

Se para o grupo masculino as principais barreiras eram a conciliação com o trabalho e a falta de vagas públicas, para as mulheres, somou a essas dificuldades a proibição dos pais ou maridos ou a condição social de cuidadora da casa dos pais ou de sua própria, nos casos das solteiras. Como relata a entrevistada Maria Beralda Xavier¹⁸⁶ que enfrentou diversos obstáculos para continuar seus estudos, que só conseguiu concluir o ginásio, pois foi pessoalmente pedir autorização para o diretor da época, Edson Potsch Magalhães:

Minha história com Edson Potsch é interessante, pois eu queria estudar, eu tinha cinco chefes e não autorizaram. Não davam horário para mim estudar, trabalhava dia e noite, trabalhei cinco anos direto sem falhar, sábado e domingo. Não tinha horário nem sábado e domingo para quem trabalha em casa de hóspedes. Fui conversar com o Dr. Edson, cheguei nervosa, ele tentou me acalmar puxando assunto. Perguntou de onde eu era. Moral da história: descobri que o pai dele era muito amigo do meu avô. Ele me contou histórias dele que não tinha luz em casa e estudava na rua, usando a luz do poste lá na cidade de Paula Cândido. O assunto foi rendendo, eu quase fui embora sem falar do assunto principal que era a autorização para estudar. Quando disse, na mesma hora, ele ligou para o Raul de Leoni e pediu uma vaga, fez a reserva e adiantou a matrícula pelo telefone, Padre Mendes era o diretor da escola doutor Felício (advogado) também era da direção.

¹⁸⁴ SANTOS, Miguel Arcanjo. Entrevista em 23/06/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

¹⁸⁵ SILVA, Benedito Celestino Da. Entrevista em 21/05/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

¹⁸⁶ XAVIER, Maria Beralda. Entrevista em 30/04/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

Beralda conta que estudou no Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo, posteriormente em 1977 foi transferida para o campus de Florestal e conta que após casar com um técnico agrícola passou dois anos licenciada, acompanhando o marido no Xingu, nas obras da Transamazônica. Em Florestal trabalhou no refeitório e após sua formatura no curso de letras em Pará de Minas conseguiu uma vaga no setor administrativo da agronomia. Aposentou-se como Assistente em Administração. A entrevistada conta que, em sua formatura da graduação enviou um convite para o Edson Potsch Magalhães que respondeu agradecendo por carta que guarda até os dias atuais (figura 99). Quando ela foi nomeada para a Academia de Letras em Pará de Minas, indicou o professor Edson Potsch Magalhães como o patrono da sua cadeira de número treze.

Ao contrário de Maria Beralda, que parece ter superado as adversidades para estudar, a entrevistada Descendente 4¹⁸⁷ que também foi servidora da instituição, relata desistência do curso superior em letras pelas dificuldades que enfrentou tentar conciliar estudos com trabalho. A entrevistada revela um pouco de ressentimento por não ter conseguido concluir o ensino superior por dificuldade de liberação do trabalho.

Desde as ausências das políticas educacionais públicas e gratuitas à incompatibilidade profissional do trabalho com o estudo, internamente os operários ainda encontravam resistência da gestão institucional em liberar os funcionários administrativos e operacionais para realizar estudos comprometendo algum horário do trabalho. A partir dessa análise, podemos considerar os operários, como os excluídos do sistema de ensino. Ou seja, mesmo trabalhando numa instituição educacional, que formaria profissionais para o mundo todo, os seus funcionários enfrentavam dificuldades para compatibilização do trabalho com a formação escolar.

3.2. O componente étnico-racial: Problematizando a cor dos operários

Como parte de nossa análise em busca da motivação para o apagamento dessas memórias, entendemos ser necessária uma análise da classificação étnico-racial do grupo, porém, não foi possível localizar documentos com informações sobre a classificação étnico-racial do corpo funcional. Segundo os estudos de Edimara Maria Ferreira,¹⁸⁸ o censo racial, por ser uma prática mais recente nas instituições educacionais, recomendado somente a partir da Lei n.º 12.288/2010, a qual instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. A autora ressalta que a

¹⁸⁷Descendente 4 – Entrevista em 12/05/2021 – Grupo 2 – Descendentes – Ver quadro 2.

¹⁸⁸FERREIRA, 2017, Op. Cit., p. 67

UFV somente a partir de 2018 adotou a inclusão do critério de identificação étnico-racial ao cadastro de seu quadro de pessoal, ainda assim, de forma não obrigatória e por autodeclaração. Desse modo, devido às dificuldades apontadas, respaldamos nossa análise nos estudos de Edimara Maria Ferreira¹⁸⁹, que considerou uma predominância de negros e pardos no grupo inicial de trabalhadores contratados para a ESAV. A autora fundamentou sua hipótese baseando-se na análise fenotípica, a partir das características predominantes desse grupo racial, observada no quadro iconográfico da época. Assim, a partir da constatação da autora demonstrada na figura 24. A título de comparação, inserimos as figuras 25, 26 e 27, onde é possível notar essas diferenças no perfil fenótipo dos operários retratados nas figuras 24 e 25 em contraste com a dos funcionários administrativos (figura 26) e docentes, figura (27).

Figura 24 - Bello Lisboa e grupo de operários da ESAV - Década de 1920



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV.

¹⁸⁹ FERREIRA, 2017, Op. Cit., p. 67

Figura 25 - Trabalhadores da construção da ESAV com o diretor - Década de 1920



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV.

Figura 26 - Grupo de servidores da ESAV - 1934



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Figura 27 - Diretor Bello Lisboa e alguns docentes da ESAV - Década de 1920



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Enquanto no grupo operário predomina os indivíduos negros e pardos as demais fotografias a predominância do grupo branco. Dessa maneira é possível corroborar com a hipótese de que a maior parte do grupo operário seria composta por indivíduos negros e pardos, assim como a autora Edimara Maria Ferreira, incorporamos à nossa dissertação pela

provável vinculação geracional da mão de obra utilizada na construção da ESAV com as provenientes do regime escravista, o que denotaria uma importante relevância para nossa análise. A proximidade das décadas que cessaram o regime servil escravista e o início das obras da ESAV também considerado pela autora que argumenta:

Um fato relevante é que a instituição foi inaugurada 38 anos após a abolição da escravatura e, tendo em vista que a atividade econômica predominante na região era a cafeicultura e que aqui existiram ex-escravos e descendentes destes, podemos inferir que, possivelmente, estes trabalharam na construção de grande parte dos edifícios que compuseram a antiga ESAV. Convém ressaltar que não foi possível comprovar essa assertiva através de documentos escritos, uma vez que à época a informação racial não era coletada. Entretanto, através da análise das fotografias deste período, [...] utilizando as características fenotípicas dos servidores, seria possível atestar esta hipótese.¹⁹⁰

De modo semelhante, ao analisar a situação dos ex-escravizados do Rio Grande do Sul, Sandra Jatahy Pesavento utiliza da mesma estratégia de análise iconográfica. A autora problematiza ainda, que o fator racial era omitido nas referências aos trabalhadores na tentativa de encobrir o passado escravista, porém quando se tratava dos considerados, contraventores negros, a cor era um fator recorrente de destaque:

O regime servil fora extinto, mas o estigma da escravidão acompanharia seus herdeiros. “Rastrear” os egressos da senzala implicava agora acompanhar a designação de “preto”, “pardo”, “negro”, “mulato”. Através desse atributo, é possível identificar sua trajetória nos anos iniciais da república. Entretanto, a “classificação racial” aparece em situações nas quais se individualiza o autor de contravenções tais como distúrbios, processos criminais ou furtos.¹⁹¹

Seria menos polêmico ignorar os indícios de uma composição predominantemente negra e parda, contudo, estaríamos incoerentes com nossos objetivos de desvelar

¹⁹⁰ FERREIRA, 2017, Op. Cit., p. 56.

¹⁹¹ PESAVENTO, 1989, Op. Cit., p. 17

apagamentos. Encobrimos os efeitos do fator racial em nossos estudos, incorreríamos no lapso muito bem problematizado por Álvaro Pereira do Nascimento cujas reflexões denotam a omissão do componente racial nos estudos sobre classe trabalhadora e cobra dos pesquisadores essa problematização da cor dos sujeitos pesquisados. Através do seu artigo que denominou “paradigma da ausência” onde problematiza a obliteração dos negros, mulheres, crianças nas pesquisas sobre o movimento operário. Segundo o autor, nos estudos sobre os trabalhadores, os negros são excluídos, inclusive do termo operário e entende que a cor sendo invisibilizada, gera o embranquecimento do debate sobre a história do trabalho. O autor defende a intercambiação de fontes com outros pesquisadores da temática racial de forma coerente e assertiva, fundamental para “Analisar a transformação das relações sociais e econômicas experimentadas em mais de trezentos anos de escravidão.” e reforça:

Essa ausência leva-nos à reafirmação da história única, marcada pela superioridade cultural e racial dos imigrantes que se avolumavam no Sudeste e Sul do país no fim da escravidão. [...]. Impende-nos, ainda, a compreensão dos males provocados pelo racismo para a sobrevivência e ascensão socioeconômica da população negra e indígena do século XIX até os dias atuais.¹⁹²

A exclusão do fator racial coloca o movimento operário com o protagonismo exclusivo do imigrante, omitindo os movimentos de resistências de trabalhadores nacionais, negros e pardos. Por esses fatos, assumimos o risco da subjetividade da análise étnico-racial aqui proposta, porém, buscamos a triangulação de pistas para uma presunção mais assertiva sobre a composição racial do grupo estudado, pois entendemos ser necessário problematizar a cor desses trabalhadores, como uma forma de compreender as relações sociais a que eram submetidos, aos resquícios do regime servil e de que forma essa segregação social e racial potencializava o apagamento desse grupo social.

3.3. Interseccionalidade: A luta pela memória e pela identidade condicionada pelas relações socioeconômicas, racial e de gênero.

Em que pese esse recorte racial e de gênero não serem o foco principal de nossa pesquisa, a invisibilização da memória operária nos parece totalmente interseccionados, no

¹⁹² NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, vol. 29, nº 59, Rio de Janeiro, set. a dez. de 2016.

sentido conceitualizado por Cláudia Lopes Perpétuo, que trabalha a forma ampliada dessa abordagem multifatorial para as desigualdades para além dos estudos de gêneros, teorizando o conceito como uma sobreposição de fatores, que potencializam os efeitos da desigualdade:

Os estudos interseccionais corroboram para problematizações dos processos de subjetivação e dos marcadores sociais que subjetivam os corpos e, numa perspectiva transdisciplinar compreende que esses são constituídos de multiplicidades e pluralidades, nos quais são atravessados por marcadores sociais que interseccionam a vida, produzindo sua hierarquização e segregação por intermédio dos valores culturais e sociais.¹⁹³

A aplicação desse conceito em nossa pesquisa nos permite dimensionar os fatores causais da invisibilidade da memória operária, ampliando nosso campo de análise e permitindo uma compreensão dessa multiplicidade de processos de segregação social, a que estiveram submetidos a esses sujeitos, seja por classe, raça/cor, gênero ou mesmo por tipo de função profissional.

Ao contrário da omissão de narrativas operárias do grupamento masculino, causadas supostamente pelo desprestígio socioeconômico, no caso das mulheres, percebeu-se que, mesmo as mulheres com função social privilegiada, são referenciadas sob a sombra política de uma figura masculina, pais ou maridos. Destaca-se o caso de Effie e Clarissa Rolfs, esposa e filha do primeiro diretor, Peter Rolfs, cujas figuras aparecem sobrepostas ao do diretor. A filha Clarissa como uma espécie de secretária e a esposa, Effie como idealizadora de propostas de cunho social aos operários e seus dependentes. Conforme destacado no tópico sobre as classes anexas.

Nas imagens das figuras femininas, analisadas, a partir do acervo digital do ACH, algumas fotografias da ESAV, as mulheres são retratadas como apêndices em fotos dos pais ou maridos ou posando em funções de caráter social, auxiliando figuras masculinas ou que remetem ao serviço doméstico como destacamos nas figuras 28 e 29, identificadas a partir da legenda original do repositório institucional *Locus*:

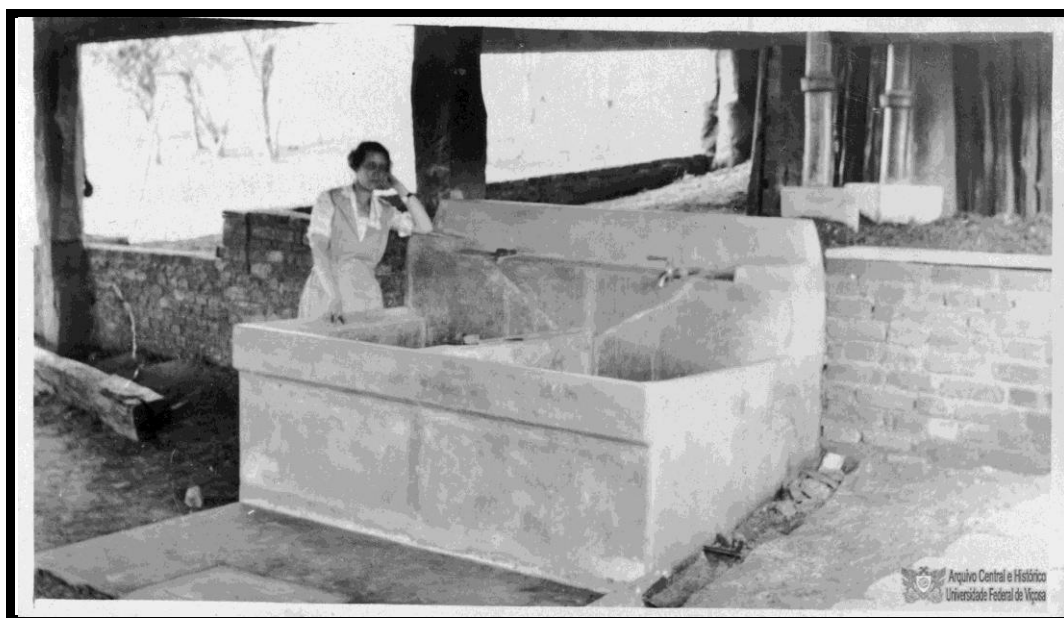
¹⁹³ PERPÉTUO, Cláudia Lopes. O Conceito de Interseccionalidade: Contribuições para a Formação no Ensino Superior. In. **Simpósio Internacional em Educação Sexual**. Universidade Paranaense – UNIPAR-PR, 2017. p.9

Figura 28 - Clarissa Rolfs ao lado do fogão à lenha em sua Residência.



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV.

Figura 29 - Clarissa Rolfs ao lado de tanques de concreto em sua Residência.



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV.

Figura 30 - Grupo de servidoras dentro de uma sala no Edifício Principal - S/d



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV.

Uma vez que mesmo às mulheres dos quadros mais abastados socialmente, como as filhas e esposas dos professores ou funcionários administrativos de funções importantes, são sub-representadas, podemos aferir que, ao considerarmos a Interseccionalidade do componente socioeconômico, racial e de gênero, chegamos a uma invisibilização de quase totalidade do grupo de mulheres negras e pobres. As poucas imagens encontradas no acervo oficial que remetem a esse grupo foram de filhas de operários, alunas que aparecem nas fotografias das classes anexas e a de um grupo de mulheres negras, coadjuvantes em fotografias de operários, provavelmente enquanto passavam próximos às obras do campus, figura 31.

Figura 31 - Mulheres carregando lenha para queima no fogão doméstico - 1922



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

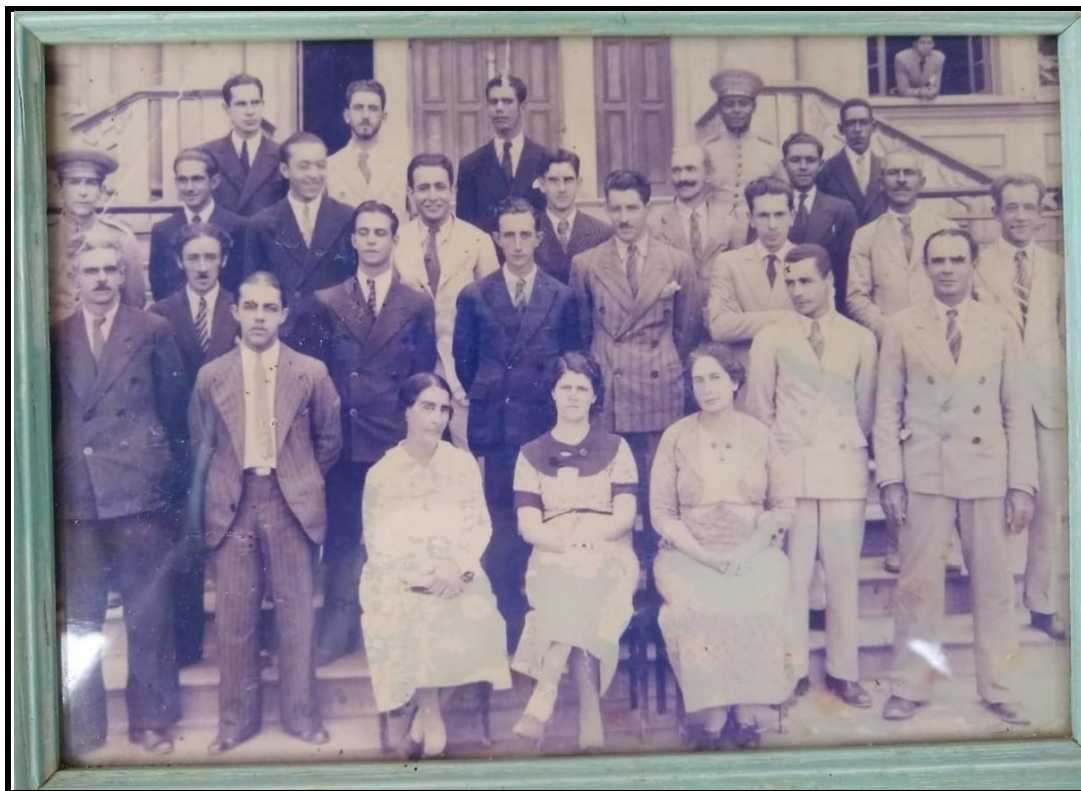
Na imagem, o quarteto feminino aparece sobreposto a um operário da obra, em movimentos apressados, conforme sugere o efeito da fotografia, com seus feixes de lenha na cabeça, prática muito comum no período pesquisado, já que a fonte de energia acessível aos mais pobres era a da queima de lenha para uso em atividades domésticas.

Rastrear a participação feminina nas memórias institucionais, requer uma minuciosa pesquisa, documental, por imagens e na bibliografia sobre as memórias oficiais. Nas obras memorialistas pesquisadas, localizamos referências superficiais às figuras femininas do grupo funcional da Universidade. Germana e Hermengarda a primeira administradora do centro social (refeitório) e a segunda do internato (alojamento), aparecem citadas por Borges, Sabioni e Magalhães:¹⁹⁴ “Sra. Germana de Carvalho, auxiliada pela Sra Hermengarda Gomes e Souza, admitidas em 1929 e aposentadas, compulsoriamente em 1966.” Sobre a atuação das administradoras, o entrevistado, Gestor 1¹⁹⁵, destaca a firmeza da Germana e Hermengarda como mulheres, de pulso firme, à frente de setores, majoritariamente masculino.

¹⁹⁴BORGES, 2000, Op. Cit., p.38

¹⁹⁵ Gestor 1 - Entrevista em 06/05/2021 – Grupo 4 - Gestor da memória institucional. Ver quadro 1.

Figura 32 - Dona Germana e outros funcionários administrativos - S/d



Acervo pessoal do entrevistado Marcelo de Freitas

Considerada uma espécie de governanta do centro social, o prestígio da servidora Germana de Carvalho, aparece ainda na publicação de Marina Mesquita Camisasca que, ao discorrer sobre o episódio de encerramento de contrato do dirigente João Carlos Bello Lisboa e sua saída para a fazenda de Lindóia, relata que foi a Dona Germana que emprestou dinheiro para a viagem da família.

Após alguns meses, em 11 de fevereiro de 1936, a família Bello Lisboa se mudou para a Fazenda Lindóia. Dr. Bello Lisboa saiu da universidade sem dinheiro: havia gasto o pouco que tinha para ajudar na compra da fazenda e ainda devia uma alta quantia ao banco. Ele não possuía dinheiro nem para a passagem de trem dos familiares e contou com a ajuda de Dona Germana, uma funcionária da escola, que lhe emprestou a quantia necessária para conduzi-los até Lindóia. (Lisboa. José Antônio Bello. Entrevista concedida ao Escritório de Histórias, no dia 03 de novembro de 2010, em Belo Horizonte (MG). Texto editado.)¹⁹⁶

¹⁹⁶ CAMISASCA, 2012. Op. Cit., p.93

Referência a Dona Germana, também aparece nas páginas, Personagens e Pioneiros da UFV¹⁹⁷, que reúne informações básicas sobre o perfil de antigos dirigentes ou membros da comunidade acadêmica, considerados de importância histórica para a universidade. As informações básicas sobre a ex. servidora, aparecem de forma bem sintetizada, apenas em caráter informativo:

Germana de Carvalho

Dona Germana como era conhecida, foi à primeira Encarregada do Refeitório da Escola, nela trabalhando de março de 1929 a abril de 1966. Foi também, responsável pela Lavanderia. Ao aposentar-se, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde fixou residência. Desde o início do funcionamento da ESAV, o regime escolar iniciava às 06:30min (internato - alojamento) com o toque de um sino, às 06:45min o café da manhã, ou melhor, o breakfast, que os alunos batizaram de mingau germânico, em homenagem a Dona Germana. Faleceu em 15 de abril de 1972, aos 95 anos de idade, seu desaparecimento sensibilizou dirigentes, professores, alunos e funcionários da UFV, e, todos quantos a conheceram nesta Casa. UFV Informa, abril de 1972.

Os estudos de Monalisa Aparecida do Carmo, que analisou a conquista de espaços pelas mulheres na UFV entre os anos de 1931-1956, problematizam que a ocupação feminina dos espaços universitários estava condicionada a uma delimitação prévia de lugares autorizados socialmente para essa inserção. A pesquisadora aponta uma tímida evolução do corpo funcional feminino no período analisado:

Os primeiros cargos ocupados por funcionárias foram àqueles relacionados ao que era aceitável para as mulheres, como os serviços da secretaria e professora da educação básica, a exemplo da Sra. Germana de Carvalho e da Sra. Hermengarda Gomes e Souza, como já mencionado anteriormente. Em 1951, esse quadro já era diferente, acompanhando o movimento das mulheres de transposição das atividades do espaço privado para ocupar o espaço público, a ESAV contava com dezessete funcionárias: Antonira Lopes Fortes, Hilda Val de Castro, Ester Amorim, Zilda Barduni, Yvone

¹⁹⁷Personagens e Pioneiros da UFV, disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=personagens>>. Acesso em Out 2022.

Ferraz de Oliveira, Marcina Torres Ferreira, Maria Barduni, Pedrina Tomaz Afonso, Cirene Amorim, Wanda Costa Val, Terezinha Costa Val, Inês Silvino Ferreira, Jandira Lopes de Faria, Maria do Carmo Dantas, Juracy Daker, Maria Luzia Alves Torres e Juracy de Souza Barros.¹⁹⁸

Além das pioneiras representantes femininas reconhecidas nas memórias institucionais, Germana e Hermengarda, a autora elenca dezessete mulheres do corpo funcional no período analisado, onde transcrevemos as devidamente nominadas.

De mesmo modo, em nossa pesquisa no acervo documental do Arquivo Central e Histórico, localizamos a Listagem de Funcionários Efetivos de 1944, onde apuramos que, dos cento e oitenta e cinco funcionários efetivos listados, apenas oito são mulheres: Maria Barduni (Departamento de publicidade); Maria Cecília da Conceição e Isolina da Conceição (Departamento de Genética); Abelina da Silva Lima, Maria Candida de Souza, Maria Rosa de Lima, Maria Luzia Barcelos e Marta Ferreira Lopes (Departamento de internato Cozinha e refeitório). Em síntese, o grupo de mulheres representava menos de 10% do grupo funcional efetivo.

A partir de pesquisa no acervo digital do Museu Histórico da UFV,¹⁹⁹ identificamos na placa “Lavanderia”, (figura 100) o registro de mulheres operárias do setor de lavanderia: "Um setor de serviços que atua desde os primórdios da ESAV. Sua primeira encarregada foi 'Regina de Telésforo'; a segunda, 'Chiquinha de Verônica'; 'Umbelina'. Atualmente, é da responsabilidade de D. Maria Rosa de Lima, Salica [...] D. Salica começou na ESAV em 1938.". Esse destaque para a presença de algumas mulheres de funções operacionais nos parece primordial perante o restrito número de fontes sobre as mulheres com maior invisibilidade, considerando os fatores interseccionais já explicitados.

Não obstante a identificação incompleta de algumas das mulheres, bem como a referência a nomes de maridos ou pai, o registro nominal neste trabalho tem a intenção de minimizar o apagamento feminino, garantindo uma representatividade das memórias dessas mulheres, praticamente incipientes nas narrativas oficiais.

¹⁹⁸CARMO, Monalisa Aparecida do. **Entre as produções do feminino e a conquista de espaços: mulheres e educação** na Universidade Federal de Viçosa (1931-1956). 2019. UFV. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/26613>>. Acesso em 27 de ago de 2022.

¹⁹⁹Memorial digital do Museu Histórico da UFV. Disponível em: <<https://museuhistorico.ufv.br/infraestrutura/>>. Consulta em 14 maio 2022.

3.4. A invisibilização dos operários no quadro de memórias da Universidade

A expressão, narrativas obliteradas, utilizada como título desse trabalho remete-se à problematização da omissão das memórias dos operários nas narrativas oficiais sobre a história da UFV. Problematiza-se, que na construção do quadro de memórias institucionais, desconsiderou as memórias de outros grupos presentes na formação, nesse caso, as narrativas do segmento operário. E se nas principais referências de memória institucional, circundam sobre três principais personagens: Arthur da Silva Bernardes, João Carlos Bello Lisboa e Peter Henry Rolfs priorizamos nossas referências aos operários, verdadeiros construtores da ESAV (Figura 33).

Figura 33 - Construtores da ESAV - Década de 1920



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Os construtores, referenciados na legenda original da fotografia do repositório institucional simboliza a autoria do grupo operário na principal obra institucional da fundação da universidade, o edifício principal. A fotografia impactante serve como forma de reconhecimento e da importância das narrativas desse grupo.

Aos poucos, com a atualização das publicações, surgem outros personagens, porém, sempre vinculados aos cargos da administração superior da Universidade, principalmente nas funções de gestão e docência. Sem desconsiderar a importância histórica dos dirigentes, ao

questionarmos esse lapso historiográfico, apontamos, no sentido descrito por Le Goff de além de denunciar o apagamento é necessário questionar os documentos “Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta [,,]. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos.”²⁰⁰ que na interrogação desses apagamentos, busca-se, reparar identidades omitidas por esses silêncios da memória oficial.

Desse modo, para uma análise mais adequada, dessa abstração das narrativas demandou uma análise das publicações que registram essa trajetória, em busca de vestígios que dialogassem com os fatos inerentes ao grupo estudado e assim contextualizar tais narrativas. Importante sublinhar que essa problematização, da invisibilidade operária, não é uma constatação exclusiva de nosso estudo sendo identificada em outros trabalhos acadêmicos, dentre eles, o enfoque dado por Edimara Maria Ferreira que contesta esse apagamento do servidor negro nas paisagens e memórias institucionais:

Os vestígios encontrados evidenciam uma ausência, ainda que sutil, do negro nas paisagens da Universidade Federal de Viçosa e que os fatos e acontecimentos que a instituição escolheu como memoráveis buscam homenagear as figuras emblemáticas que a instituição elegeu como os pioneiros de sua concepção. Exemplo disso são as placas, nomes de prédios, de ruas e de vilas da UFV, bem como, a história da instituição que é veiculada durante os ritos e celebrações comemorativas.²⁰¹

A omissão das memórias operárias, também foi questionada, no trabalho de Tuwile Jorge Kin Braga sobre a territorialidade do negro na UFV. O autor questiona o apagamento dessa memória operária, que considera importante na consolidação institucional.

Na ampla procura que tivemos para compreender como se deu a construção da UFV, não foi difícil encontrar palavras que exaltassem os inúmeros docentes ou estrangeiros que permitiram o pioneirismo da Universidade destes seus tempos de ESAV, pouco se fala dos operários que fizeram as bases das majestosas estruturas de concreto que se elevavam no lindo

²⁰⁰ LE GOFF, 1999, Op. Cit., p. 90

²⁰¹ FERREIRA, 2017, Op. Cit., p. 143.

campus agrário.²⁰²

O apagamento da memória operária foi retratado ainda, pelo trabalho de Izabel Morais Pompermayer, que, ao analisar a composição de memórias da ESAV, percorreu extensivamente sobre a ausência dessas narrativas operárias nas “memórias oficiais da instituição”:

Os operários foram responsáveis por erguer a Esav e possivelmente estiveram por trás de todas as atividades desenvolvidas nela, preparando e mantendo os espaços propícios para isso. Porém, de uma maneira geral, como visto, as construções dos prédios são elogiadas porque João Bello Lisboa contribuiu para a alfabetização e melhora da saúde desses trabalhadores [...]. Com certeza o então engenheiro-chefe, na função de confiança e responsabilidade que ocupava, teve os discernimentos e as atitudes certas, que impulsionaram a construção da Esav. Mas sem operários que correspondessem às orientações e às demandas da época, pouco teria sido realizado. Portanto, é importante notar que pouco é creditado a esses funcionários. Eles ficam em um segundo plano nas memórias oficiais da instituição; na maioria das vezes, apenas como receptores das mensagens enviadas pelos professores e pela administração da Escola, dentro de sistemas de disciplina que os fizeram bons trabalhadores.²⁰³

Todavia, considerando os aspectos mencionados, não pretendemos um exame crítico das obras memorialísticas institucionais, mas sim uma análise interpretativa, numa perspectiva diferenciada, a partir do ponto de vista do operário em suas narrativas. Destaca-se ainda que, não se pretende uma avaliação conceitual dessas publicações memorialistas, que partiram de iniciativas distintas, em sua maioria sem a participação de historiadores, porém por serem as principais fontes bibliográficas sobre a história da instituição é natural serem consideradas e criticadas, de forma a entender as características da formação dessa memória e, em nosso caso, elucidar o apagamento histórico do grupamento operário.

²⁰² BRAGA. 2014., Op.; Cit.; p.33-34

²⁰³ POMPERMAYER, 2018, Op. Cit., p.104.

Ao analisar os quadros de referência utilizados na construção das memórias da UFV, Izabel Moraes Pompermayer²⁰⁴ conjectura sobre o quantitativo de publicações que divulgam as memórias oficiais, que avalia como pequeno, considerando a longínqua existência institucional. A autora alerta que, mesmo considerando as fontes originárias de produções acadêmicas, a coleção ainda fica aquém dos quase cem anos de história institucional e provoca: “Onde estão outras memórias, outros pontos de vista sobre essa história? Por que eles não estão sendo registrados de alguma maneira?”.

Essa questão da obliteração de narrativas operárias foi levantada entre os entrevistados do Grupo 4, de gestores onde destacamos a reflexão do entrevistado Gestor 1 que integra o grupo de autores memorialistas oficiais, na condição de coautor em diversas obras institucionais. O entrevistado confessa-se incomodado com essa ausência de narrativas operárias:

Era um grupo de elite intelectual muito grande, exaltava as pessoas e os personagens que tinha que ficar registrado e ter ficado na história. (...) No meio deles eu era um servidor e me chamava à atenção, eles citavam nomes de servidores que foram importantes, mas não havia quem falasse sobre esses servidores. Me incomodava muito saber a falta de história do servidor da UFV. [...] O funcionário, raríssimas vezes aparecia, raríssimas vezes quando eles eram homenageados pelo reitor ou no obituário.²⁰⁵

O entrevistado concorda com a necessidade de registros da história dos funcionários administrativos, porém afirma que não tinha o poder de definir as pautas e os personagens das publicações que ajudou a produzir. Ele cita uma frase, atribuída, ao ex-reitor da UFV, Edson Potsch Magalhães²⁰⁶ que, quando era inquirido a contar as histórias sobre sua vivência institucional dizia: “As histórias são muitas, cada um que conte a sua”. Segundo o entrevistado, o ex-dirigente usava essa frase para definir que todo mundo tem história para contar e que assim, atribuindo a cada parte o que lhe coubesse da história.

Segundo o entrevistado, o antigo diretor entendia que não tinha legitimidade para contar à história que não fosse à de seu grupo. Assim o próprio entrevistado afirma que essa situação o incomodava e que chegou a procurar representantes sindicais dos técnico-

²⁰⁴ POMPERMAYER, 2018, Op. Cit., p.104.

²⁰⁵ Gestor 1 - Entrevista em 06/05/2021 – Grupo 4 - Gestor da memória institucional. Ver quadro 4.

²⁰⁶ Dirigente da universidade na fase de transição da UREMG-UFV entre os anos de 1964 a 1971.

administrativos para fomentar essa demanda por memórias. O entrevistado entende que a omissão dessas narrativas decorre de ausência de interlocutores desse grupo na formação dessa memória:

Após as publicações eu cheguei a cobrar das entidades representativas para puxar essa história, liderar essa busca pela história desse grupo pois, as histórias são muitas, convivi com muita coisa, mas eu ficava na área central e não sabia o que acontecia nas periferias.

Na visão de um dos entrevistados, ex-liderança sindical do grupo, identificado como Liderança 2, houve desinteresse de ambas as partes, nessa divulgação de memória operária:

Em minha opinião nunca houve interesse nem da instituição nem dos próprios servidores em preservar as memórias do seu quadro funcional, vez que não tínhamos acessos aos cargos mais importantes nem assentos nos colegiados inferiores, além é claro do nosso voto valer muito menos que os dos docentes no processo eleitoral para reitor.²⁰⁷

Em que pese atribuir aos servidores o desinteresse em preservar suas memórias, observamos na fala do interlocutor o endosso de que a falta de acesso desses trabalhadores a cargos importantes, ou seja, ao grupo legitimado a preservar a memória institucional, impedia essa preservação memorial.

Em contraponto o entrevistado, Gestor 2, que sugere, que essa reivindicação de memória operária poderia ser fomentada por organizações representativas desses trabalhadores, porém discorda de que as memórias do grupo estejam suprimidas da historiografia oficial por entender que existem as fontes registradas nos arquivos institucionais:

Não concordo que a memórias tenha sido “suprimidas”, a julgar pelo sentido “stricto” da palavra, visto que os relatórios operacionais das servidoras responsáveis pelo refeitório, dormitório, dos carpinteiros, porteiros, do

²⁰⁷Liderança 2 – Entrevista em 07/05/2021 – Grupo 3 – Lideranças políticas. Ver quadro 3

período da ESAV, por exemplo, foram mantidos, assim como fotografias que foram produzidas nos dois períodos. [...] No entanto, a divulgação e difusão ao longo do tempo esteve voltado para alta gestão, que, sobremaneira, foi composta por professores. Neste caminho considero ser necessário um esforço institucional e de classe (associações, sindicatos e grupos afins) para recuperação, organização e difusão dos itens documentais que revelam esta memória.²⁰⁸

Compreendem-se as justificativas alegadas pelo entrevistado, que são válidas para reparar a memória obliterada, mas certamente não assiste razão para justificar o apagamento das memórias desses trabalhadores, pois sendo os operários, apartadas de participação institucional e excluídas de qualquer processo organizativo, não havia espaço para contar suas histórias e perpetuar suas narrativas, que permaneceram obliteradas dessa memória oficial.

Em que pese à necessidade de novos registros e reorganização dessas narrativas, essas memórias permanecem como marcas simbólicas para o grupo, no sentido apurado por Edimara Maria Ferreira:

No entanto, não é que estes atores deixam de produzir história, pelo contrário, como também agentes ativos da sociedade deixam rastros dessa participação [...]. Ao averiguarmos as marcas simbólicas e/ou iconográficas da presença negra na Universidade Federal de Viçosa, observamos em sua paisagem alguns aspectos relacionados à memória, história e identidade do que estamos considerando grupos subalternizados.²⁰⁹

Através do trabalho invisibilizado do operário, forjou-se a paisagem universitária, que com o trabalho braçal abriram campos de experimento, demarcaram divisas, construíram edificações, tanto nas obras iniciais da ESAV quanto no processo de expansão na década de 1960, na transição da UREMG para UFV. Trabalho exaustivo e anônimo, que custou o sacrifício físico desses trabalhadores, sem o devido reconhecimento, conforme destacado por Felipe Luchete

²⁰⁸Gestor 2 – Entrevista em 27/05/2021– Grupo 4 – Gestor institucional. Ver quadro 4

²⁰⁹FERREIRA, 2017, Op. Cit., p. 115

Embora não conste seu nome nos livros sobre a história da Universidade, Francisco de Souza trabalhou na criação dos lagos da instituição. Até meados da década de 70, quem passava pelas quatro pilastras, na entrada da UFV, via o córrego São Bartolomeu. A paisagem atual foi resultado de uma série de obras de infraestrutura no campus, feita não só com objetivos paisagísticos, mas também para conter enchentes na cidade, como a ocorrida em 1948. Seu Chiquito foi um dos homens encarregados de retirar os pés de goiaba e de banana nas margens do córrego, o barro fedorento e alguns pedaços de madeira jogados por lá; depois roçou toda a beirada, plantou grama. Foi pesado! Serviço bruto. Ainda plantou árvores, limpou o brejo onde há pouco tempo foi construído o Departamento de Bioquímica e ajudou a cobrir com sapé o galpão do Recanto da Cigarra.²¹⁰

Além das estruturas físicas institucionais, as contribuições operárias são notadas também nas como auxiliares em atividades acadêmicas de cunho agrícola que, segundo apontado por Ernani Barbosa Paes, foram fundamentais para o fortalecimento e consolidação institucional:

Para sua institucionalização, é importante frisar que, todo esse trabalho produtivo da Escola era feito, na maioria das vezes, por trabalhadores, mas não só por eles. Os estudantes participavam das experiências agrícolas e das aulas práticas e faziam atividades nos campos. Entretanto, o trabalho duro de cultivo diário era feito pelos funcionários, para os quais, muitas vezes, apareciam em ata, alguns elogios feitos pelos professores, destacando a dedicação desses trabalhadores. Ou seja, o ethos esaviano, tão desejado pela direção central, necessitou dessa dedicação dos trabalhadores para que fossem colhidos os frutos das pesquisas e do ensino nas lavouras experimentais da ESAV.²¹¹

Esse reconhecimento, também é abordado na pesquisa de France Maria Gontijo Coelho²¹² dentre as menções aos trabalhadores auxiliares da instituição, a autora cita uma transcrição de 1931 do então professor Lourenço Mennicucci Sobrinho que relata a

²¹⁰ LUCHETE, 2008, Op. Cit., p.104

²¹¹ PAES, 2017, Op. Cit., p.67

²¹² COELHO, 1992, Op. Cit., p. 63

importância da experiência prática dos operários das lavouras de Citros, na cidade de Limeira. Ao tratar das pesquisas sobre horticultura, a pesquisadora registra interrupção em experimentos em decorrência de rodízio ou falta de mão de obra auxiliar e reflete: “O trabalho anônimo dos operários na escola vai assumir importância nas pesquisas.”

Assim, não é que a participação desses trabalhadores esteja excluída desse enredo, eles até aparecem, porém de forma generalistas, sombreando os feitos dos considerados grandes nomes institucionais, como meros receptores de ensinamentos profissionais, de disciplinamento profissional e social, de beneficiários privilegiados de políticas de saúde, educação e assistência, direitos negados aos demais trabalhadores. Com isso, não se pretende negar a diversidade de marcas históricas deixadas pelo grupo, contudo, sem legitimidade para a emersão, essas memórias mantiveram-se invisibilizadas e agora reivindica o reconhecimento desse valor cultural ligado aos trabalhadores operários, o reconhecimento como produção cultural do grupo.

Por isso, embora seja possível identificar a presença dos operários nas imagens e documentos, sua participação histórica nos parece anulada, sendo nosso objetivo reparar esse apagamento, fomentando essas memórias e desnudando essas narrativas. Desta feita, finalizamos essa caracterização inicial dos operários, no sentido de confirmação dos verdadeiros construtores da ESAV/UREMG, cuja atuação, contextualizada a partir de suas condições sócio-históricas, demonstra um preponderante papel na história institucional.

3.5. Narrativas Obliteradas, marcas de trabalho, sociabilidade e de resistência.

Analisamos as narrativas operárias como estratégias de coesão interna do grupo, uma forma própria de fazer circular os fatos importantes para manutenção e sociabilidade, como no sentido caracterizado por Michel Pollak²¹³ de um fenômeno das memórias esquecidas, ora por não interessar às classes dominantes, ora como estratégia dessas comunidades marginalizadas, como forma de proteção ou superação de traumas vividos. Porém o historiador destaca que, nem sempre esse esquecimento e silêncio apagam a memória desses grupos, mas fortalecem-nas, no interior dessas comunidades, que afloram em momentos de crises ou necessidade de autopreservação.

Para tanto, analisamos as narrativas primitivas dos entrevistados, da forma conceituada por Ecléa Bosi²¹⁴ de que, a depender do fim que se destina a pesquisa, a história

²¹³ POLLAK, 1989, Op. Cit.

²¹⁴ BOSI, 1994, Op. Cit., p. 37

oral deve ser considerada em sua forma pura, o valor genuíno dessas narrativas, que ela considera uma forma artesanal de comunicação. Desta feita, destacamos a fala pura dos entrevistados sobre temas recorrentes nas entrevistas e de importância na contextualização histórica institucional, uma forma de valorizar as memórias e história de vidas desses sujeitos, tal qual pondera a autora de que a veracidade do narrador, seus erros e lapsos são menos graves que as omissões da história oficial. “Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida.”

Refletindo sobre os parâmetros ideológicos de construção da memória institucional, percebemos a necessidade de contextualizar a vida laboral e cotidiana dos operários, considerando as diversas facetas que a narrativa histórica apresenta, confrontando com as narrativas pesquisadas. Assim, a partir da abordagem por temas retirados das entrevistas, completa-se esse tópico com a versão operária, não somente da história institucional, mas também da história de vida desse grupo, suas lutas, seus costumes e sua cultura.

3.5.1. Universidade enquanto monumento e lugar de memória

Em se tratando da universidade enquanto monumento, corroboramos com a assertiva de Edimara Ferreira,²¹⁵ que partindo da premissa que a paisagem é o conjunto de modificações feitas pelo homem e que por isso exterioriza representações e valores a autora considera a Universidade Federal de Viçosa, enquanto uma paisagem construída socialmente e que comporta construções e insígnias que nos permitem rememorar seus acontecimentos históricos, bem como, aqueles relacionados aos grupos sociais que ocuparam e ainda ocupam este espaço.

Considerados por Pollak,²¹⁶ como indicadores empíricos da memória coletiva de determinado grupo, os monumentos são definidos pelo autor como uma memória estruturada hierarquicamente, que ao definir o que é comum ao grupo e o que o diferencia de outro fortalecendo identidades. Essa relação afetiva e identitária com a instituição pelo seu corpo funcional são bem delineadas por Odemir Baeta, que aponta diversas referências da UFV como um lugar de memória, um patrimônio cultural gerado a partir da identidade dos grupos que aqui convivem:

²¹⁵ FERREIRA, 2017 Op. Cit.

²¹⁶ POLLAK, 1989, Op. Cit.

A UFV foi construindo um imaginário de poder, de grandeza desde sua fundação, de importância.” E3. Segundo sua percepção, boa parte dos servidores da UFV são da região; eles cresceram com esse imaginário e muitos entraram na universidade não como estudantes, mas como servidores. Mesmo assim, muitos tiveram seus filhos que passaram a estudar na universidade. Com isso, essa relação aumenta mais ainda esse orgulho, esse sentimento de envolvimento, de pertencimento. Eles criam uma identificação com o local de trabalho muito grande, até porque, quando essas pessoas recebem parentes ou amigos em visita à cidade, “é obrigatório um passeio pelo campus, até para externalizar e comprovar esse orgulho, de fazer parte da instituição.”²¹⁷

A citação aos monumentos institucionais, não podemos deixar de destacar o ícone paisagístico que representa o Edifício Arthur Bernardes, tombado pelo: Decreto Nº 3603/2001 de 29/06/2001. Pelo valor histórico-cultural, com relevância destacada o Prédio Principal (figura 34), torna-se símbolo da grandiosidade da obra operária na universidade, fato destacado nas referências ao tombamento:

A edificação foi tombada pelo seu valor histórico-cultural, não somente para a comunidade viçosense, mas também para o Estado de Minas Gerais. Seu valor arquitetônico também é inestimável, pois integram ao estilo Eclético, muito difundido no Brasil à época, peças fabricadas in loco, que permitiu o desenvolvimento da mão de obra da região, que passou a ser valorizada no ramo da construção civil. O edifício é o mais valorizado do campus da Universidade Federal de Viçosa, sendo referência para novas edificações.²¹⁸ (Grifo nosso)

. Embora a descrição do tombamento não mencioner explicitamente os operários, o texto referencial não deixa dúvidas da importância do trabalho operário na construção da edificação, que também é reconhecida como marco na valorização da construção civil.

²¹⁷ BAETA, 2016, Op. Cit., p. 317

²¹⁸ Mediando Saberes, Ouro Preto, IFMG. Disponível em: <<https://mediandosaberes.ouropreto.ifmg.edu.br/2016/04/18/bens-tombados-vicos/>> acesso em 19 de jan de 2023.

Figura 34 - Prédio Principal em construção - Década de 1920



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

De todo modo, a presença operária não é visível ou mencionada em nenhuma parte das edificações, porém o entrevistado Gerson da Paixão²¹⁹, que é eletricitista da UFV, relata um fato curioso envolvendo seu pai Raimundo da Paixão, que segundo informa, trabalhou nas obras do Edifício Arthur Bernardes. Gerson conta que foi realizar um trabalho no sótão no Prédio Principal e encontrou uma tábua com nome de vários operários e identificou a assinatura do pai entre os manuscritos com nomes de operários que trabalharam na construção do prédio. O entrevistado lembra que essa prática era comum entre os operários, lembra-se do pai contando que na construção da Ponte de Ervália, não tiveram os nomes na placa de inauguração, mas deixaram na parte inferior da estrutura, os nomes dos reais construtores. Infelizmente não conseguimos ter acesso a nenhum dos locais citados para registro, porém o fato narrado demonstra nitidamente a demanda por memória desses trabalhadores, que a não ter seus nomes escritos nas placas inaugurais, criavam estratégias para deixar registros de sua participação de forma implícita, naquele bem construído.

Durante a construção do prédio principal, foi construído o barracão de obras ou barracão de oficinas, era o galpão de trabalho dos operários. Figuras 35 e 36.

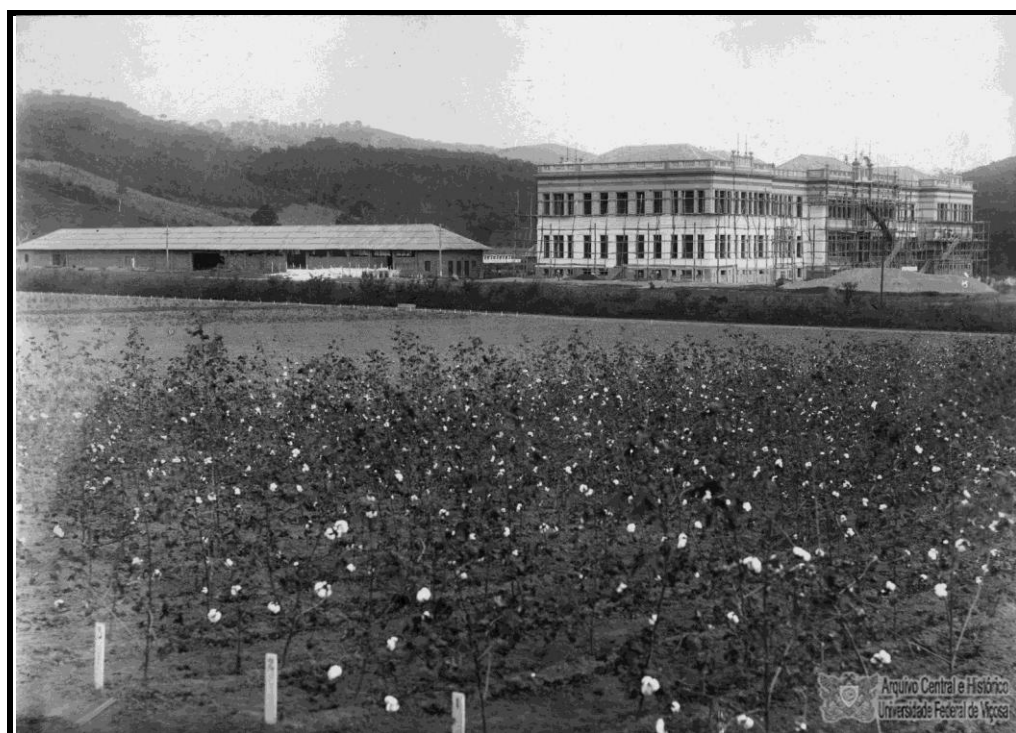
²¹⁹ PAIXÃO, Gerson. Entrevista em 30/04/2021. Grupo 2 – Descentes. Ver quadro 2

Figura 35 - Vista interna do galpão das oficinas - 1925



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Figura 36 - Barracão das Oficinas da ESAV - Década de 1920



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Instalado ao lado da principal construção, servia de suporte físico da obra e abrigo para os operários durante a construção. No galpão aconteciam também às oficinas de ferraria, carpintaria, selaria e etc., que visavam à instrução profissional dos operários, a formação dos artífices de ofício para execução de acabamentos, móveis e instrumentos agrícolas da própria instituição.

As mudanças tecnológicas e o crescimento institucional alterou o cenário paisagístico institucional, novas formas de construção, reocupação de espaços históricos, demolição e reformas de diversas outras instalações pelo campus, alguns com significativa importância na vida operária. Essa expansão altera o espaço de trabalho dos operários, que foi transferido para o Vale da Agronomia, onde atualmente funciona o Supermercado Escola, posteriormente, no final da década de 1990, levado para área posterior à garagem central da Universidade. As mudanças do barracão denotam a perenidade da memória operária, que não pode ser retida apenas nas memórias dos vivos, mas conservadas em registros, físicos, narrativos ou visuais. Afinal, para ser valorizado o patrimônio deve ser reconhecido pelo grupo, como instrumento de representação monumental.

3.5.2. O Sino da Capela: Monumento de ressignificação da memória operária

Pelas características de nosso estudo, propomos uma pesquisa sobre os lugares de memória e patrimônio cultural desses grupos sociais nos quais os operários estariam inseridos socialmente. A busca se justifica enquanto formas de ressignificação e de existência e de resistência no sentido disposto por Michael Pollak²²⁰ “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”.

As temáticas diversificadas durante a pesquisa serviram para montar o quadro de memória operária e demonstrar o valor social dessas memórias, individualmente ou ressignificadas a partir das lembranças em comum do grupo. Essa adesão afetiva ao grupo formaria a chamada comunidade afetiva, nos termos definidos por Maurice Halbwachs,²²¹ de que, as lembranças que se destacam são as que fizeram sentido para a maioria do grupo, as que tiveram relevância em sua relação social. A partir desses conceitos, nossa proposta buscou a retomada desse lugar comum, de fala e de memória. Esses lugares de memória do trabalhador operário foram definidos a partir dos conceitos de Sandra Jatahy Pesavento como

²²⁰ POLLAK, 1989, Op. Cit.

²²¹ HALBWACHS, 1990, Op. Cit., p.34

lugares que “remetem à memória do trabalho vivo, trabalho humano criador de riqueza material, portanto, daquilo que testemunha uma memória operária: os espaços de morar, da luta e resistência, da vida cotidiana do trabalhador, este sujeito coletivo que ainda permanece oculto na memória oficial.” Em busca desse lugar comum, dessa coesão de narrativas, investigamos esses lugares de memórias como forma de subsidiar o registro das narrativas operárias para a formação da memória institucional.

Nas entrevistas uma das questões tratava de inquirir os entrevistados sobre lugares que este considerada como lugar de memória operária. Então, destacamos, a seguir, o relato de um dos entrevistados, do Grupo 4, dos gestores de memória institucional, aqui identificado como Gestor 1:

Um lugar que sempre me chama muito atenção quando eu passo no dia-a-dia que é aquela região da capela ali, onde funcionou o refeitório por muitos anos, também era servida uma sopa, o refeitório saiu dali mas a sopa não saiu dali, então ali continua sendo um local que servia a sopa dos operários de manhã. Ali tem um monumento, do ex-aluno, foi na reunião de 20 anos da turma de 1932, eles se reuniram ali e bolaram aquele monumento ali. Se você observar aquele monumento com suporte metálico. Ele tem uma chapa com ferro, que é onde o servidor batia de manhã para acordar os alunos e chamar os operários para tomar sopa ali. Então aquela região para mim é muito especial, isso é pouco conhecido, mas está ali.²²²

Essa informação, até então, ainda não havia aparecido nas entrevistas, seguimos questionando e o entrevistado explica com detalhes a história do sinalizador, de que a chapa de ferro seria a mesma utilizada originalmente, porém o vergalhão é uma réplica, soldada na chapa, mantendo a simbologia do antigo sonorizador, figura 37.

²²² Gestor 1 - Entrevista em 06/05/2021 – Grupo 4 - Gestor da memória institucional. Ver quadro 4

Figura 37 - Réplica do sinalizador em detalhes



Fonte: Produção da pesquisadora: 2021

Atualmente o monumento está identificado com uma placa em homenagem de ex-alunos conforme transcrição: “Comemoração do Vintênio de Formatura - Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agrícolas e Administradores Rurais - E.S.A.V (1932-1952) - Viçosa, 15 de dezembro de 1952.” O monumento citado é localizado ao lado direito, da entrada principal da Capela da Imaculada Conceição, no campus da UFV (figura 38).

Figura 38 - Monumento aos ex-alunos, ou: Sino da Capela



Fonte: Produção da pesquisadora – 2022

A partir do depoimento citado, o questionamento sobre o sino da capela foi introduzido nas demais entrevistas e surge, outra versão, de um dos operários entrevistados, de que o sino era usado para marcar o tempo de trabalho dos operários. Sobre essa identificação, diferente do que apurado na citada entrevista com o Gestor 1, pelo menos cinco dos operários entrevistados mencionaram o sinalizador como uma espécie de relógio de ponto para avisar o início dos trabalhos, a parada do almoço e o encerramento das atividades conforme relata nosso entrevistado Miguel:

Marcava o almoço para nós, a gente entrava às seis e meia. Da Vila Secundino dava para ouvir. José Geraldo que batia o sino, em função de tomar conta do prédio principal e na hora do almoço ia lá bater o sino.

Chegava cedo, seis horas já estava lá, seis e meia, depois dez e meia, depois meio dia e às quatro e meia, trabalhava mais que o pessoal burocrático. Sábado também trabalhava.²²³

O ex-operário da ESAV, Helvécio Júlio ao responder nosso questionamento sobre a existência do referido sinalizador, confirma a versão operária de marcador de tempo de trabalho:

Tinha um sino, uma barra de ferro, um triângulo, que ficava perto da capela, batia quinze para as seis para alertar o pessoal, depois batia seis e meia para pegar serviço, tinha que chegar antes. Tinha um som que estremecia toda a Universidade. (...) O sino era dos funcionários, seu Zé Geraldo que tocava o sino, já faleceu faz tempo.²²⁴

Nos demais grupos de entrevistados, grande parte demonstraram não conhecer tal recurso sinalizador e alguns não sabiam de sua existência. Apenas um dos descendentes, Marcelo de Freitas, apresenta uma versão mista, do que ouviu do seu pai, Ritair de Freitas, ex-operário da ESAV e UREMG:

Aquele sino era outra coisa, meu pai me disse que aquele sino foi Bello Lisboa que mandou botar... para colocar o estudante para fora. Meu pai sabe da história direitinha...Bello Lisboa mandou colocar aquilo ali porque o pessoal começa a trabalhar às seis e meia, meu pai falou, que foi o meu avô que contou para ele, que foi Bello Lisboa que mandou colocar aquele sino ali e acordava os estudantes também.²²⁵

A confirmação das narrativas sugere sentidos diferenciados para o mesmo monumento histórico, essa diferenciação de valor histórico do mesmo bem patrimonial que por um lado, como homenagem a um grupo de ex-alunos da instituição considerando como uma lembrança saudosa de um sino que os acordava para as aulas matutinas; enquanto entre os trabalhadores não foi escolhido pelo grupo como uma memória residual espontânea, mas induzida pelas questões da entrevista. Suspeitamos que pela função de controle de tempo de trabalho, essa

²²³ SANTOS, Miguel Arcanjo. Entrevista em 23/06/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

²²⁴ JULIO, Helvécio. Entrevista em 20/05/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

²²⁵ FREITAS, Marcelo. Entrevista em 13/05/2021. Grupo 2 – Descendentes – Ver quadro 2.

memória foi retida internamente por remeter suas lembranças ao fazer do trabalho, um relógio sonoro do tempo de trabalho e de descanso.

Os ex-operários, Miguel e Helvécio também relatam algumas reuniões que ocorriam no local, reunião de operários, às escondidas. O lugar era estratégico, pela proximidade do local de trabalho dos principais articuladores políticos da época, o operário José Valentino da Cruz, Cadinho e o professor e capelão, Padre Mendes. Por este fato, chegamos a suspeitar de uma expropriação de memórias do grupo, porém, como na própria fala do Gestor 1, que entende que a região tem um simbolismo de memória dos operários, cogitamos que o lugar e o símbolo poderiam ser uma tentativa de ressignificação da memória operária.

De tal maneira, pelos sentimentos aflorados, o sino foi apropriado como memória de outro grupo - no caso, a turma de formandos da ESAV do ano de 1932, que providenciou a instalação do marco monumental em lembrança do tempo em que foram estudantes. Contudo, concluímos a partir das entrevistas, que para o grupo de operários, pelas repressões e lembranças angustiantes, impera o esquecimento.

A partir dos depoimentos dos entrevistados onde foram identificados e selecionados os lugares e lembranças, que incluíram os lugares de moradia. Os estudos de Simone Scifoni²²⁶ discorrem sobre o surgimento dos bairros fabris em torno das indústrias, inicialmente até incentivado pelos patrões, como uma forma de controle social dos trabalhadores. Esses bairros tornavam-se Redutos de resistência operária facilitava a mobilização. Dependência econômica, estratégia de controle desses operários.

Sendo assim, nossa pesquisa também fez incursões sobre esses lugares de memória operária na universidade, considerados a partir dos depoimentos dos entrevistados onde foram identificados e selecionados os lugares e lembranças mais citados nas entrevistas como, as festividades do primeiro de maio, a Reta, a Ladeira dos Operários, o Sino da capela, a distribuição da sopa no centro social, Vila Secundino com suas festas religiosas e Escola de Samba, enfim, lugares que apareceram nas entrevistas e marcaram a vida profissional e social desses trabalhadores que serão mais bem detalhados no tópico sobre os lugares de trabalho, sociabilidade e resistência.

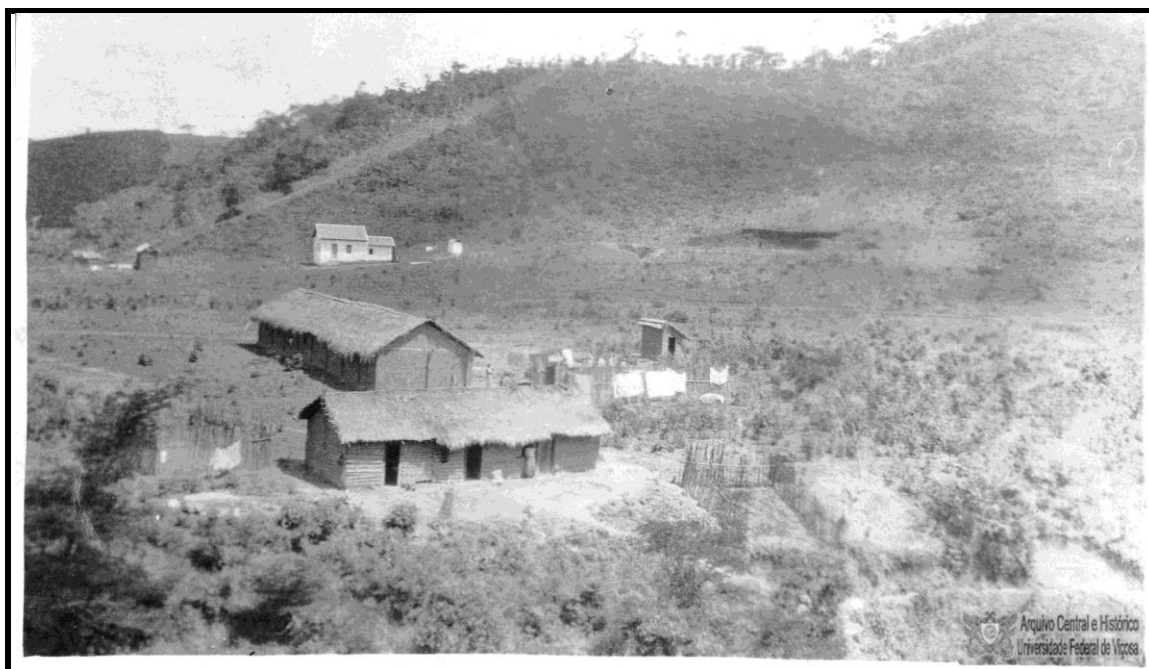
²²⁶ SCIFONI, Simone. Lugares de memória operária na Metrópole Paulista. GEOUSP: Espaço e Tempo, v.17, n.1, 2013.

3.5.3. Lugares de trabalho e moradia e seus contrastes culturais e sociais

Grande parte dos primeiros operários contratados para as obras da ESAV foram remanejados das fazendas desapropriadas para a construção do campus da Universidade. O mais velho de nossos entrevistados, Helvécio Júlio²²⁷, nascido e criado na Fazenda dos Araújos, relata que as fazendas foram vendidas de porteira fechada, ou seja, inclusive com os empregados, que foram cedidos como operários para a instituição nos primeiros anos da construção da ESAV.

O corpo operacional e suas famílias viviam em condições sociais precárias, casas de pau a pique, telhado de sapé, estrutura de barro, construções rudimentares que contrastavam com as edificações vultosas das obras iniciais da Escola.

Figura 39 - Moradias na parte central do campus da ESAV - Década de 1920



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV.

²²⁷ JULIO, Helvécio. Entrevista em 20/05/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

Figura 40 - Criança ao lado de porcos em fazenda nas imediações da ESAV - 1924



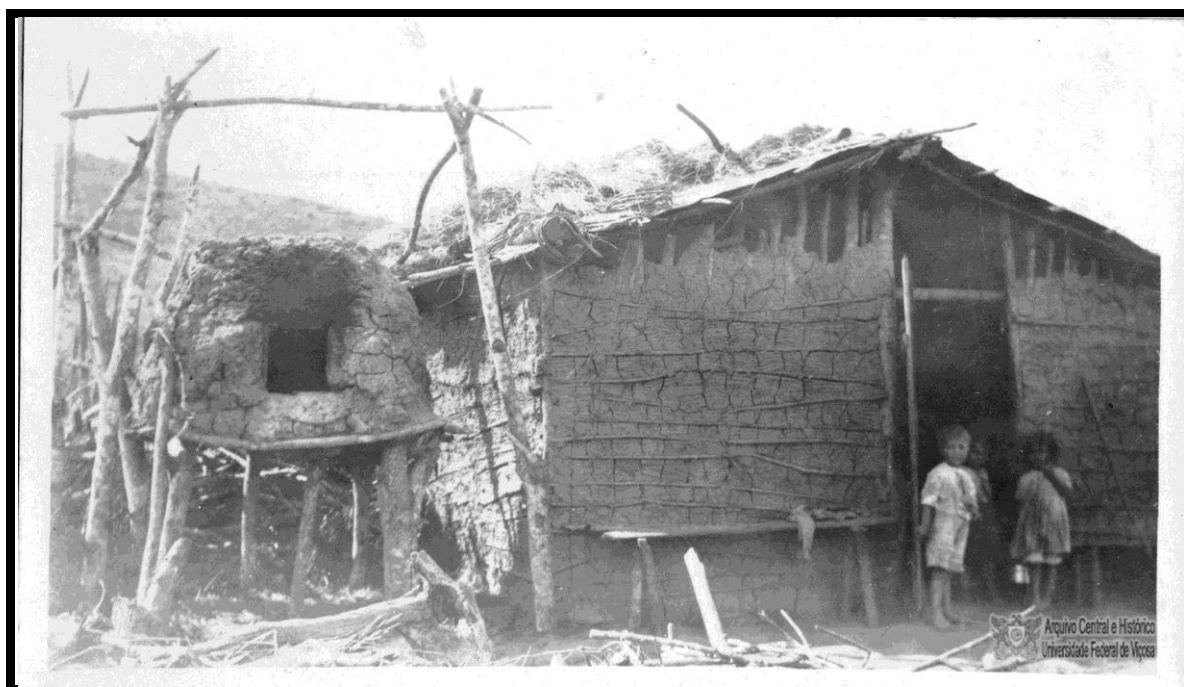
Fonte: Arquivo Central e Histórico – UFV - Legenda original

Figura 41 - Casa de taipã e visitantes às famílias



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Figura 42 - Residência de operários com crianças à porta



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Assim, a partir das imagens das primeiras moradias dos operários e rotina de trabalho, conforme ilustram as figuras 39 a 42, foi possível deduzir o tipo de vida miserável dos primeiros operários. Ainda nos arredores do campus recém-alienado, os modos de vida dos operários espelha a situação vivenciada pela maioria da população de camponeses pobres do país. Com o tempo, a ampliação das obras obrigou a movimentação desses trabalhadores para os arredores do campus, principalmente a parte alta da cidade.

Por necessidade ou conveniência, fato não muito bem explicitado no relatório de Lisboa, transcrito por Borges e Sabioni²²⁸ o engenheiro relata as providências iniciais para construção de dez moradias operárias das vinte unidades demandadas inicialmente. Dessas unidades, surge o conjunto da Vila Sete Casas (figura 43).

²²⁸ BORGES, 2004, Op. Cit.

Figura 43 - Vila Sete Casas - Década de 1930



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

A criação das vilas de operários ocorreu ainda na fase da ESAV, junto às primeiras obras institucionais. Aos poucos alguns operários selecionados, eram cedidas às moradias nas vilas operárias, posteriormente construídas as vilas, Secundino, Araújo, Mattoso, Dona. Chiquinha, Chaves e Vila Três Casas estão entre as mais conhecidas.

Embora reconheçamos a importância das moradias funcionais, não podemos deixar de mencionar que nem todos tinham acesso às moradias operárias, que não atendiam o quantitativo demandando. Assim a seleção dos escolhidos passava pelo crivo dos encarregados ou dirigentes e apenas que definiam, por critérios próprios, os merecedores das casas funcionais, prática paternalista já abordada neste estudo, ou seja, ainda que essas seleções dos moradores serviam de moeda de troca por fidelidade do trabalhador ou simplesmente abertura para aumento da exploração da mão de obra, uma vez que os moradores da vila eram encarregados de ajudar nas tarefas emergenciais da universidade, mesmo em dias e horários de descanso.

Esse tipo de política clientelista funciona enquanto o operário estava na ativa, pois ao se aposentar ou se invalidar era “convidado” a desocupação imediata da moradia. Sobre sua saída às pressas da Vila Secundino, o entrevistado Miguel Arcanjo²²⁹ relembra agoniado, que com a aposentadoria do pai, ele recebeu uma carta do reitor Edson Porsch, parabenizando

²²⁹ SANTOS, Miguel Arcanjo. Entrevista em 23/06/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

pelo relevante serviço prestado, porém depois chegou à segunda solicitando a desocupação da casa da Vila Secundino:

Quando chegou a terceira carta eu não estava em casa, alguém leu para ele, papai não sabia ler. Ele brincava que sabia ler só do A para trás. Então muito sistemático, não avisou ninguém, arrumou um caminhão e levou a mudança sem rumo naquela tarde mesmo. Foi um desespero, quando cheguei da escola, ia em casa tomar um banho para voltar para a aula no Raul de Leoni, fazia a 7ª série lá, a mudança já tinha ido para a beira linha. Eu chorei, pois, a gente não fez nada demais, levei um susto pois cheguei do serviço não tinha mais casa”

Miguel conta que pai arrumou as mudanças às pressas, caminhão fiado, com o irmão ainda se recuperando de um acidente. “Mudamos todo mundo para um barraco de três cômodos, não tinha banheiro, bem embaixo da linha, no vale do sol, perto do galpão da Vila Vicentina” me explica. Ele lembra que a casa ficava abaixo do nível da rua, e quando o trem passava por cima tremia tudo. Disse que nunca discutiu com o pai sobre isso, mas um dia não aguentou e resmungou que o trem podia cair em cima da casa e matar todo mundo. Era o sentimento dele naquele momento, disse que se arrependeu depois, pois o pai ficou chateado. Mas prometeu ajudar o pai a comprar um lugar para morar, o que ocorreu no ano de 1964 quando conseguiram adquirir uma casa no Bairro Bom Jesus.

No imaginário dos entrevistados sobre a vida na vila, também aparecem bons momentos, como o destacado no depoimento Miguel Arcanjo dos Santos, que guarda várias lembranças boas da comunidade, diz que já deu entrevista para uma revista sobre a vila e descreve nominalmente os primeiros moradores:

José Pires, que trabalhava no estábulo. Pedro Apolinário, Senhor Piranga, João Rapadura, Vicente Brustolin, Geraldo Balbino irmão de José Balbino, Zé Pequeno, que dirigia o ônibus da Universidade. Chico Onça era bravo, se pegasse alguém nos pés de fruta metia o machado, cortava a árvore com menino e tudo.²³⁰

²³⁰SANTOS, Miguel Arcanjo. Entrevista em 23/06/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

Chico Onça era o apelido de Francisco Lopes Rosado, operário que trabalhava na caldeira, pai do entrevistado Branco que relembra o tempo que mudou para a Vila Secundino: “Passamos muita falta, e o professor falou com meu pai: - seu Chico, vou mandar um caminhão para a mudança e o pai falou: - que caminhão, que nada, minhas coisas cabem numa carroça.” Conta que o pai pegava serviço às cinco horas da manhã na caldeira, chegava por volta das dez da noite, lamenta que por isso quase não convivia o pai. O entrevistado, que é servidor aposentado da universidade e ainda é morador do local com seus irmãos e filhos, lembra com saudosismo as épocas de movimentação do local lamentando também a destruição sistemática das casas promovidas nos últimos anos pela administração da Universidade conforme imagens atuais do local:

Figura 44 - Vila Secundino - 2021



Fonte: Produção da pesquisadora

Figura 45 - A placa de identificação local ainda resiste



Fonte: Produção da pesquisadora – 2021

Durante a pesquisa e atualização em dezembro de 2022, apuramos que das vinte duas casas, originalmente construídas, restavam apenas duas, ocupadas pelas duas famílias que ainda residiam no local. Até então, a derradeira casa demolida foi a dos pais de um dos nossos entrevistados, Marcelo de Freitas, da qual recolhemos uma cruz de madeira que integralizou o acervo de nossa exposição.

3.5.4. Sociabilidade operária, o lugar do lazer, cultura e tradições.

Com lembranças das brincadeiras, festas religiosas, confraternização e solidariedade, a Vila Secundino representou a partir das memórias do grupo, o lugar de moradia, lazer, e tradição. Por lá aconteciam cortejos, rezas, escola de samba, reunião do time de futebol, brincadeiras de rua entre outras atividades recreativas entre os moradores locais e da redondeza, ou seja, a representação do *lócus* da cultura popular local.

Figura 46 - Recordações da Vila Secundino S/d



Fonte: Produção da pesquisadora a partir do acervo particular do entrevistado Geraldo Magela Rosado.

Como esse lugar tradições e cultura popular a Vila Secundino foi palco de homenagem cultural no ano de 2016, conforme noticiado pelo Jornal Folha da Mata. Na publicação do semanário local é destacada uma matéria sobre os estudos coordenados pelo professor da UFV, Marcelo Oliveira, descrita na publicação:

Segundo o professor Marcelo Oliveira, idealizador do evento e que realiza pesquisas antropológicas no local, os moradores e a Vila remetem não só a uma história de trabalho, mas também de vida social e cultural representativa da tradição afro-brasileira na Zona da Mata Mineira. “As lembranças da Vila Secundino habitam a memória de seus moradores, ex-alunos, professores e gestores da Instituição, bem como da própria cidade de Viçosa. São lembranças da vida dura de trabalho dedicado, das festas de portas abertas para a comunidade acadêmica e viçosense, das fogueiras de São João, do

envolvimento com o carnaval e com a fundação da Escola de Samba do Morro do Pintinho, além do envolvimento com o Congado na região.”²³¹

Como destacado na reportagem, na vila representava os modos de viver do grupo, formas genuínas de relações sociais e tradições culturais. Dentre as tradições e costumes do grupo, destacamos o simbolismo da fé em Santa Cruz, com a tradição de fixar cruzes de madeiras na frente das casas e adornar com flores e papéis em época especificadas do ano, como nas figuras 47 e 48.

Figura 47 - Cruz abandonada na Vila Secundino



Fonte: Produção da pesquisadora - 2022

²³¹Vila Secundino comemora 100 anos do samba no Brasil. Jornal Folha da Mata, Viçosa, 08 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://www.folhadamata.com.br/cultura/noticias/vila-secundino-comemora-100-anos-do-samba-no-brasil-2034>>. Acesso em jul 2022.

Figura 48 - Cruz enfeitada da Vila Secundino



Fonte: Produção da pesquisadora - 2022

Tais fotografias de duas casas da Vila Secundino, expõem o simbolismo da religiosidade mantida pelo grupo. A prática religiosa consiste no ato de enfeitar a cruz, que mobiliza toda a comunidade, acreditam que no dia três de maio, a Santa Cruz passa nas casas, beijando as cruzes enfeitadas, trazendo bênçãos aos moradores. Sendo assim, os estudos desses grupos e práticas, cada vez mais ampliados, permite essa difusão de valores e tradições de comunidades até então inalcançáveis. a exemplo, da citada tradição de enfeitar cruzes, já superadas pela maioria da sociedade, mas que ainda permeiam as práticas sociais desse grupo.

Da mesma forma, outros modos e costumes ainda permeiam as relações desse grupo, demonstrando que, antigas tradições ainda resistem nessas camadas sociais. Contudo, em que pese o valor cultural apontado, a memória da vila continua sendo esvaziada pela demolição quase total das casas, ilustradas nas figuras 49 e 50

Figura 49 - Casa demolida Vila Secundino



Fonte: Produção da pesquisadora - 2022

Figura 50 - Processo de demolição - Vila Secundino



Fonte: Produção da pesquisadora - 2021

A ser mantido o projeto de extinção total das edificações da vila, como vem ocorrendo sistematicamente, possivelmente até a publicação desta dissertação, não haverá vestígios das relações sociais e culturais da comunidade operária que ali existiam.

3.5.5. Espírito Esaviano: Estigma de exclusão operária

Durante a análise bibliográfica sobre a história institucional é recorrente a menção à frase “Espírito Esaviano” entoada como expressão de um sentimento de afeto para com a instituição. Tal frase aparece e quase todas as publicações sobre a história da UFV e, segundo Borges²³², foi criada pelo professor “Nello de Moura Rangel como forma a exaltar o sentimento de identidade entre os membros da Escola”. Esse laço ideológico local foi retratado na obra memorialista do ex-aluno Alfredo Lan-Sanchez²³³ como uma espécie de irmandade templária entre os estudantes.

Entre os professores esse sentimento fraternal é ainda mais significativo, conforme apurado nas entrevistas produzidas com o segmento docente, a publicação de Ernane Corrêa Rabelo²³⁴ destaca o estigma do termo, bem como das transições “Estudar, Saber, Agir e Vencer” das Quatro Pilastras na entrada da UFV, como resquícios desse sentimento fraternal entre os servidores mais antigos. Através da entrevista com o professor aposentado Flávio Couto, a publicação de Ernane Corrêa Rabelo apresenta uma versão sobre as intenções de criação dos termos:

“Flávio Couto diz que Peter Rolfs e Belo Lisboa construíram as quatro pilastras para delimitar o espaço da universidade ao da cidade.” e transcreve: “Este conceito desenvolveu-se principalmente por Belo Lisboa para fazer com que professores, operários e alunos passassem a ter a escola com sua parte integrante: ‘eu luto por isto aqui’”²³⁵ (Entrevista de Flávio Couto, por RABELO, 2021, p. 104)

Assim, considerado, mesmo mencionando os operários, na prática observamos total ausência desse sentimento agregador citado pelo entrevistado, sendo a maioria alheias aos lemas e insígnias institucionais. Ao contrário dos docentes e discentes, que consideravam a instituição uma extensão do lar, os operários faziam parte do grupo de trabalho em vínculo efetivo, os extras, os que recebiam semanalmente ou quinzenalmente não gozavam de prestígio, nem financeiro, tão pouco social. Analisando essa contratação temporária Sandra

²³² BORGES, 2000, Op. Cit.

²³³ Alfredo Lan-Sanchez. **A UFV nos Tempos da Escola Superior de Agricultura - UREMG**. Viçosa: Editora UFV, 2006. p.202

²³⁴ RABELO, 2021, Op. Cit.. p.103

²³⁵ RABELO, 2021, Op. Cit.. p.104

Jatahy Pesavento²³⁶ compreende como uma tentativa de transfiguração, uma diferenciação do regime escravocrata com o novo regime de mão de obra livre que na prática pouco mudou na relação exploradora e coerciva.

Em suma, apesar de muito citado nas obras que abordam as memórias da Universidade, lembrada por professores e estudantes, o emblema não apareceu nas narrativas apuradas de nenhum dos operários, especulamos que esse “espírito” não fazia sentido para eles em decorrência da segregação social e cultural do grupo operário ao restante da comunidade. Entendemos, assim, que, por estarem à parte desse projeto educacional, posto que fosse mão-de-obra temporária, esse distanciamento alienante do que se passava além do canteiro de obras acabava por minar com qualquer sentimento de pertencimento.

3.6. Narrativas operárias: Perspectivas singulares da história institucional

Pelas características da metodologia adotada na pesquisa, já detalhadas no primeiro capítulo, os relatos de história de vida por meio de entrevistas narrativas, geraram um volume substancial de material audiovisual, sendo mais de vinte horas de gravações das entrevistas realizadas pela pesquisadora, sem contar as análises de gravações, entrevistas e vídeos produzidos em outros contextos, utilizados para subsidiar os relatos orais e fundamentação da escrita. Assim, para melhor apreensão dessa versão dos operários, sobre a memória institucional, agrupamos os relatos de acordo com a relevância e semelhanças. Desse modo, as análises se deram a partir das seguintes categorias: Sobrecarga de trabalho; Ressentimento; Fatos marcantes; Movimentos de reivindicação de memórias e as Medidas de reparação. Situações vivenciadas por esses indivíduos ou aprendidas como memória secundária em sua relação em comunidade.

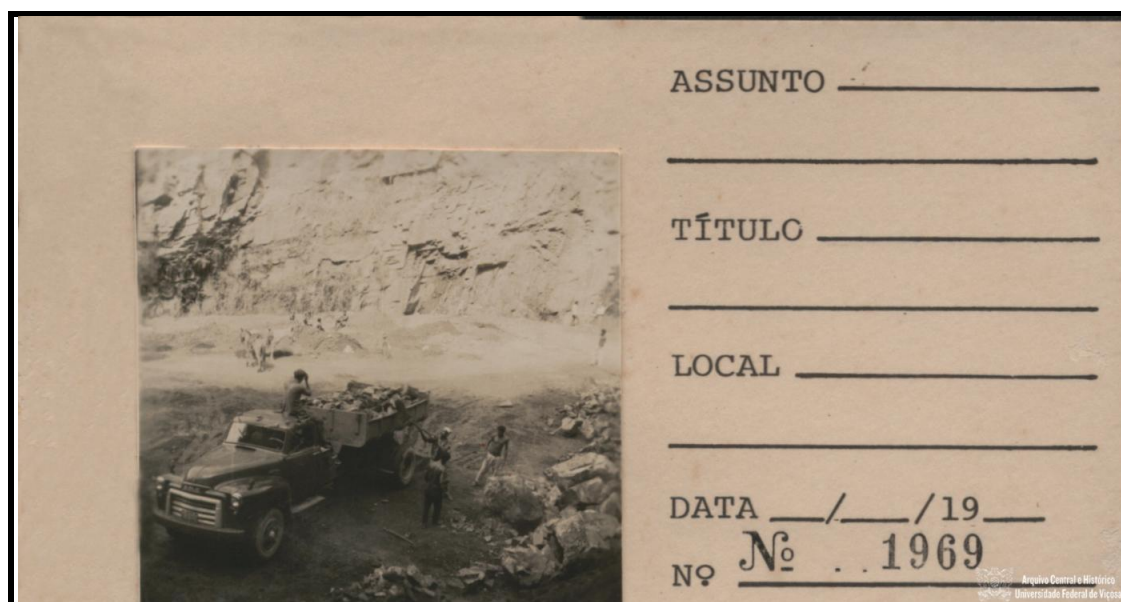
Analisando as categorias de narrativas, mencionadas, iniciamos os registros com as falas sobre a Sobrecarga de trabalho. Sobre esse ponto, as entrevistas revelaram que os sujeitos eram expostos ao trabalho pesado, algumas vezes a exaustão laboral era usada como forma de punição, na qual a pedreira simbolizava esse *locus*, no sentido que o local ainda era usado como símbolo de castigo para os considerados, atos de rebeldia. Soma-se a isso, o fato de ser considerado lugar insalubre e palco de inúmeros acidentes de trabalho. O que pode ser constatado no relato da ex-liderança política do grupo, entrevistado do Grupo 3, aqui identificado como Líder 3, que relatou recorrentes acidentes nos trabalhos na pedreira:

²³⁶ PESAVENTO, 1989, Op. Cit., p. 145

Então, você tinha um corpo de operário muito grande, você tem uma ideia, tinha pedreira, você tinha ali, só na pedreira, teve que ter 20, 30 operários numa pedreira. E aí tem um fato que interessa, na pedreira acontecia acidente com uma média de 3 por semana. [...] Não, lá não morreu ninguém, não, mas era um lugar muito perigoso, trabalhava com dinamite, etc., poderia ter acontecido algo grave, mas o que mais acontecia lá era o famoso besouro, quando vai quebrar a terra, que vem na pessoa, é como se fosse uma bala, bate, se bater na testa entrava né? ²³⁷

As figuras 51 e 52 retratam as duas pedreiras institucionais, na década de 1920 e na década de 1960, em que pese os períodos distintos, em ambas percebemos a fragilidade humana dos operários, perante a grandiosidade da tarefa, que, sem técnicas ou equipamentos adequados tornava-se ainda mais custosa e perigosa a esses trabalhadores.

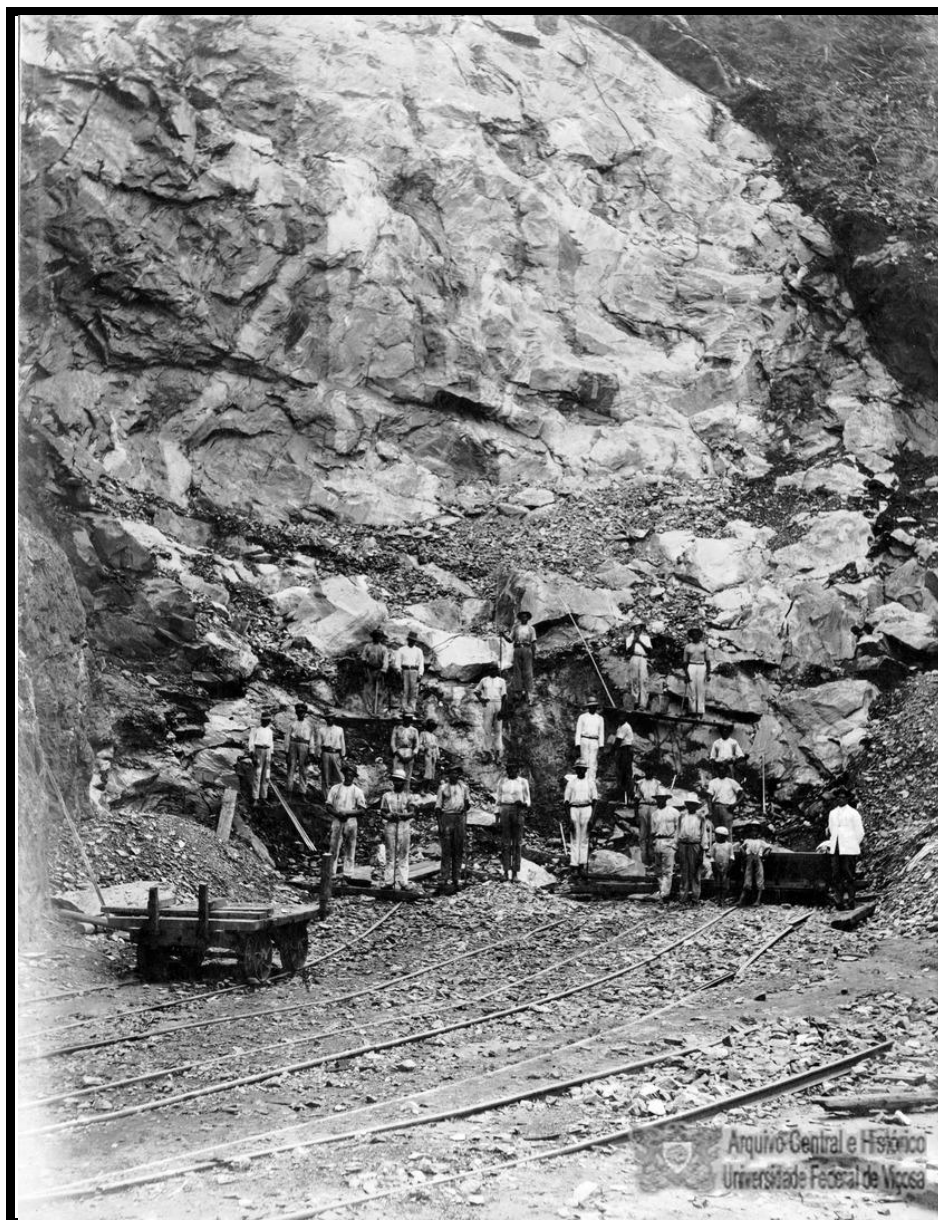
Figura 51 - Pedreira dos Araújos - Década de 1960



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

²³⁷ Liderança 3. Entrevista em 11/05/2021. Grupo 3 - Lideranças Políticas. Ver quadro 3.

Figura 52 - Operários na Pedreira da ESAV - Década de 1920



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV.

Referências ao trabalho da pedreira aparecem ainda na publicação acadêmica de Felipe Luchete que em entrevista antigos operários da UREMG relataram acidentes na pedreira da SETEL, pedreira localizada próxima ao atual Departamento de Veterinária, que segundo apurado pelo autor, era a empresa que explorava o rochedo para uso na estrada de ferro, Pedreira que foi posteriormente arrendada pela universidade para abastecimentos da matéria prima às obras institucionais.

Não foi a primeira vez que ele passou por risco de vida (ou talvez risco de morte). Na época do trabalho na pedreira, o barranco desceu enquanto trabalhava no alto da rocha, a aproximadamente 60 metros de distância do solo. Seu Dola estava amarrado pela cintura em uma árvore, porém com o desabamento a árvore tombou e caiu. Restou apenas o guião, a raiz mais funda. Foi terra passando, passando; quebrou-se a ponta do currião (ou cinto, como o pessoal entende hoje em dia), caiu o chapéu de palha novo que nunca mais veria...se o guião arrebentasse, ia junto. Nem deu tempo de pensar em nada. Os colegas perto dele pensaram. Conseguiram puxá-lo pela corda e salvá-lo.²³⁸

O entrevistado Miguel Arcanjo,²³⁹ que também trabalhou na pedreira própria da universidade, próxima à antiga Vila Araújo, confirma as dificuldades do trabalho: “Tinha a pedreira da SETEL, que era ao lado da veterinária, que depois que foi reativada, caía faísca de pedra, na Vila Dona Chiquinha.” Miguel conta que, ainda jovem e magrelo, ficava responsável por pisar no 'fole', espécie de soprador para acender a pólvora da explosão das rochas, porém diz que não tinha força suficiente e quase sempre precisava de ajuda dos colegas.

Miguel e não tinha setor fixo, trabalhava como uma espécie de coringa, servente de pedreiro, ajudante de caminhão. Relata que chegou a pedir para aprender um ofício, porém seu chefe não deixou e mandou para a pedreira. Mesmo depois de aprender a trabalhar como pintor foi obrigado a voltar a trabalhar como servente de pedreiro, só conseguiu ser promovido após a saída do encarregado. Lembra-se de vários casos que considera injustiça como do colega: “Zé Fidelis” quase foi demitido por três ameixas que pegou em um quintal na Vila Giannetti. “Se as mulheres dos professores reclamassem de algum funcionário era demitido na certa.”

Esse tratamento desrespeitoso gerava revolta e indignação, fatos destacados na segunda categoria de análise, selecionadas a partir das falas de ressentimentos. Motivadas por diversos fatores, o sentimento de frustração nos sugere indícios de desentendimento na relação operária e os dirigentes ou na falta de reconhecimento de seus trabalhos. É o que revela a servidora aposentada, Descendente 4²⁴⁰ “meu pai era um homem corretíssimo e

²³⁸LUCHETE, 2008, Op. Cit., p. 70.

²³⁹SANTOS, Miguel Arcanjo. Entrevista em 23/06/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

²⁴⁰Descendente 4 – Entrevista em 12/05/2021 – Grupo 2 – Descendentes – Ver quadro 2.

sempre dedicou sua vida à instituição.” Porém após um acidente de trabalho, onde foi atropelado na Reta e as sequelas o deixaram debilitado, a partir de então, segundo conta à entrevistada, foi tratado com desprestígio da instituição. Júlio Augusto Costa foi mestre de obra do Ginásio de Esportes.

De mesmo modo, o entrevistado, descendente de operário, Gerson da Paixão²⁴¹ relata que seu pai, Raimundo Nonato da Paixão foi mestre de obras na construção de diversas edificações do campus universitário e nunca foi homenageado. Ele lamenta que após adoecer o pai passou por dificuldades por não ter o vínculo trabalhista reconhecido, o que ocorreu por intermédio de políticos que Gerson procurou para solucionar o caso.

Com certa resignação, o entrevistado Miguel Arcanjo dos Santos lamenta o ocorrido com o irmão, Sebastião Ambrósio dos Santos, que se acidentou em trabalho na construção do atual Edifício Fábio Ribeiro Gomes no ano de 1959.

Tãozinho trabalhava com o Zé Pinto no prédio da química quando caiu de um andaime a mais de quatro metros de altura. Eu lembro bem do dia, ele ficou em coma o dia inteiro, esse dia não tinha luz em Viçosa, só chegou às cinco da tarde. Ele tinha 16 anos, não era fichado, perdeu o emprego e só conseguiu voltar para a universidade em 1972.²⁴²

Os sentimentos de injustiça em alguns momentos da vida laboral é presente em quase todos os relatos. Por omissão, injustiças e perseguições políticas conforme registradas no desabafo feito pelo entrevistado Miguel Arcanjo dos Santos:²⁴³ “Como algumas coisas ruins aconteceriam, a gente se sujeitava por ser mais fraco. Tinha encarregados que queriam testar a gente, imagina? com quinze anos pegar saco de cimento? Alguns eram mais fortes, mas eu era bem fraco!”

Durante as entrevistas identificamos, em algumas falas, traços subjetivos que remetem a discriminação racial, e ou social vivenciada ou testemunhada pelos entrevistados. Dentre esses, ressentimentos, destacamos um episódio explícito de racismo ocorrido com o entrevistado Helvécio Júlio. Ele nos contou que começou cedo na universidade, ainda criança, com uns seis anos ajudava na tiragem de lenha para alimentação das caldeiras, mas somente foi efetivado aos dezoito anos: “Eu falo Escola, comecei a trabalhar na Escola em 20 de

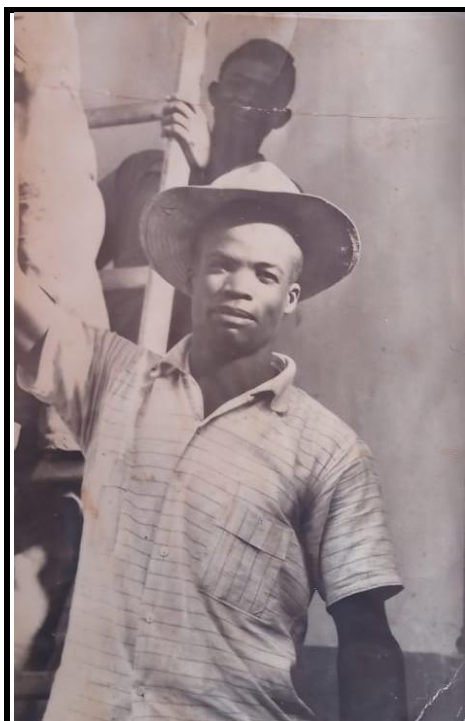
²⁴¹ PAIXÃO, Gerson. Entrevista em 30/04/2021. Grupo 2 – Descentes. Ver quadro 2

²⁴² SANTOS, Miguel Arcanjo. Entrevista em 23/06/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

²⁴³ SANTOS, 2021, Idem.

novembro de 1945, mas nós já éramos de lá quando o governo comprou a Fazenda dos Araújo, ficou assim, com porteira fechada, meu pai, meus irmãos [...]” Em 1950, após aprender a profissão de eletricitista, o Sr. Helvécio foi transferido para o setor de instalações elétricas, figura 53.

Figura 53 - Helvécio Julio e colega - Década de 1950



Fonte: Acervo de Helvécio Julio

A nova profissão trouxe prestígio, mas também "amolação," como ele mesmo faz questão de frisar. Além dos constantes plantões nos dias de prova dos alunos e festas na cidade, quando a energia caía, ele cita indignado um episódio de racismo que sofreu com um companheiro de trabalho:

"Eu comecei a trabalhar em 1950 e quando foi em 1951 eu tava bem desenvolvendo bastante mesmo na parte elétrica, mandava dar aula prática para estudantes e tudo. Eu tinha um colega, 'cumprade' Silvio, que eu já me entendia com ele, que, já até faleceu. Trabalhava comigo na Vila Matoso e faltou uma ferramenta e eu pedi para ele buscar, voltou revoltado me contando que o Sr. Alvino disse assim para ele: - Uai ferramenta para que? quem ensinou ele a trabalhar de eletricitista? Não, é o seguinte, preto aqui não pode aprender profissão não, preto é pra furar buraco pra fincar poste."

Sobre o episódio ele disse que superou, apesar de identificarmos indignação em seu relato, sobre o seu colega e compadre ele diz que Silvio ficou muito magoado e acabou pedindo demissão indo trabalhar no Rio de Janeiro.

Os fatos exemplificam as condições de trabalho às quais os operários eram expostos, opressão, repressão e a falta de reconhecimento formal desse labor. Agravados pela ausência de políticas de saúde, previdência, estabilidade funcional. Nesse sentido, destacamos a importância dos avanços na legislação trabalhista, conquistados muitas décadas depois, mas que contextualizam bem a fragilidade a que esses trabalhadores eram submetidos sem tais regulamentações.

Outra categoria definida a partir da fala dos entrevistados foi a dos Fatos marcantes, trechos de relevância sócio-histórica ou que simbolizavam uma prática cultural específica. Corroborando com as constatações do historiador Marc Bloch²⁴⁴ “reconhecemos que, numa sociedade, qualquer que seja, tudo se liga e se controla mutuamente: a estrutura política e social, a economia, as crenças, tanto as manifestações mais elementares como as mais sutis da mentalidade.”

Como já problematizado, as menções aos operários nas obras bibliográficas sobre a memória institucional, aparecem de forma superficial, quando não desabonadoras. Contudo, para esse tópico, destacamos a menção na obra memorialista de Borges e Sabioni, sobre a atuação do ex-operário da ESAV, Cassiano Gomes de Araújo, que foi porteiro do prédio principal logo após a inauguração, um dos poucos personagens do corpo funcional operário que aparecem na página dos pioneiros da UFV²⁴⁵.

Um servidor que merece sempre ser lembrado pelos que trabalharam e estudaram no tempo em que todos os departamentos funcionavam no Prédio Principal é Cassiano Gomes de Araújo. Era o primeiro a chegar, para abri-lo e o último a sair, para fechá-lo. Sempre muito solicitado por todos, nunca se ouviu dizer que deixasse de cumprir uma tarefa que lhe fosse atribuída ou que a fizesse malfeita.²⁴⁶

²⁴⁴BLOCH, 2008, Op. Cit., p. 10

²⁴⁵Personagens e Pioneiros da UFV, disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=personagens>>. Acesso em Out 2022.

²⁴⁶BORGES, 2000, Op. Cit., p.10-11

Para as entrevistas, conseguimos acesso ao neto do Cassiano, o servidor aposentado Marcelo de Freitas,²⁴⁷ diz que começou a trabalhar bem novo na instituição, aos dezesseis anos, onde morou a maior parte da vida, nas vilas operárias do campus. Marcelo faz parte de uma geração de operários, além do avô paterno, Cassiano de Freitas, operário da ESAV seu pai, Ritair de Freitas, que trabalhou na ESAV e UREMG. Ele relata que o avô era “homem de confiança” de Bello Lisboa e que seu pai, Ritair assumiu a função do avô após a aposentadoria do mesmo. Inicialmente o indicado para a entrevista era o Sr. Ritair que apesar da idade é lúcido e gosta de contar história, contudo não foi possível a entrevista por conta da pandemia.

Ainda sobre Cassiano, Marcelo relatou que ele veio trabalhar na instituição a convite de Bello Lisboa, que conhecia de Ubá, o avô aceitou o convite para vir trabalhar nas obras do prédio principal e com o término da obra continuou como porteiro. Marcelo conta orgulhoso que, o avô, Cassiano aparece no painel na entrada do atual prédio da Fitotecnia da UFV: - “meu avô é um baixinho parecido com Charlie Chaplin” compara, referindo-se ao famoso artista. Importante destacar que ele não sabia que a biografia do avô compunha a página de pioneiros e ficou surpreso e feliz quando foi informado na entrevista dessa menção.

Um dos fatos relatados por Marcelo foi que seu avô morava em uma casa onde é hoje a primeira lagoa da universidade onde uma forte chuva em 1948 perdeu a casa na enchente: “perderam tudo, meu avô teve que ser retirado pelo telhado”. Coincidentemente, encontramos na pesquisa bibliográfica menção a essa enchente, na publicação de Maria do Carmo Tafuri Paniago:

De acordo com a Estação Climatológica de Viçosa, na noite de 17 para 18 de fevereiro de 1948, noite de Carnaval, caíram 172 mm de chuva, o equivalente a um período chuvoso de 30 dias. [...] A represa da então Escola Superior de Agricultura, não comportando o aumento do volume de água, arrebentou e desceu de roldão, engrossando o Ribeirão São Bartolomeu, destroçando casas, derrubando árvores, levando animais e tudo o que estivesse em seu caminho.²⁴⁸

Como demonstrado, as narrativas coincidem em vários aspectos, complementando os registros memoriais do grupo. Porém alguns desses fatos, importantes nas narrativas operárias, estão ausentes nas memórias oficiais. Um desses fatos é o relato do entrevistado Geraldo Magela

²⁴⁷ FREITAS, Marcelo. Entrevista em 13/05/2021. Grupo 2 – Descendentes – Ver quadro 2.

²⁴⁸ PANIAGO, 1983, Op. Cit., p. 26

Rosado que cita como omissão as dificuldades socioeconômicas da vida dos operários e também lamenta a ausência de alguns nomes omitidos nas narrativas institucionais:

A história da fome mostrou que houve muita colaboração mútua entre os funcionários. Teve muita gente que se sustentava com ajuda. Na vila (Secundino) a gente distribuía sobras de carne que meu pai trazia do refeitório. A coisa era muito difícil, não tinha médico direito, todos iam consultar com senhor, Luiz da farmácia. Ele era um homem que atendia todos os funcionários iguais. Também o Pintinho da Rua Seca (Rua do Pintinho), era amigo do Paulo Del Giudice, tinha a escola de samba da Vila, nunca teve nenhuma homenagem.²⁴⁹

Na maioria das narrativas apuradas, os entrevistados faziam questão de citar nomes de colegas, que consideram importantes e que não foram lembrados nem mesmo homenageados pela instituição. Essas homenagens institucionais aparecem na pesquisa como um sentido de reconhecimento pelo trabalho, formas de valorização que fazem parte da próxima categoria a ser analisada, das Medidas de reparação que será analisada a partir de outra categoria, dos movimentos de reparação de memórias operárias.

3.6.1. Espaços de reivindicação de memórias e as medidas de reparação ao apagamento

Entender esse processo histórico de apagamento demanda entender de que forma essas forças atuam socialmente. No caso dos operários, base da hierarquia social dos trabalhadores da UFV, esse espaço de protagonismo era totalmente inócuo, observando apenas atuações coadjuvantes junto aos professores, sem legitimidade de reivindicações, sejam elas sociais ou políticas. Ademais, desde a inauguração algumas tentativas de organização não se firmaram, sendo repelidas pela administração. Desse modo, observamos o fomento de questões políticas a partir de grupos sociais e recreativos, que podem ser entendidos como estratégias de proteção, pois se não gerava uma mobilização coletiva, servia como instrumento de formação desses sujeitos, instigando-os a sair do anonimato a que eram submetidos. Desse modo, a celebração do dia do operário, nos apresenta como um desses momentos de formação crítica, ainda que surgida de uma intenção alienante por parte dos dirigentes que organizavam a “celebração”. Assim, o primeiro de maio, se apresenta como um dos raros momentos de

²⁴⁹ROSADO, Geraldo Magela. Entrevista em 27/04/2021. Grupo 2 – Descendentes – Ver quadro 2

participação desses operários e seus familiares em atividades sociais, promovida pela instituição.

Instituído desde os primórdios da ESAV, por muito tempo as comemorações do Dia do Operário eram realizadas em 13 de maio, fato identificado na pesquisa, com podemos perceber pela legenda original da fotografia (figura 54). Posteriormente a data foi alterada para Primeiro de Maio, contudo apesar da mudança de data o significado celebrativo se manteve.

Figura 54 - Comemoração do 13 de maio - S/d



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV.

Na maioria dos depoimentos a festa apareceu como uma lembrança positiva, um saudosismo e gratidão como podemos observar nas falas dos entrevistados, como a de Benedito Celestino da Silva:²⁵⁰ “Tinha leitoa assada, subia no pau de sebo... botavam uma nota lá e o povo subia. Tinha um churrascão no prédio da química, no primeiro andar, todo ano tinha essa festona lá.” Na entrevista da Descendente 4²⁵¹, também é satisfação com a data: “O primeiro de maio era a coisa mais chique para nós aqui em Viçosa, era bom demais conta!. As festividades, as premiações, era muito gostoso. Era um momento muito esperado. [...] Café com leite na Liga... Tinham uma equipe que organizava tudo”. Sr. Helvécio Julio também demonstra empolgação com as comemorações da data:

²⁵⁰ SILVA, Benedito Celestino Da. Entrevista em 21/05/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

²⁵¹ Descendente 4 – Entrevista em 12/05/2021 – Grupo 2 – Descendentes – Ver quadro 2.

Festa boa! Até ali eu te mostrei o jornalzinho de lá. (referindo-se a um recorte de jornal que me mostrou anteriormente). Tinha pau de sebo, guerra de travesseiro, correr atrás do porco cheio de graxa. Era no começo, essa festa do primeiro de maio, era festa trabalhista, no campo de futebol, onde era o centro de vivência. A criançada divertia, né, Marli?(pergunta a filha que acompanha a entrevista que responde) - Nossa, e como? Tempo bom... Tinha os momentos de sufoco, mas tinha os momentos para distrair.²⁵²

Por outro lado, alguns dos entrevistados, do Grupo 3, de liderança política, criticam o caráter jocoso de algumas das atividades da programação, que expunha os operários a situações vexatórias como pegar porco na lama, subir no pau de sebo, como relata o entrevistado, aqui identificado por Liderança 1:

A gente achava interessante, mas era até um deboche o que eles faziam com os trabalhadores na época do primeiro de maio, trabalhador subindo em pau de sebo, trabalhador pegar porco engraxado, fazer cabo de guerra, incentivava uma disputa entre estudantes e servidores. Achava aquilo humilhante. Um tipo de deboche que a elite faz com o trabalhador, subir nas costas do outro para pegar uma mixaria lá em cima, eu achava muito humilhante.²⁵³

De mesmo modo, outra liderança política entrevistada, o Liderança 2²⁵⁴ também critica o caráter do evento que considera como um momento de chacota com o operário: “1º de maio: não é uma boa lembrança, os servidores serviam de chacotas, subir no pau de sebo, pegar porco ensebado enquanto a galera se divertia, nunca vi um professor fazer isso.”

Embasamos nossa análise a partir das considerações do historiador Cláudio Batalha, que remete o simbolismo da data a uma greve ocorrida no ano de 1886, em Chicago - EUA, quando houve grandes paralisações proletárias, pela redução da jornada de trabalho. A manifestação foi duramente reprimida, tornando o dia primeiro de maio um marco de resistência do trabalhador por seus direitos. Batalha descreve que, em 1925 a data foi transformada em feriado nacional no país, governo de Arthur Bernardes. O historiador

²⁵² JULIO, Helvécio. Entrevista em 20/05/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

²⁵³ Liderança 1 – Entrevista em: 07/05/2021 – Grupo 3 - Liderança política. Ver quadro 3.

²⁵⁴ Liderança 2 – Entrevista em: 07/05/2021– Grupo 3 - Liderança política. Ver quadro 3.

entende que a decisão de Bernardes era uma tentativa de aproximação do presidente com o movimento operário: “embora o oprimisse em outras ocasiões”, pondera o autor:

O estado tentava, desse modo, desvincular o significado da data, esvaziando o seu caráter de afirmação da classe operária para transformá-lo num ritual de colaboração de classe [...] Porém a data conserva ainda hoje o peso simbólico e continua a apresentar o momento de utopia de uma sociedade sem exploração do trabalho.²⁵⁵

Ressalta-se, que, internamente, a instituição por conveniência ou desmobilização política, predominava o caráter festivo da data (figura 55). Contudo, analisando as falas positivas das entrevistas, identificamos um sentimento de pertencimento nos que nos parece, o único momento que o operário sentia-se integrado à instituição.

Figura 55 - Festividades de operários S/d



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Assim, em que pese o caráter grotesco da programação da festa, as comemorações do primeiro de maio na instituição, tornou-se uma tradição popular do grupo. Podemos

²⁵⁵ ANPUH BRASIL. Qual a origem do 1º de Maio? Por Cláudio Batalha. Youtube. 01 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cTCqEX7D3XU>>. Acesso em 22 de maio de 2022.

interpretar como um momento de identificação do operário e sua família com a instituição, dia de homenagens e protagonismo dos operários, neste aspecto, pode ser considerada, como uma festa para o operário enquanto classe trabalhadora.

Dentre as medidas de reparação ao apagamento, que destacamos as ações institucionais ou particulares de promoção das memórias operárias, consideramos as iniciativas de difusão das memórias não prestigiadas com a diversificação de fontes. Assim, apuramos em entrevista com a servidora aposentada do Grupo 4 de gestores institucionais, identificada com Gestora 4, iniciativas de ampliação das memórias institucionais através do registro de depoimento de representantes de vários segmentos da comunidade universitária. Segundo a entrevista, esses depoimentos foram emoldurados em quadros, expostos no Museu Histórico da UFV como força de representação das várias narrativas que compunham a memória institucional. Segundo a entrevista, esses depoimentos foram utilizados para definição da narrativa museológica que o novo museu assumiria em sua inauguração no ano de 1986. A partir da informação, pesquisamos no Museu Histórico da UFV por tais registros onde tivemos acesso a alguns dos quadros originais, porém, as peças estão bem deterioradas e fora do acervo físico exposto no museu. Por sorte, todos os quadros foram digitalizados e disponibilizados na página eletrônica do Museu Histórico, na aba Memorial.²⁵⁶

Os setores representados pelos quadros foram: Administração e Economia, AGROS, ASAV, ASBEN, ASPUV, Biblioteca Central, Biologia Animal, Biologia Geral, Biologia Vegetal, Centro de Ciências, Conselho de Extensão, Conselho de Graduação, Conselho de Pesquisa, Conselho de Pós-Graduação, Cozinha, DCE, Departamento de Letras, Divisão de Saúde, Economia Doméstica, Economia Rural, Educação, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Farmácia, Física, Fitopatologia, Fitotecnia, Imprensa Universitária, Lavanderia, Marcha Nico Lopes, Matemática, Nutrição e Saúde, Pró-Reitoria Acadêmica, Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, Química, Secretaria-Geral e Contadoria, Semana do Fazendeiro, Solos, Tecnologia de Alimentos, Veterinária, Vigilância e Zootecnia entre esses o quadro Saber e o Fazer, figura 101. que trata dos objetivos dos idealizadores do Museu Histórico, que destacamos:

O Sistema Museológico da Universidade Federal de Viçosa assume este compromisso, resgatando, com a memória da Universidade, a memória dos

²⁵⁶ Acervo digital do Museu Histórico da UFV. Disponível em: <https://museuhistorico.ufv.br/infraestrutura/> Acesso em: 3 jul 2022.

saberes e dos fazeres humanos, no limite dos objetivos científicos e sociais da UFV, inscritos nas ações daqueles que a edificaram pela vertente da ciência e da educação, mas também pela vertente do trabalho e serviços.²⁵⁷

Elegemos a iniciativa como de grande relevância para a pesquisa histórica sobre a Universidade, através dos depoimentos, disponibilizados pela digitalização das placas, tornou-se possível o registro dessas memórias, uma preservação de fonte importante para os pesquisadores do assunto e fundamental para o presente estudo. Através da análise dos quadros narrativos dos setores,²⁵⁸ identificamos informações importantes para subsidiar nosso estudo sobre memórias operárias. Desses quadros, utilizamos quatro, como referência para a nossa discussão dissertativa, figuras 2, 53, 100 e 101. Além do quadro O saber e o fazer, o quadro Divisão de Saúde, que já utilizado como fundamentação no capítulo de discussão teórica; o quadro Lavanderia, utilizado no tópico sobre representação de mulheres operárias e o quadro Cozinha, que apresenta uma homenagem entre colegas de trabalho da antiga cozinha. O texto vem acompanhado de uma fotografia datada de maio de 1960, com a seguinte identificação nominal dos operários: “Canuto Rosado, Alcides Alves, José Gerônimo, José Valentino da Cruz (Zé Candinho), Jair Pereira, Geral (Duroque), Luiz (Luizinho), Sebastião Cupertino (Chumbinho), Aristides da Mata, José Moiado, Joaquim Cândido, Antonio Soares (Coitadinho).”

²⁵⁷ Quadro Saber e o Fazer - Disponível em: <<https://museuhistorico.ufv.br/infraestrutura/>>. Acesso em: 3 jul 2022.

²⁵⁸ Quadro Cozinha - Quadro Saber e o Fazer - Disponível em: <<https://museuhistorico.ufv.br/infraestrutura/>>. Acesso em: 3 jul 2022.

Figura 56 - Equipe do Centro social (Refeitório) - 1960

COZINHA


"VIÇOSA, 15 DE MAIO DE 1986.

ESTA FOTO É UM OFERECIMENTO DE UM COMPANHEIRO QUE PRESTA UMA HOMENAGEM AOS SAUDOSOS COMPANHEIROS JÁ FALECIDOS QUE CONTRIBUÍRAM COM ZELO, AMOR E CARINHO PARA O BEM-ESTAR DOS ESTUDANTES NA ÉPOCA E PARA O CRESCIMENTO DA COZINHA ANTIGA, HOJE, TRANSFORMADA EM CENTRO SOCIAL.

OBS.: NESTA ÉPOCA, OS UNIFORMES ERAM FEITOS COM O APROVEITAMENTO DOS SACOS DE CEREAIS E TAMBÉM ERA SERVIDO O CAFÉ DA NOITE PARA OS ESTUDANTES.

SOLICITO QUE SEJAM PERPETUADAS COMO DOADORAS AS FAMÍLIAS DOS COMPANHEIROS JÁ FALECIDOS. GRATO, JADIR PEREIRA. DTA/UFV"

FOTO TIRADA EM 1960.



SERVIDORES DA ANTIGA COZINHA
(HOJE CENTRO SOCIAL)

DE PÉ, DA ESQUERDA PARA A DIREITA:	AGACHADOS:
CANUTO ROSADO	ARISTIDES DA MATA
ALCÍDES ALVES	JOSÉ MOLHADO
JOSÉ GERÔNIMO	JOAQUIM CÂNDIDO
JOSÉ VALENTINO DA CRUZ (ZÉ CANDINHO)	ANTONIO SOARES (COITADINHO)
JAIR PEREIRA	
GERALDO (DUROQUE)	FOTO TIRADA EM MAIO DE 1960
LUIZ (LUIZINHO)	DOAÇÃO DO SERVIDOR: JAIR PEREIRA - DTA,
SEBASTIÃO CUPERTINO (CHUMBINHO)	EM 15.05.86

INFORMAÇÕES OBTIDAS A PARTIR DE PLACAS QUE FAZIAM PARTE DO ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DA UFV.

Fonte: Museu Histórico da UFV

Embora selecionados apenas os quadros de relevância para o recorte temático da pesquisa, todos os demais quadros representam um importante banco de narrativas, contemplando quase todos os setores institucionais do período do registro. Assim, essas placas de memórias, representam um achado para nossa pesquisa, bem como para outros pesquisadores da memória institucional, pois são registros de relatos orais de diferentes personagens institucionais, dentre eles, professores, operários, ex alunos e simbolizam uma das primeiras tentativas de diversificação de narrativas a serem consideradas para a composição de uma memória institucional mais abrangente.

Outras formas consideradas como medidas de reparação ao apagamento foram os reconhecimentos institucionais através de homenagens aos trabalhadores. Deste modo, durante as entrevistas, essas homenagens institucionais aos trabalhadores são citadas como um momento de valorização desses operários, onde se sentem reconhecidos institucionalmente, Vale destacar, que aqui consideramos apenas as homenagens de caráter objetivas sem o viés paternalista das homenagens individualizadas com objetivo de segregação do grupo.

Desta feita, o entrevistado Geraldo Magela Rosado²⁵⁹ conta que, em função do seu trabalho junto ao setor de assistência estudantil recebeu diversas homenagens de estudantes. Da instituição, faz questão de mencionar que recebeu a Medalha Candinho quando completou 30 anos de serviço, que define como, um dos poucos momentos de reconhecimento da instituição ao trabalho prestado. Essa homenagem administrativa, através da medalha José Valentino da Cruz foi criada pelo Conselho Universitário da UFV em 1996 através da Resolução 06/1996. A medalha homenageia anualmente os servidores técnico-administrativos que completaram o tempo regulamentar de efetivo exercício, sendo 30 anos homens e 25 anos para mulheres.

O simbolismo dessa homenagem é citado em entrevistas como motivo de orgulho e reconhecimento desses trabalhadores e o reconhecimento institucional da liderança do operário José Valentino da Cruz, o Candinho, biografado pelo jornalista Élon Rezende de Mello no jornal da Associação dos Servidores Administrativos da UFV - ASAV,²⁶⁰ figura 104 a 106. Também foi lembrado como fator positivo pelos entrevistados, a homenagens aos aposentados da universidade. Institucionalizada em 2013, o evento para homenagear os servidores, docentes e técnicos administrativos aposentados, por serviços prestados à instituição, quando completam 35, 30, 25, 20, 10 e 5 anos de aposentadoria, receberam um diploma comemorativo. Destacamos o registro do depoimento de uma das homenageadas do ano de 2013 a partir de notícia da página eletrônica institucional:

A ex-servidora técnico-administrativa Santinha Bernardo Leandro revelou que o momento foi importante para os aposentados, que, segundo ela, muitas

²⁵⁹ ROSADO, Geraldo Magela. Entrevista em 27/04/2021. Grupo 2 – Descendentes – Ver quadro 2

²⁶⁰ MELLO, Élon Rezende de. José Valentino da Cruz, o Candinho: O operário que virou medalha. *InformAsav*, n.º 21, novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.elsonrezende.com.br/conjextos.php?id=419>>. Acesso em: 27 out. 2021.

vezes se sentem esquecidos. “Parabenizo essa ideia brilhante, que valorizou o pessoal”, destacou. Santinha, que está completando 20 anos de aposentadoria, se disse muito feliz com a homenagem e por ter reencontrado vários colegas da UFV.²⁶¹

Sendo assim, as ações de reparação da memória e valorização dos trabalhadores são muito bem recepcionadas pelos antigos servidores. Ações relativamente simples, porém com grande significado a esses trabalhadores que se sentem parte institucional da universidade e guardam como relíquias essas medalhas e diplomas recebidos. Não obstante, essa reparação chega tarde demais para alguns, que não foram reconhecidos no tempo possível, a esses nos resta divulgar suas memórias, tirando as do esquecimento.

3.6.2. Organização e resistência política: Movimentos de reivindicação de memórias

Embora incipiente no período estudado, identificar as tentativas de organização política do grupo permite entender o processo de mudança cultural, que culminou com a mudança das relações de trabalho na universidade. Contudo, a tentativa de organização interna dos operários era exemplarmente punida pela administração central que se orgulhava da repressão a qualquer tipo de mobilização. Esse comportamento persuasivo dos administradores institucionais aparece enaltecido no relato do engenheiro chefe das obras da ESAV, João Carlos Bello Lisboa, reproduzido por Borges e Sabioni:

De indisciplina só se registrou um facto de alguma importância, uma tentativa de greve, sem razão, por parte de alguns empregados, a 1º de Maio de 1923. Foi a administração forte, para suffocar a rebelião sem ter pedido o menor auxílio à polícia e fez justiça, afastando imediatamente, os responsáveis.²⁶²

Não foi possível compreender que tipo de rebelião o autor se referia, contudo, nos desperta a atenção a data de 1º de maio, que coincide com o simbolismo do dia de organização da luta dos trabalhadores em caráter mundial, o que nos instiga a pensar que tal

²⁶¹ UFV realiza cerimônia para homenagear servidores e professores aposentados - 2013. Disponível em: <<https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=19400> > Consulta em mai 2022.

²⁶² BORGES, 2004, Op. Cit., p. 8

rebelião teria ligação com algum tipo de movimento nacional, porém não foi possível tal sustentação documental.

A busca nos acervos institucionais pela identificação desses processos de mobilização operária na universidade não gerou dados substanciais nos documentos analisados. Ao mesmo tempo, localizamos no acervo da Associação dos Servidores Administrativos da UFV (ASAV), cópia do livro de ata da Associação dos operários da UREMG, configurando o primeiro registro documental, a que tivemos acesso, de atividade política do grupo de operários.

A partir da ata da associação, bem como nos relatos orais dos entrevistados foi possível conjecturar a formação da Associação dos Operários da UREMG, que foi a primeira tentativa oficial de organização sindical do grupo de operários. Segundo consta a ata a fundação da Associação dos Operários da UREMG se deu no ano de 1961 conforme transcrição:

“ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS OPERÁRIOS DA
U.R.E.M.G

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e um, às 13:30 horas, reuniram-se em Assembléia Geral extraordinária, no galpão que serve a capela da U.R.E.M.G, os sócios fundadores da Sociedade Civil Denominada "Associação dos Operário da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais" Conforme convocação feita a cada sócio, tendo como ordem do dia: 1º Aprovação dos estatutos sociais; 2º Posse dos membros da diretoria e conselho fiscal provisórios, indicados pelos referidos Estatutos. Os trabalhos foram instalados com a presença de grande números de sócios, sendo indicado pelo plenário para Presidente da Assembleia o sócio fundador, José Valentino da Cruz, que aceitou o convite sendo convidado o Senhor Francisco Bernardo de Freitas para secretariar a Sessão.Foi feita a leitura dos Estatutos, bem como um comentário geral dos mesmos pelo Senhor Presidente da Mesa. Estando os mesmos satisfatoriamente elaborados, foram a seguir aprovados por unanimidade pelos sócios presentes. Logo após tomarem posse os membros da Diretoria e conselho fiscal Provisórios, que assim se constituíram conforme previsto.” (Ortografia adaptada)

Surpreende-nos a tentativa de organização, pouco antes da instalação do regime ditatorial no país, iniciado em 1964. O documento confirma os relatos orais da existência de um grupo de lideranças locais em torno da associação operária. Considerando o texto da ata e assinaturas sem repetição, consta cinquenta e quatro operárias e operários, que assinaram a ata de reunião a que trata o documento, sendo quatro mulheres nesse grupo. Pela importância do documento aos nossos estudos e para a identificação dos integrantes da nova organização, seguimos com a transcrição das páginas 2, 3 e 4:

Nos Estatutos da Associação: 1ª Diretoria: Presidente: José Valentino da Cruz Vice Presidente: Noé Gomes Cardoso. Secretário: Francisco Bernardo de Freitas. Tesoureiro: Francisco Lopes Campos. 2º Conselho Fiscal. Conselheiros: Expedito Balbino, Antonio Virgílio da Fonseca, Sebastião de Oliveira Santos. Suplentes: Sebastião Acácio, José Ferreira Coelho, Geraldo. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente deu por encerrada à sessão e lavrada a presente Ata, que vai ser assinada por mim secretário e pelo senhor Presidente desta Assembleia, bem como por todos os sócios presentes. Viçosa 22 de Outubro, de 1961. Francisco Bernardo de Freitas - Secretário. José Valentino da Cruz - Presidente. Noé Gomes Cardoso, Francisco Lopes Campos, Antonio Virgílio da Fonseca, Sebastião de Oliveira Santos, Expedito Balbino, Sebastião Acácio, Geraldo Ferreira da Silva, José Ferreira Coelho, Maria Rosa de Lima, Maria Justina Gomes, Benedito Cardoso, Antônio Agostinho Ferreira, Geraldo Elias Rocha, Geraldo Consuelo Diniz, Geraldo Diniz de Almeida, Ritar de Freitas Araujo, Bernardo José Santana, Mario Pereira, Francisco Lopes Rosado, Maria Candida dos Santos, Maria Candida de Souza, Maria do Carmo Santos, Zilda Soares, Vicente Peixoto Cruz, José Canuto Rosado, Antonio Motta, Luis Randolfe Marques, Geraldo Pedro, José Teixeira Lopes, Raimundo Emidio Gomes, Sebastião Gonçalves do Carmo, Sebastião de Paula, José Mendes, Sebastião Cupertino, José Balbino Santos, Antônio Julio, Altino Alves de Souza, Sebastião Soares Ferreira, João de Freitas, José Felix Martins Filho, João Batista, Renato Viana, José Silvério Cardoso, Luis Barbosa Garcia, José Braz da Silva, Vicente de Paulo Apolinário, José Florentino Gomes, José Tércio da Rocha, Pedro Messias Jacob, Antonio Soares Filho. Adelino Anastácio Alves, José Geraldo Mendes e Antonio Virgílio da Fonseca. (Grifamos os nomes com grafia ilegível)

Nos relatos orais, sobre a criação da associação, o entrevistado Miguel Ambrósio dos Santos²⁶³ fala dos objetivos da associação: “lutar pelos direitos que a gente tinha e não era reconhecido né?” Afirma que foi um processo difícil pela falta de estudos do grupo: Cadinho foi o primeiro presidente e foi reeleito lá por que ele tinha coragem de estar lá no meio, nós não tínhamos muito conhecimento de aula, estudos, sabe, mas ele entrava lá, enfrentava os homi (dirigentes) [...] tinha o José Guilherme do Fundão, José de Oliveira que vendia remédio. Nós que fomos além!”.

O entrevistado fornece informações importantes sobre a associação e confirma a participação do Padre Mendes e cita o nome de dois estudantes, Rui Caldas e Paulo Fernando que ajudaram no registro da associação. Que acabou terminando após a saída de Cadinho:

Quando o homem apareceu, (o interventor), foi na época de Costa e Silva. Zé Cadinho, Geraldo Viana, Fogoió, Clever, alguns deixaram Cadinho na mão, me chamaram para secretário e eu fui. Meu pai ficou contrariado, mas ver um indivíduo da gente, ficar sozinho na multidão? Nós éramos manjados. Quem sabia mesmo não entrava no nosso meio, até quem trabalhava no prédio e não entrava. [...] Depois que entrou a ASAV que as coisas melhoraram.²⁶⁴

Sobre o encerramento da associação contou que com a saída de Cadinho, que ocorreu depois que foi perseguido, outro dirigente assumiu a associação: “Élson me convidou para secretário, depois falou que o reitor não queria mais, aí a associação acabou.”

A Associação dos operários da UREMG apareceu como uma tentativa de organização sindical em contraponto ao acirramento de repressões e perseguições interna, principalmente ao seu principal líder operário, José Valentino da Cruz, o “Cadinho”. Segundo conta uma das entrevistas, descendente do ex-operário, aqui definiremos como Descendente 1²⁶⁵ Cadinho foi afastado e “vigiado” durante a ditadura, se afastando da presidência da associação. Segundo a entrevistada, o presidente que assumiu foi pressionado pela administração para dissolução da associação e acabou cedendo e associação fechada.

²⁶³ SANTOS, Miguel Arcanjo. Entrevista em 23/06/2021. Grupo 1 – Operários – Ver quadro 1

²⁶⁴ SANTOS, 2021. Idem

²⁶⁵ Descendente 3. Entrevista em 05/05/2021. Grupo 2 – Descendentes. Ver quadro 2.

Essa narrativa da cooptação foi confirmada por três outros entrevistados e dois descendentes. A partir da persuasão administrativa, a associação dos operários, criada no ano de 1961, resistiu por cerca de nove anos, sendo dissolvida em 1969.

A partir dessas tentativas de organização, observamos que a inserção nos processos históricos institucionais se deu a partir de sua interação social na comunidade universitária. Porém, essa busca por espaço de representação não eram bem-vistas pelos gestores institucionais que eram consideradas como ato de rebeldia ou ingratidão. Tomemos como exemplo a punição aos ex-dirigentes da associação de operários, demissões, expulsões e retaliações ocorridas ao longo desse período.

Em nossa análise essas medidas de apagamento, requerem um estudo sobre as mobilizações operárias como forma de superação dessa obliteração de memórias. Trata-se de reparação a partir de espaços reivindicatórios desses grupos.

Por conseguinte, considerando, na abordagem da trajetória e reconfiguração institucional na Universidade Federal de Viçosa, Maria Gontijo Castro²⁶⁶ adota uma abordagem histórica para identificar disputas hierárquicas internas e aspectos que incidem na relação entre os componentes atuantes na universidade. A autora entende que “a ação de reconstruir a história da UFV carrega, pois, a necessidade de reproduzir, no plano do conhecimento, as condições efetivas em que se deu a construção histórica dessa instituição”. Neste sentido, problematizando sobre as formas de relações internas, Castro reafirma sua busca por evidenciar atores em movimento e em disputa no espaço social e simbólico “[...] espaço este que, marcado por relações hierarquizadas”

Embora surgida em 1984, período posterior ao nosso recorte temporal, a organização sindical em torno da Associação dos Servidores Administrativos da UFV (ASAV), apareceu em várias falas dos entrevistados como momento de redenção e voz desses operários. Dessa maneira, buscamos nos arquivos da associação esse relato histórico da criação da associação onde identificamos panfletos, fotografias e acervo audiovisual com o relato dessas memórias.

Em um dos vídeos analisados, publicado no Youtube, no Canal asavnaluta um documentário sobre a história da ASAV,²⁶⁷ nos permitiu entender o processo de criação da entidade sindical, que segundo seu primeiro presidente, Jaime Silvia Oliveira, surgiu a partir

²⁶⁶CASTRO, Maria Gontijo. **Ensino, Pesquisa e Extensão: Origem, Trajetória e Reconfiguração Institucional** na Universidade Federal de Viçosa. 2015. 159 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015. p.8

²⁶⁷ Documentário sobre a história da ASAV, produzido a partir do Encontro de Ex-presidentes em Julho de 2009 como parte das comemorações dos 25 anos da ASAV. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=eA-bid_Bu98&t=234s Consulta em 17 de julho de 2022.

da ideia inicial de uma escola de samba e naquele momento de mobilização, firmou-se como associação sindical. O dirigente sindical entende que essa situação foi mudando a partir das cobranças da organização do grupo que em alguns momentos da história se organizaram em associação de caráter reivindicatório para tentar ganhar força em relação às pressões sofridas.

Esse processo de transição do espaço alienante, a que o operário convivia, para a abertura política do grupo é analisado pelo ex-dirigente sindical dos servidores, José Reinaldo de Freitas - (Preguinho), na citada entrevista:

O servidor era subserviente de uma certa maneira, a todos, inclusive ao professorado. O sujeito estava trabalhando numa obra, ou então num roçado, ele tava pitando um cigarro e o encarregado chegava, ele tinha que apagar a guimba e engolir essa guimba, porque se achasse essa guimba no chão de cigarro o cara era advertido e podia até perder o emprego.²⁶⁸

Certamente o entrevistado não vivenciou o fato que relata na entrevista, mas reproduziu um “caso” que lhe foi contado e que circula entre os membros do segmento como uma denúncia, um importante episódio de transmissão oral em sua forma mais primitiva. Desse modo, a fala do ex-dirigente reflete sobre a importância da organização sindical do grupo, denunciando os abusos cometidos em épocas de fragilidade das relações trabalhistas.

A entrevista de Aguinaldo Pacheco, ex-liderança do grupo, engenheiro civil da Universidade na época, relaciona essa mobilização política a partir de uma mudança cultural do grupo operário a partir da inserção de lideranças de outras realidades como se inclui:

“Assumimos a direção da universidade, isso era um grande medo deles durante o período de greve, então essa mudança cultural foi nosso principal papel. Eu, Jurany, por exemplo, Saulo que vínhamos de outras realidades que não as viçosenses [...] Então era essa mudança de comportamento que a gente foi fazendo. [...] Nós tínhamos um *nohall* que era desconhecido aqui.”

²⁶⁹

Observamos assim, que a inserção nos processos históricos institucionais do grupo se deu a partir de sua inserção social na comunidade Universitária. A partir de então o

²⁶⁸ Documentário sobre a história da ASAV, 2009, Op. Cit. Idem

²⁶⁹ Idem

protagonismo de sua atuação garante a ocupação de espaços decisórios, permitindo a legitimação do grupo enquanto trabalhadores da universidade e a ressignificação de sua própria identidade, principalmente pela tomada de consciência enquanto classe.

De modo, analisando as relações de poder no ambiente universitário, João Eduardo do Nascimento Fonseca²⁷⁰ ao analisar, historicamente, as ações de auto-organização dos técnico-administrativos em educação - TAES, que o autor sintetiza como "servidores universitários", constata que esse aparecimento tardio, de mobilização política do grupo, remete ao surgimento das universidades brasileiras, que por culpa de um projeto colonialista, prevaleceu-se, uma "mentalidade excludente quanto ao valor social de cada segmento da comunidade universitária." O autor apresenta como exemplo, as constituições das cátedras universitárias, que definiam as estruturas de poder político da Universidade, controlando todas as instâncias de poderes acadêmicos de forma autoritária e de modo comparativo reforça que, esse tipo de estrutura de poder, que subordinava, os considerados, "estratos inferiores" do corpo docente, não se podia esperar nada além da nulidade aos demais funcionários. Para o autor, a superação dessa mentalidade excludente no seio acadêmico só foi efetivada durante a década de 1980 nos movimentos pela democratização e reforma universitária, encampada por lutas dos três segmentos, estudantes, docentes e a inserção dos funcionários administrativos, atuais TAEs.

O autor contextualiza que, a partir de reivindicações e intervenções políticas desse coletivo de trabalhadores, surge em 1987, através da lei 7596 o Plano Único de Classificação de Cargos e Empregos, o PUCRCE que surge como objetivo de valorização da diversidade profissional no interior das Ifes, agora com cerca de 350 cargos, garantindo a diferença e identidade geral dos TAEs como trabalhadores públicos da educação superior. O autor considera incontestável o fato de o PUCRCE representar um significativo avanço do nível de organização dos trabalhadores nas atividade-meio das IFES, quebrando o paradoxo do modelo conservador das universidades.

Retomamos as questões iniciais de nossa pesquisa, corroboradas como o sentido metafórico do poema da epígrafe. Indagações que não foram totalmente respondidas, nem poderiam ser, a história dos operários, assim como as de todos os oprimidos socialmente ainda encontra-se sob nuvens espessas da omissão e descaso. Cabe a esse trabalho sinalizar o

²⁷⁰ FONSECA, João Eduardo do Nascimento. **Novos atores na cena universitária**. Rio de Janeiro: UFRJ/NAU, 1996. p. 26

que ainda precisa ser descoberto, assim a cada pesquisa, a cada estudo, reduzir os apagamentos de memórias até então desvalorizadas.

Desse modo, ao estudar o apagamento da memória operária, desvendamos narrativas inspiradoras, motivadoras. Um enredo inédito denunciando absurdos não aceitos atualmente, porém situações de negligenciamento social e econômico o que certamente levou ao agravamento das condições desiguais desses trabalhadores ao longo dos anos.

Desse modo, constatamos que as narrativas operárias não foram devidamente consideradas na formação da memória oficial da universidade. Um dos principais motivos da omissão desse registro advém de um processo crônico de exclusão sócio histórico. De fato, sendo excluídos da participação institucional, não havia espaço para essas narrativas, que permaneceram obliteradas. O que restou ao grupo foi apenas a transmissão oral entre os membros de seu grupo social, a história passada de geração para geração no sentido de preservação da memória interna do segmento. Assim, entendemos que esse apagamento decorre dessa exclusão do processo socio-histórico institucional, que por sua vez, provém de uma exclusão social caucada na discriminação por raça, cor, origem social e pelos resquícios colonialistas de desvalorização do trabalho braçal.

Outros fatos a serem considerados, o acesso tardio do grupo à educação formal, dificultou a reflexão sobre a própria condição, o que foi alterado, segundo alguns dos dirigentes sindicais entrevistados, somente a partir da organização política do grupo, onde houve ascensão interna, conferindo algum protagonismo do grupo no arranjo político-institucional.

Mesmo com a sensação de incompletude, o registro histórico dessa memória operária não objetiva enquadrar essas narrativas, mas, principalmente, considerando que essa história não se fecha com uma dissertação, ela é infinita, diversa, fluida, mutável. A partir do surgimento de novas narrativas, novos repertórios, novas ressignificações de memórias deverão ser incorporadas. Não somente no sentido de rememoração dos fatos, mas de forma a não repetir as injustiças do passado, concretizada na célebre frase de Peter Burke²⁷¹ “A história serve para lembrar o que não podemos esquecer.”

²⁷¹BURKE, 1989, Op. Cit.,

PARTE II

CAPITULO 4. PRODUTO PRÁTICO DA PESQUISA

Em cumprimento à exigência do programa do mestrado profissional, de apresentação de um produto prático a partir do resultado da pesquisa em consonância com os objetivos da presente pesquisa, que problematizou a subjetivação das memórias, dos trabalhadores operacionais da Universidade, propomos uma exposição fotográfica, como meio de promover a sublevação da memória operária. Para isso, planejamos a divulgação dessas narrativas, apuradas na pesquisa, através de um enredo iconográfico com fotografias dos acervos institucionais e particulares. Entendemos que a exposição cumpriria efetivamente o papel de revelar essas memórias de maneira imediata, uma forma de reparar parte desse lapso histórico das memórias oficiais da universidade.

Devido às limitações da pesquisa de campo no período pandêmico da Covid-19 a busca pela memória operária nos acervos institucionais se mostrou mais produtiva a partir das fotografias já digitalizadas pelo Arquivo Central e Histórico e Museu Histórico da UFV. Logo, concentramos a pesquisa fotográfica nos repositórios *Locus*²⁷², coleção da ESAV e no *AToM*²⁷³, nas imagens do período da UREMG onde selecionamos as fotografias, menos usuais, sobre a participação operária na trajetória institucional. Já no Museu Histórico, localizamos no acervo digital as fotografias dos quadros de memória produzidos na década de 1980 e dos quadros de formaturas das primeiras décadas institucionais. Por conseguinte, entendemos que poderíamos dialogar com as imagens, questionar o contexto de sua produção e os usos e intenções que a instituição faz desses acervos.

Dessa análise resultou a problematização da necessidade de catalogação das fotos ainda não tratadas e digitalizadas, bem como da classificação dessas fotografias que remetem aos operários e demais trabalhadores da instituição na forma de um catálogo seletivo²⁷⁴. Porém, o catálogo demandaria uma descrição técnica incompatível com o prazo disponível para o mestrado, contudo, não podemos deixar de registrar esta proposta inicial, do catálogo como sugestão a futuros pesquisadores com trabalhos sobre a mesma temática.

²⁷² O Locus é o Repositório Institucional da UFV, que é uma base de dados online que organiza e preserva a produção intelectual da Universidade. Disponível em: < <https://www.ufv.br/historia/>> consulta em 18 jan 2023.

²⁷³ O AtoM é um software livre para descrição e difusão de documentos arquivísticos, criado por iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Disponível em: < <https://www.ufv.br/historia/>> consulta em 18 jan 2023

²⁷⁴ Catálogo Seletivo é um instrumento de pesquisa arquivística que traz um detalhamento descritivo de documentos selecionados por temas de importância institucional ou de relevância para seus autores.

Em que pese o apontamento para o necessário investimento na modernização dos arquivos institucionais, não podemos deixar de ressaltar a importância do acervo já digitalizado, que certamente representa a democratização do acesso aos documentos históricos institucionais de relevância mundial, considerando as relações internacionais da instituição ao longo dos anos.

4.1. Imagética operária: Leitura iconográfica das memórias institucionais

Em se tratando de memórias invisibilizadas, as imagens fotográficas dos acervos institucionais ou de coleções particulares reparam a limitação de registros nas publicações institucionais e nos fornecem pistas das relações laborais e sociais dos indivíduos pesquisados. O uso de fotografias para investigação de memórias suprimidas foi discutido por Sandra Jatahy Pesavento²⁷⁵, que, ao analisar o destino dos ex-escravizados nos primeiros anos da república defendeu o uso do recurso iconográfico na fundamentação das pesquisas históricas: “Neste ponto é que ganha força a fotografia, como fonte de pesquisa reveladora do ingresso do ex-escravo no mercado de trabalho. Valendo-se deste recurso, foi possível investigar as condições de acesso ao trabalho dos egressos do regime servil.” e reforça:

Teriam os ex-escravos estado presentes nas fábricas gaúchas no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX? Mais uma vez a iconografia vem em auxílio da pesquisa. Uma série de fotos antigas de empresas revela a presença de negros operários nas fábricas do Estado, inclusive naquelas de propriedade de alemães e italianos.

A utilização de interpretação da vida social dos sujeitos retratadas em fotografias históricas é problematizada por Marcus Raimundo Alves Brasil²⁷⁶ que discorre sobre a análise antropológica de fotografias como recurso de identificação das demarcações sociais que operaram desigualdades, inclusive racial. A partir de um álbum fotográfico do período de 1939 a 1949 de funcionários da Fábrica Camboa. O autor analisa o contexto de formação das imagens e cenários, problematizando que o contexto de construção das imagens fotográficas pode subsidiar o entendimento de “questões de classe, de racismo e de uma economia política

²⁷⁵ PESAVENTO, 1989, Op. Cit. p. 148-149

²⁷⁶ BRASIL, Marcus Ramusyo de Almeida (ORGs). Álbum Fotográfico da Fábrica Camboa (1939 – 1949): Memória Operária e Modos de Representação Social Através da Imagem. **De luz e sombra**. Brasil. São Luís: EDIFMA, 2020.

dos corpos surgem como categorias operativas da construção desse discurso.”²⁷⁷ O autor destaca diferenças sociais e raciais observadas na retratação dos trabalhadores em cena: “Enquanto os funcionários mais “importantes” da fábrica foram retratados em conjunto, com bons trajes, em geral alvos e bem apanhados, os funcionários menos abastados da fábrica foram fotografados em sua rotina. Sem poses ou figurino específicos.”²⁷⁸ Semelhantemente, observamos essa diferença nas imagens institucionais analisadas, a exemplo das figuras 57 e 58

Figura 57 - Trabalhadores da ESAV - Década de 1920

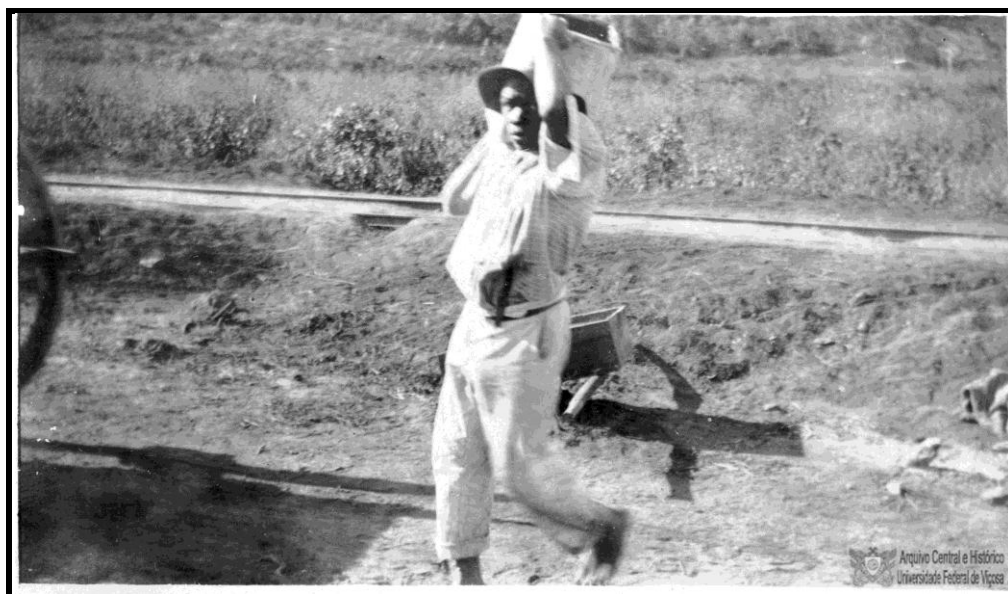


Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV.

²⁷⁷ BRASIL, 2020, Op. Cit., p.170

²⁷⁸ BRASIL, 2020, Op. Cit., p.168

Figura 58 - Operário da construção da ESAV- Década de 1920



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV.

Sem referências nominais, situações recorrentes nas imagens analisadas em nossa pesquisa onde o operário quase sempre retratado em sua ação profissional de modo "espontâneo" com as roupas desgastadas pelo trabalho, quase sempre os pés descalços. Operários que permanecem indiferentes, mesmo com a presença da câmera fotográfica, supomos pelo estranhamento do objeto na vida simples e miserável desses sujeitos. Cenas marcantes, que são uma afronta ao nosso imaginário e indiciárias de que as propaladas medidas compensatórias, na prática, pouco alterava a precária condição de vida desses trabalhadores e familiares. Desse modo, considerando a análise antológica de Marcus Raimundo Alves Brasil²⁷⁹ comparamos as imagens registradas de turmas escolares das classes anexas, de filhos de operários da Universidade nas primeiras décadas institucionais.

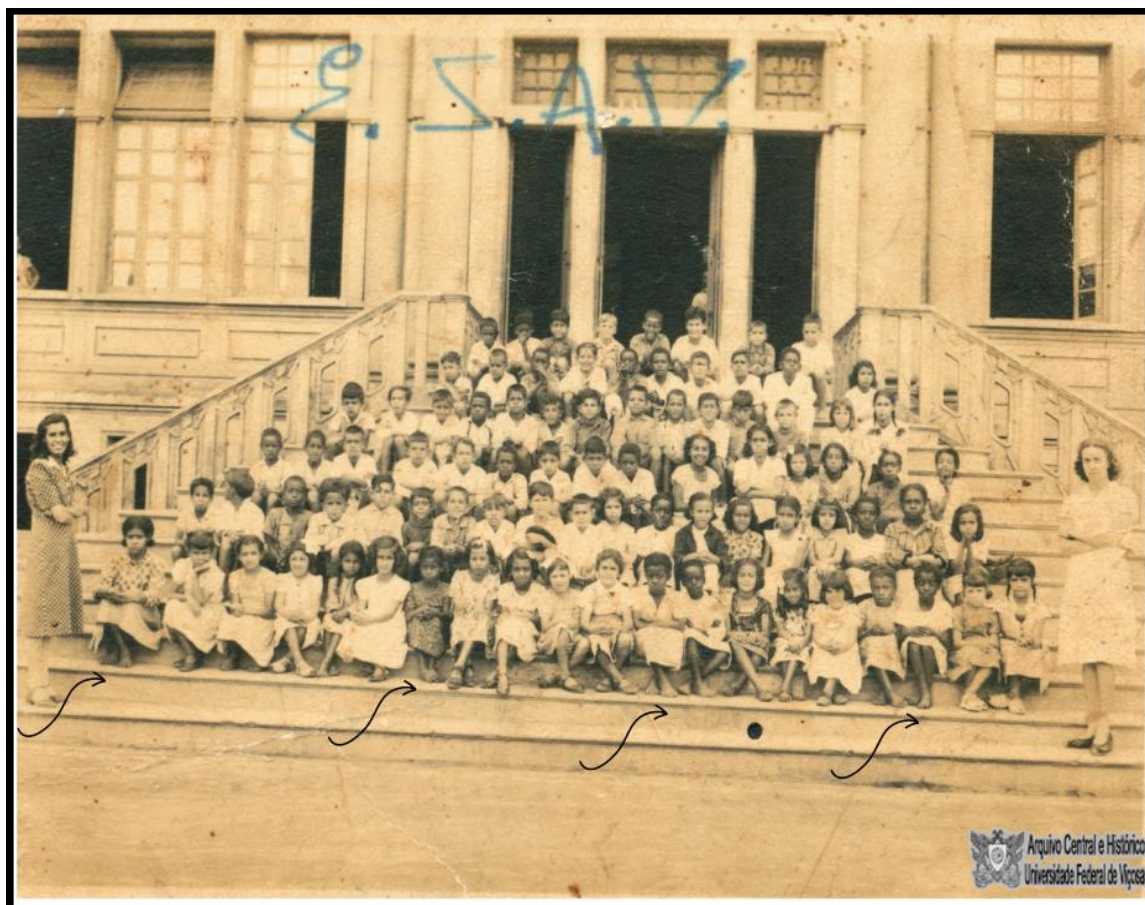
²⁷⁹ BRASIL, 2020, Op. Cit., p.168

Figura 59 - Turma do jardim de infância - ESAV



Fonte: do Arquivo Central e Histórico - UFV

Figura 60 - Crianças das classes anexas - Década de 1940



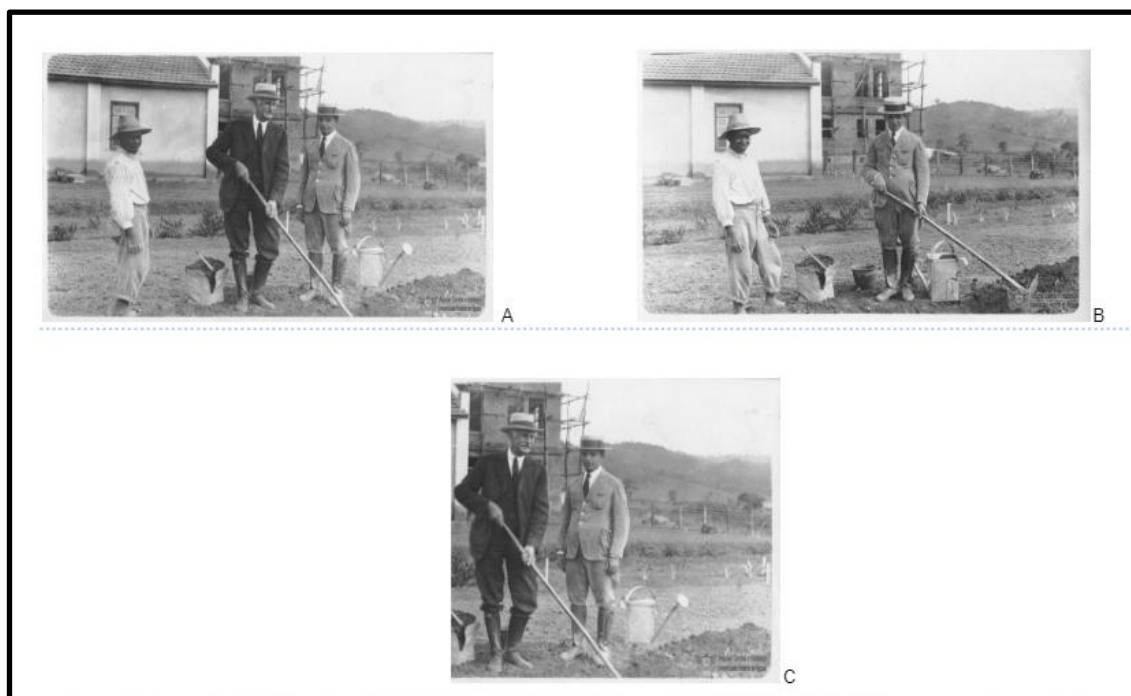
Fonte: Produção da pesquisadora a partir de fotos do Arquivo Central e Histórico - UFV

Nos registros fotográficos analisados observamos a relação entre a cor da pele, vestimenta e pés descalços. Enquanto a na figura 59 os alunos são postos em poses, com figurinos preparados, ainda assim é nítida a diferença social e racial entre os estudantes, já na figura 60 com estudantes da década de 1940, fotografados em um dia comum de aula, a diferença entre as crianças nos apresenta explícita ao compararmos a cor dos indivíduos com sapatos com a dos pés descalços.

Além da diferença sociorraciais reportadas, problematizamos a nulidade da figura do operário nas referências de imagens institucionais. Durante o trabalho de campo, observamos uma diversificada coleção de fotografias que remetem ao trabalho ou vida cotidiana dos operários, algumas das imagens, já conhecidas em obras memorialistas sobre a universidade, foram utilizadas em contextos próprios onde operários aparece apenas como coadjuvante ou até mesmo anônimo. Na sequência elaborada (figura 61) destacamos como exemplo, essa imagem muito utilizada na divulgação da memória institucional. Trata-se da fotografia que

denominamos de “O Operário Anônimo” que retrata a imagem de um operário sem identificação, ao lado dos principais dirigentes institucionais no período da ESAV, Peter Henry Rolfs e João Carlos Bello Lisboa.

Figura 61 - O operário anônimo em três versões



Fonte: Produção da pesquisadora a partir de fotos do Arquivo Central e Histórico - UFV

A imagem apresenta duas versões como na sequência A e B, onde são referenciadas no repositório institucional *Locus*²⁸⁰ como o título: “P. H. Rolfs, Bello Lisboa e operário da ESAV” e “Bello Lisboa e operário da ESAV”. Embora o título original referenciar o operário, o detalhamento das descrições não menciona a presença do mesmo, nem informações que possa identificá-lo. De mesmo modo, encontramos referência a imagem em quatro das obras memorialísticas sobre a história da Universidade analisadas. Na sequência montada com três imagens, (figura 61) esse apagamento se apresenta intencional na apresentação C, ou seja, em duas publicações analisadas, SABIONI, 2006²⁸¹ e SABIONI, 2016²⁸², a fotografia aparece recortada com a exclusão do operário.²⁸³ Nas obras memorialista de CAMISASCA²⁸⁴ e

²⁸⁰ Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/18796?mode=full>. Consulta em 26 fev 2023.

²⁸¹ SABIONI, 2006, Op. Cit. p.34

²⁸² SABIONI, 2016, Op. Cit. p 20

²⁸³ SABIONI, 2016, Op. Cit. p 20

²⁸⁴ CAMISASCA, 2012., Op. Cit., p. 41

LIMA²⁸⁵ a fotografia aparece no formato original, porém sem detalhar a presença do trabalhador.

Analisando e refletindo sobre a imagem podemos mensurar de forma explícita essa obliteração da memória operária, que não se limita a um caso isolado, mas apenas como um exemplo de que a maioria dos documentos permanece sem essa identificação. Embora compreendermos o contexto de produção desse material digital, como primeiras iniciativas de modernização do acervo, nossa análise crítica visa reforçar a necessidade de ampliação das referências, com forma de diversificação dos grupos representados pelas imagens institucionalizadas.

Desse modo, como exigência do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, de apresentação e execução de um produto prático a partir dos resultados da pesquisa, consolidamos nossa proposta de difusão dessa memória imagética, uma contribuição de nossa pesquisa para reparação de parte dessas memórias suprimidas das narrativas institucionais.

4.2.Canteiro de obras: Registros históricos do protagonismo operário na construção da UFV.

Considerando os estudos de Maria Chiavata²⁸⁶ optamos por retratar práticas laborais e cotidianas, de forma a analisar o mundo do trabalho a partir dos processos sociais e modo de vida dos trabalhadores, conforme aponta a autora, o uso de fotografias na área de pesquisa sobre trabalho e educação contribui para o alargamento da visão sobre o mundo do trabalho, assim como entender seus modos de vida, e “a apresentação das memórias legadas pelas fotografias, pelo poder e pelos trabalhadores.”

Desse modo, na concepção da exposição separamos as fotografias por período histórico, ESAV, UREMG e incluímos fotografias da vida cotidiana que envolvia atividades laborais, domésticas, de lazer e estudo. A exposição buscou retratar a passagem histórica dos operários e seu protagonismo na construção da Universidade Federal de Viçosa. Uma perspectiva inusual, selecionada a partir de fotografias dos acervos do Arquivo Central, Histórico e Museu Histórico da UFV e coleções particulares.

²⁸⁵ LIMA, Antônio Luiz de; COELHO, Eduardo Lara (Org.). **UFV 70 anos: a trajetória da Escola de Viçosa**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 1996. p. 25

²⁸⁶ CHIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica** (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: Dp&a/Faperj. 2002. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a04.pdf>>. Acesso em 05 de mai de 2022. . p.34

A partir dessa definição, foi necessária a seleção crítica das imagens e montagem do enredo histórico das sequências fotográficas, para criação do material visual. Além disso, foi necessária a composição de instrumentos e objetos como componentes para contextualização histórica da mostra.

O recorte temporal da exposição manteve-se o mesmo da pesquisa, 1922 a 1969, nas fases institucionais da ESAV e UREMG com destaque ao Decreto nº 6.053/1922 de criação da ESAV, que completou em março de 2022 cem anos desde a assinatura. Desse modo, compartilhando o simbolismo desse marco propomos a abertura da exposição, na semana que se comemora o dia do Servidor Público, 28 de outubro, uma alusão à data comemorativa e uma forma de valorização do corpo técnico-administrativo, que abrange os sujeitos de nossa pesquisa, trabalhadores com atuação administrativa e operacional da Universidade e sua participação ativa no crescimento e consolidação institucional.

A fase inicial da proposta, definida junto a orientador, passou pela aprovação nas instâncias administrativas institucionais o que demandou o registro da exposição no Sistema de Registro de Atividades de Extensão da UFV, RAEX - sob o código: EVE-2827/2022. Após o planejamento foi necessário às providências práticas para a execução, que demandou a formalização da proposta junto aos órgãos institucionais de arte e cultura da Universidade e após aprovação a escolha e reserva de espaço, que ficou definida para a Estação Cultural da UFV, como espaço central e de fácil acesso da comunidade acadêmica, viçosense ou visitantes externos.

A partir do espaço, definimos a dinâmica da exposição, com fotografias em painéis de lona, montagens especiais, textos de contextualização e inclusão de objetos que remetem ao período do estudo. Foi montando um quadro de Guardiões da Memória, com fotografias dos entrevistados, operários ou descendentes que autorizaram a reprodução. Outro quadro que denominamos de Memorial Operário foi composto por fotografias de homenagem *in memoriam* aos ex-operários falecidos, mas deixaram a memória secundária dos descendentes.

Da pesquisa de campo na Vila Secundino, recolhemos com autorização de um morador, uma cruz, de uma das casas demolidas, além de pedaços de tijolos e telhas, onde simbolicamente representavam na exposição à destruição da memória operária, sua cultura e costumes. Complementando o cenário, selecionamos no Vale da Agronomia, materiais de referência ao cotidiano operário, instrumentos de trabalho, emprestados pela administração do setor. Compomos a mostra com fotografias de acervo particular dos entrevistados, incluindo objetos representativos dessa memória não explorada.

O circuito fotográfico da exposição foi montado a partir da confecção de 5 banners com fotografias selecionadas do período da ESAV, UREMG, vida cotidiana, Memorial e Guardiões da Memória. Além dos banners com montagens das fotografias inserimos fotografias do acervo particular apuradas na pesquisa como forma de retratar algumas tradições e cultura do grupo com a tradição de enfeitar cruzeiros no dia de Santa Cruz. Alguns objetos que remetem aos operários e sua cultura também foram inseridos, em diálogo com a mostra.

Junto às montagens fotográficas foram incluídos trechos reflexivos e explicativos, de forma a envolver o interesse do visitante da exposição, completando o sentido proposto por Lima e Carvalho²⁸⁷ de que as fotografias não tem função de ser fiel à realidade, mas de, pedagogicamente, incutir no público visitante o enredo do personagem histórico representado. Desse modo foi proposto ainda um momento de interatividade com o público visitante que teve oportunidade de registrar mensagens de elogios, críticas e, ou, sugestões de nomes ou informações sobre algum operário que não aparecia naquele enredo iconográfico.

4.2.1. Textos de divulgação e de contextualização das fotografias

A mostra fotográfica exigiu a produção textual para divulgação e contextualização histórica da instalação e de forma a dialogar com o tema da pesquisa. Assim apresentamos a seguir os textos utilizados em conjunto com as imagens, a iniciar pelo *release* de divulgação da exposição: “A partir da pesquisa: *Narrativas obliteradas: Das memórias dos operários, trabalhadores da construção e manutenção do campus da Universidade Federal de Viçosa, do período de 1922 a 1969*, do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV, surge à proposta de produto, a exposição fotográfica: *Canteiro de obras: Registros históricos do protagonismo operário na construção da UFV*. A exposição busca retratar a passagem histórica dos operários e seu protagonismo na construção da Universidade Federal de Viçosa. Uma perspectiva inusual, selecionada a partir de fotografias dos acervos do Arquivo Central, Histórico e Museu Histórico da UFV e coleções particulares. A exposição ficará aberta à visitação no período de 26 de outubro a 11 de novembro de 2022, no horário de 9h30 às 13h e das 14h30 às 17h30 e tem entrada gratuita. A abertura da exposição está agendada para o dia 27 de outubro de 2022 às 16h e coincide com a semana em que se comemora o dia do Servidor Público, 28 de outubro, uma alusão à

²⁸⁷LIMA, Solange Ferraz de e CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografias: usos sociais e historiográficos**. O historiador e suas fontes. Tradução. São Paulo: Contexto, 2009. p. 38

data e como forma de valorização do corpo técnico-administrativo, que abrange os personagens da nossa exposição, trabalhadores com participação ativa no crescimento e consolidação institucional.”²⁸⁸

Na concepção gráfica da exposição utilizamos a predominância da cor tijolo, remetendo ao trabalho dos operários. A produção contou com cartaz trinta cartazes impressos e arte digital para divulgação. Além disso, banner de apresentação e textos de contextualização da mostra conforme apresentamos a seguir.

O cartaz da exposição (figura 62) é destacado a fotografia dos Construtores da ESAV, com destaque a nove operários, homens e meninos apostos nas escadarias do edifício principal, inaugurado em 1926. Apesar de posarem para a fotografia de maneira formal, as vestes simples e humildes foram mantidas, do mesmo modo observamos os pés descalços e alguns instrumentos de trabalho nas mãos, signos que demarcam a função profissional e social dos trabalhadores.

Para o banner de apresentação (figura 63), utilizamos a imagem icônica do Edifício Arthur Bernardes do período em construção, década de 1920, com presença de operários em suas estruturas, seguida de um texto de apresentação da exposição e identificação dos objetivos da pesquisa e divulgação dos parceiros institucionais.

²⁸⁸Divulgação institucional. Disponível em: < <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=38843>>. Consulta em fev 2023.

Figura 62 - Cartaz da Exposição

Exposição fotográfica

Canteiro de Obras

Registros históricos do protagonismo
operário na construção da UFV



PERÍODO:
26 | **11**
OUT | NOV

ABERTURA
27/10 - 16h
**Entrada
Gratuita**

LOCAL:
**ESTAÇÃO
CULTURAL
UFV**

REALIZAÇÃO

UFV
Universidade Federal de Viçosa

PEC
PRO-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA

DA
Divisão de Assuntos
Culturais

**Estação
Cultural
da UFV**

PRODUÇÃO

dlh
UFV

CC
CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS LETRAS E ARTES

Mestrado em
Patrimônio Cultural,
Paisagens e
Cidadania

ASIV
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES
ADMINISTRATIVOS DA UFV

Fonte: Produção da pesquisadora a partir de fotos do Arquivo Central e Histórico - UFV – 2022

Figura 63 - Banner de apresentação

Canteiro de obras: Registros históricos do protagonismo operário na construção da UFV.



Prédio Principal em construção - Década de 1920

A proposta da exposição fotográfica: Canteiro de obras: Registros históricos do protagonismo operário na construção da UFV surge a partir da pesquisa de mestrado: Narrativas Obliteradas: Das memórias dos operários, trabalhadores da construção e manutenção da UFV no período de 1922 a 1969, do programa de mestrado profissional em Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania da UFV. A pesquisa problematiza a subjetivação das memórias, dos primeiros funcionários da Universidade, das fases institucionais, Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV (1922 a 1948) e Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - UREMG (1948 a 1969), cujas narrativas, permanecem obliteradas no quadro de memórias institucional. Assim, como exigência do programa do mestrado, a apresentação de um produto prático com o resultado da pesquisa, procuramos meios de promover a sublevação dessa memória operária, para isso, buscamos, divulgar essas narrativas, através de uma exposição fotográfica, que cumpre efetivamente esse papel de revelar essas memórias de maneira imediata, uma forma de reparar parte desse lapso histórico das narrativas historiográficas da universidade.

O período do recorte temporal, 1922 a 1969, justifica-se como marco inicial pela assinatura do Decreto nº 6.053, de 30 de março de 1922, que trata da criação da ESAV, passando pela UREMG com fechamento no ano de 1969, antes da federalização e da derradeira transformação em Universidade Federal de Viçosa. O decreto de criação, que completou em março de 2022 seu centenário, marca o início das obras de preparação do terreno e das instalações físicas da futura Escola de Viçosa, como era conhecida a ESAV.

Compartilhando o simbolismo desse marco e embalados pelos resultados da pesquisa acadêmica, propomos uma exposição de fotografias com imagens da vida cotidiana e laboral dos operários com imagens pesquisadas do Arquivo Central e Histórico da UFV, Museu Histórico entre outros acervos particulares. A abertura da exposição, coincide com a semana que antecede o dia do Servidor Público, 28 de outubro, uma alusão a data comemorativa e uma forma de valorização do corpo técnico-administrativo, que abrange os sujeitos de nossa pesquisa, trabalhadores com atuação administrativa e operacional da Universidade e sua participação ativa no crescimento e consolidação institucional.

Mestranda: Vanda do Carmo Lucas dos Santos
Professor Orientador: Angelo Adriano Faria de Assis

REALIZAÇÃO

UFV
 Universidade Federal de Viçosa

PEC
 PRO-REITORIA DE
 EXTENSÃO E CULTURA

DA
 Divisão de Assuntos
 Culturais

**Estação
 Cultural
 da UFV**

PRODUÇÃO

dlh
 UFV

CF
 CENTRO DE CIÊNCIAS
 HUMANAS LETRAS E ARTES

**Mestrado em
 Patrimônio Cultural,
 Paisagens e
 Cidadania**

APOIO

ASIV
 ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES
 ADMINISTRATIVOS DA UFV

Out / 2022

Fonte: Produção da pesquisadora a partir de fotos do Arquivo Central e Histórico - UFV

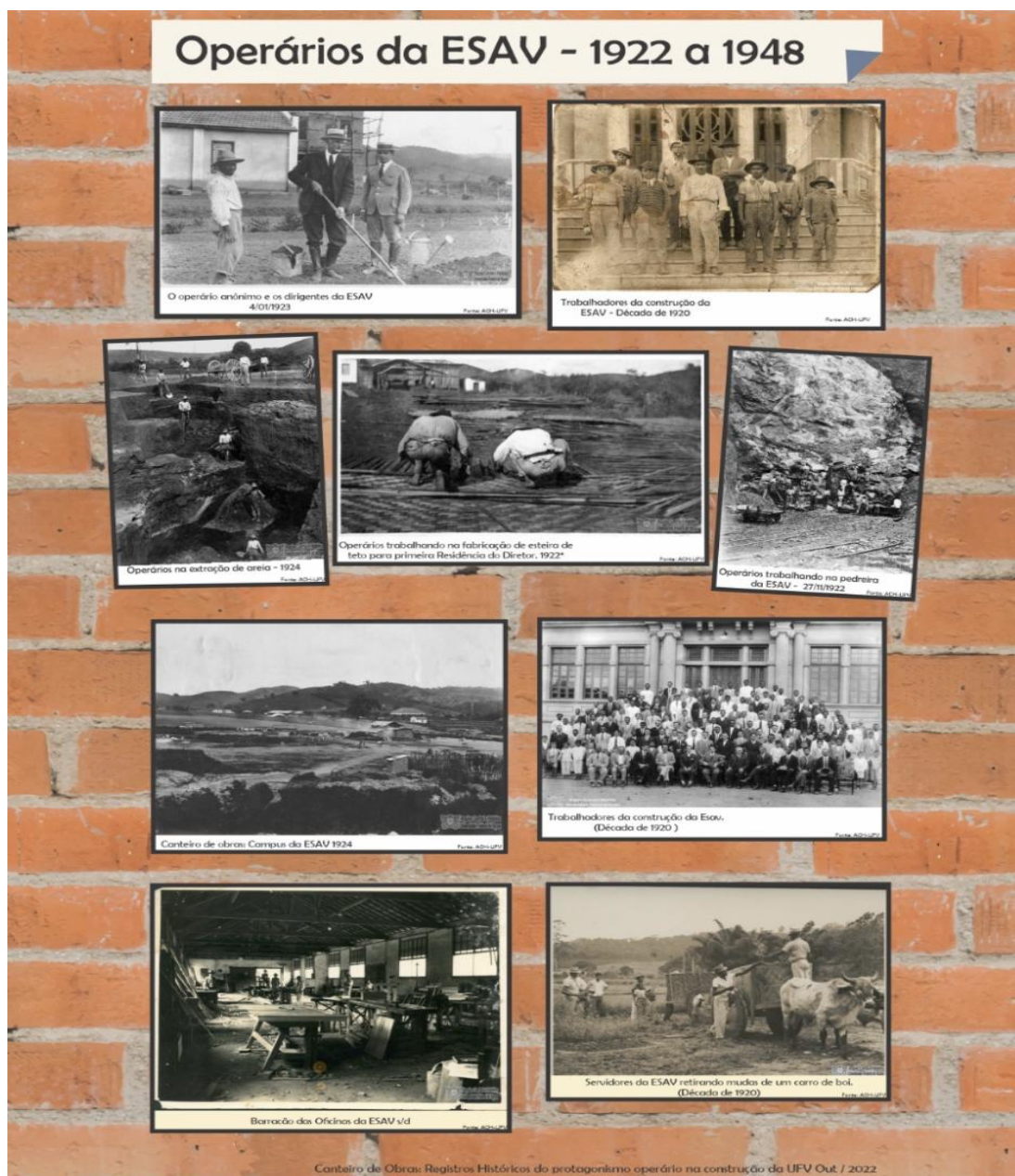
De mesmo modo, os grupos fotográficos expostos, foram contextualizados com produção textual literária produzida a partir da pesquisa, como forma de apresentação crítica às imagens, conforme demonstram as figuras 64 a 90.

Figura 64 - Texto de entrada da exposição

Neste canteiro de obra, circula o Operário, empoeirado pelo trabalho, roupas simples, rasgadas ou amarradas e pés descalços. Com alimentação e saúde precárias e sem acesso à instrução escolar. Ironia de um tempo, construtores de uma Escola, mas sem oportunidade de estudar. O operário, invisibilizado por sua rude condição. A função deste canteiro de obras é retratar os feitos grandiosos "dessas gentes simples" que, mesmo em condições precárias de trabalho e de vida, deixaram a marca de seu labor e de sua cultura nas estruturas institucionais.

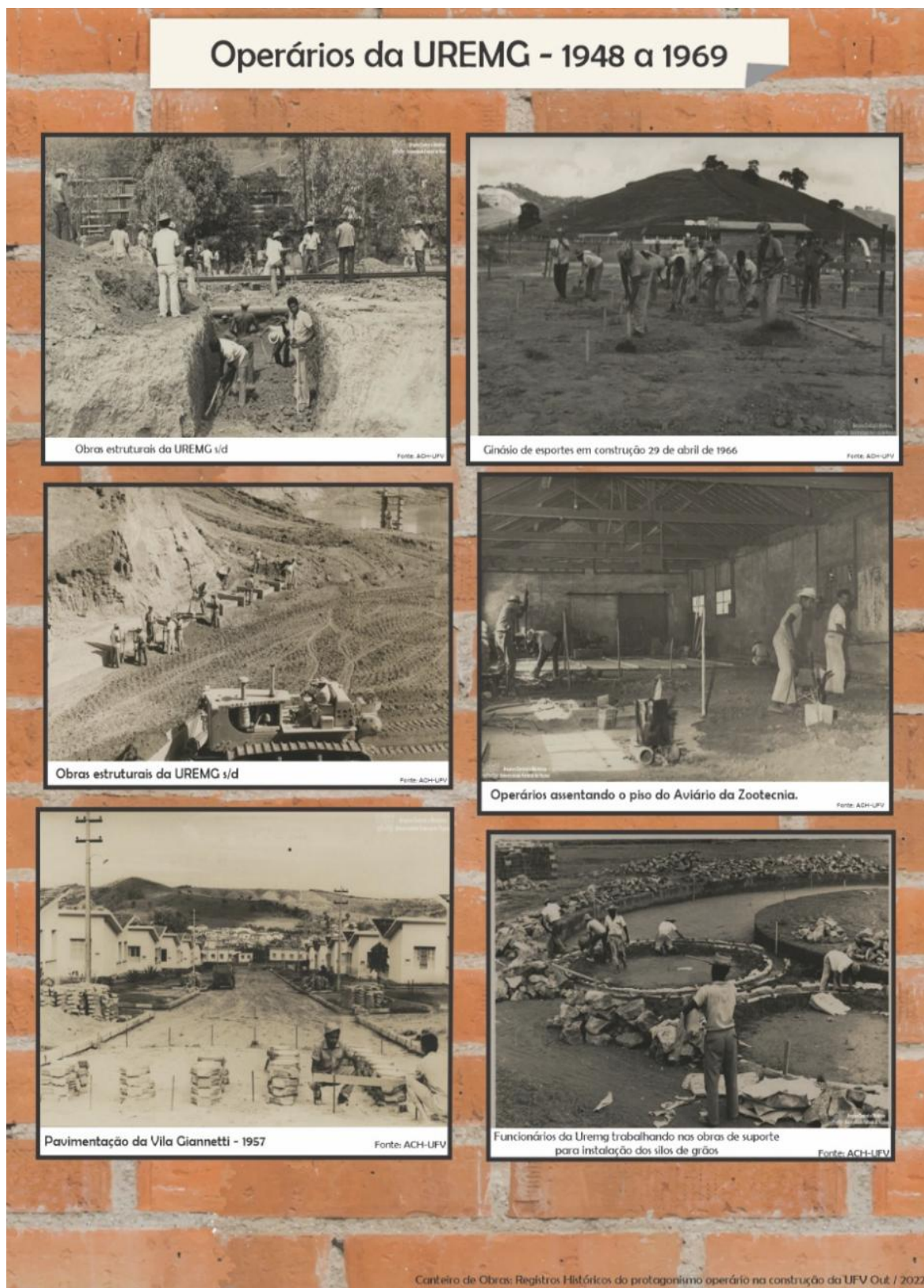
Fonte: Produção da pesquisadora - 2022

Figura 65 - Operários da ESAV - 1922 a 1948



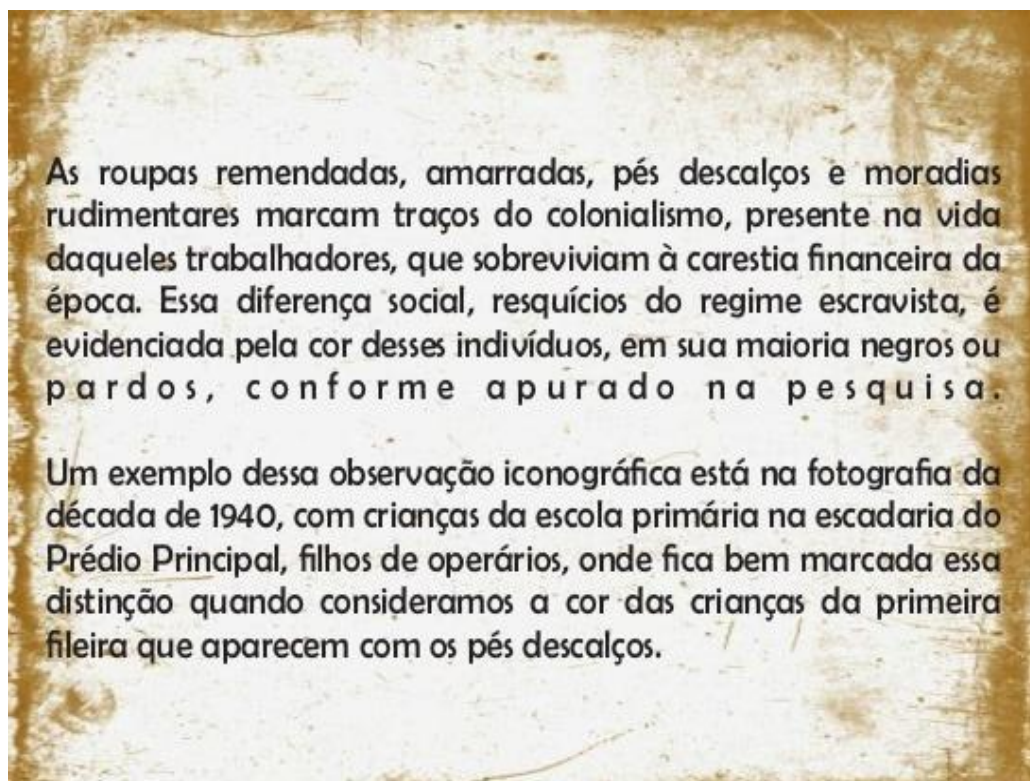
Fonte: Produção da pesquisadora a partir de fotos do Arquivo Central e Histórico - UFV

Figura 66 - Operários da UREMG - 1948 a 1969



Fonte: Produção da pesquisadora a partir de fotos do Arquivo Central e Histórico - UFV

Figura 67 - Texto contextualização inicial



Fonte: Produção da pesquisadora - 2022

Figura 68 - Cotidiano Operário



Fonte: Produção da pesquisadora a partir de fotos do Arquivo Central e Histórico – UFV

Figura 69 - Texto de contextualização: vida cotidiana

A vida cotidiana dos primeiros operários é retratada em suas fases, desde o primeiro núcleo central do campus, já habitado por sertanejos pobres, em suas moradias precárias construídas a partir de recursos naturais disponíveis, como madeira, barro e sapé.

Com a ampliação das instalações, esses trabalhadores foram afastados para as periferias do campus, com construções das vilas operárias e para os arredores da cidade nos chamados, arrabaldes operários tais como Rua Nova, Rua Seca, Fundão, Beira linha. Denominações populares dos principais bairros ocupados por esses trabalhadores.

Fonte: Produção da pesquisadora - 2022

Figura 70 - Lazer e tradição

Assim como a banda de música e a escola primária para os operários e dependentes, a festa do operário, "comemorada" em 1º de maio, faziam parte de uma iniciativa institucional. Espontaneamente, outras práticas seguiam preservadas no grupo. O lazer incluía futebol e samba; festas religiosas, novenas, procissões e congado.

Fonte: Produção da pesquisadora – 2022

Figura 71 - Festividade com operários - S/d



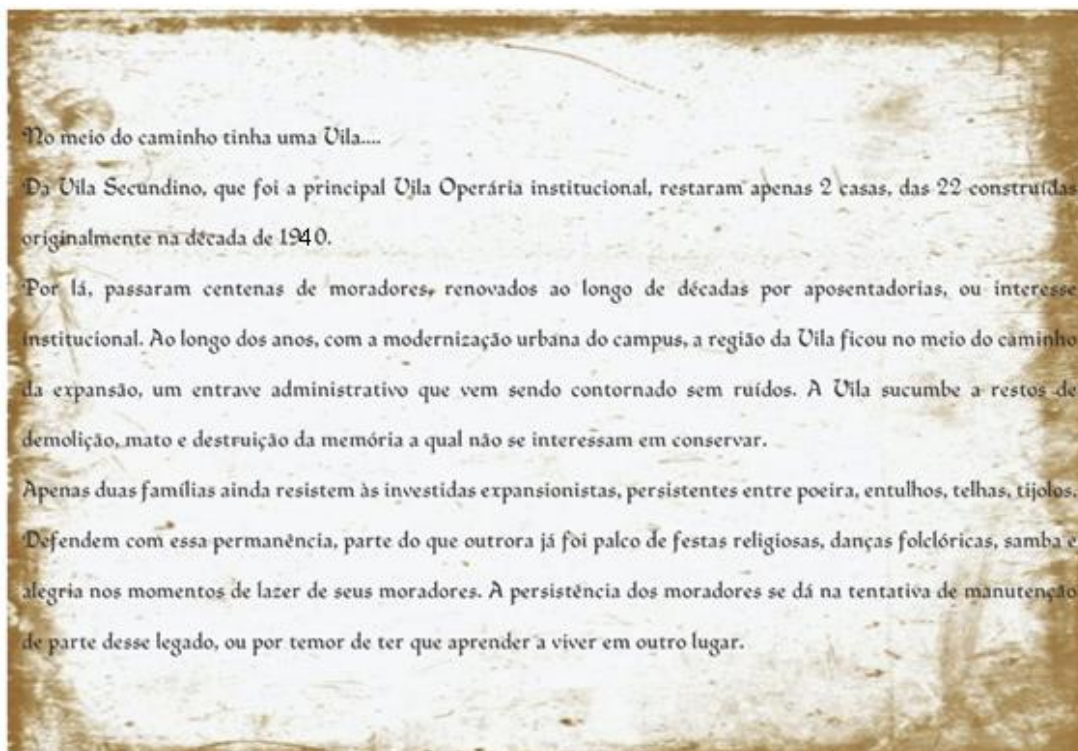
Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Figura 72 - Banda de Música da UREMG



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

Figura 73 - Texto sobre a demolição da Vila Secundino



Fonte: Produção da pesquisadora - 2022

Figura 74 - Restos de demolição da Vila Secundino



Fonte: Produção da pesquisadora - Outubro 2022

Figura 75 - A fé em Santa Cruz

Dentre as tradições e costumes do grupo, destacamos o simbolismo da fé em Santa Cruz. A prática religiosa consiste no adorno de cruzes de madeiras fixadas nas entradas das residências. O ato de enfeitar a Cruz mobilizava toda a comunidade, que acreditava que no dia 3 de maio, a Santa Cruz passava nas casas, beijando as cruzes enfeitadas, trazendo bênçãos aos moradores. Assim, como resquícios dessa tradição, a cruz de madeira deixada na derradeira casa desocupada da vila, representa essa deterioração da memória operária, que sucumbe com sua cultura, material e imaterial.

Fonte: Produção da pesquisadora - 2022

Figura 76 - Cruz retirada de casa demolida da Vila Secundino



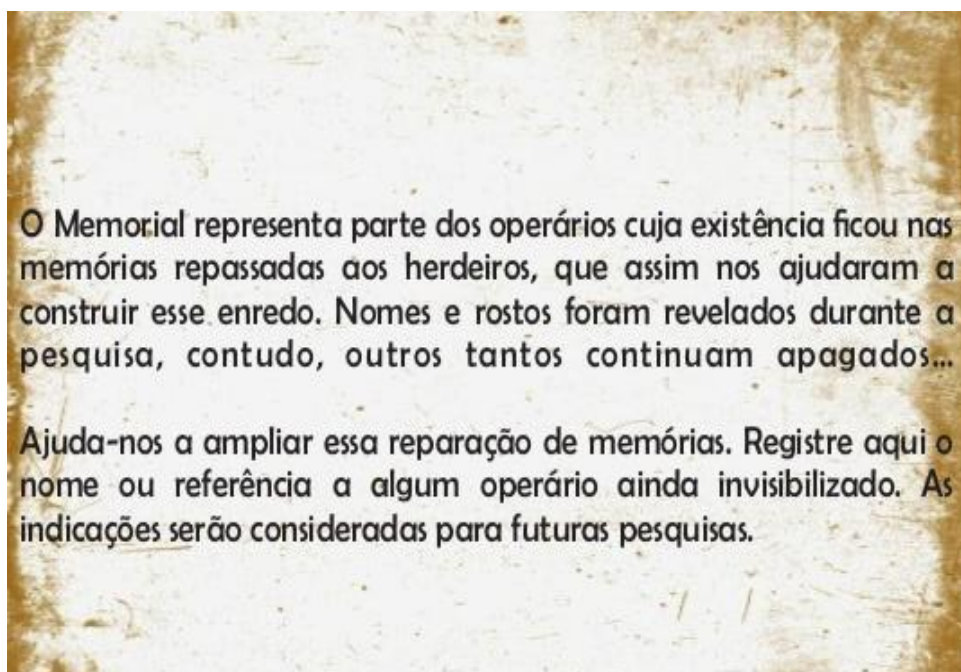
Fonte: Comunicação da ASAV – Outubro 2022

Figura 77 - Memorial



Fonte: Produção da pesquisadora a partir de fotografias do acervo particulares e da ASAV

Figura 78 - Texto de apresentação do memorial



Fonte: Produção da pesquisadora - 2022

Figura 79 - Guardiões da memória



Fonte: Produção da pesquisadora a partir de fotografias do acervo particulares e da ASAV

Figura 80 - Momento da abertura



Fonte: Comunicação ASAV – Outubro 2022

Figura 81 - Público da abertura



Fonte: Comunicação ASAV – Outubro 2022

Figura 82 - Visitantes



Fonte: Comunicação ASAV – Outubro 2022

Figura 83 - Visitantes II



Fonte: Comunicação ASAV – Outubro 2022

Figura 84 - Pesquisadora e visitantes



Fonte: Comunicação ASAV – Outubro 2022

Figura 85 - Retratos de família



Fonte: Comunicação ASAV – Outubro 2022

Figura 86 - Caixa de joias pertencente à servidora Germana de Carvalho



Fonte: Comunicação ASAV – Outubro 2022

Figura 87 - Pesquisadora e Orientador



Fonte: Comunicação ASAV – Outubro 2022

Figura 88 – Mensagens interativas deixadas por visitantes

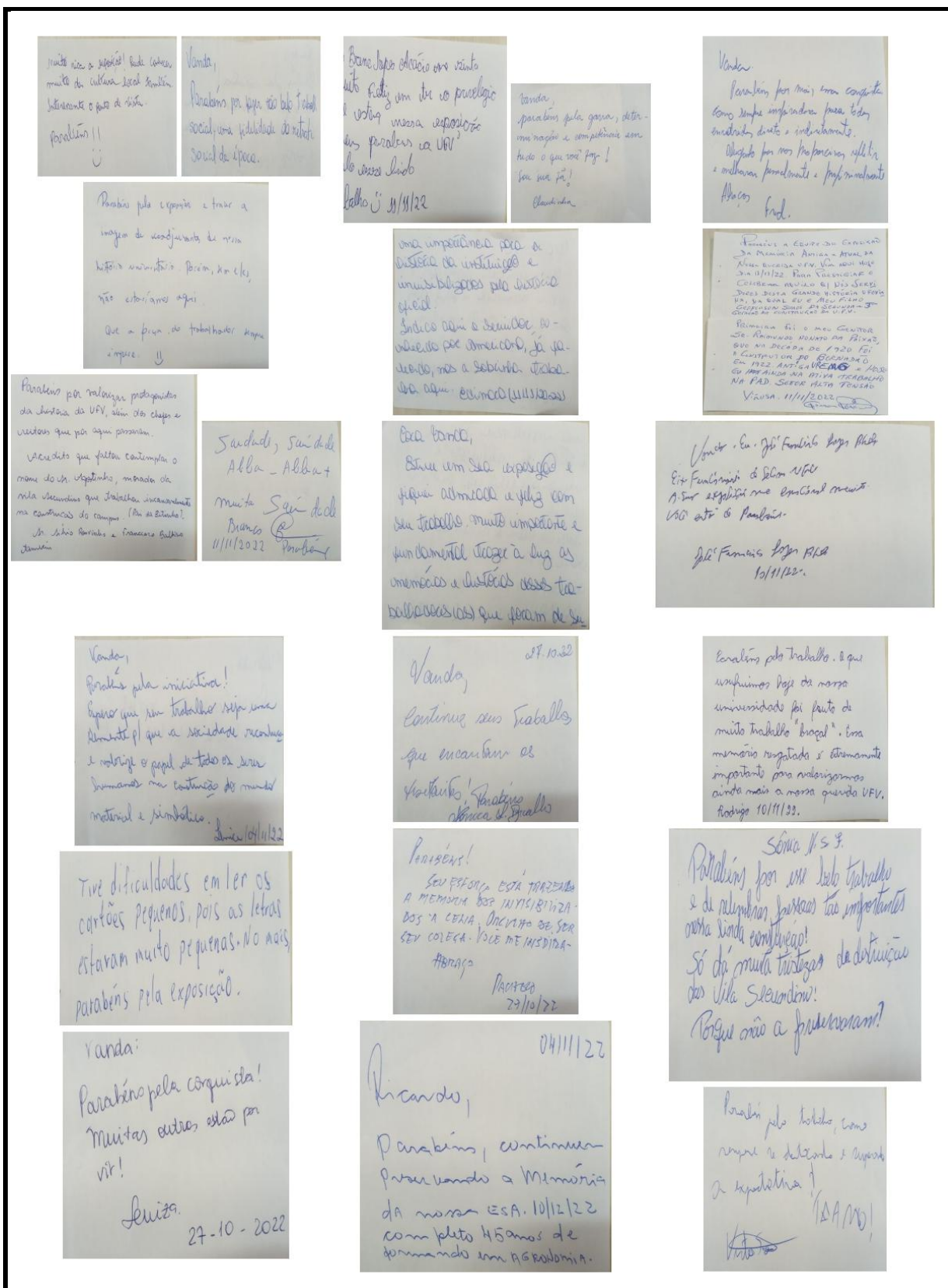
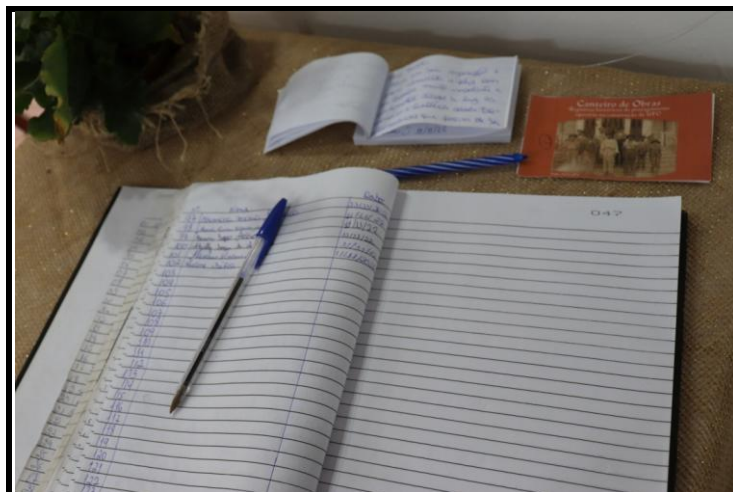
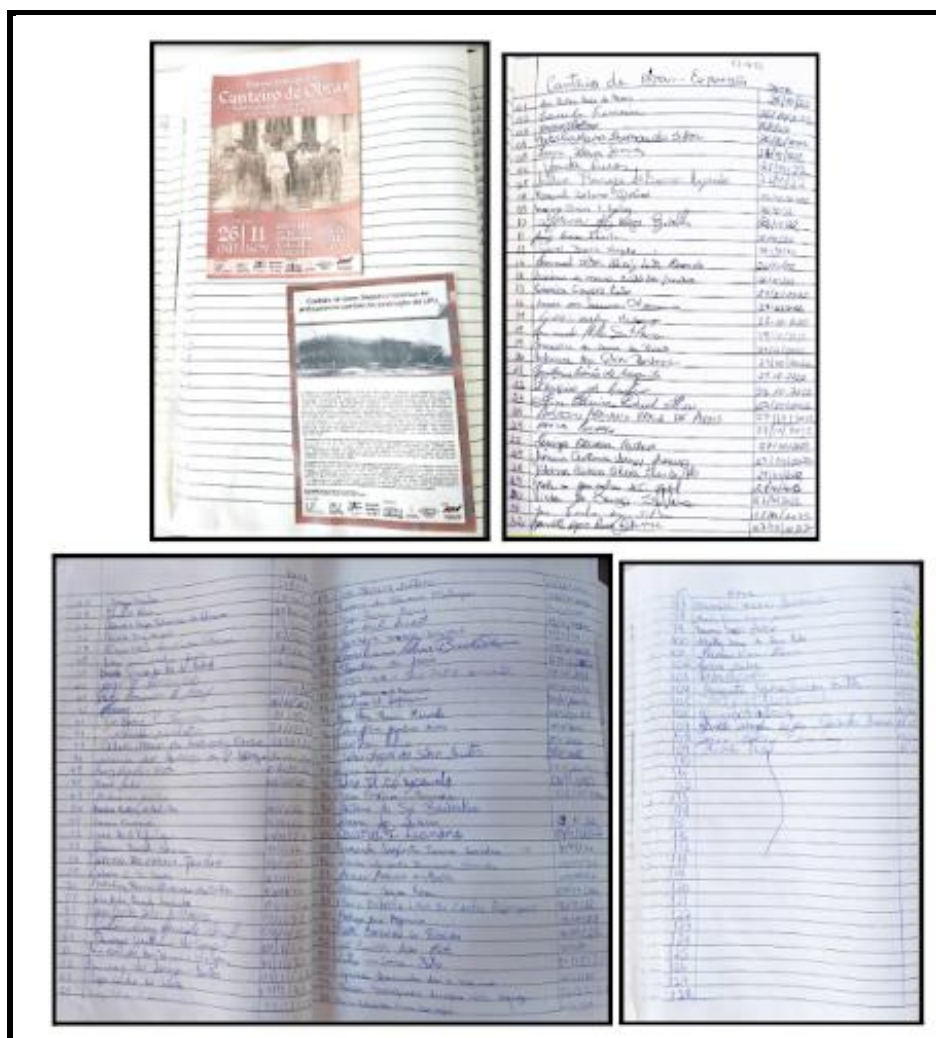


Figura 89 - Livro de assinaturas e caderno interativo



Fonte: Produção da pesquisadora - Outubro 2022

Figura 90 - Livro de assinaturas



Fonte: Produção da pesquisadora - Outubro 2022

Figura 91 - Canteiro de obras



Fonte: Comunicação da ASAV - 2022

Assim inauguramos a mostra fotográfica: Canteiro de obras: Registros históricos do protagonismo operário na construção da UFV. A exposição foi realizada no período de 26 de outubro a 11 de novembro de 2022 e teve entrada gratuita. A abertura da exposição aconteceu no dia 27 de outubro de 2022, com participação de diversos segmentos da universidade.

Apresentar essa narrativa só foi possível a partir da história de vida dos sujeitos pesquisados, que aqui denominamos como Guardiões da Memória Operária. Depoentes ou ícones de resistência dessa memória, herdada ou vivida.

Através da interatividade do público foi possível aferir a emoção dos visitantes com o reconhecimento de suas narrativas, soando como um ápice de ressignificação da memória do grupo e ao mesmo tempo um incentivo a toda comunidade à promoção e conscientizando sobre a importância da valorização cultural de grupos desprestigiados socialmente, como os dos operários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Promover a sublevação de memórias do grupo operário da ESAV e UREMG não foi tarefa fácil, porém tornou-se uma pesquisa fascinante, do ponto de vista do poder da narrativa. Então, esses homens e mulheres, repousando nos silenciamento de memórias de suas histórias, quando provocados, revelam sabedoria, crenças, costumes, persistência. E se as inquietações do presente, uma demanda por espaço e reconhecimento institucional, me fez ir até esses operários, de lá voltei com outras questões, outras problematizações. Muita indignação, mas também certo alívio por poder ser o caminho para os registros dessas versões singulares do passado.

Em síntese, apresentamos o melhor resultado possível, com as condições proporcionadas, afinal no meio do caminho encontramos uma pandemia letal, fruto do descaso do poder público que agravou seus efeitos de forma devastadora. Felizmente a pandemia da Covid-19 não nos parou, mas muitas vidas se foram, entre elas alguns guardiões da memória operária. Confinamento, quarentena, distanciamento social, termos novos, que exigiram mudanças de planos, readaptações como forma de garantir a segurança de todos, principalmente dos entrevistados, grupos de jovens idosos.

Dito isto, o presente trabalho se apresenta como a abertura de um novo canal de acesso ao mundo dos operários e que este seja um amplificador de vozes silenciadas, fomentando a percepção histórica do apagamento e estimulando novos trabalhos e diferentes objetos de invisibilidade. Desse modo será possível a retomada da importância histórica dos espaços de sociabilidade e organização da classe trabalhadora, dando visibilidade aos processos de conformação de solidariedade, lutando contra o apagamento de sua memória, destituindo os processos de silenciamento institucional.

Como segmento desprestigiado do processo sócio-histórico, na base funcional, os operários sofriam pressão dos demais segmentos da instituição dirigentes, docentes, funcionários administrativos e chefes, formas de pressão veladas ou explícitas. Forte poder de repressão, controle profissional e social além de ameaças de demissão, destacadas na fala dos entrevistados, bem como evidenciadas ou implícitas nas obras memorialistas sobre a história institucional.

Levando em consideração as ideias de E.P. Thompson²⁸⁹, de que a construção como classe se faz através da interação social do grupo, conseqüentemente a ressignificação da identidade perpassa pela tomada de consciência e percepção enquanto classe, consideramos em nossa análise que a demora de ascensão do grupo operário às memórias institucionais da UFV estão intrinsecamente ligadas à alienação, enquanto parte da comunidade escolar, agravadas em decorrência de práticas coercivas e exclusão socioeconômica do grupamento operário.

Se por um lado a instituição é referenciada pela excelente expertise de seus docentes, historicamente estimulados a formação continuada, inclusive no exterior. Por outro lado, os funcionários administrativos enfrentam agruras para conciliar estudos com as atividades profissionais e os que, ainda, insistem nessa tentativa, são pressionados a desistirem, pois não é bem-visto ao grupo, querer crescer profissionalmente. Longe de questionar os direitos docentes, nossa intenção é demonstrar a profunda diferença de políticas de formação educacional entre o corpo funcional da Universidade.

Oportunidades de formação que custaram caro ao grupamento analisado, como demonstrado na pesquisa, causam apagamentos, silenciamentos, segregação, opressão. Desta feita, a Universidade é entendida como lugar de diversidade, saber científico, popular e prático. Porém aos operários, a instituição era vista como fonte de subsistência e até de lazer para a população, mas estes eram mantidos alheios ao principal produto universitário, o saber.

Logo, corroboramos com o chamado de Grada Kilomba²⁹⁰ de que é preciso “descolonizar os arquivos, distanciar de matizes de pensamentos que omitem mulheres, negros e outros grupos minoritários e garantir uma produção de conhecimento através de novas epistemologias do conhecimento.” Valorizar o diverso, respeitar os diferentes, oportunizar falas.

Desejamos que nossa pesquisa desperte outros olhares e novas perspectivas em um chamado de comunhão de conhecimento, do acadêmico ao popular e vice-versa, a velha circularidade defendida por Carlo Ginzburg²⁹¹ ou o chamado de reflexão provocado por Alison Antonio Paim:

[...]Benjamin nos instiga a pensarmos como as memórias podem contribuir para o fazer-se dos sujeitos. Em que medida as memórias de formação

²⁸⁹ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. v. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p 10-11

²⁹⁰ KILOMBA, 2019, Op. Cit.

²⁹¹ GINZBURG, 2006, Op. Cit., p.12

escolar, de suas experiências vividas, de sua construção como cidadãos, como profissionais, podem contribuir para que a academia passe a conhecer e respeitar os sujeitos comuns? Em que medida tais memórias e o ato de rememorar podem contribuir para o fortalecimento dos próprios narradores?²⁹²

Encerramos o trabalho com o que foi possível incluir, mas, a história operária não cessa nessa finalização, elas são muitas, milhares e povoam as lembranças de dezenas testemunhas, reivindicando continuamente, seu registro. Destarte, nossa missão se completa, porém este trabalho não fecha com o ponto final, mas deixam questões ainda sem respostas, demandas por memórias ainda não divulgadas em reivindicação latente por visibilidade. O modesto resultado, soa como forma de orgulho, de reconhecimento, não individual, mas de todo um grupo que, legitimados pela força coletiva, fazem emergir suas narrativas, perpetuando a sua contribuição e seu legado na construção física e ideológica da Universidade Federal de Viçosa.

²⁹² AIM, Alison Antonio. Relações entre memória e história ou de quando Clio se sobrepôs a Mnemosine. **Cadernos do CEOM** – ano 19. N.25 – Narrativas. 2014. p. 280

FONTES DOCUMENTAIS

Acervo físico e digital do Arquivo Central e Histórico da UFV;

Acervo físico e digital do Museu Histórico da UFV;

Arquivo da Associação dos Servidores Administrativos da UFV - ASAV

Arquivo funcional da Pró-reitora de Gestão de Pessoas da UFV

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Ephemerides mineiras, 1664-1897 - Vol 1 - Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221689>

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história**. Tradução Julia Romeu. 1ª Edição: Editora Companhia das Letras. São Paulo 2019.

ALMEIDA, Sérgio Antônio de Paula. **No livro a raiz, na lembrança o passado: Fragmentos Culturais e Memória dos descendentes declarados de indígenas de Miraf. M.Sc.** Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2016.

ALENCAR, Alexandre de. **Nos alvares da história de Viçosa**. s/ed., 1989. 56p.

_____. **Fatos e vultos de Viçosa**. Belo Horizonte: Editora Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1959.

ANPUH BRASIL. **Qual a origem do 1º de Maio?** Por Cláudio Batalha. Youtube. 01 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cTCqEX7D3XU>>. Acesso em 22 de mai 2022.

ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Tradução de Roberto Raposo e Posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. 354 p.

Associação dos Servidores Administrativos da UFV. Documentário sobre a história da ASAV, produzido a partir do Encontro de Ex-presidentes em Julho de 2009 como parte das

comemorações dos 25 anos da ASAV. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=eA-bid_Bu98&t=234s Consulta em 17 de julho de 2022

AZEVEDO Denílson Santos de. A instrução pública no município de Viçosa no império (1839- 1890) in: **Revista de Ciências Humanas** 2020.

BAÊTA, Odemir Vieira. **Estratégias como Práticas Sociodiscursivas em uma Universidade Pública**: uma abordagem crítica. Tese de doutorado – Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2016.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (bola de neve)**: uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: Congresso Nacional de Educação, 2011. Anais. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1714932-Snowball-bola-de-neve-umatecnica-metodologica-para-pesquisa-em-educacao-ambiental-comunitaria.html>. Acesso em: 11 mai. 2022.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

BARTZ, Frederico Duarte. Os Caminhos Operários e a Memória da Classe Trabalhadora em Porto Alegre. **Revista História & Luta de Classes**, Porto Alegre, 2019.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008.159p

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.

BERNARDES, Rosilene. **Ampulheta Urbana**: Uma análise da construção da Universidade Federal de Viçosa e de sua influência na (des)construção da cidade de Viçosa-MG através das transformações no tempo e no espaço. 90f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG. 2013.

BORGES. José Marcondes. **Escola Superior de Agricultura** - origem, desenvolvimento e atualidade. Imprensa Universitária, 1968. Não paginado.

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. **Legislação de importância histórica**. Viçosa: Editora UFV, 2010.

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. **Primeiros tempos da Universidade Federal de Viçosa pelas lentes de Rolfs**. Viçosa: Editora UFV, 2006. 70 p.

_____. **Relatório de construção da ESAV (1929) elaborado pelo Engenheiro João Carlos Bello Lisboa**. Viçosa: UFV, 2004. 89 p.

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **A Universidade Federal de Viçosa no século XX**. Viçosa: Editora UFV, 2000. 651 p.

BORTOLOTTI, Chiara. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.4, p.5-17, 2010/ 2011.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e Cultura popular: Leituras Operárias**. 3a ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

_____. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, Tuwile Jorge Kin. **A territorialidade do servidor negro da Universidade Federal de Viçosa**. 2014. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

BRASIL. **DECRETO Nº 3.551**, DE 4 DE AGOSTO DE 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Consulta em 11 jan 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento geral de 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. v. 2: censo demográfico: população e habitação.

BRASIL. **Lei 11091/2005** - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111091.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2022

BRASIL, Marcus Ramusyo de Almeida (ORGs). **Álbum Fotográfico da Fábrica Camboa (1939 – 1949): Memória Operária e Modos de Representação Social Através da Imagem. De luz e sombra**. Brasil. São Luís: EDIFMA, 2020. p. 163 a 173.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. Tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados – mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz S. Henriques. 3ª. Edição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009.

_____. O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: Iphan, n. 23, p. 94-115, 1994.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Mazzucchi Ferreira. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 224 p.

CARVALHO, André Simplício. **O papel da cidade de Viçosa-MG na rede urbana: a especialização funcional de uma cidade média mineira**. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2014.

CARMO, Monalisa Aparecida do. **Entre as produções do feminino e a conquista de espaços: mulheres e educação na Universidade Federal de Viçosa (1931-1956)**. 2019. UFV. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/26613>>. Acesso em 27 de ago de 2022.

CASTRO, Maria Gontijo. **Ensino, Pesquisa e Extensão: Origem, Trajetória e Reconfiguração Institucional na Universidade Federal de Viçosa**. 2015. 159 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

CERTEAU, Michel. et.all. **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. 9ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CHIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)**. Rio de Janeiro: Dp&a/Faperj. 2002. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a04.pdf>>. Acesso em 05 de mai de 2022.

COELHO, France Maria Gontijo - **A produção Científica-Tecnológica para a agropecuária: Da ESAV à UREMG, conteúdos e significados**. 1992. 243 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1992.

COSTA, Fernando Antônio Alves da. Riqueza e escravidão em uma localidade da Zona da Mata Mineira - Santa Rita do Turvo 1850/59. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 8, n.o 15, p. 30-50. Juiz de Fora: jul/dez. 2013.

DECCA, E.S. de. “Memória e Cidadania”. In: **Departamento de Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992. p 129-136.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 660 p.

FERREIRA, Edimara Maria. **Paisagem universitária e a representação social do negro na Universidade Federal de Viçosa: caminhos percorridos de 1980 a 2015**. 350f. Dissertação de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Viçosa, UFV. Viçosa. 2017.

FERREIRA, Sebastião; MACIEL, Márcio Alves. A Família Trabalhadora em Sistema de Parceria Agrícola: Outorgado Agrícola Capixaba. **Jornada de Estudos Agrários: Territórios e Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo**. 2014. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/jornadadeestudosagrarios/ferreira_sebastiao_maciel_marcio_a.pdf> Acesso em 22 dez. 2022.

FONSECA, João Eduardo do Nascimento. **Novos atores na cena universitária**. Rio de Janeiro: UFRJ/NAU, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. "Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural". In: Regina Abreu & Mário Chagas. **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. 2a ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 59 -79.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Cia de Bolso, 2006. 253p.

_____.Distância e Perspectiva – Duas metáforas. In: **Olhos de madeira – Nove Reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 176-198.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 102p

HARDMAN, F. F.; LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: ____ **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2005. p. 25-52.

HOBBSAWM, Eric J. **Os Trabalhadores – Estudos sobre a História do Operariado**, tradução de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 387p

JANGO JÚNIOR, José Enir; LEÃO, Maria Ignez; ASSIS, Angelo Adriano Faria de; OBEID, José, Antônio. **80 anos de história do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa: DZO, 2007. 191 p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244p

LIMA, Antônio Luiz de; COELHO, Eduardo Lara (Org.). **UFV 70 anos: a trajetória da Escola de Viçosa**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 1996. 112 p

LIMA, Nísia Trindade. **Jeca Tatu e a representação do caipira brasileiro**. XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu-MG. 1997. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt10-14>>. Acesso em 16 de jan 2021.

LIMA, Solange Ferraz de e CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografias: usos sociais e historiográficos**. O historiador e suas fontes. Tradução. São Paulo: Contexto, 2009.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Tradução de Lúcia Haddad. **Projeto História**. São Paulo, nº 17, 1998. p. 63-201.

LUCHETE, Felipe. **Guardiões da Memória: Lembranças de Congados**. Viçosa: do Autor, 2008. 209 p.

MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. **A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa – MG entre 1980 e 2010**. 2016. 277 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I, Livro Primeiro, Tomo I. Nova Cultural: 1985^a

Ouro Preto, IFMG. **Mediando Saberes** Disponível em: <<https://mediandosaberes.ouropreto.ifmg.edu.br/2016/04/18/bens-tombados-vicosa/>>. Acesso em 19 de jan de 2023.

MELLO, Élson Rezende de. **José Valentino da Cruz, o Candinho: O operário que virou medalha**. Jornal InformAsav, n.º 21, novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.elsonrezende.com.br/conjtextos.php?id=419>>. Acesso em: 27 out. 2021.

MORAIS, Fernando: **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil, **Estudos Históricos**, vol. 29, nº 59, Rio de Janeiro, set. a dez. de 2016, p. 607-626.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. Memória e Esquecimento. O patrimônio cultural dos trabalhadores paulistas. **VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial**. 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t6_memoria_esquecimento.pdf>. Acesso em 13 jun 2021.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História** - Nº 10. São Paulo: EDUC, 1993, p. 7-28.

PAES, Ernani Barbosa. **A identidade do esaviano: práticas educativas e controles institucionais em uma escola agrícola mineira. (1926-1948).** Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). 2017, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017.

PACIEVITCH, Caroline; BARTZ, Frederico Duarte; FELTES, Fernanda; ROLIM, Gustavo Koszeniewski (Orgs.) . **Perspectivas Marxistas: Educação, Capitalismo e Luta de Classes.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. 455 p. Disponível em: <<http://www.editorafi.org>>. Acesso em 13 dez 2022.

PAIM, Elison Antonio. Relações entre memória e história ou de quando Clio se sobrepôs a Mnemosine. **Cadernos do CEOM** – ano 19. N.25 – Narrativas, 2014.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **As conferências vicentinas em Viçosa, Minas Gerais.** São Paulo: Scortecci, 1999.

_____. **Evolução histórica e tendências de mudanças socio-culturais na comunidade de Viçosa - MG.** 1983. 407f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Trabalho livre e ordem burguesa - Rio Grande do Sul - 1870-1900. **Revista História**, São Paulo. 1989.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Seleção de textos e introdução de Maria Stella Martins Bresciani; tradução de Denise Bottmann - 8º ed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 362p.

PERPÉTUO, Claudia Lopes. **O Conceito de Interseccionalidade: Contribuições para a Formação no Ensino Superior.** In. Simpósio Internacional em Educação Sexual. Universidade Paranaense – UNIPAR-PR . 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos.** Vol 5, nº10. Rio de Janeiro, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989. p. 3-15.

POMPERMAYER, Izabel Morais. **Continuidades e discontinuidades da memória: um estudo sobre a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (MG) por meio de publicações de 1939 a 2016.** 165f. Dissertação de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2018.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010

PROST, Antoine. Os conceitos. In: **Doze Lições de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Diagnóstico da Situação Arquivística da Universidade Federal de Viçosa**. Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, 294p.

OLIVEIRA, Natália Fraga de. **A inserção de Arthur Bernardes na Política Viçosense no Início do Século XX: Grupos Sociais, Disputas Políticas e Imprensa**. 2019. 106f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto.

RABELO, Ernane Corrêa. **A pós-graduação no Brasil: como uma pequena universidade do interior de Minas Gerais tornou-se pioneira na década de 1960**. Viçosa: Editora UFV, 2021. 232 p.

RÉBÉRIOUX, Madeleine. Os lugares da memória operária. In: **O Direito à Memória**. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

RICOEUR, Paul. Memória pessoal, memória coletiva. In: _____ **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 105-142.

RIOS, Ana Lugão. MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativo**. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 2005.

SABIONI, Gustavo Soares; BORGES, José Marcondes; MOTA, João Batista. **90 anos UFV (1926-2016): Uma viagem pela história da instituição**. Viçosa: Divisão Gráfica da UFV, 2016. 71 p.

SABIONI, Gustavo Soares; ALVARENGA Sônia Coelho. **UFV: oito décadas em fotos**. 2006. Organizadores- Viçosa: Editora UFV, 2006.

SANCHEZ, Alfredo Lam. **A UFV nos Tempos da Escola Superior de Agricultura - UREM**. Viçosa: Editora UFV, 2006. 403 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro** – 1ª Edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCIFONI, Simone. **Lugares de memória operária na Metrópole Paulista**. GEOUSP: Espaço e Tempo, v.17, n.1, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. v. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** - História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história**. Os Protagonistas Anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

PEREIRA, Cláudio Manuel; VECCHIO, Daniel; LEITE, Jonas; SACODA, Gustavo; MARTINS, Silvia Sarah. Memória dos "Avós" de Viçosa. Os locais de convívio social em Viçosa in: **Contemporâneos. Revista de História Contemporânea**, nº 2, mai-out 2008. Disponível em: <<https://www.revistacontemporaneos.com.br/n2/pdf/memoriaavos.pdf>>. Acesso em 05 de set. 2020.

Vila Secundino comemora 100 anos do samba no Brasil. Jornal Folha da Mata, Viçosa, 08 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://www.folhadamata.com.br/cultura/noticias/vila-secundino-comemora-100-anos-do-samba-no-brasil-2034>>. Acesso em 15/07/2022.

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da "política do café com leite" Editora Fino Trato. Belo Horizonte. 2012. 374p.

UNIVERSIDADE Federal de Viçosa. **UFV realiza cerimônia para homenagear servidores e professores aposentados** - 2013. Disponível em: <<https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=19400> > Consulta em 16 de mai 2022.

UNIVERSIDADE Federal de Viçosa. UFV. **Personagens e Pioneiros da UFV**: José Valentino da Cruz - Candinho. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=joseValentino>>. Acesso em 07 jul. 2020.

UNIVERSIDADE Federal de Viçosa. UFV. **Personagens e Pioneiros da UFV**. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=personagens>>. Acesso em Out 2022.


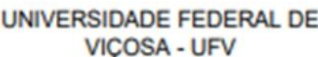

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Conselho Universitário. CONSU. **Resolução n.º 09 de 26 de julho de 1996**. Cria a Medalha José Valentino da Cruz (Candinho) e aprova seu Regimento.

URT, Sônia da Cunha. Uma análise da categoria trabalho - de sua concepção clássica a uma perspectiva da Psicologia sócio-histórica. **Revista Tópicos Educacionais**, Recife - PE, v. 11, n.1/2. 1993. p. 63-70.

ANEXOS


ANEXO I - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP.

Figura 92 - Parecer favorável do CEP – UFV- pg 1

										
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP										
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA										
Título da Pesquisa: Narrativas obliteradas: A Invisibilidade das Memórias dos Operários, trabalhadores da construção e manutenção do Campus da Universidade Federal de Viçosa no período de 1958-1979										
Pesquisador: Angelo Adriano Faria de Assis										
Área Temática:										
Versão: 1										
CAAE: 38201020.8.0000.5153										
Instituição Proponente: Departamento de História										
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio										
DADOS DO PARECER										
Número do Parecer: 4.339.866										
Apresentação do Projeto:										
Trata-se de uma pesquisa de mestrado em curso, de caráter qualitativo, exploratório e descritivo, acerca da memória de trabalhadores operários e técnicos administrativos ("trabalhadores da construção e manutenção do campus (trabalhadores da construção civil, ferramentarias, manutenção, limpeza e conservação de parques e jardins") que atuaram na Universidade Federal de Viçosa entre os anos de 1958 e 1979.										
Objetivo da Pesquisa:										
O objetivo da pesquisa é entender a invisibilidade das narrativas dos trabalhadores, bem como documentar suas memórias enquanto atores que atuaram na construção da instituição.										
Avaliação dos Riscos e Benefícios:										
Os riscos estão descritos adequadamente e se relacionam a possíveis constrangimentos às perguntas da pesquisadora, que serão minimizados com a interrupção da entrevista caso seja de interesse do participante. Os benefícios são diretos, a partir da valorização dos sujeitos que participarão da pesquisa e também indiretos, para o conhecimento acadêmico de curho histórico e social.										
<table border="1"> <tr> <td>Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes</td> <td>CEP: 36.570-677</td> </tr> <tr> <td>Bairro: Campus Universitário</td> <td></td> </tr> <tr> <td>UF: MG</td> <td>Município: VICOSA</td> </tr> <tr> <td>Telefone: (31)3612-2316</td> <td>E-mail: cep@ufv.br</td> </tr> </table>			Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes	CEP: 36.570-677	Bairro: Campus Universitário		UF: MG	Município: VICOSA	Telefone: (31)3612-2316	E-mail: cep@ufv.br
Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes	CEP: 36.570-677									
Bairro: Campus Universitário										
UF: MG	Município: VICOSA									
Telefone: (31)3612-2316	E-mail: cep@ufv.br									
Página 01 de 03										


Reprodução da pesquisadora - 2020

Figura 93 - Parecer do CEP - pg 2



Comitê de Ética em Pesquisa
com seres humanos
Universidade Federal de Viçosa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
VIÇOSA - UFV**



Continuação do Parecer: 4.200.000

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
Os pesquisadores preveem a possibilidade de que as entrevistas ocorram de forma remota, em função da pandemia do covid19. Para selecionar os entrevistados, os pesquisadores informam que irão recorrer a gestores da universidade e também a líderes sindicais representantes da categorias.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- TCLE: de acordo
- ROTEIRO DE ENTREVISTAS: de acordo
- FOLHA DE ROSTO: de acordo
- CRONOGRAMA: de acordo
- AUTORIZAÇÃO PRÉVIA: ver pendência

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
Pendência:
- É necessário uma declaração da universidade (gestão de pessoas, por exemplo) autorizando a realização da pesquisa, dado que serão consultados dados de servidores a partir dos gestores. Bem como das seções sindicais consultadas. Em função da pandemia, um email de concordância de ambos os setores é suficiente, mas será necessário juntar a declaração assinada posteriormente por meio de notificação ao CEP.

Considerações Finais a critério do CEP:
É necessária a apresentação de Carta Resposta às pendências enumeradas em "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações". Os documentos/termos apresentados na primeira apreciação do CEP não devem ser retirados da Plataforma. Caso sejam necessárias modificações nos documentos para atendimento das pendências, o pesquisador deve anexar novo arquivo identificando como modificado (exemplo: TCLE_modificado).
Modelo da Carta Resposta e demais instruções para envio estão disponíveis no site www.cep.ufv.br.
A emissão do Parecer Consubstanciado do CEP/UFV de aprovação só será realizada caso as pendências sejam atendidas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:



Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-077
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)3812-2318 E-mail: cep@ufv.br

Página 02 de 02

Reprodução da pesquisadora - 2020

Figura 94 - Parecer do CEP - pg 3

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV 				
Continuação do Parecer: 4.228.688				
Informações Básicas do Projeto	FB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P OBJETO_1623489.pdf	14/09/2020 11:28:08		Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	14/09/2020 11:16:53	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
Outros	Roteirodeentrevistas.pdf	11/09/2020 22:52:58	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investidor	Projeto de Pesquisa.pdf	11/09/2020 22:50:52	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
Folha de Rosto	Folhadestiro.pdf	11/09/2020 22:49:53	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCE.pdf	03/09/2020 22:41:06	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito

Situação do Parecer:
Pendente

Necessita Avaliação da CONEP:
Não

VICOSA, 15 de Outubro de 2020

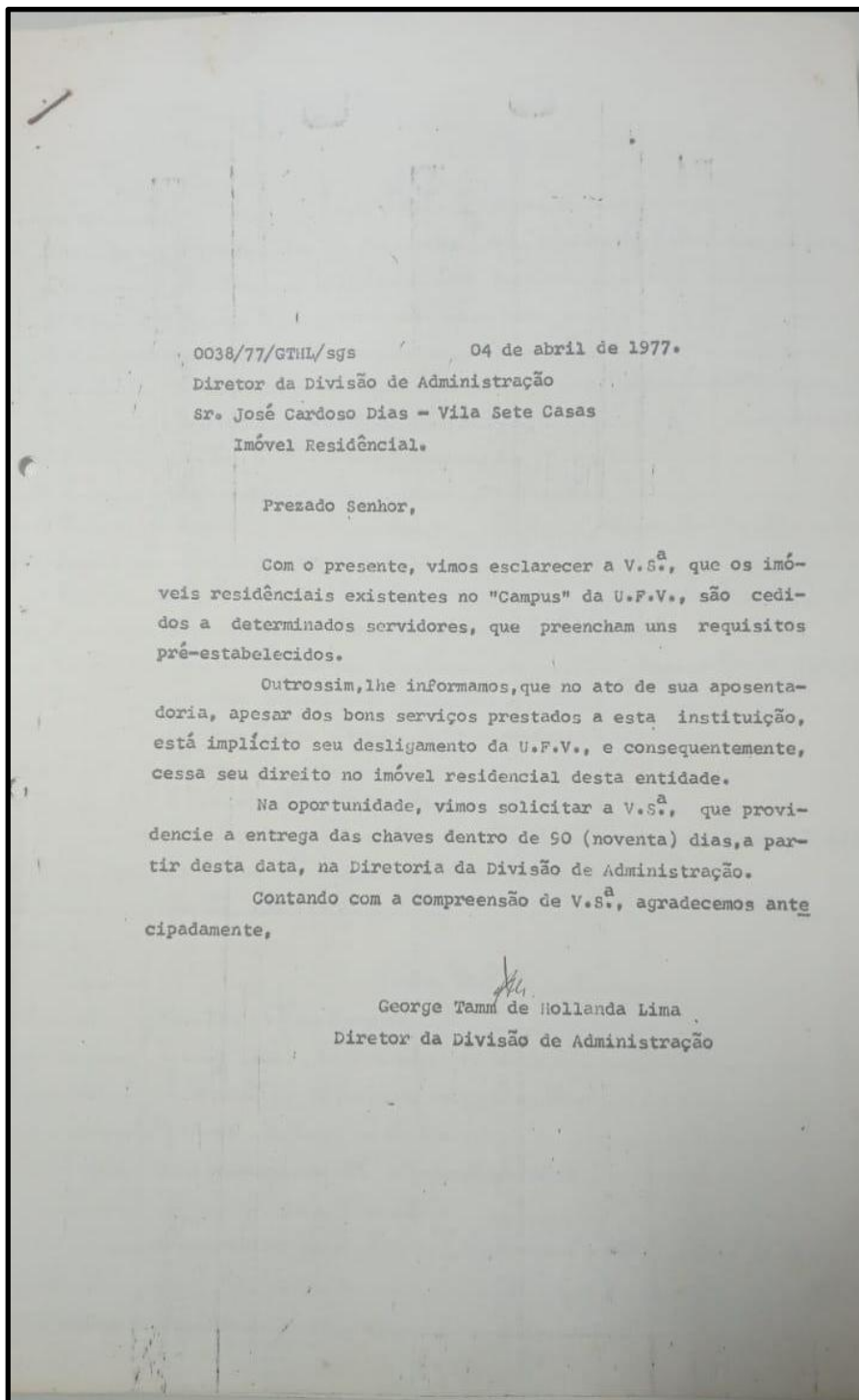
Assinado por:
LUIZ ISMAEL PEREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-677 UF: MG Município: VICOSA Telefone: (31)3612-2316 E-mail: cep@ufv.br
--

Página 03 de 03

ANEXO II - DOCUMENTOS

Figura 95 - Carta de desocupação das vilas por aposentadoria



Fonte: Arquivo Central e Histórico – UFV - Foto reprodução

Figura 96 - Contracheque da UREM - 1961

UNIVERSIDADE RURAL
 DO
 Estado de Minas Gerais
 Escola Superior de Ciências Rurais
 VICOSA

Nº 22

Mês de setembro de 1961

Sr. Marcelo de Freitas Araújo

Salários neste mês		1.358,70
Previdência	261,58	
Seguro		
Caixa D. Governo	43,00	
Farmácia	180,10	
Posto de Assistência	2.523,30	
Compras no mês ESA	1.068,40	4.076,30
Líquido a receber Cr		282,40

Fonte: Acervo particular de Marcelo de Freitas

Figura 97 - Carta de solicitação de pagamento atrasados - 1954

995

Dr. Caudido Neves
Secretaria Finanças
10.1.954

Pelourinho

Escola vive momen-
to aplicação, falta recurso
seu pessoal que há quatro
meses não recebe vencimen-
to.

Cidade fracos recur-
sos.

Predecessores criando
dificuldades continuaram
comerciantes sem que
Escola liquide débitos
antigos.

Escola não recebe
verbas 3.º e 4.º trimestres
ano findo.

Peço vos digeis
providenciar remessa
numerário intermédio
Banco Crédito Real afim
suavizar situação.

Agredimento meus agraci-
decimentos.

Atenciosas saudações

Diego Mello
Diretor Substituto

Figura 98- Documento Funcional - 1967

UNIVERSIDADE RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE PESSOAL

NOME DO SERVIDOR:
VICENTE DE SOUSA---

MATRICULA N.º
99149

PROVISÓRIO

ATESTAMOS que o servidor acima citado acha-se matriculado neste Serviço sob o número em referência.

Viçosa, 2 de fevereiro de 1967

[Assinatura]
CHEFE DO SERVIÇO DE PESSOAL

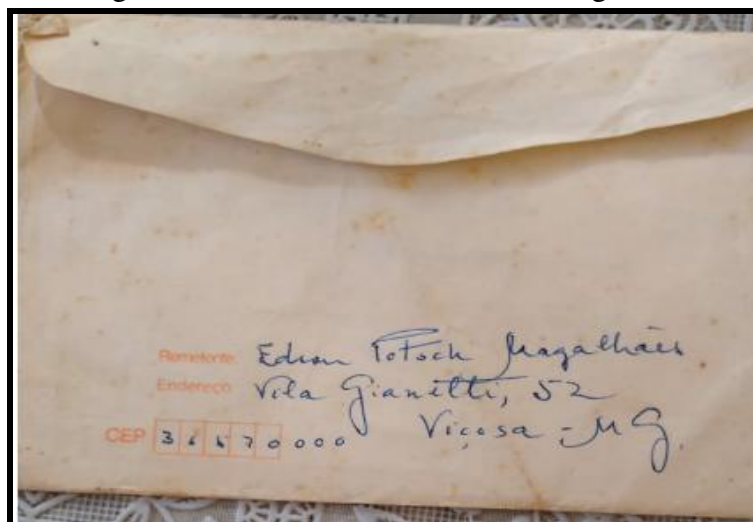
Acervo particular, cedido pela família Sousa

Figura 99 - Relatório de pessoal efetivo - 1930

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E HORTICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAES Belo Horizonte		Relação do pessoal desta Escola 1930
Pessoal effectivo		
DES.		Ordenado mensal
Director-	J.C.Bello Lisboa-	2:000\$000
Secretario-	Donato Eugenio da Silva	500\$000
Bibliothecario-	Sebastião de Vasconcellos Barros	300\$000
Almojarife-	Contador-Rubens Raposo	300\$000
Mestre de Officina-	Aristides Tampiere	500\$000
Administrador da Fazenda-	José Coelho da Silva	300\$000
Inspector de alumnos-	José de Aquino	300\$000
" " "	-Guilmar Gomes Velloso	300\$000
Porteiro-	João Humberto de Castro	280\$000
Servente-	José Bernardes	180\$000
"	- Telesphero Lopes dos Santos	180\$000
"	- José Xavier da Costa	180\$000
"	- Cassiano Gomes de Araujo	180\$000
"	- José Barcellos	180\$000
Nota: O inspector de alumnos -Sr.Guilmar Velloso e o servente- Sr.José Barcellos, nomeados ultimamente, e tão providenciando a extração de seus titulos.		
Pessoal contractado		
Prof.Cathedratico de Agronomia-	Diogo Alves de Mello-	1:200\$000
" " de Horticultura-	Humberto Brune	-1:200\$000
" " Solos e adubos-	Laurenço Menicucci Sobrº	1:300\$000
" " " Chimica-	Guilherme Emerich	1:200\$000
" Encarregado de Legislação	Mário Lenna	1:000\$000
	-Mário da Costa	1:000\$000
(continúa)		

Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV.

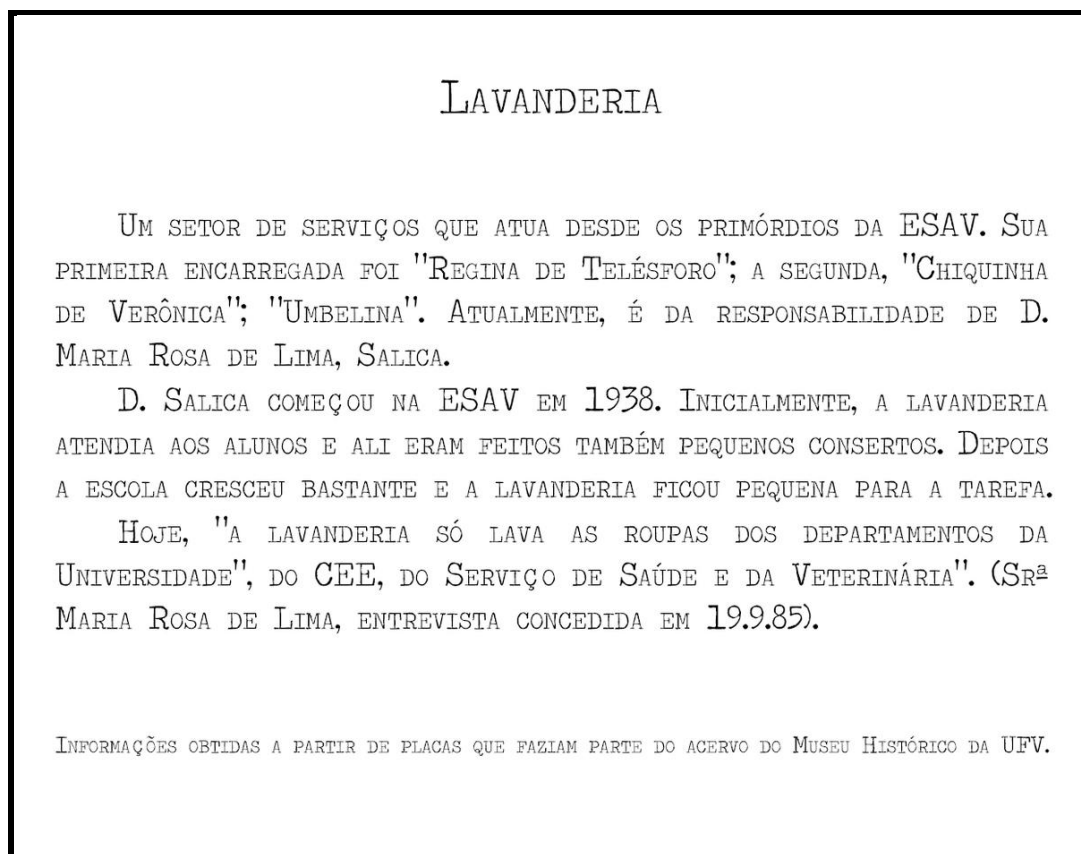
Figura 100 - Carta de Edson Potsch Magalhães



Fonte: Acervo particular Maria Beralda

ANEXO III - ICONOGRAFIA DE REFERÊNCIA

Figura 101 - Placa da Lavanderia



Fonte: Museu Figura Histórico - UFV.

Figura 102 - Quadro Saber e o Fazer

SABER E O FAZER - AS DUAS MARCAS DISTINTIVAS DO HOMEM- REPRESENTAM A TRANSIÇÃO DEFINITIVA DA VIDA NATURAL À VIDA CULTURAL; DOS ESTATUTOS DA NATUREZA ÀS ALTERNATIVAS DA CULTURA, SITUANDO A HUMANIDADE DO LADO DESTA, DE FORMA IRREVERSÍVEL.

ESSA TRANSIÇÃO - GRAFIA DAS REGRAS DA CULTURA - É A ESCRITURA HUMANA ESSENCIAL SOBRE O TEMPO E SOBRE O ESPAÇO.

PRODUZIR E REPRODUZIR ESTA ESCRITA É A TAREFA MAIOR DA SOCIEDADE E, DENTRO DESTA, DA UNIVERSIDADE.

LER, OU RELER, TAL ESCRITURA É TAREFA MAIOR DA MUSEOLOGIA.

O SISTEMA MUSEOLÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA ASSUME ESTE COMPROMISSO, RESGATANDO, COM A MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE, A MEMÓRIA DOS SABERES E DOS FAZERES HUMANOS, NO LIMITE DOS OBJETIVOS CIENTÍFICOS E SOCIAIS DA U.F.V., INSCRITOS NAS AÇÕES DAQUELES QUE A EDIFICARAM PELA VERTENTE DA CIÊNCIA E DA EDUCAÇÃO, MAS TAMBÉM PELA VERTENTE DO TRABALHO E DO SERVIÇOS.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE MUSEUS DO ESTADO DE
MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO
DE MUSEUS

INFORMAÇÕES OBTIDAS A PARTIR DE PLACAS QUE FAZIAM PARTE DO ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DA UFV.

Fonte: Museu Histórico - UFV

Figura 103 - Produção Operária - Quadro de formatura - 1931



Fonte: Museu Histórico - UFV

Figura 104 - Produção operária - Quadro de Formatura - 1935



Fonte: Museu Histórico - UFV

Figura 105 - Capa do informativo da ASAV



Fonte: Foto reprodução do Arquivo da ASAV

Figura 106 - Informativo da ASAV - pg. 4

4

José Valentim da Cruz, o Candinho

O operário que virou medalha

Para levantar um pouco da história do Candinho conversamos com alguns dos seus filhos, com aposentados da UFV e outros que conviveram com ele e tentamos rastrear em publicações qualquer referência ao trabalhador e líder que passou pela universidade, em seus tempos de Esav, Ureng e UFV. Muitas referências vão se perdendo, porque a história de trabalhadores ainda não é a história oficial que a sociedade gosta de reverenciar, e os mesmos trabalhadores não têm consciência do papel que jogam em tudo que é construído nesta sociedade, como a Universidade Federal de Viçosa. Aqui um rastro do que foi Candinho, que é muito mais que uma medalha.



Medalhas que conviveram com Candinho guardam ainda boas lembranças dele, sempre de uma pessoa alegre, camarada, prestativo. E grande tolerância. Alguns, inclusive, lembram de seus tempos de moleques, quando viviam rodar a cozinha e o Candinho sempre arrumava um jeito de dar-lhes algo de comer. Contam eles que na época em que os salários atrasavam no Ureng, Candinho começou a fazer um sopão, com salmão, filadélfia do jantar do dia anterior (que era servido na manhã como reforço da alimentação dos companheiros operários).

Candinho trabalhou na universidade numa época em que se fazia a distinção entre operários, funcionários e professores. Funcionários seriam os que realizavam trabalhos de secretaria operários os que exercitavam o trabalho braçal. Na década de 80 do século passado ainda há resquícios dessa denominação. Candinho sempre trabalhou na cozinha, foi encarregado do setor iniciativo, mas nunca deixou de ser considerado operário.

Naquele tempo, o trabalho na cozinha era pesado, não tinham fôlego, pagavam de 5 de manhã e sem até as 10 da noite. Mesmo quando esteve à frente do setor, ele pegou no hábito dum, como todo mundo.

Associação dos Operários
Candinho atuou na direção da Associação dos Operários de Ureng, em 1961. Na época

estava o Operários Futebol Clube, de cuja direção e organização participou. O time chegou — glória máxima — até a pagar contra o Botafogo do Rio, contra seu Mo Murilo Valentim Cruz.

Hoje, ainda também havia uma entidade beneficente, Associação Dom Severo, que tinha a finalidade de prestar auxílio aos servidores, empregados, serviços médicos, etc. A associação dos operários tinha objetivos de representação dos interesses do trabalhador, era um embrão de sindicato, papel que cumpriria a partir de agora.

Por aqueles tempos, detalhe de 40, com o Celso Silveira Bernardes e Nelo Gomes Cardoso, companheiros na associação, Candinho conseguiu a transferência da chamada classe anexa, sala de aula que serviam a filhos de operários e funcionários de Ureng, em escola estadual, o que a hoje o Colégio Estadual Otto Rahn. O objetivo era que atendesse também aos operários, com o ensino supletivo noturno, para o atendimento do trabalhador.

Conta Antônio Mello que Candinho lidava muito com um estudante, presidente do DCE e ligado ao Partido Comunista, que insistiu e ajudou na criação da associação. Na época ele gabava-se de ser comunista, mas o ensino supletivo noturno e não tinha em conta dele. teve que responder a interrogatórios no Dops (divisão de repressão política do regime militar de então) muitas vezes, mas não foi preso. Morreu o que era, que estava à frente da associação, mas que não era comunista. Mesmo assim, passou um bom tempo sendo vigiado, sua para trabalhar em um carro do Dops à noite, ao que o governador Magalhães Pinto teve for uma das intervenções do Golpe de 64 mandou parar com a coisa.

Candinho seguiu a frente, mesmo a associação, que entre seu tempo, época, com a vigilância e perseguição política, seus estudantes pensaram espaço e fuga. Além do mais, havia a atuação da administração da universidade, que chegava a dar cargos e outras benesses, para acabar com a associação.

De oposição
Candinho foi sempre de oposição, era do PTB, que localmente era de oposição aos Bernardes. Com o bipartidarismo imposto pelo Brasil passou para os quadros do MDB. "Nunca sempre tive dois partidos, não e Cordeiro Nelo. O Nelo era dos partidários de Arthur Bernardes e o Cordeiro Nelo era o resto", lembra Thom Mello.

Candinho tinha boa relação com Magalhães Pinto, ainda antes que este fosse eleito governador de Minas. Ajudou na campanha



Candinho (apontado) e a turma da cozinha. Provavelmente na década de 40 do século passado

José Valentim da Cruz, o Candinho (como era mais conhecido), foi uma grande liderança das servidores da época em que a universidade ainda era Ureng — Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Foi admitido na antiga Esav em maio de 1934. O cargo efetivo era de cozinheiro, mas durante muito tempo foi encarregado do refectório. Morreu em 1975, ainda na ativa com seus 61 anos.

Em vida, além das tantas homenagens que os estudantes lhe dedicavam, em 1974, nas comemorações do Primeiro de Maio, recebeu das mãos do reitor Fagundes uma placa de prata "pelos bons serviços prestados à instituição e por seus muitos anos de trabalho". Depois de morto, em 1996, o Conselho Universitário da UFV instituiu a Medalha José Valentim da Cruz, que é entregue todo 28 de agosto, nas comemorações do Dia da Universidade, a funcionários (homens com 30 anos de serviço, mulheres, 25 anos), "por devotamento e relevantes serviços prestados à instituição". Já no primeiro ano de outorga da distinção, seu

filho Maurício Valentim Cruz, hoje aposentado, foi agraciado, depois serem as filhas Maria José Cruz da Silva e Maria das Graças Cruz, que consimiam trabalhando na UFV.

"Candinho era um líder nato. Era muito carismático. Uma pessoa alegre, de sorriso fácil, que conversava com todo mundo. Tinha bom ambiente entre os professores, entre os funcionários, era adorado pelos operários, além de ser amigo dos estudantes. E por isso foi considerado liderança", diz, entre outras coisas, Antônio Oliveira de Melo, o Toni Mello, aposentado da UFV que conheceu o Candinho.

Tocava violão

Era um músico forte e grande. "Todos os que conviveram com ele não deixam de ressaltar que era bom gente, uma pessoa alegre. Foi também um bom pai, de perfil enérgico que teve, 12 filhos, 11 ainda vivos. "Era tudo de bom", suspira a filha Maria José, a dona Zúca, que ainda trabalha na UFV e é só orgulho de pai. Conta que ele chegou em casa cansado e mesmo assim ia tocar violão para os filhos, ensinar a

fazer teatro. Gostava de lhes cantar e tocar no violão músicas sertanejas (atuação, a referência é à década de 40 e 50 do século passado, em que essas músicas eram de raíz, não essas coisas que cantam se duplet de hoje em dia...). Também tocava música de Dilermando Reis, de que gostava muito.

Muitos funcionários ajun-

Tocando, cantando, atuando...

José Valentim da Cruz, vice-reitor, nasceu em 24 de novembro de 1913. Tinha só a instrução primária, mas, informa sua filha Maria José, sabia alguma coisa de inglês e francês. Casou em 1942, com Maria Engracia da Paula, Chelega a cambé de quatro ventos da avó, que era chamada dona Candinha.

Ainda adolescente trabalhou na roça. Aprendeu a tocar violão sozinho e compartilhar seus amigos em serenatas, sempre tocando violão.

Na juventude, chegou a

escrever peças de teatro, que dirigiu e em que atuava também. Produziu peças com tanto sucesso, que eram convidado para se apresentar em cidades vizinhas. A que mais se destacou foi "O negro que não mente", que foi em cartaz por um ano e meio.

A liderança dos Operários, que hoje leva o nome Vereador José Valentim da Cruz, foi criada em memória de que ele participou, com os operários que hoje são os estudantes, até hoje depois do episódio, até hoje da noite.

Figura 107 – Edição 1094 - UFV Informa março de 1989 - Helvécio Júlio

Perfil do servidor **Helvécio Júlio**



PELRO LÁRIO FILHO

Quando Helvécio Júlio iniciou suas atividades na Universidade Federal de Viçosa, a Instituição contava com cerca de 300 servidores, três prédios e um enorme gramado que servia como campo de pouso. Isso foi há 44 anos, mais precisamente em novembro de 1945, época em que Helvécio começou a trabalhar nos mais diversos setores da antiga Escola Superior de Agricultura de Viçosa. Em 1950, ele foi para a Seção de Instalações da Prefeitura do Campus para exercer a função de electricista, onde permanece até hoje.

Com um sorriso tranqüilo, esse servidor de 62 anos, cuja matrícula na UFV é de número 196, vê todas as mudanças operadas na Universidade «como um sonho, uma coisa impressionante», orgulhando-se de dizer que participou desse progresso, sendo responsável, junto com seus colegas, pelas instalações elétricas e hidráulicas dos novos prédios. E ele recorda com evidente saudade aqueles velhos tempos em que havia muita amizade unindo estudantes, funcionários e professores.

Helvécio concorda que, nesses anos todos, a Universidade

evoluiu, cresceu muito e melhorou no aspecto financeiro. Já no que diz respeito ao lado humano, ele acha que antes havia mais união e uma convivência que compensava todas as dificuldades da situação financeira. Para Helvécio, o ambiente de trabalho hoje é mais difícil, principalmente em virtude da grande burocracia para, por exemplo, se adquirir um material de trabalho, que antes era conseguido com maior facilidade.

Casado com Maria das Dores Gomes Júlio, Helvécio é pai de dois filhos, uma moça formada em Educação Física na UFV, professora da rede estadual de ensino, e um rapaz que deve terminar logo o mesmo curso da irmã, também na UFV. Ter educado os filhos e preparado novos profissionais em sua área são motivos de orgulho para o servidor, que pensa em aposentar-se logo que terminar a construção de sua casa, pretendendo, entretanto, continuar em atividade. Para aqueles que esperam permanecer tanto tempo no mesmo emprego, ele dá sua receita: em primeiro lugar, muito amor à família; depois, grande força de vontade; e, finalmente, enorme dedicação ao trabalho.



UFV informa

ESTADO PELA IMPRENSA UNIVERSITÁRIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
VIÇOSA - VIÇOSA GOIÁS - BRASÍLIA

Publicação semanal da Universidade Federal de Viçosa

Registro no cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Viçosa sob o nº 04, Livro B, nº 1, fls. 3/3v. Administração e Oficinas Gráficas: Ed. Francisco São José - Campus Universitário - Fone (031) 899-2242 - Telex (31)3571 - 36570 - Viçosa-MG. **Retor:** Antônio Fagundes de Sousa. **Vice-Retor:** Cid Martins Batista. **Pró-Retor de Administração:** Renato Mauro Brandi. **Pró-Retor Acadêmico:** Rubens Leite Vianello. **Pró-Retor de Assuntos Comunitários:** José Tarcísio Lima Thiéssart. **Diretor da Imprensa Universitária:** Francisco Machado Filho. **Jornalista Responsável:** José Paulo Martins. **Redação:** Augusta Maria Araújo S. Ximenes (DRT/GO 596), Giovanni Weber Scaracía (DRT/MG 120 - SJP/PMG 2.728) e José Paulo Martins (DRT/MG 2.307 - SJP/PMG 1.729). **Composição:** Adilson de Oliveira Meirelles, Antônio Jacinto Vidigal Guimarães, Décio Dell Areti, e Mauro Araújo. **Revisão:** Luiz Gouveia da Silva. **Montagem:** Márcio Jacob. **Fotolito:** José Maurício de Freitas. **Impressão:** Vicenta de Paula dos Santos. **Expedição:** Maria do Carmo de C. Araújo e Maria José de Carvalho.

RÁPIDAS

PÓS-GRADUAÇÃO

Estão abertas, até 20 deste mês, as inscrições para o curso de pós-graduação «stricto sensu» de mestrado em Engenharia Ambiental do Departamento de Hidráulica e Saneamento do Centro Tecnológico, da Universidade Federal do Espírito Santo. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (027)227-4733, ramal 198.

CONCURSO NA UFMG

Termina no próximo dia 18 o prazo da inscrição de candidatos aos concursos para preenchimentos de vagas na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Estão sendo oferecidas vagas para o Departamento de Comunicação, nas áreas de Teoria da Comunicação, Relações Públicas e Jornalismo; para o Departamento de Filosofia, nas áreas de Filosofia Grega e História da Filosofia Contemporânea; e para o Departamento de Sociologia e Antropologia, na área de Antropologia. Os interessados conseguirão mais informações por meio do telefone (031)342-2133.

SALAS DE LEITURA

Um Encontro Nacional para discussão sobre bibliotecas escolares e salas de leitura será realizado em Brasília, nos dias 21 e 22 deste mês, pela Fundação de Assistência ao Estudante e pelo Instituto Nacional do Livro, com a participação dos prefeitos, secretários municipais de Educação e Cultura, coordenadores estaduais de sistemas de Bibliotecas Públicas e secretários estaduais de Cultura. O objetivo do Encontro é analisar e adotar um projeto nacional que facilite o surgimento de uma sociedade leitora, por meio da Biblioteca Pública e sua ação integrada com o sistema educativo (Bibliotecas Escolares/Salas de Leitura).

DIRETRIZES E BASES

O secretário-geral do Ministério da Educação, Ubirajara Brito, instalou, na semana passada, em Brasília, o grupo de trabalho que coletará subsídios para o anteprojeto da nova lei de Diretrizes e Bases e do Plano Nacional de Educação, previstos pela nova Constituição. A autonomia universitária, a universalização do ensino básico e a erradicação do analfabetismo em 10 anos, como determina o Artigo 60 das Disposições Transitórias da nova carta, deverão ser os pontos básicos dos estudos a serem realizados pelo grupo, na opinião do secretário-geral.

ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Alagoas vai desenvolver estudos sobre o negro no Brasil, a partir deste mês, com os programas estendendo-se até março de 1991. São estes os temas: «O Negro no Mercado de Trabalho em Alagoas», «As condições Sócio-Econômicas e Aspirações dos Estudantes Negros da UFAL» e «As Comunidades Negras Remanescentes em Alagoas, em Condições de Vida Rural».

APOIO E PROMOÇÃO/UFMS

O professor Flávio J. Batalha é o novo coordenador de Apoio e Promoção da Pró-Reitoria de Extensão e Serviços Comunitários, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Sua coordenadoria é a responsável pela Editora da UFMS, que vem executando diversos trabalhos naquela universidade.

MANEJO INTEGRADO

A Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF) abriu as inscrições para o 3º Prêmio ANDEF de Manejo Integrado, objetivando o incentivo de pesquisas sobre métodos integrados de controle de pragas, doenças e plantas daninhas. O melhor trabalho receberá NCz\$ 2 mil, o segundo, NCz\$ 1 mil e o terceiro, NCz\$ 500. O período de inscrição termina no dia 31 de maio. Informações mais detalhadas podem ser obtidas por meio do telefone (011) 881-5033.

2 - UFV INFORMA

Fonte: Foto reprodução Arquivo Central e Histórico - UFV

APÊNDICE

Figura 108 - Banner de apresentação - SIA 2021



Simpósio de Integração Acadêmica

"A Transversalidade da Ciência, Tecnologia e Inovações para o Planeta"
SIA UFV Virtual 2021



Narrativas obliteradas: Um estudo sobre o apagamento das memórias dos operários, trabalhadores da construção e manutenção do campus da Universidade Federal de Viçosa, do período de 1926 a 1979.

Vanda do Carmo Lucas dos Santos ^{1 2}, vlucas@ufv.br, Angelo Adriano Faria de Assis ^{1 2},
angeloassis@ufv.br. ¹ Universidade Federal de Viçosa. ² Departamento de História.

Pesquisa
Ciências Humanas e Sociais - História
Palavras-chave: Memória, Trabalho. Universidade Federal de Viçosa

Introdução

Buscando o diálogo de nossa proposta de estudo com as premissas integrativas deste simpósio, apresentamos nossa pesquisa, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania, do Departamento de História da UFV. Investiga-se a invisibilidade histórica e ausência de narrativas dos trabalhadores de atividade-meio, especificamente, os operários da construção e manutenção da Instituição do período 1926 a 1979, nas fases da Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV e Universidade Rural de Minas Gerais - UREMIG.

Objetivos

Busca analisar as relações de poder e subordinação desse grupo, historicamente apagado no seio da comunidade universitária. Empreendemos uma pesquisa pela documentação e depoimentos pessoais em busca da trajetória não escrita desses operários, através da história oral, bem como de vestígios documentais nos espaços de memórias oficiais etivos

Materiais e Métodos

A pesquisa que realizamos nos trabalhos acadêmicos sobre a história da Universidade e nas publicações oficiais sobre o tema confirma essa ausência dos operários. Nosso embasamento documental provém dos acervos do Arquivo Central e Histórico, Museu Histórico e dos arquivos funcionais do órgão de gestão de pessoas da UFV. Também serão considerados os arquivos das associações de classes e acervo pessoal desses trabalhadores, que podem conter indícios da relação de trabalho que se dava no interior da Universidade, bem como sobre os motivos da omissão dessas narrativas.

Resultados e Discussão

Sugere-se a análise preliminar das entrevistas e bibliografia sinaliza vestígios da presença desses trabalhadores, inclusive com algumas menções depreciativas ou relatos opacos sobre organizações associativas de cunho mutualista, atividades recreativas, clubes esportivos e a escola de alfabetização desses operários.

Verificamos ainda, apontamentos sobre o regime autoritário de trabalho e relatos de alegadas dificuldades de diretores em capacitar a mão de obra disponível, uma vez que esses trabalhadores, supostamente, não possuíam o tipo de prática exigida no projeto da nova instituição.



Figura 1 - Construção do Prédio Principal
Fonte: <https://locus.ufv.br//handle/123456789/19257>

Conclusões

Sem deixar de considerar as contribuições de cunho científico da emersão dessas memórias, como novas fontes aos futuros pesquisadores, destacamos que ao considerar a diversidade de narrativas desse grupo, conferimos uma pluralidade nas memórias que compõem a história institucional e contribuimos para a cidadania e identidade desse importante grupo de trabalhadores da Universidade, bem como para que a memória da UFV seja mais democrática e aborda os diversos grupos que participam de sua História.


Referências

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade. Lembranças de velhos. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2005.
MONTENEGRO, Antônio. História oral e memória. A cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.
POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

Sem financiamento

Fonte: Produção da pesquisadora


Figura 109 - Banner de apresentação - SIA 2022



Simpósio de Integração Acadêmica

"Bicentenário da Independência: 200 anos de ciência, tecnologia e inovação no Brasil e 96 anos de contribuição da UFV"

SIA UFV 2022



Narrativas obliteradas: Das memórias dos operários, trabalhadores da construção e manutenção do campus da Universidade Federal de Viçosa, do período de 1922 a 1969

Vanda do Carmo Lucas dos Santos^{1,2} vlucas@ufv.br. Angelo Adriano Faria de Assis^{1,2} angeloassis@ufv.br. ¹ Universidade Federal de Viçosa. ² Departamento de História.

Pesquisa
Ciências Humanas e Sociais - História

Palavras-chave: Memória, Trabalho, Universidade Federal de Viçosa

Introdução

A presente pesquisa investigou a participação dos trabalhadores da construção e manutenção do campus da UFV e a obliteração das narrativas do grupo no enquadramento das memórias oficiais. Assim, considerando a amplitude de cargos da carreira dos servidores técnico-administrativos, o recorte temático focou nas narrativas dos operários, primeiros trabalhadores contratados e que se mantiveram ao longo do período de evolução física e acadêmica da universidade e por serem considerados a base da hierarquia do grupo funcional.

Objetivos

Pesquisar as contribuições dos operários na consolidação da Universidade, no período de 1922 a 1969, apurando as narrativas do grupo de estudo e a forma de reparação do quadro historiográfico institucional. Fomentar a sublevação dessas memórias, conferindo uma amostra da diversidade dos grupos que compõem a memória coletiva da comunidade universitária.

Material e Métodos

A execução da pesquisa se deu por análise documental e do testemunho oral desses trabalhadores ou seus descendentes, além de lideranças políticas do segmento e de gestores da memória institucional. Utilizamos os fundamentos da história oral, por meio de entrevistas narrativas. O embasamento documental foi realizado a partir dos acervos do Arquivo Central e Histórico, Museu Histórico e dos arquivos funcionais do órgão de gestão de pessoas da UFV.

Resultados e Discussão

A partir dos resultados da pesquisa, identificamos características das políticas internas para o grupo estudado. As classes de alfabetização, cursos profissionalizantes e a adoção de medidas higienistas para cuidados de saúde. Tudo isso a partir de um controle disciplinar rígido, da vida do operário e seus familiares, dentro e fora do canteiro de obras. Constatamos ainda, uma prática de apadrinhamento, espécie de política de favorecimento, a uma parte do grupo, em detrimento do coletivo. Também apuramos que o acesso tardio e insipiente à educação formal dificultou a reflexão sobre a própria condição de subalternidade.




Figura 1 - O operário anônimo e os dirigentes da ESAV - 04/01/1923. Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Conclusões

Conclui-se, que, apesar das narrativas não consideradas na composição do quadro de memória institucional, a presença e atuação desses operários são percebidas em vestígios físicos ou imateriais, contudo a segregação social do grupo impedia a sublevação dessa memória, que se manteve obliterada no interior do grupo. A partir da organização política do grupo estimula o surgimento de um movimento de reivindicação de memórias, conferindo algum protagonismo operário no arranjo político-institucional.

Bibliografia

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. Relatório de construção da Esav (1929) elaborado pelo engenheiro João Carlos Bello Lisboa. Viçosa: Gráfica Universitária, 2004. 89 p.
BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. A Universidade Federal de Viçosa no século XX. Viçosa: Editora UFV, 2000. 651 p.
MONTENEGRO, Antônio. História oral e memória. A cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.
PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

Sem Apoio Financeiro

Fonte: Produção da pesquisadora